

III CONGRESSO PORTUGUÊS DE DEMOGRAFIA

O DECLÍNIO DEMOGRÁFICO

QUE MUDANÇAS?

Actas do III Congresso Português de Demografia

ISBN: 978-989-97935-0-7

Organizadores:
Maria Filomena Mendes
Maria Luís Rocha Pinto
Mário Leston Bandeira

29, 30 de Setembro e 1 de Outubro

Fundação Calouste Gulbenkian - Lisboa



Associação Portuguesa de Demografia

Organizadores:

Maria Filomena Mendes, Maria Luís Rocha Pinto e Mário Leston Bandeira

Actas do III Congresso Português de Demografia

Declínio Demográfico: que mudanças?

ISBN: 978-989-97935-0-7

Lisboa, 2012

Editado pela Associação Portuguesa de Demografia

Nota Prévía

Este livro publica as actas do III Congresso Português de Demografia que decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian de 29 de Setembro a 1 de Outubro de 2008, organizado pela Associação Portuguesa de Demografia, sob o tema *Declínio Demográfico: que mudanças?*

Aos autores das comunicações apresentadas foi solicitada a submissão dos artigos completos que, sujeitos à arbitragem científica do Conselho Editorial, constituído para o efeito, viriam a ser incluídos na presente publicação. Para além da avaliação da qualidade científica foi tida em consideração a adequação dos artigos submetidos à temática da obra em publicação. Perspectiva-se que igual procedimento venha a ser seguido em reuniões científicas que venham a ser posteriormente organizadas pela Associação Portuguesa de Demografia.

A Associação Portuguesa de Demografia agradece o apoio à realização deste congresso que foi dado pelas seguintes entidades:

Banco de Portugal

Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Fundação Calouste Gulbenkian

Fundação para a Ciência e Tecnologia

Instituto Nacional de Estatística

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Liberty Seguros

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Índice

Fim dos Tempos ou juventude do mundo?	2
João Carlos Graça	
O filho único na sociedade portuguesa: contributo sociológico para a compreensão da baixa natalidade	24
Vanessa Cunha	
Começar cedo faz diferença? — A relação entre o calendário da iniciação e a actividade sexual ulterior	35
Pedro Moura Ferreira	
Acerca da Eficácia das (Recentes) políticas públicas de combate ao envelhecimento em Portugal: algumas lições do passado	
Conceição Rego	58
Maria Filomena Mendes	
António Caleiro	
As Dinâmicas populacionais e os equipamentos e serviços locais	
Maria Luís Rocha Pinto	89
Maria Cristina Sousa Gomes	
João Lourenço Marques	
A escala das unidades de povoamento fora da órbita urbana: o fenómeno da descontinuidade geracional	119
Paulo Machado	
A Influência das migrações internas na nupcialidade e na fecundidade	134
Rui Leandro Maia	
População escrava e condições de vida no Brasil rural oitocentista	151
Rômulo Garcia de Andrade	
Ganhos potenciais em expectativa de vida, no Rio Grande do Sul, em 2005, relativos aos óbitos por causas externas: tábuas de vida de múltiplo decremento	169
Marilene Dias Bandeira	

“Fim dos tempos” ou “juventude do mundo”?

Ensaio de reconsideração de Malthus e dos seus críticos oitocentistas a propósito das recentes discussões relativas ao “declínio demográfico”

João Carlos Graça

Resumo:

O atual contexto de discussão das relações entre o “declínio demográfico”, a chamada globalização e as políticas de *downsizing* da intervenção estatal na economia permite estabelecer um certo número de paralelos e de oposições com o que foi o quadro da recepção das ideias de Malthus na Europa de oitocentos. Eis algumas das questões defrontadas: vivemos uma época de “fim dos tempos” ou a história da humanidade caracteriza-se por um progresso potencialmente indefinido? Se Malthus acertou no diagnóstico dos problemas demográficos fundamentais, como articular isso com realidades tais como o aumento generalizado da esperança média de vida e a cessação do crescimento demográfico? E que implicações ou restrições resultam para as políticas públicas?

Palavras-chave: Excesso populacional, declínio demográfico, níveis salariais, despesas públicas

1. No atual contexto de debates (económicos, políticos, demográficos, sociológicos) tem vindo a tornar-se em boa medida consensual, ou pelo menos hegemónica, a ideia da existência duma relação de causalidade directa e necessária entre o conjunto de mudanças demográficas em curso, particularmente o envelhecimento da população e a cessação do crescimento da mesma, e um *trend* de redução generalizada dos direitos sociais e do nível médio dos salários, ou pelo menos do peso relativo dos mesmos no rendimento nacional.

Quanto a este grupo de noções hoje em dia tendencialmente *mainstream* — quer no plano académico, quer muito mais ainda em termos jornalísticos — é decerto conveniente lembrar algumas das que foram as ideias-chave da argumentação exposta já em 1798 por Thomas Robert Malthus no seu célebre *Ensaio sobre a*

População, bem como alguns dos temas fortes dos autores que procuraram refutá-lo ao longo do século e pouco subsequente, e ainda registrar algumas viragens que ao longo dessas décadas sofreram os alinhamentos das opiniões e valorações, bem como a formação de sucessivas “coligações argumentativas” (permita-se-me a expressão) a que aqueles deram origem.

Para Malthus (1980), recordemo-lo, tratava-se de postular a existência duma relação incontornável entre um “facto da vida” fundamental, a universal escassez de víveres, e a tendência das populações humanas para um crescimento potencialmente geométrico. O assunto central, para o pastor britânico, era a afirmação da inevitabilidade (“física” ou “biológica”) do pauperismo da maioria da população, assumidas certas restrições ambientais, aliás iniludíveis, e assumida enfim a condição de menoridade intelectual, política e moral da tal maioria da população. Os pobres, para Malthus, eram-no assim, e antes de mais, por serem pobres de espírito, constituindo os *positive checks* a única forma de as leis naturais universais poderem fazer valer o seu império e impor o equilíbrio em ameaça permanente de rutura, dado o predomínio generalizado das paixões, e em particular da concupiscência, sobre a conduta do vulgo. Mortandades, guerras, epidemias, etc. não constituíam deste modo mais do que um conjunto de avatares, ou se se quiser uma *ultima ratio*, da grande lei da vida que seria a tal escassez generalizada — ou, na versão correspondente aos prolongamentos oitocentistas (darwinistas e sociais-darwinistas) destas mesmas ideias, a “luta pela vida” e a “sobrevivência/seleção dos mais aptos”.

2. Em paralelo, Malthus argumentou entretanto também pela conveniência da existência de um grupo social, a elite terratenente, cujos interesses foram por si taxativamente associados aos do próprio estado, ou interesse geral da sociedade, e cujo modo de vida consistiria precisamente no ócio e na prática do luxo (cf. particularmente 1820: 287 e segs., 308 e segs.). O grupo de procura de bens e serviços ligado a este modo de vida era, pelo economista britânico, indissociavelmente ligado à existência de um montante de *effectual demand* agregada necessário para a garantia do pleno emprego dos recursos, isto é, para que não se caísse em situação de sobreprodução (ou subconsumo, o que dá no mesmo), acarretando desemprego em massa e mais miséria ainda para a maioria.

O ponto crucial desta aparente duplicidade argumentativa (ameaça de escassez em simultâneo com o seu simétrico especular, a ameaça de sobreprodução) reside na assunção por parte de Malthus da inevitabilidade e/ou da essencial bondade das desigualdades sociais, tratasse-se estritamente de poder, de prestígio e influência, ou sobretudo de riqueza. Se se pretendesse “tirar aos ricos para dar aos pobres” — e deve quanto a isso notar-se que a invenção do imposto directo progressivo e a correlativa

proclamação constitucional de um universal “direito à existência e aos meios de a preservar” tinham ocorrido poucos anos antes na França revolucionária —, as consequência disso seriam directamente lesar os interesses da tal elite, é óbvio que sim, mas indirectamente também os do resto da população, a massa ignara e escrava das paixões, constitucionalmente lúbrica e propensa à violência, que só pela dureza podia ser mantida na ordem, e face à qual fazia realmente todo o sentido pensar em termos de um “sofrimento redentor”: a crueza e os rigores da vida enquanto lição de temor a Deus, de dever de obediência e de moralidade, etc. (cf. 1980: 76 e segs., 135 e segs.).

Estando a maioria de população inevitavelmente imersa em miséria, a alternativa colocada às sociedades seria, assim, a de um igualitarismo que, via reprodução fisiológica desenfreada, desembocaria na miséria universal, e a dum preservação das desigualdades que, significando embora miséria para a maioria, permitia em todo o caso a salvaguarda de uma “flor”, de um “ornamento” do conjunto da sociedade numa elite, a qual deste modo se constituía também em “razão de ser”, “sentido” e “justificação” profunda daquela, em recompensa pelo seu martírio e de certo modo como seu resgate.

3. Ao longo do século XIX houve numerosíssimos movimentos quer de refutação quer de defesa das ideias de Malthus. Não se procederá aqui ao seu levantamento detalhado, evidentemente, mas é em todo o caso necessário registar pelo menos que, se as ideias malthusianas relativas à eventualidade da sobreprodução foram tendencialmente esquecidas ou subavaliadas (viriam como se sabe a ser “redescobertas” no século XX por autores como Keynes e outros, e em contextos muito diversos), já o seu pacote de raciocínios quanto ao perigo de sobrepopulação, à inevitabilidade do pauperismo, à produtividade decrescente dos solos e mesmo quanto à tendência consequente das economias para a estagnação foram, no fundamental, incorporadas no “núcleo duro” dos consensos da economia política daquele século. Malthus foi primeiro considerado pelos clássicos como um precursor da ideia de “estado estacionário”, e depois disso a “revolução neoclássica” recuperou-o também pelo lado da teorização do decréscimo das produtividades marginais. A própria defesa da legitimidade dum forma de rendimento como a renda dos solos (considerada um abuso por vários autores de tendência radical, alvo de sucessivas denúncias de pendor igualitarista e assunto de intermináveis querelas em torno da sua condição enquanto rendimento verdadeiramente “acrescentado” ou meramente “desviado”) foi nas suas linhas mestras incorporada e salvaguardada pela transição do esquema de raciocínio ricardiano, o do valor-trabalho, para o paradigma de Say e depois dos neoclássicos: o valor total representando o mero somatório das

remunerações dos vários “factores produtivos”, sendo estas fixadas de acordo com as respectivas (raridades e consequentes) produtividades marginais.

Malthus foi, assim, consagrado como um autor “austero”, alguém capaz de reconhecer e dizer verdades decerto desagradáveis, mas ainda assim verdades. E como em ciência não é de bom tom “matar o mensageiro”, o prelado britânico acabou deste modo por tornar-se sobretudo respeitável — severo, claro que sim, talvez num ou noutra caso propenso ao exagero retórico e incorrendo porventura nos pecados do *superhavit* de sistematização e/ou do excesso de pretensões de quantificação exacta, mas ainda assim no fundamental probo, lúcido e acertado (ver, quanto a isto, Graça 2008).

4. Face a este quadro, entretanto, o final de século indica um *landslide* de apreciação naquela que é a atitude (académica e política) prevalecente. Se quisermos resumir o seu conteúdo, teremos de reconhecer que basicamente se passa de um ambiente em que o “grande medo” consiste na existência de população “a mais” para um outro caracterizado por temor da possível população “a menos”. O perigo iminente, para cuja importância os decisores políticos são alertados, passa a ser o facto de a população crescer cada vez mais lentamente, sobretudo como efeito da descida das taxas de natalidade. Longe de ser saudado como parte da solução, ou pelo menos uma atenuante daquilo que antes tinha sido diagnosticado como *malaise* fundamental, esse facto passa todavia ele próprio a ser mencionado como um problema excruciante. Alguns autores são particularmente interessantes de seguir na sua trajectória intelectual, dado eles passarem claramente por uma fase “malthusiana”, transitando depois para posições que simplifadamente podemos designar por “anti-malthusianas”, ou mais exactamente natalistas. Ainda assim — e isso é também decerto digno de registo e de destaque —, não raro destes postulados de ordem geral completamente opostos estes autores extraem recomendações práticas que, como no célebre adágio relativo a “ser preso por ter cão e por não ter”, são virtualmente as mesmas, ou quase.

Exemplo emblemático desta trajetória intelectual é a obra do economista francês Paul Leroy-Beaulieu, a seu tempo um verdadeiro “papa” da economia académica daquele país: muitíssimo mais influente do que, por exemplo, Léon Walras ou Frédéric Bastiat o foram. Se num primeiro momento Leroy-Beaulieu acena com ameaças de teor claramente “malthusiano” no contexto sobretudo de polémicas anti-socialistas — a inevitabilidade dos salários baixos, a insensatez das reivindicações salariais “excessivas”, a lesão que a si próprios os operários assim causavam, a vantagem duma tutela esclarecida e benevolente destes pelos patrões, a qual fosse capaz de incutir neles as “boas práticas” (trabalho, poupança, frugalidade, abstinência, pontualidade, asseio, compostura, religiosidade, etc.) que só muito lentamente poderiam levar a

uma melhoria efectiva da sua situação — e neste âmbito Malthus é apresentado como um Hércules de coragem intelectual pela sua alegada capacidade de dizer verdades desagradáveis (cf. particularmente 1868 e 1881), pouco a pouco o prelado de além-Mancha vai perdendo pontos no índice de cotação intelectual do académico francês, acabando mesmo por entrar (como se diz) “no vermelho”.

Em primeiro lugar, é claro, Malthus apresenta o problema de não raro ter sido propenso a raciocinar de forma demasiado “sistémica”, ou seja, a especular em demasia, um pouco como os alvos das suas próprias críticas (os filósofos alegadamente “sistemáticos” e “geométricos” das Luzes tardias, em particular Godwin e Condorcet), e também a pretender quantificar de forma exacta sem apoio suficiente nos factos e nas estatísticas. Depois há também o senão do “pessimismo”, a aura de ave de mau agouro que, merecida ou imerecidamente, acabou por se lhe vir a colar. Ora, quanto a isso, Leroy-Beaulieu, se é pela manutenção duma postura “austera”, prefere claramente deixar uma luz de esperança no final da sua exposição. É falso, em suma, que os salários sejam inevitavelmente um mero rendimento “de subsistência”. É-o contra Malthus e os outros economistas clássicos e é-o também, claro, contra os socialistas como Marx que se tinham pretendido apoiar na economia política clássica para a virar às avessas em matéria de implicações práticas. Não é um facto que o próprio Marx reconhecesse no fundamental dos raciocínios dos clássicos um núcleo de verdade que se limitara ele próprio a pretender relativizar socialmente e criticar “dialecticamente”? Escondida na tendência para o “estado estacionário” não estaria a “baixa tendencial da taxa de lucro”? Por detrás da alegada inevitabilidade dos salários como mero rendimento de subsistência não espreitava a ideia do “exército industrial de reserva”? E a própria concorrência universal, ou guerra comercial de todos contra todos, com as correlativas luta pela vida e seleção dos mais capazes, de genealogia intelectual enraizada em Hobbes-Malthus-Darwin-Galton, não traduziria ela a verdade profunda do carácter meramente animal da existência humana em capitalismo, isto é, da ainda não plena humanização do homem?

Todas estas proximidades, por paradoxais que parecessem (ou pareçam), mereciam evidentemente uma *démarche* de correcção permitindo pelo contrário a afirmação de que, por via “ordeira”, pela mão da moral e da religião, uma clareira de esperança se abria no fundo dos sofrimentos dos trabalhadores manuais, a massa de *malheureux* que compõem a grande maioria da população mesmo das sociedades civilizadas.

5. Desta ressalva “melhorista” e “otimista” aos raciocínios malthusianos, Leroy-Beaulieu vem entretanto, em fase posterior, a transitar para um intuito de refutação “em profundidade” dos mesmos. É o que importa agora considerar mais detalhadamente. Em traços gerais, pode dizer-se que o economista francês se dá conta

da passagem no seu país de um regime demográfico correspondente a elevadas taxas de natalidade e de mortalidade, mas com um saldo fisiológico claramente positivo, a um outro em que ambas aquelas taxas declinam, mas referindo-se essa tendência sobretudo à baixa da natalidade, pelo que o saldo fisiológico se avizinha assim de valores nulos.

Em face disto, Leroy-Beaulieu crê presenciar uma alteração cultural muito profunda e consistente, da qual não é de todo um simpatizante. Em comparação com países vizinhos, particularmente o Reino Unido, a Alemanha e a Itália, a sociedade francesa seria uma sociedade caracterizada desde logo por uma tendência excessiva para a partilha das heranças (ela própria já em boa medida o correlato do seu excessivo igualitarismo), mas sobretudo por uma excessiva exaltação da *joie de vivre*, pela generalização de práticas correspondentes à tendência para o gozo pleno da existência, pela difusão também dos métodos anticoncepcionais, ao que corresponderia uma perda da *antiqua virtus*, daquelas firmeza, audácia e força de carácter que caracterizam as nações vencedoras, quer no plano militar quer no económico (cf. 1900, 1908, 1913; ver também Graça 2002: 325-344).

Aliás, deve quanto a isto registrar-se que a sua obra permite o aproximar das concepções diversificadas de “virtude”, as quais ao longo da Idade Moderna tinham de forma clara evoluído da exaltação de características claramente marciais para a de outras predominantemente económicas, é certo que em parte escoradas nas primeiras — persistência, coragem, frugalidade, espírito de sacrifício, capacidade de reconhecer as oportunidades oferecidas pela Fortuna e de as aproveitar... —, mas sofrendo entretanto um processo de “civilização” e de pacificação: honestidade, respeito pela palavra dada, tendência para a crescente especificação contratual, etc. (veja-se quanto a este grupo de temáticas Hirschman 1980, Romani 2002). Com Leroy-Beaulieu, pode dizer-se, a virtude económica é de novo em parte marcializada. É por isso também que este autor, que em boa medida a si mesmo terá considerado um verdadeiro “Catão” do pensamento económico, se torna particularmente avesso à crescente intervenção económica estatal a que assiste, a qual é na França correlativa da perda de espírito de iniciativa, da maré alta do gosto pela previsibilidade e pelas garantias, da busca excessiva da segurança... quase diríamos do “amolecimento” e da “perda de fibra” que caracterizam os covardes. Tudo isso, por outro lado, correndo em paralelo com o acentuar de tendências para a redistribuição igualitária do rendimento — em particular a difusão do imposto directo progressivo, que Leroy-Beaulieu tanto abomina e que associa directamente aos progressos do sufrágio, que se vem tornando quase universal — e de um “garantismo” também cada vez mais generalizado, com a difusão de vários esquemas de seguros associados à actividade económica, com os progressos da contratação colectiva, com a extensão absurda (e economicamente inútil, para além de moralmente perniciosa) da instrução pública gratuita e obrigatória, etc.

6. Esta mudança de opiniões em matéria económica e demográfica vem associada a uma guinada cultural significativa. Vários autores têm recentemente chamado a atenção, na análise de um facto social como o racismo, para a importância de se distinguir aquilo que é por vezes designado por racismo “transversal” do que pode, por oposição, ser chamado “racismo horizontal” (cf. por todos Losurdo 2002). O primeiro está tipicamente associado às elites tradicionais, de sociedades de Antigo Regime, elites tendencialmente cosmopolitas e que sabem sobretudo distinguir-se da massa anónima, do vulgo estúpido e grosseiro. É este último, portanto, o alvo preferencial da exclusão e da exautoração dos direitos inerentes à dignidade da condição humana. Para estas elites, note-se, o patriotismo é um sentimento tendencialmente alheio e as diferenças realmente significativas são as que se reportam à posição de cada um no *ranking* de prestígio, e em geral nas hierarquias sociais.

Por contraste, ao longo do século XIX assiste-se por um lado à “nacionalização” das elites, enquanto por outro as massas registam uma inegável promoção no seu estatuto relativamente aos diversos aspetos: riqueza, prestígio e/ou aspetos políticos, com a sucessiva extensão do sufrágio. A linha de clivagem fundamental tende assim a passar a ser a correspondente ao tal “racismo horizontal”, à putativa superioridade e/ou exclusividade e privilégios de um certo *ethnos*. A prevalência deste tipo de sentimentos é correlativa, pois: a) da democratização da vida nas metrópoles europeias, b) da corrida destas à constituição e consolidação de impérios coloniais.

Naturalmente, a viragem do elitismo “clássico” para os nacionalismos imperiais, de base étnica, não é coisa para um dia, ou processável num piscar de olhos. Todavia, se se pensar por exemplo na posição de um Edmund Burke, que aos pretensos *Rights of Man* de filiação filosófica “abstracta” e pretensões universais contrapunha os particularistas *rights of the Englishmen*, alegadamente fundados numa história muito particular e por isso denominados “direitos históricos” e referidos a um grupo étnico determinado — ao “povo do destino”, a indómita nação inglesa, e à sua *uniqueness* ou ao seu “excepcionalismo” —, podemos compreender o fundamental da tendência evolutiva em questão.

7. A isso acrescia ainda o facto de a própria expansão colonial, para além de poder servir como válvula de segurança relativamente aos problemas económicos das metrópoles, por exemplo via emigração, propiciar ainda o surto entre as massas de cada uma daquelas dum relação de lealdade para com as respectivas elites, servindo a paixão patriótica em grande medida como sucedâneo da paixão “classista”, desse ódio súbito aos ricos e poderosos em que a cada momento pode transmutar-se uma prática quotidiana de obediência cega e resignação — as quais todavia comportam

também um elemento de acumulação de agravos e de rancores do qual só em momentos críticos os próprios parecem dar-se conta.

Quer pelo lado da possibilidade directa de evitar fazer cedências em matéria de direitos económicos e sociais, quer por esse outro mais indirecto de obter uma lenta mudança nas paixões prevalecentes do vulgo, o caminho desenha-se, para Leroy-Beaulieu, enquanto aposta na natalidade revigorada e na expansão colonial. Dado colonizar pouco, e de forma meramente administrativa, ao contrário do que acontece com o ímpeto privado das sociedades civis das “raças anglo-saxónicas”, por exemplo, habituadas ao *self-help*, a França encontra-se assim em situação de “sequestro demográfico”, até porque a leste a Alemanha e a Itália revelam-se também elas nações jovens, viris, criativas, corajosas, empreendedoras, o que as faz a prazo ser mais populosas do que os franceses, corrompidos como se disse pela promessa de “felicidade” geral que é a mais perniciosa das mentiras dos literatos e demagogos que a têm arrastado para a democracia (o sufrágio universal) e as suas desastrosas consequências: a intervenção económica estatal crescente, o imposto progressivo inibidor da criação de riquezas, a paixão política permanentemente exacerbada e estimuladora de quezílias e de invejas incessantes, a mania arrogante da instrução universal e sem preocupações de aplicação prática profissional, a reclamação de garantias para tudo e para nada, a esterilização subsequente do espírito de iniciativa, etc. (cf. Leroy-Beaulieu 1868, 1881, 1900, 1908, 1913; para um resumo, Graça 2002: 325-344).

8. Não é aqui o lugar para aprofundar o estudo do caso de Leroy-Beaulieu, o qual deve neste contexto ser, isso sim, considerado pelo seu valor “ideal-típico”. Com flutuações relativas aos temas da etnia e da “raça”, as suas preocupações ecoam nos teóricos da Action Française — a França como país de desenraizados e mestiços (daí precisamente a baixa natalidade), ao qual seria necessário “renacionalizar” numa base étnica com apelos aos “mitos”, a *la terre et les morts*, etc. —, mas também perpassam por exemplo a escola sociológica de Le Play, chegando aos nossos dias pela mão de Emmanuel Todd e Hervé Le Bras (1981) sob a forma de lamento acerca das alegadas instabilidade e incoerência das estruturas familiares da sociedade francesa, a qual seria por isso mesmo doentamente inclinada para os ideais relativos ao “género humano”, pela pena de Louis Dumont (1985, 1991) enquanto denúncia do igualitarismo e do universalismo patológicos dos franceses, consequência de não serem eles uma *Gemeinschaft* anterior ao Estado, mas o contrário disso, uma *Gesellschaft* sem alma e mais ou menos “frankensteiniana”, parida pelo poder político unificador e centralizador (mas fundamentalmente “exterior”) de Paris. Fora da França, e um pouco mais tarde, uma boa parte deste pacote de motivos incorpora

também aquilo que na Alemanha já foi denominado *Kriegsideologie*, “ideologia da guerra” (cf. Losurdo 1998), com os seus apelos ao “sangue e solo”, ao “destino” e afins. Num registo disciplinar diverso, entretanto, os ecos de Leroy-Beaulieu ao nível da *maistream economics*, e mais ainda do “jornalismo económico”, são demasiado óbvios, demasiado nossos contemporâneos e demasiado *vox populi* para quaisquer referências a autores particulares serem necessárias.

9. E é por isso mesmo que aqui gostaria de deixar esta recensão como provocação e desafio a que se proceda a um exame mais profundo das relações entre evoluções demográficas e económicas, bem como a uma discussão do que é realmente “necessário” ou “inevitável” nestas e daquilo que, por contraste, é deixado em aberto à escolha consciente das sociedades, em particular às suas deliberações políticas.

Para Malthus, e como vimos, era uma evidência apodítica e um incontornável “facto da natureza” que os rendimentos da imensa maioria, a população vivendo de salários, não poderiam senão ser rendimentos de subsistência. Porquê? Por causa do facto indesmentível que é a natureza animalesca da tal imensa maioria, do que resultavam reprodução potencialmente desenfreada e, face à escassez de recursos, inevitável entrada em acção dos *positive checks*.

Mas a população parece entretanto evidenciar tendências para o refrear da natalidade? Bom, se tal resultado for conseguido da forma que propugnam Francis Place e os owenianos, isto é, através do recurso aos “artifícios” anticoncepcionais e à correlativa transformação do casamento numa mera “prostituição monogâmica” (ou, como também se escreveu, num “onanismo conjugal”), isso não resolverá os problemas, dado significar que as massas continuam a ser a imensa besta que sempre foram, submetida como sempre esteve ao império das paixões e à completa impotência da razão. Quando muito, seria nesse caso talvez interessante pensar-se em apostar em paixões sucedâneas à mera *joie de vivre*...

Quais elas? O patriotismo étnico, escola de respeito pelas tradições dos maiores e das clássicas virtudes heróicas, talvez não seja de todo má ideia... Mas o que é necessário, entretanto, é colocar travões à mania democrática (isto é, igualitária) duma intervenção económica estatal crescente a favor dos mais fracos. A linha argumentativa será nesse caso: os salários e os direitos sociais estão impedidos de aumentar, não por natalidade “a mais”, mas, o que bem vistas as coisas dá basicamente no mesmo, por natalidade “a menos”. O dispositivo fundamental das alegações pode perfeitamente passar pela reaproximação mencionada das virtudes económicas às virtudes marciais, nomeadamente através da explícita e enfática inserção do elemento “empresarial” naquelas: os povos da *joie de vivre* são povos amolecidos (moralmente e biologicamente senis) e irão, tarde ou cedo, perder o

desafio da guerra de todos contra todos à escala mundial, trate-se aqui: a) da guerra meramente larvar que é a competição comercial, porque a expansão do comércio mundial e a abertura crescente das economias (isto é, o equivalente de há um século da nossa “globalização”) ditam a inevitável perda de competitividade das nações mais “mimadas”, esses *enfants gâtés* que são as nações do sufrágio universal, do imposto progressivo, da instrução pública e dos direitos sociais; ou b) da guerra em sentido estrito, dado estarem igualmente em curso os *great games* da expansão colonial global, fidelizadores das massas de cada país à respectiva elite através do dispositivo de imensa auto-lisonja colectiva que é o culto do “excepcionalismo” de cada “destino nacional”, e ao mesmo tempo garantia de válvula de escape para eventuais excessos demográficos (entre diversas outras possíveis vantagens económicas).

10. Chegados a este ponto, creio haver matéria suficiente para nos irmos aproximando do núcleo dos debates nossos contemporâneos sobre demografia e direitos sociais. Raciócinios do tipo inevitabilidade de *downsizing* dos direitos sociais em virtude do défice de natalidade e do correlativo envelhecimento populacional, em paralelo com a tal de “globalização” (não *cooperação* económica global, registemo-lo, mas sobretudo *competição* económica global), constituem hoje, pode dizer-se, um discurso ao qual somos expostos a toda a hora e em quase todo o lado.

Será uma linha de argumentação legítima? Creio ser necessário reconhecer, pelo menos, que tudo depende da perspectiva. Fazendo face a desafios análogos, sociedades diferentes dão-lhes respostas diversificadas e apontando não raro para subseqüentes trajetórias históricas marcadamente *path-dependent* e auto-reforçadas. Ocorre-me, quanto a isto, mencionar por exemplo o que já foi designado por “equilíbrio demográfico de Sinha-Elvin”, situação na qual, defrontando o perigo dum excedente populacional, as sociedades respondem através duma “revolução industriosa” (*industrious revolution*), a qual todavia não implica alterações tecnológicas significativas, mas apenas a intensificação e refinamento das tecnologias produtivas disponíveis, o que se traduz evidentemente num equilíbrio demográfico de nível relativamente baixo. Por oposição a este, as sociedades que experimentam uma verdadeira “revolução industrial” vêm tipicamente a sofrer todo um conjunto de mutações acarretando a possibilidade de reposição do equilíbrio demográfico a um nível diferente e muito mais elevado do que o anterior (cf. Elvin 1984, 2008). Estamos aqui, por conseguinte, em boa medida perante um caso de “equilíbrios pontilhados” à *la* Stephen Jay Gould, mas referidos a essa muitíssimo particular variedade de sociedades animais que são as sociedades humanas.

É um exemplo entre tantos e tantos possíveis, que a ignorância temerária de um economista-sociólogo se atreve a sugerir a um areópago bem mais esclarecido do que

ele em matérias de demografia. Ainda assim, tal permite desde logo sublinhar um aspecto que nos nossos dias se vai tornando cada vez mais importante e digno de destaque: *there is more than one way*, é falso que haja uma só evolução possível no futuro de cada sociedade, as trajectórias históricas dependem em boa medida das escolhas feitas, conscientes ou não, “boas” ou “más”, e sobretudo a verdade de cada tese acerca da vida social é em muitos casos uma verdade fundamentalmente “performativa”, isto é, dependente do efeito de persuasão e convicção que os argumentos (e os “mitos”) tenham sobre os agentes, os quais se tornam assim em realizadores das suas próprias profecias, individuais e colectivas.

11. Expliquemo-nos melhor, com um exemplo retirado das discussões actuais sobre a “globalização”. Não é verdade que, conforme tantas e tantas vezes nos garantem através de doutrinação omnipresente e até à náusea, o aumento da importância relativa do comércio mundial induz “necessariamente” uma descida da importância relativa dos salários e, por via das restrições impostas à percepção de impostos, também do peso relativo dos estados nas economias, nomeadamente no respeitante aos aspectos *welfaristas* dos mesmos? “Globalização” e alegada inutilidade das actuações governamentais significam, assim, iniludíveis restrições aos direitos sociais, para além de acarretarem um esvaziamento de toda a dimensão realmente substantiva do debate político, uma vez que o futuro das sociedades não está, assim se diz, verdadeiramente nas mãos dos cidadãos destas, residindo antes na cega lógica de funcionamento do “mercado”.

Se se considerar este grupo de assuntos com um pouco mais de atenção, entretanto, rapidamente verificamos um certo número de aspectos marcadamente dissonantes relativamente a esta narrativa. Em primeiro lugar, o peso relativo do comércio mundial (Imp.+ Exp.) por referência ao produto mundial não subiu de forma continuada ao longo de século XX, antes decresceu primeiro acentuadamente, para voltar a atingir os valores de 1914 já só em plena década de 1990. O “pequeno século XX”, com todo o seu portentoso crescimento económico à escala mundial, com todas as suas extraordinárias alterações na vida das sociedades, foi de facto primeiro um século de relativo fechamento e “autarcia” e, considerado na globalidade, um século de estagnação da importância relativa do comércio mundial. Em segundo lugar, mesmo a inegável subida observada desde 1990 fica no fundamental a dever-se não a comércio propriamente mundial, mas a outro de natureza intrarregional, isto é, interno a organizações com a UE, a NAFTA, o MERCOSUR e afins. Se esta última variedade for abatida aos números globais, isto é, se por exemplo as transações entre a França e a Bélgica, ou entre a Argentina e o Uruguai, passarem a ser consideradas comércio interno, então o que se observa é um claro fechamento das economias. Pelo que a *big*

picture da evolução secular nesta matéria não corresponde de facto à “globalização” (ou “mundialização”), mas à regionalização — e em particular, garantem mesmo alguns (cf. passim Neil Fligstein 2000) à “europeização”. E isto, no fundamental, porque o comércio, para ser uma actividade continuada, pressupondo fiabilidade e vantagens realmente mútuas, acarreta a existência de regulação jurídica e política, como aquela que, precisamente, estas organizações fornecem. O comércio, em suma, mesmo o comércio internacional, tem de estar jurídica e politicamente *embedded*, “incrustado”, sob pena de se tender a tornar uma actividade de vantagens unilaterais, meramente oportunista, propensa à pilhagem e à pirataria mais ou menos encapotadas ou declaradas. (Registe-se que o que sucede com os mais “epidérmicos” ou meramente especulativos movimentos de capitais é evidentemente toda uma outra história; quanto a isto, cf. Wade 2006 e 2008).

Em terceiro lugar, o peso relativo do estado na economia tem, ele sim, tendido a crescer ao longo das décadas e dos séculos de forma mais ou menos continuada — já Adam Smith regista aliás esse facto n’*A Riqueza das Nações*, mas contentando-se em considerá-lo como um paradoxo. Em termos gerais, pode dizer-se que a *mainstream economics* tende a desvalorizar o papel das “externalidades positivas” associadas à actuação estatal, as quais são todavia absolutamente cruciais para a compreensão dos processos de crescimento e desenvolvimento económicos. À medida que as sociedades se desenvolvem e complexificam, o peso relativo das funções que tendencialmente só os poderes públicos podem fornecer não diminui, bem antes pelo contrário. O conseqüente crescimento do PIB, entretanto, permite punções fiscais absoluta e comparativamente crescentes (era o facto que Smith registava, não reconhecendo todavia a sua contrapartida), as quais sustentam intervenções públicas ainda maiores em períodos subseqüentes — e assim sucessivamente, em regime de “espiral fiscal ascendente”, ou de “ciclo virtuoso”, quer em termos de fiscalidade pública quer em termos económicos gerais. Pelo contrário, as sociedades com bloqueios nos seus processos de desenvolvimento caem tipicamente em “espirais descendentes”, ou em “ciclos viciosos”, em que as dificuldades de obtenção de receitas levam os poderes públicos à retirada da economia, conduzindo essas medidas a um efeito de “multiplicador negativo” sobre o ritmo de de/crescimento económico — e de novo assim sucessivamente, mas agora antes pelo contrário.

12. E em termos de evolução dos salários? Bom, parece quanto a isto poder falar-se duma evolução marcadamente em paralelo com a do peso do estado. Tal como é falso que as economias mais pobres constituam no fundamental uma ameaça para as mais desenvolvidas pelo lado do menor peso da fiscalidade — os impostos são mais pesados absoluta e relativamente na Suécia do que em Portugal, e em Portugal do que em

Moçambique, mas apesar disso *ou precisamente por isso* a Suécia tem um meio ambiente para os negócios muito melhor do que de português, e este do que o moçambicano (negócios com perspectiva continuada, entenda-se, que não meras negociatas oportunistas) —, assim também é basicamente falso que os salários arrepiantemente baixos de Moçambique constituam uma ameaça para o emprego dos portugueses, ou que o relativo estoicismo deste últimos chegue para os tornar, do ponto de vista das decisões racionais de investimento, uma alternativa válida aos suecos, decerto que muito mais exigentes em matéria de “regalias” e de “privilégios” laborais... mas também muito mais sofisticados em formação académica, mais inteligentes, mais fiáveis, mais efetivamente comprometidos com a profissão, etc.

Mas há mais. Tal como o peso relativo da intervenção do estado indica uma ordem decrescente Suécia-Portugal-Moçambique, assim também o peso relativo dos salários (e não apenas o valor absoluto ou em “paridade de poder compra” dos mesmos) corresponde ao mesmo ordenamento. Em geral, acrescentemos ainda, o índice de Gini da distribuição dos rendimentos tem a ordem exactamente inversa, o que confirma a tendência identificada. As sociedades mais desenvolvidas são, em suma, menos tolerantes em matéria de desigualdades sociais, isto é, tendencialmente mais inclinadas para o igualitarismo. As menos desenvolvidas, sociedades correspondentes ao tipo ideal do modelo *lords-and-peasants*, são pelo contrário mais supersticiosamente inclinadas para o respeito pelas hierarquias e por isso mais temerosas em matéria de reivindicações redistributivas.

Este grupo de factos combina-se com outros, de ordem eminentemente cultural ou “institucional”. Sociedades com “PIB *per capita*” bastante próximos podem por vezes diferir de forma significativa quanto a níveis salariais e formas de distribuição do rendimento. Era o que se verificava há alguns anos, por exemplo, no confronto da situação de Portugal com a da Grécia: PIB *per capita* quase igual, mas salário médio consideravelmente mais elevado entre os gregos, com um índice de Gini na repartição do rendimento correspondentemente mais baixo. Os portugueses são, permita-se-me a liberdade retórica, um pouco os “brasileiros” da Europa em matéria de tolerância face às desigualdades. Só isto já chegaria, claro, para contestar a ideia duma relação “necessária” entre aspectos diferentes da vida em sociedade: porque não fugiria então o capital grego para cá, ou porque não emigraríamos nós para a Grécia, até que a escassez relativa dos factores produtivos, as respectivas produtividades marginais e remunerações unitárias ficassem iguais? Mas o que é mais curioso é que as repercussões susceptíveis de serem percebidas, e logo a médio prazo, são exactamente as contrárias das sugeridas pelo modelo do “jornalismo económico”: a Grécia descolou entretanto, durante a maior parte da década de 2000, em PIB *per capita*, convergindo com a média europeia, enquanto Portugal se atrasou, afastando-se daquela. De permeio, fomos assistindo à tal retirada do estado (“austeridade”,

combate ao déficit, contenção das despesas, “consolidação das finanças públicas”), exaltada por um coro de quase unanimidade em matéria de acesso aos grandes meios, mas indutor, segundo todas as evidências disponíveis, duma travagem do crescimento económico, e por isso de dificuldades crescentes na percepção dos impostos, e assim da necessidade de “sacrifícios” subsequentes ainda maiores, etc.

Breves observações adicionais se impõem em Abril de 2013. Estas linhas, escritas em finais de 2008, devem evidentemente ser complementadas com a consideração da factualidade posterior à crise financeira internacional e com a acentuação recessiva do enquadramento institucional da UEM, a qual atingiu quer a Portugal quer à Grécia, mas mais duramente a este país. Entre outras dimensões, o carácter diferencial da vivência da crise no âmbito da UEM, com reforço das posições relativas do centro, ou “Grande Alemanha”, e degradação pronunciada da periferia de PIIGS (para além de um padrão de robustecimento das posições do capital financeiro e de compressão dos rendimentos do trabalho, de ataque persistente ao “estado social” e também de agravamento óbvio das assimetrias regionais) interpela-nos de forma muito viva, e muito dolorosa, pela natureza patentemente institucional dos arranjos produtores de tal tipo de resultados, aliás sugerindo mesmo a necessidade imperiosa, quer para Portugal quer para a Grécia, duma saída da Eurolândia enquanto condição prévia, absolutamente incontornável, à superação dos apertos financeiros e ao evitar duma perigosa inflexão estrutural rumo ao subdesenvolvimento, em particular dada a condição de países exportadores de mão-de-obra qualificada a que a insistência (muito ideológica e muito irrefletida) na permanência na UEM realmente existente condena ambos os países.

13. A preservação e mesmo acentuação desta diversidade de trajetórias, em vez da tal “inevitável” convergência, corresponde em parte ao facto de nas economias dos diversos países o sector dos serviços, o qual não é pois susceptível de comercialização à distância, tender a aumentar em importância relativa. Ao contrário do que se passa, por exemplo, com a produção de têxteis, a enfermeira chinesa pode bem ganhar muito menos do que a portuguesa: visto que nós temos de ser tratados aqui, essa discrepância salarial pouca ou nenhuma influência exerce sobre os níveis salariais na nossa enfermagem (ver quanto a isto, p. ex., Lind 2005).

Como se compreende, este é precisamente o ponto em que o debate sobre evoluções salariais e “globalização” entronca na problemática das políticas de migrações. De forma resumida, destacarei que, se houver a segurança da cidadania plena para os imigrantes de cada país, há também a garantia de que o seu afluxo não terá um efeito de *race to the bottom* dos salários respectivos. Senão não. O nível de qualificação dos referidos imigrantes é uma outra variável importante a considerar. Se se tratar

predominantemente de *unskilled labour*, existe a possibilidade duma “segmentação de mercado” que preserve pelo menos o nível dos salários da parte academicamente qualificada da *citizenry*. Se, entretanto, os metecos tiverem em geral um nível academicamente elevado, nem mesmo isso.

Estes factos devem ser pensados levando-se igualmente em consideração o carácter também ele potencialmente divergente das estratégias dos empregadores. Já tem sido notado que nas sociedades esclavagistas os proprietários de escravos defrontam aquilo que pode ser considerado como um “dilema do prisioneiro” no respeitante à intensidade de utilização daqueles. Embora seja mais vantajoso a prazo fazê-lo de forma moderada, permitindo uma esperança média de vida razoável da parte dos escravos, bem como a reprodução fisiológica dos mesmos correspondente pelo menos à manutenção do seu número, a verdade é que a pesquisa historiográfica aponta evidências que sugerem a prática maciça do contrário, o que aliás terá estado na origem da necessidade permanente de repor o *stock* de mão-de-obra escrava, fosse através de sucessivas guerras de conquista (antiguidade clássica), fosse através do tráfico intercontinental (escravatura das Américas na idade moderna). Em suma, seria vantajoso para cada proprietário ser moderado, sim... mas só se houvesse a garantia de que os outros também eram de algum modo “mantidos na linha”, dado que a prática de abusos produz com facilidade possibilidades de vantagens no curto prazo através do “dumping social”. Deste modo, a trajetória das sociedades esclavagistas terá, em termos económicos, ficado associada a alguma forma de “equilíbrio de Nash”, havendo tentativas recorrentes, sim, de obter um equilíbrio (demográfico e económico) de nível superior, mas sendo elas sistematicamente votadas ao fracasso (quanto a este grupo de assuntos, ver Anderson 1982, Finley 1986).

Agora bem, se pensarmos no que foi a política britânica nesta matéria ao longo do século XIX, obteremos informação bem interessante e sugestiva. Até determinada altura, o Reino Unido, para além de ser ele próprio beneficiário directo do recurso à escravatura, foi por outro lado o principal praticante do respectivo tráfico, depois de ter retirado à Espanha esse monopólio. Na viragem dos séculos XVIII/XIX, aliás, os britânicos são os representantes *par excellence* da preservação do tráfico, contra as tendências francesas de supressão daquele, ou mesmo, em versão jacobina e “terrorista”, de abolição pura e simples do próprio instituto da escravatura (cf. Gauthier 2006a, 2006b; para uma perspectiva algo mais cética quanto às motivações francesas, ver também Blackburn 2008). Durante o século XIX, entretanto, e face à subida do tom das campanhas abolicionistas, o Reino Unido, anteriormente o principal praticante e beneficiário do tráfico, abandona-o e, acto contínuo, torna-se um intransigente defensor da sua proibição universal (tendo aliás chegado a intervir directamente contra interesses portugueses nesta matéria). É difícil, obviamente, não ver nesta conduta sugestões do padrão correspondente à máxima “se não é para mim,

então...” O mais importante aqui, entretanto, não é a discussão das profundezas morais (ou ausência delas) na conversão ao abolicionismo. Trata-se antes de registrar a viabilidade real de combate efetivo a uma versão extrema de “dumping social”, mas também a existência de consequências muito reais das mudanças operadas na opinião pública e, sobretudo, a possibilidade de guinadas drásticas nas condutas dos agentes, as quais são em certas circunstâncias susceptíveis elas próprias de “efeitos em cascata”: o abolicionismo britânico veio a desembocar, como se sabe, no abolicionismo universal.

14. Registado o carácter complexo e multimodo das relações de causalidade nestas matérias, bem como os efeitos de reforço de eventuais trajectórias históricas divergentes, é importante chamar a atenção para um certo número de problemas que contribuem para tornar nebuloso (e quanto a alguns aspectos preocupante) o cenário de possíveis evoluções económicas e demográficas. O primeiro deles, já antes aludido, refere-se ao facto de, na sequência de um conjunto relativamente vasto de matéria factual que não é aqui o lugar para discutir, estar hoje colocada em perigo a “segmentação de mercado” que protegia até algum tempo vários sectores laborais das sociedades receptoras de imigrantes. Como é do conhecimento geral, e reportando-me ao caso português, se é verdade que os imigrantes “tradicionais” (africanos e, em menor grau, brasileiros) eram sistematicamente menos qualificados academicamente que a média da população, já o contrário se passa com os imigrantes dos países do leste da Europa. Provenientes de sociedades em que a *shock therapy* associada à “transição para o mercado” produziu um enorme colapso civilizacional (disparar em flecha da mortalidade infantil, queda brusca da esperança média de vida, etc.), estes imigrantes mantêm ainda assim um perfil de qualificação média em termos académicos claramente superior ao observável em Portugal, tendendo portanto a funcionar como “exército de reserva” que deverá contribuir para manter baixos os salários mesmo dos segmentos mais qualificados, a menos que, via absorção rápida pela *citizenry*, o seu próprio nível de expectativas e de exigências se eleve rapidamente.

Algo de análogo se passa em matéria de “deslocalizações” industriais para o leste europeu, as quais beneficiaram de condições antes inexistentes para os investidores, com a simultaneidade, pelo menos momentânea, de trabalho academicamente qualificado e pouco exigente em matéria salarial. Também quanto a isto, o facto de a “transição para o mercado” destas sociedades ter sido obtida não através duma convergência “no topo” (isto é, a sua possível “escandinavização”), mas através duma confluência “na base” (ou seja, a sua efectiva “sul-americanização”), terá determinado um enorme efeito de pressão para a baixa nos níveis salariais nas sociedades a

ocidente, influenciando igualmente a respectiva distribuição de rendimentos no sentido do aumento correspondente dos índices de Gini.

Mais curioso ainda, de um ponto de vista analítico, é porventura o facto de ter sido assim possível produzir um ambiente social que constitui uma espécie de “paraíso dos empregadores”, e em que modalidade isso pôde (e pode) operar. Se antes aqueles enfrentavam também eles uma variedade de “dilema do prisioneiro”, com alternativas entre mão-de-obra menos qualificada, mas mais barata, e maior qualificação acompanhada de maiores níveis salariais, agora, para além de se ter tornado possível, do ponto de vista daqueles, obter momentaneamente “o melhor de dois mundos”, abrem-se perspectivas de resolução em permanência dos problemas da sustentabilidade de tal situação “ótima”. De facto, esta induz compreensivelmente, caso se verifique, uma diminuição da necessidade de manutenção dum esforço de formação académica, dado que o trabalho qualificado pode ser sistematicamente importado de sociedades com populações menos reivindicativas, evitando-se assim os inconvenientes associados à *citizenry* académicamente mais qualificada, a qual é, como se sabe pelo menos desde Leroy-Beaulieu, um grupo social tendencialmente “mimado” em excesso.

15. E assim se chega ao que é, talvez, um dos aspectos mais desconcertantes e aparentemente paradoxais da situação actual em matéria de fluxos migratórios. As sociedades mais pobres, para além de estarem numa situação em que é maior a “tentação” de aposta no perfil de salários baixos e mão-de-obra desqualificada, são também sociedades exportadoras da mão-de-obra mais qualificada que chegam a produzir. Como se sabe, Portugal, que é um país com menos engenheiros por mil pessoas do que a média da União Europeia, é entretanto também um país onde existe a percepção de que temos engenheiros a mais... e canalizadores a menos. Em parte, é verdade, tal resulta de aspectos eminentemente culturais (está muito bem fazer-se vida como canalizador, é claro, mas é melhor que sejam os filhos dos outros e dedicar-se a tal, que não os meus), mas também há nisso uma parte de factualidade, embora apenas performativa: nas sociedades mais pobres *há realmente menos necessidade de engenheiros* que nas mais ricas, dado que o desenvolvimento económico tende a produzir as necessidades sociais correspondentes à “oferta” que ele próprio gera.

Deste modo, o estudante que conclui a licenciatura e até pretendia na verdade empregar-se, continua a estudar para mestrado e segue depois para doutoramento, se os pais, a FCT ou outra a graça de qualquer outra instituição lho permitir. Havendo bolsa que permita o doutoramento e continuando a não haver emprego correspondente, bom... segue-se para pós-doutoramento no estrangeiro, com financiamento público e/ou privado português. E finalmente (finalmente!), a haver

emprego compatível, isso será talvez nos EUA, no RU... — em suma, eis que uma sociedade mais pobre, a portuguesa, financiou a formação de mão-de-obra qualificadíssima, comparativamente pouco exigente (porque sabe bem o que é ameaça iminente de desemprego até muito tarde no ciclo de vida) e da qual tirarão partido sociedades mais ricas, sobretudo os respectivos empregadores. Se se pensar na quantidade não sobretudo de portugueses no EUA, França, RU, Alemanha, mas, por exemplo, de indianos e malaios no sistema de saúde britânico, ou mesmo de brasileiros na vida académica em Portugal, depressa se compreenderá o nível de ramificações deste fenómeno, equivalente a uma enormíssima punção fiscal regressiva à escala mundial (não um “efeito Robin Hood”, digamos, mas um “efeito Xerife de Nottingham”), que consiste em serem os países relativamente pobres a suportarem as despesas de qualificação do trabalho das sociedades mais ricas.

16. O texto já vai extenso e disperso, e dou-me agora conta de que a “reescapagem” para a discussão de Malthus e dos seus críticos não é talvez muito óbvia. Sublinharei, à guisa de aproximação das alegações finais, que: a) as relações entre dimensões económicas, culturais e demográficas da vida das sociedades não são unívocas; b) essas relações compreendem vários aspectos de “propiciamento recíproco”, mas talvez nenhuma verdadeira causalidade necessária; c) essas quase-causalidades são frequentemente de natureza “circular cumulativa”, isto é, podem estar associadas a efeitos de cascata, e por isso também à eventualidade de evoluções marcadamente divergentes (com um sistema, talvez, de “equilíbrios pontilhados”, sendo frequentemente inviáveis soluções intermédias); d) as retóricas que acompanham os factos são por vezes marcadamente incoerentes do ponto de vista lógico, como acontecia com a argumentação de Leroy-Beaulieu a respeito da população “a mais” e “a menos” e das alegadas repercussões disso na evolução económica e no nível dos salários, mas o efeito de doutrinação das mesmas não é desprezível, dada a componente performativa (ou de “profecia auto-realizada”) que acompanha tantos aspectos da nossa vida em sociedade; e) em virtude de tudo o que ficou exposto, existe a grande conclusão a retirar de que *there is more than one way*, de que vários futuros possíveis se abrem às sociedades e de que o debate público e a decisão política, em suma, a autodeterminação consciente coletiva das sociedades, são, ou pelo menos *podem e devem ser*, um aspecto nada despreciando das nossas existências.

17. Permita-se-me que conclua com um exemplo retirado de debates demográficos envolvendo de perto Malthus e os seus críticos. Em meados do século XVIII, o economista francês Richard Cantillon, especulando acerca das relações entre abundância de víveres e abundância de homens, concluía pelo carácter direto e de

sentido único daquelas, acrescentando que isso fazia fundamentalmente ineficazes as tradicionais medidas “mercantilistas” visando fomentar a natalidade. Aliás, até mesmo guerras e epidemias se tornavam basicamente irrelevantes, dado que os homens se reproduziam através duma *virtus generativa* que tornaria a sua situação fundamentalmente análoga à de “ratos numa quinta”: desde que existam víveres, aparecerão homens. O comentário de príncipe de Condé face ao açougue da batalha de Senef, *une nuit de Paris remplacera cela* (“uma noite de Paris reporá isto”), seria pois basicamente acertado enquanto “axioma político”.

A tradição intelectual francesa, via Victor Mirabeau e fisiocracia, manteve depois esta linha de argumentação, da qual já só Jean-Baptiste Say se viria a afastar em princípios de oitocentos, condenando Condé por crueldade e acrescentado, quase inadvertidamente e apenas *en passant*, que para além de tudo o mais o príncipe estava fundamentalmente errado, dado que um recém-nascido está muito longe de substituir um homem de vinte anos, levados em conta os gastos sociais com a criação deste que se perdem quando ele morre. Ainda assim, defendendo esta ideia de causalidade população → subsistências, a par da mais tradicional de subsistências → população, Say declarava subscrever o fundamental das ideias de Malthus, não reconhecendo que, tratando-se duma causalidade circular, o núcleo do raciocínio malthusiano deveria pois, *teria de ser revisto ou posto de parte*. Para cúmulo das suas incoerências, sustentava também Say que os progressos da medicina eram decerto muito interessantes enquanto contributo para o *adoucissement des moeurs*, mas essencialmente irrelevantes em matéria de dinâmicas demográficas, dada a tal dependência unilateral da população relativamente aos víveres (cf. Say 1972: 431-5; ver também quanto a isto Graça 2008).

Com motivações fundamentalmente filantrópicas e racionalistas, entretanto, representantes do iluminismo tardio como Condorcet e Godwin afastaram-se radicalmente das ideias de Malthus (ou, mais exatamente, Malthus deles), sustentando a possibilidade e conveniência de passagem de um modelo de sociedade caracterizado por elevadas taxas quer de natalidade quer de mortalidade a um outro em que aqueles valores sofreriam uma compressão indefinida (“tendendo para zero”), com extensão correlativa da esperança média de vida (“tendendo para infinito”). A população total poderia entretanto manter-se mais ou menos constante, melhorando também indefinidamente o nível de riqueza e de satisfação, individual e social ou “agregado” (cf., quanto a este assunto, Chonail 2007).

Pensa-se nisto e no que foi o modelo de alteração dos padrões demográficos que ficou historicamente associado àquilo a que chamamos “desenvolvimento” (cf. por todos Notestein 1945), e é difícil não reconhecer em Godwin e em Condorcet, para além de filantropos, pensadores profundos e verdadeiramente visionários... até que o

“jornalismo económico” quotidiano nos chama de novo ao terra-a-terra do quotidiano, esforçando-se com denodo por nos explicar como o aumento da esperança média de vida acarreta o crescimento dos custos a suportar pela segurança social, o que faz as taxas dos respectivos descontos e os impostos subir, o que num contexto de “globalização” se torna insustentável, pelo que se torna necessário cortar nas “regalias” em matéria de saúde e de segurança social, etc., etc.

Mas será assim mesmo? A pessoa que hoje se aposenta aos sessenta e tais e depois vive ainda um bom número de anos, sofrendo decerto das maleitas correspondentes à idade, mas sendo mantida com uma qualidade de vida razoável graças aos progressos da medicina e à universalização do acesso aos sistemas públicos de saúde e de segurança social (desenvolvimento enquanto direito universal a uma vida longa e saudável, à maneira da célebre definição de Amartya Sen), representa inegavelmente um custo, um fardo para a segurança social e/ou os impostos. Mas não será esse um custo bem menor do que o que acarretariam, por exemplo, vagas sucessivas de crianças que percessem sem chegarem a ser adultos produtivos, como acontece nas sociedades mais pobres? E não falamos nós também, hoje em dia, dos custos que representa para os sistemas de saúde a existência de doenças como por exemplo o enfarte do miocárdio ou o cancro de pulmão, que tantas vidas ceifam aos quarenta ou cinquenta e tais, pensando-se nesse caso no número de horas de trabalho perdidas, nos custos com as hospitalizações, com a recuperação e afins? Mas nesse caso, em boa verdade, não defrontamos outra vez uma clara duplicidade argumentativa? A pessoa que morre de ataque de coração aos cinquenta e cinco representa realmente um custo pelos anos que deixou de trabalhar... ou antes um ganho pelas aposentações que desta forma se poupou? Talvez se possa até, com boa vontade, determinar um ponto ótimo nesta matéria... O que decerto não serve é ficar-se dependente de tratamentos comparticipados, trabalhando menos...

Bom, como a minha aposta aqui não é o sarcasmo, limitar-me-ei a remeter, quanto a isto, para o célebre poema de Jorge de Sena (1989: 192): “... irmãos humanos, se estourais / estourai por uma vez aliviando / quem vos quer ou não quer por uma vez”. Ou talvez recordando a solução alvitrada para este tipo de problemas por Aldous Huxley em *O Admirável Mundo Novo*...

O que me interessa é, mais uma vez, destacar a subreptícia guinada no registo, a duplicidade argumentativa, o “ser preso por morrer e por não morrer”, digamos (bem como por ter filhos a mais e por não os ter), em que, havendo vontade de “provar” a necessidade de contenção dos gastos e o *downsizing* correspondente dos sistemas públicos de saúde e de segurança social (bem como a correlativa redução generalizada de direitos sociais), tudo serve como argumento para tal.

As relações entre políticas públicas e dinâmicas demográficas, conluo, são muitíssimo mais vastas, complexas, ambivalentes — e deixando bem maior margem real para a escolha consciente, logo para o verdadeiro debate político democrático, do que esse quadro mental sugere ou propõe. O fundamental nas sociedades humanas, aquilo que as caracteriza enquanto tais, não está neste género de discurso. Está no que coletivamente sejamos capazes de descobrir, ou inventar, para além dele.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Perry (1982), *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*, Porto, Edições Afrontamento.
- BLACKBURN, Robin (2008), “The Philosopher and his Blacks”, *New Left Review*, 52, July-August, pp. 127-137; recensão a *Dark Side of the Light: Slavery and the French Enlightenment*, de Louis Sala-Molins.
- CHONAILL, Siobhan Ni (2007), “«Why May Not Man One Day Be Immortal?»: Population, Perfectibility and the Immortality Question in Godwin’s *Political Justice*”, *History of European Ideas*, 33, pp. 25-39.
- DUMONT, Louis (1985), *Homo Aequalis I, Genèse et Épanouissement de l’Idéologie Économique*, Paris, Éditions Gallimard.
- IDEM (1991), *Homo Aequalis II, L’Idéologie Allemande, France-Allemagne et Retour*, Paris, Éditions Gallimard.
- ELVIN, Mark (1984), “Why China Failed to Create an Endogenous Industrial Capitalism”, *Theory and Society*, 13 (3), May, pp. 379-391.
- IDEM (2008), “The Historian as Haruspex”, *New Left Review*, 52, July-August, pp. 83-109.
- FINLEY, Moses I. (1986), *A Economia Antiga*, Porto, Edições Afrontamento.
- FLIGSTEIN, Neil (2000), *Globalization or Europeanization: Evidence on the European Economy Since 1980*, Center for Culture, Organizations and Politics, University of California, Berkeley, w-p site <http://repositories.cdlib.org/iir/ccop/wps-2000-04>
- GAUTHIER, Florence (2006a), [1793-94 : La Révolution abolit l'esclavage. 1802 : Bonaparte rétablit l'esclavage](http://revolution-francaise.net/), site <http://revolution-francaise.net/>, Abril de 2006.
- IDEM (2006b), [Critique du concept de "révolution bourgeoise" appliqué aux Révolutions des droits de l'homme et du citoyen du XVIIIe siècle](http://revolution-francaise.net/), site <http://revolution-francaise.net/>, Maio de 2006.
- GRAÇA, João Carlos (2002), *As Ideias Económicas e Sociais de José Frederico Laranjo*, dissertação de doutoramento em Economia, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa (mimeografado).
- IDEM (2008), “Recepções de Malthus no Portugal de Oitocentos”, *Ler História - Revista de História e Ciências Sociais*, 54, pp. 163-199.

- HIRSCHMAN, Albert (1980), *Les Passions et les Intérêts*, Paris, Presses Universitaires de France.
- LE BRAS, Hervé e TODD, Emmanuel (1981), *L'Invention de la France*, Paris, Pluriel.
- LEROY-BEAULIEU, Paul (1868), *De l'État Moral et Intellectuel des Populations Ouvrières et de son Influence sur le Taux de Salaires*, Paris, Guillaumin et Cie.
- IDEM (1881), *Essai sur la Répartition des Richesses et sur la Tendence à une Moindre Inégalité des Conditions*, Paris, Guillaumin et Cie.
- IDEM (1900), *L'État Moderne et ses Fonctions*, Paris, Félix Alcan.
- IDEM (1908), *De la Colonisation chez les Peuples Modernes*, Paris, Félix Alcan.
- IDEM (1913), *La Question de la Population*, Paris, Félix Alcan, 4 vols.
- LIND, Michael (2005), *Explode the Myths of Global Competition*, The Financial Times, 27 de Julho de 2005, site http://www.newamerica.net/people/michael_lind
- LOSURDO, Domenico (1998), *Heidegger et l'Idéologie de la Guerre*, Paris, Presses Universitaires de France.
- IDEM (2002), *Nietzsche, il Ribelle Aristocratico – Biografia Intellettuale e Bilancio Critico*, Turim, Bollati Boringhieri.
- MALTHUS, Thomas Robert (1820), *Principes d'Économie Politique, Considérés sous le Rapport de leur Application Pratique*, Paris, J.-P. Aillaud, Libraire.
- IDEM, *Ensaio sobre o Princípio da População* (1980 [1798]), Lisboa, Publicações Europa-América.
- NOTESTEIN, Frank W. (1945), "Population - The Long View", in SHULTZ, Theodor W., ed., *Food for the World*, Chicago, Chicago University Press.
- ROMANI, Roberto (2002), *National Character and Public Spirit in Britain and France, 1750-1914*, Cambridge, Cambridge University Press.
- SAY, Jean Baptiste (1972 [1803]), *Traité d'Économie Politique*, Paris, Calmann-Lévy.
- SENA, Jorge de (1989), "Aviso a Cardíacos e Outras Pessoas Atacadas de Semelhantes Males", in *40 Anos de Servidão*, Lisboa, Edições 70, pp. 191-2.
- WADE, Robert (2006), "Choking the South", *New Left Review*, 38, March-April, pp. 115-127.
- IDEM (2008), "Financial Regime Change?", *New Left Review*, 53, September-October, pp. 5-21.

O filho único na sociedade portuguesa: contributo sociológico para a compreensão da baixa natalidade

Vanessa Cunha

Resumo:

A descendência de filho único é um dado marcante da paisagem demográfica portuguesa, que importa analisar pelo impacto que tem nos níveis de fecundidade, mas também pelo que revela da complexidade inerente à procriação nas sociedades contemporâneas. Esta descendência tem lugar no quadro da modernização dos comportamentos reprodutivos (vigilância, adiamento) e consubstancia, em regra, um cenário de contenção: o compromisso entre ideais de fecundidade modelados pela norma dos dois filhos e os *custos* inerentes à procriação. Logo, apresenta contornos distintos nos diferentes meios sociais, em função dos recursos e das competências aí existentes.

Palavras-chave: fecundidade portuguesa, filho único, ideais e comportamentos reprodutivos, diversidade social

O filho único na sociedade portuguesa contemporânea: breve introdução

O sucesso do planeamento familiar e o adiamento da transição para a parentalidade são dois elementos chave da modernização dos comportamentos reprodutivos que concorreram para a profunda transformação, em meio século apenas, da paisagem demográfica das sociedades europeias. Mas esta tendência também não é alheia à consolidação de um modelo de descendência mais contido e normativo, ancorado no ideal dos dois filhos (Cunha, 2007; INE, 2001; Testa, 2002). Estes são, assim, traços fundamentais da fecundidade contemporânea, que também modelam as experiências reprodutivas das famílias portuguesas.

Mas há outros traços que caracterizam mais especificamente a nossa paisagem. São eles, o peso significativo das descendências de filho único (a par da fraca expressão das mulheres que não deixam descendência) e a diversidade social de práticas no campo da reprodução. Com efeito, se tomarmos como referência a geração de mulheres nascidas em 1963, verificamos que 32% tiveram apenas 1 filho, um dos valores mais elevados no contexto europeu, e 5% não tiveram filhos, o valor mais baixo registado (Frejka, 2008), apontando para a importância decisiva do filho único na baixa fecundidade portuguesa (a descendência final desta coorte foi de 1,84 filhos). Por

outro lado, quando equacionada à luz dos capitais escolares, esta também apresenta um desenho característico em U, tanto para mulheres como para homens (Oliveira, 2007), reflectindo a ancoragem social da baixa fecundidade nos sectores intermédios da população portuguesa (quadro 1).

Quadro 1 - Índice sintético de fecundidade de homens e mulheres, segundo a educação, Portugal, 2000/01

Grau de ensino	Homens	Mulheres
Até ao 6º ano	1.58	1.90
9º ano	1.35	1.32
Ensino secundário	1.56	1.29
Ensino superior	1.73	1.36
Total	1.50	1.50

Fonte: Oliveira (2007)

Que significado sociológico tem, então, as descendências de filho único? Neste pano de fundo, parecem constituir, em primeira linha, uma solução de compromisso entre a aspiração a ter filhos – muito generalizada no caso português e amplamente modelada pelo ideal normativo dos 2 filhos – e as condições que os casais reúnem para a porem em marcha. E podem resultar, teoricamente, de uma decisão que é tomada à partida, numa antevisão dos “custos” e dos “obstáculos” (Miller, 1987) que uma descendência mais numerosa representa, ou duma decisão mais tardia (quando não mesmo uma fatalidade), já no decurso da trajectória reprodutiva, implicando o abandono de um projecto parental mais ambicioso. Mas será assim, ou neste panorama também há espaço para disposições menos normativas e mais contidas?

A partir dos resultados de uma investigação vamos conhecer o modo como são “construídas” as descendências de filho único, os “custos” e os “obstáculos” que ditam esta decisão, o universo de representações mais ou menos normativas que coabita com esta realidade e ainda os contextos sociais que são mais permeáveis a este tipo de descendência.

Tendências de contenção e modernização da fecundidade das famílias portuguesas

Ora, a pesquisa «Famílias no Portugal Contemporâneo» consistiu numa aproximação sociológica, extensiva e feminina à vida das famílias portuguesas com filhos. Foi desenvolvida no final dos anos 90 pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE e contou ainda com a colaboração no terreno do Instituto Nacional de Estatística (Wall, 2005)¹.

¹ Equipa de investigação: Karin Wall (coordenação), Ana Nunes de Almeida, Isabel André, Maria das Dores Guerreiro, Pedro Vasconcelos, Piedade Lalanda, Rodrigo Rosa, Sofia Aboim e Vanessa Cunha.

O instrumento de recolha da informação foi um inquérito por questionário de âmbito nacional, aplicado em 1999 a uma amostra representativa de mulheres portuguesas com idades entre os 25 e os 49 anos, a viverem em casal (primeira ou outra; casadas ou em união de facto) e com filhos co-residentes em idade escolar (pelo menos 1 entre os 6 e os 16 anos). Pretendíamos, portanto, dar conta de um período intenso de constituição e organização da vida familiar, doméstica e profissional das famílias portuguesas com filhos, a partir da perspectiva das mulheres.

Uma das arenas da vida familiar que procurámos conhecer foi, portanto, a da fecundidade das famílias, a partir da articulação de várias dimensões de análise sociologicamente relevantes: a das *práticas*, com indicadores de calendário e de planeamento dos nascimentos; a das *representações* e *aspirações*, com os projectos e os ideais; e ainda a das *tensões*, com os desfasamentos entre o que se idealiza num dado momento e o que se concretiza no campo da reprodução². E, foi, justamente, esta perspectiva abrangente da fecundidade que permitiu fazer luz para a realidade das descendências de filho único nas famílias portuguesas³.

Na amostra⁴, os filhos únicos representam, então, quase um quarto do total das descendências (quadro 2, última coluna). A leitura comparada de vários indicadores permite constatar, de imediato, que este tipo de descendência configura um quadro de crescente contenção à medida que nos aproximamos das práticas efectivas no campo da reprodução: se o *ideal abstracto* de família não se revê no filho único e sim em descendências de dois ou três filhos (média=2,33), e se o *ideal inicial* – ou seja, a família que as mulheres ambicionavam constituir antes de serem mães – reflecte já a percepção da dificuldade em reproduzir aquele modelo (média=2,16), as *descendências* realizadas ficam bastante aquém dos ideais (média=2,09), destacando-se o peso expressivo do filho único.

Quadro 2 – Ideais de fecundidade e descendências (% e média) – Continente, 1999

	Ideal abstracto	Ideal inicial	Descendência actual
1 filho	2%	14%	23%
2 filhos	65%	67%	54%
3 filhos	28%	12%	16%
≥ 4 filhos	5%	6%	7%
Total	100%	100%	100%
Média	2,33	2,16	2,09

² Analisámos um conjunto de indicadores respeitantes à fecundidade, dos quais destacamos: a) dimensão da descendência, planeamento de cada nascimento, idade ao 1º nascimento, intervalo entre 1º e 2º nascimentos e intervalo entre início da conjugalidade e 1º nascimento (*dimensão das práticas*); b) projecto e ideal inicial (*dimensão das aspirações*); c) ideal abstracto (*dimensão das representações*); d) desfasamento entre ideais e descendências (*dimensão das tensões*).

³ Os resultados da pesquisa foram analisados no âmbito da tese de doutoramento da autora (Cunha, 2006) e estão publicados pela Imprensa de Ciências Sociais (Cunha, 2007).

⁴ Os resultados dizem respeito apenas à amostra representativa do Continente (1776 casos válidos).

Este cenário emerge, como é óbvio, da crescente modernização dos comportamentos reprodutivos dos casais portugueses, tanto a nível do adiamento dos calendários da fecundidade, como da maior vigilância contraceptiva. E as descendências de filho único são, justamente, aquelas que melhor retratam a tendência (quadro 3). Com efeito, quando analisamos alguns indicadores sobre o nascimento do primeiro filho nas famílias portuguesas, segundo a dimensão da descendência, confirmamos isso mesmo: a transição para a maternidade foi mais tardia para as mães de filho único (*idade da mulher ao primeiro nascimento*); os casais viveram mais tempo “a dois” antes desse nascimento (*intervalo, em anos, entre o início da conjugalidade e o primeiro nascimento*); e o primeiro nascimento, sendo o mais planeado de todos os nascimentos (Cunha, 2007), foi particularmente planeado no caso das descendências de filho único.

Quadro 3 – Comportamentos reprodutivos (calendários e planeamento), segundo a dimensão da descendência – Continente, 1999

Descendência actual	Transição para a maternidade (idade média)	Transição para a parentalidade (nº médio de anos)	Planeamento da gravidez (% de «sins»)
1 filho	26,0	3,2	75%
2 filhos	23,7	2,2	71%
3 filhos	22,4	1,8	61%
≥ 4 filhos	21,5	1,9	55%
Amostra	23,9	2,4	69%

Das aspirações às práticas: cenários de construção das descendências de filho único

Se as descendências de filho único estão associadas a comportamentos reprodutivos modernos, assentes na vigilância e nos calendários mais tardios, importa perceber se também traduzem disposições menos normativas ou, pelo contrário, implicam o abandono dos ideais de fecundidade.

Quando temos em conta o ideal abstracto das inquiridas segundo a sua descendência actual (quadro 4) constatamos, de facto, que as mães de filho único valorizam um modelo de família ligeiramente mais contido: 2,18 filhos em média, contra 2,33 da amostra. Contudo, trata-se mais da forte convergência com a norma dos dois filhos combinada com a menor valorização de descendências mais numerosas, do que propriamente de uma clara orientação para o filho único.

Quadro 4 – Ideal abstracto – descendências de filho único e amostra (% e média) – Continente, 1999

Ideal abstracto	Filho único	Amostra
1 filho	4%	2%
2 filhos	75%	65%
3 filhos	18%	28%
≥ 4 filhos	3%	5%
Total	100%	100%
Média	2,18	2,33

Se as descendências de filho único estão longe de reflectir o universo das representações das inquiridas, importa auscultar igualmente as suas aspirações iniciais, de modo a perceber se este tipo de descendência resulta de uma decisão precoce – numa lógica de antecipação dos “custos” e dos “obstáculos” inerentes à procriação – ou, pelo contrário, de uma decisão mais tardia.

Ora, para apreendermos as aspirações procriativas que as inquiridas tinham antes mesmo de serem mães recorreremos a dois indicadores: o *projecto inicial*, ou seja, a maior ou menor abertura para ter filhos⁵; e o *ideal inicial*, para aquelas que já tinham um projecto de fecundidade definido (queriam ter 1 filho, 2 filhos, etc.).

Num primeiro olhar, o que se observa é que as mães de filho único tinham à partida projectos semelhantes aos das restantes mulheres (quadro 5): a esmagadora maioria queria ter filhos (93%, contra 96% na amostra) e destas, grande parte já tinha em mente um número definido de filhos. Os outros dois cenários, de recusa e de incerteza, se bem que despiciendos, foram, mesmo assim, um pouco mais referidos pelas mães de filho único: 7% declararam que não queriam ou sabiam se queriam ter filhos, contra 4% na amostra. Mas se esta diferença é quase subtil, o mesmo não se pode dizer acerca do ideal inicial: se bem que a maioria destas mulheres ambicionasse para si uma descendência de dois filhos, a verdade é que cerca de um terço queria ter, efectivamente, apenas 1 filho, mais do dobro em relação à amostra. Todos os outros ideais (incluindo o de 2 filhos) foram, então, menos referidos.

Quadro 5 – Projecto inicial e ideal inicial (para quem tinha um projecto definido) – descendências de filho único e amostra (% e média) – Continente, 1999

	Filho único	Amostra
Projecto inicial		
Definido	54%	57%
Indefinido	39%	39%
Incerteza	4%	3%
Recusa	3%	1%
Total	100%	100%
Ideal inicial		
1 filho	32%	14%
2 filhos	58%	67%
3 filhos	7%	12%
≥ 4 filhos	3%	6%
Total	100%	100%
<i>média</i>	<i>1,85</i>	<i>2,16</i>

⁵ O projecto inicial pode ser: a) definido («queria ter filhos e sabia quantos»); b) indefinido («queria ter filhos, mas não sabia quantos»); c) recusa («não queria ter filhos»); d) incerteza («não sabia se queria ter filhos»).

A partir da leitura cruzada destes dois indicadores, que dão conta das aspirações iniciais das inquiridas, chegámos, então, a quatro cenários distintos de construção das descendências de filho único (quadro 6). Antes de mais, e em tudo semelhante ao que acontece com a amostra, resultam de cenários *indefinidos* (43% dos casos), em que estava em aberto a dimensão da descendência (projecto inicial indefinido) ou, mais marginalmente, a intenção de ter filhos (incerteza). O segundo cenário com mais peso é o de *contenção*, na medida em que o ideal inicial era mais ambicioso. O terceiro cenário é o de *conformidade*, visto reproduzir o ideal inicial. E o último cenário, com um peso residual, é o de *superação*, por relação a um projecto inicial de recusa da maternidade.

Quadro 6 – Cenários de construção das descendências – descendências de filho único e amostra (%) – Continente, 1999

Cenários	Filho único	Amostra
indefinido	43%	42%
de contenção	37%	15%
de conformidade	17%	33%
de superação	2%	11%
Total	100%	100%

Ora, quando se compara o que sucede com as descendências de filho único com a amostra, verificamos que os dois últimos cenários são bem mais expressivos na amostra, enquanto o que marca particularmente a construção das descendências de filho único é, então, o cenário que reflecte *trajectórias reprodutivas de contenção* (37% contra 15% na amostra).

Mas também importa clarificar que o cenário de superação é, em boa verdade, um projecto de fecundidade tardio, pois se a recusa da maternidade fosse uma resolução consistente, o mais provável seria estas mulheres terem sido mães na sequência de uma gravidez não planeada, o que, efectivamente, não aconteceu (quadro 7). As descendências de filho único associam-se, de facto, a uma maior vigilância contraceptiva, e estas em particular. Este é, sem dúvida, um dado interessante, que remete para uma das muitas inconsistências que podem ter lugar na arena da reprodução.

Quadro 7 – Planeamento do nascimento, segundo os cenários de construção das descendências de filho único (%) – Continente, 1999

Cenários	Planeado	Não planeado	Total
indefinido	72%	28%	100%
de contenção	74%	26%	100%
de conformidade	80%	20%	100%
de superação	90%	10%	100%

Os “custos” da procriação e as descendências de filho único

Passemos, por fim, às motivações que ditam a decisão de ficar pelo filho único. Como referimos mais acima, queríamos perceber se nesta decisão pesam somente “custos” e “obstáculos”, ou se também há espaço para uma valorização positiva deste tipo de descendência. Por conseguinte, perguntámos às mulheres que já não queriam ter filhos (cerca de 91% da amostra), independentemente da sua descendência, quais as razões para tal. Era uma questão aberta, pelo que o quadro seguinte resulta do tratamento dessa informação (quadro 8).

Quadro 8 – «Razões» para não querer ter mais filhos – descendências de filho único e amostra (%) – Continente, 1999

«Razões»	Filho único	Amostra
Constrangimentos materiais	27%	24%
Idade avançada	17%	21%
Falta de disponibilidade	16%	8%
Problemas de saúde	14%	9%
Satisfação com descendência	10%	28%
Problemas com filhos ou cônjuge	8%	5%
Impossibilidade de ter filhos	4%	5%
Outras, NS/NR	3%	2%
Total	100%	100%

De facto, as razões que foram apresentadas espelham, sobretudo, um conjunto de “custos”. No topo da lista estão os *constrangimentos materiais*: são as dificuldades económicas, os problemas do emprego (desemprego, precariedade), as dificuldades com o alojamento ou a insegurança face ao futuro (27%). Esta é, de facto, uma razão decisiva para a limitação dos nascimentos na sociedade portuguesa e que nos singulariza, a par da Espanha e da Grécia, no contexto europeu, quando comparamos estes resultados com outros de inquéritos internacionais (Testa, 2002).

Em seguida surgem várias razões de ordem pessoal. São elas: a *idade avançada* (17%), os *problemas de saúde* (14%) e a *impossibilidade (biológica) de ter mais filhos* (4%). São constrangimentos que se ligam, em larga medida, às questões do adiamento da maternidade. Mas trata-se não só do adiamento em relação ao primeiro filho, como também em relação ao segundo. Com efeito, o intervalo médio entre estes dois nascimentos é de 5 anos, o tempo que as famílias precisam para “recuperar o fôlego” e não acumular custos (Cunha, 2007). Uma consequência deste espaçamento pode ser, então, o abandono dum projecto mais ambicioso por questões de infertilidade.

Há ainda a *falta de disponibilidade pessoal* (15%) que se prende concretamente à dificuldade em conciliar os universos familiar e profissional, à falta de tempo e ao cansaço, mas também à experiência negativa com uma gravidez, um parto ou um aborto. E ainda os *problemas com o cônjuge ou com os filhos* (9%). São as doenças, as

deficiências, mas também os problemas a nível relacional (mau relacionamento, conflito).

Por último, temos a *satisfação com a descendência*. Uma em cada 10 mães de filho único apontou essa razão de natureza subjectiva para não querer ter mais filhos. É certo que é uma realidade minoritária, quando comparada à satisfação associada a outras descendências, mas não podemos escamotear a valorização positiva deste tipo de descendência, que parece fazer sentido, à revelia da norma dominante, na dinâmica de algumas famílias.

Ora, e de que modo as razões para ficar por uma descendência de filho único se ligam aos tipos de “construção” destas descendências? Será que aquelas que queriam inicialmente ter apenas 1 filho dão razões diferentes das que queriam ter mais? De facto, assim é (quadro 9): a satisfação com a descendência, compreensivelmente, é mais referida nos cenários de conformidade e de superação. Já no cenário de contenção estão sobrerrepresentadas a idade avançada, a falta de saúde e a impossibilidade de ter mais. Estes são, assim, os “custos” que marcam mais especificamente o abandono de projectos mais ambiciosos.

Quadro 9 – «Razões» para não querer ter mais filhos, segundo o cenário de “construção” das descendências de filho único (%) – Continente, 1999

«Razões»	Cenário Indefinido	Cenário de contenção	Cenário de conformidade	Cenário de superação	Todos
Constrangimentos materiais	27%	27%	29%	22%	27%
Idade avançada	18%	20%	15%	-	17%
Falta de disponibilidade	18%	16%	11%	11%	16%
Problemas de saúde	11%	18%	9%	44%	14%
Satisfação com descendência	9%	4%	22%	22%	10%
Problemas com filhos ou cônjuge	9%	6%	12%	-	8%
Impossibilidade de ter filhos	4%	8%	-	-	4%
Outras, NS/NR	5%	2%	3%	-	3%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Ancoragem social das descendências de filho único

Por fim, vamos perceber que contextos sociais se ligam de perto à realidade do filho único. Na verdade, na sociedade portuguesa, as variáveis macrossociais continuam a constituir um filão explicativo muito fecundo da diversidade de práticas e valores no domínio da vida familiar. E os dados confirmam, isso mesmo, pois há uma ancoragem das descendências de filho único nas franjas sociais intermédias (quadro 10).

O cruzamento com a escolaridade revela que a fecundidade em U – que regista o valor mais baixo entre as mulheres com o ensino secundário (1,8 filhos, em média) – se liga de perto ao peso dos filhos únicos (31% contra 23% na amostra). E o cruzamento com a classe social revela que estas descendências têm mais expressão entre as

empregadas executantes. São, portanto, as mulheres medianamente escolarizadas e ligadas aos serviços, as grandes protagonistas da limitação dos nascimentos.

Quadro 10 – Descendências de filho único (% do total) e dimensão média da descendência, segundo a escolaridade e classe social das mulheres – Continente, 1999

Ancoragem social	Descend. de filho único (% do total)	Dimensão média da descendência
Escolaridade		
Sem escolaridade	13%	3,0
Ensino primário	17%	2,2
Ensino básico	30%	1,9
Ensino secundário	31%	1,8
Ensino médio	27%	2,0
Ensino superior	20%	2,0
Classe Social		
Empresárias, dirigentes e profissionais intelectuais (ED+PIC)	21%	2,0
Profissionais técnicas e de enquadramento intermédio (PTEI)	24%	2,0
Independentes e pequenas patroas (IPP)	20%	2,2
Empregadas executantes (EE)	30%	1,9
Empregadas não qualificadas dos serviços (ENQS)	24%	2,0
Operárias industriais (OI)	25%	2,1
Assalariadas agrícolas (AA)	25%	2,3
Camponesas (C)	5%	2,6
Amostra	23%	2,1

Ora, se tivermos presente que a fecundidade portuguesa contemporânea é, na verdade, uma realidade plural e diversificada, percebemos por que é nestas franjas intermédias que as descendências de filho único têm vindo a conquistar terreno (quadro 11): porque é aqui, justamente, que os “custos” inerentes à procriação se associam a comportamentos reprodutivos vigilantes e a ideais bastante normativos⁶.

Quadro 11 – Perfis de fecundidade das famílias portuguesas (sobrerrepresentações das categorias nos diferentes indicadores) – Continente, 1999

Perfil	Tradicional	Tradicional Atenuada	Transição - controlo	Transição + controlo	Moderna dirigida	Moderna ambiciosa
Projecto inicial	indefinido	Indefinido	definido	definido	definido	definido
Ideal inicial			1-2	2	2	3+
Ideal abstracto	3	3	2	2	2	3
Descendência	3+	3		1	1	2
Planeamento	-	-	-	+	+	+
Idade 1º nascimento	20-24 e ≤ 19	20-24 e ≤ 19	20-24 e ≤ 19	20-24	25-29 e ≥ 30	25-29 e ≥ 30
Intervalo conjugalidade e 1º nascimento	< 2	< 2	< 2	< 2	≥ 2	≥ 2
Intervalo nascimentos	< 2	5-9	5-9	5-9	5-9	2-4
Contextos sociais (c. social e escolaridade)	Sem ensino C+AA	Primário IPP	OI+ENQS	Básico	Secundário EE+PTEI	Médio+Superior ED+PIC

⁶ Para uma análise aprofundada dos perfis de fecundidade consultar Cunha (2006, 2007).

Reflexões finais

A descendência de filho único na sociedade portuguesa é uma realidade que urge interpretar, não só pelas manifestas consequências demográficas, políticas e sociais que acarreta, mas também, pelo que dá a conhecer da complexidade inerente à procriação nas sociedades contemporâneas, complexidade essa assente, em grande medida, na contradição entre a liberdade de escolha prometida pela segunda revolução contraceptiva (ter filhos ou não, quantos e quando) e a forte pressão social para ter filhos, de preferência mais do que um.

Neste pano de fundo, a descendência de filho único traduz, em primeira linha, um cenário de contenção. É o compromisso entre a aspiração a ter filhos (idealmente dois), a corrida contra o tempo (de fertilidade) para fazer face aos calendários tardios da constituição da vida familiar e a vontade de assegurar uma diversidade de condições para enquadrar a vinda de uma criança, que já não deve (não pode) ocorrer ao acaso: antes de mais a estabilidade económica, mas também a estabilidade conjugal, a disponibilidade e o tempo pessoal, o bem-estar físico e psicológico e a possibilidade de promover socialmente os filhos.

Obviamente, estes recursos estão desigualmente distribuídos pela paisagem social portuguesa, pelo que, para muitas famílias, garantir estas condições implica investi-las num filho apenas. Estou em crer que se trata dum sinal claro do novo lugar da criança na família, mais protegido e privilegiado, como nos ensinou Ariès (1960), numa sociedade que tem ainda fresca a memória social da relação entre fratrias numerosas e privações básicas.

Mas há outro recurso que também está desigualmente distribuído e que é a competência a nível da vigilância contraceptiva. É por esse facto que a descendência de filho único, assente naqueles pressupostos, encontra receptividade nas franjas sociais intermédias: são elas que acumulam “custos”, mas também adoptam comportamentos reprodutivos modernos, ao contrário do que sucede nas franjas mais populares, onde aos fracos somam as fracas competências, e do que sucede nas franjas mais qualificadas, onde a existência de mais recursos combina com fortes competências.

Esta imagem de síntese reflecte-se, em grande medida, no conhecido U da fecundidade portuguesa e, podemos acrescentar, das descendências de filho único. Estamos em crer que não podemos pensar a questão da baixa fecundidade sem reflectirmos sobre os diversos “custos” com que as famílias portuguesas se defrontam para porem em marcha aspirações e ideais de fecundidade que, afinal, nem são assim tão ambiciosos, já que são em regra normativos e raramente vão além dos três filhos.

Referências Bibliográficas

- Ariès, Philippe (1988 [1960]), *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime*, Lisboa, Relógio d'Água.
- Cunha, Vanessa (2006), *Famílias, Fecundidades e Funções dos Filhos. O impacto do tempo e dos contextos sociais*, tese de doutoramento em Sociologia da Família e da Vida Quotidiana, Lisboa, ISCTE (policopiado)
- Cunha, Vanessa (2007), *O Lugar dos Filhos. Ideais, Práticas e Significados*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Frejka, Tomas (2008), "Parity distribution and completed family size in Europe: incipient decline of the two-child family model?", *Demographic Research*, vol. 19, pp.47-72.
- INE (2001), *Inquérito à Fecundidade e Família. Resultados Definitivos*, Lisboa, INE.
- Oliveira, Isabel Tiago (2007), "Fecundidade e Educação", *Revista de Estudos Demográficos*, nº 40, pp.5-19.
- Miller, Brent (1987), "Marriage, Family, and Fertility", in Marvin Sussman e Suzanne Steinmetz (eds.), *Handbook of Marriage and the Family*, Nova Iorque, Plenum Press, pp. 565-595.
- Testa, Maria Rita (2002), *Attitudes of Europeans Towards Fertility: Ideals, Desires, Intentions and Realizations*, Report for Eurobarometer 56.2, Viena, Institute for Demography/Austrian Academy of Sciences (policopiado).
- Wall, Karin (org.) (2005), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Começar cedo faz diferença? — A relação entre o calendário da iniciação e a atividade sexual ulterior

Pedro Moura Ferreira

Resumo:

A primeira relação sexual constitui um momento de viragem, ou uma transição, para uma sexualidade com parceiro. Que relação haverá entre um início mais precoce ou mais tardio e a vida sexual subsequente? Os comportamentos iniciais prenunciam sexualidades futuras ou são apenas atos que conduzem a múltiplas possibilidades? São estas as questões em torno das quais se desenvolve a incursão, que contempla três planos, pelos comportamentos sexuais da população portuguesa. No primeiro determinam-se os *timings* e as condições de iniciação em ordem a caracterizar os calendários de entrada na sexualidade com parceiro. No segundo plano identificam-se alguns fatores que condicionam a entrada mais precoce ou mais tardia. Por último, exploram-se as possíveis correspondências entre a primeira relação e a vida sexual e conjugal ulterior.

Palavras-chave: Primeira relação sexual; Sexualidade; Precocidade sexual; Relações conjugais

A idade de início das relações sexuais é um dos indicadores mais usados para descrever a atividade sexual dos indivíduos. Constituindo uma ocorrência única representa uma transição importante nas biografias sexuais, sendo por isso facilmente recordada, além de representar um limiar simbólico na constituição da identidade sexual. Mas, independentemente da sua importância à escala individual, é referida para dar conta das mudanças que têm vindo a ocorrer desde há algumas décadas no campo da sexualidade. Longe de ser um acto determinado por um relógio biológico, a idade de iniciação é prova da importância das normas e das regulações sociais no funcionamento e nas significações da atividade sexual. A descida da idade média reflete a mudança dos comportamentos e das atitudes sociais em relação à sexualidade.

Sendo, em primeiro lugar, uma consequência, a descida da idade média é também um indicador de mudança. Com efeito, o início mais precoce ou mais tardio incorpora disposições e significações face à sexualidade que não podem deixar de se revelar ao longo da vida sexual dos indivíduos, diferenciando-os não apenas em relação aos que

pertencem a outras gerações, e, por conseguinte, portadores de experiências e contextos de iniciação distintos, mas também em relação aos que pertencem à mesma geração mas cujos calendários de iniciação obedeceram a outros *timings*. É esta, no essencial, a questão que este artigo explora: aferir se o calendário da iniciação marca de algum modo a vida sexual ulterior quer no que respeita à atividade sexual propriamente dita, quer no que respeita aos relacionamentos e às significações.

Precavemo-nos nesta incursão de qualquer imputação causal. Evitaremos, até porque o dispositivo analítico não o permite, inferir consequências causais do *timing* da iniciação. Não se afasta a hipótese de que este *timing* possa constituir um «preditor» de determinados aspetos da sexualidade futura, que reflete disposições ou atitudes mais profundas que integram as biografias sexuais. Na linha de outros estudos (Bozon, 1994; Laumann, 1994), o propósito deste artigo não é tomar partido em relação a possíveis encadeamentos causais, limitando-se a identificar as correspondências entre a iniciação e a vida sexual e relacional ulterior.

A análise destas correspondências intercepta outros objetos como a nupcialidade, os nascimentos fora do casamento ou as ruturas conjugais, explorados desde há muito por outros pontos de vista disciplinares, designadamente demográfico ou da sociologia da família. Não se trata por isso de considerar apenas a atividade sexual, ou os indicadores que mais grosseiramente a descrevem, como a frequência sexual ou o número de parceiros, mas também de analisar as atitudes, as significações e o contexto relacional e institucional em que aquela ocorre e se altera. O início mais precoce ou mais tardio tem repercussões que não se circunscrevem apenas à sexualidade.

O artigo está organizado em três tópicos. No primeiro descreve-se a idade média de iniciação sexual com parceiro ao longo das gerações e segundo o sexo. No segundo identificam-se alguns determinantes sociais da entrada mais precoce ou mais tardia na atividade sexual. Por último, exploram-se as associações entre a primeira relação e a vida sexual ulterior. Os dados apresentados resultam do Inquérito Nacional sobre os Comportamentos Sexuais e a Sida em Portugal realizado, em 2007 (Ferreira e Cabral, 2010), tendo por base uma amostra probabilística de homens e mulheres de 18 a 65, a viver no continente.

Calendário do início da sexualidade com parceiro

É conhecido o facto de a idade da primeira relação sexual ter vindo a baixar, pelo menos no mundo ocidental (Bozon e Kontula, 1998, Wellings, 2006). Afirmar que se assiste de geração para geração a uma quebra da idade de iniciação não permite, no entanto, ilustrar o ritmo dessa descida nem tão pouco assinalar a proximidade de um

limite imposto pelas disposições que resultam da maturação biológica ou de um ponto de retorno provocado, eventualmente, pela emergência de novos valores e orientações em relação à sexualidade. Também não possibilita considerar a diferença entre homens e mulheres que se encobre sob uma tendência comum. Porque, em relação a este último aspeto, não restam dúvidas: as mudanças no campo da sexualidade nas últimas décadas ocorreram mais pelo lado feminino do que pelo masculino (Bozon, 2005; Jaspard, 2005). Prova disso é a amplitude da descida da idade média do início das relações sexuais.

A idade média da iniciação sexual

A geração mais velha da amostra nasceu sensivelmente ao longo da década de 40 do século passado (1942-1952), constituindo o actual grupo etário de 55 a 65 anos. É neste grupo que se observa o diferencial mais dilatado da idade de iniciação sexual. Nos homens, a idade é, em média, de 17,3 anos; nas mulheres, de 21,2 anos. Quase quatro anos de diferença. Tomando estas diferenças como ponto de partida, as gerações seguintes registam uma descida, que assume contornos bem diferenciados segundo o sexo.

Do lado feminino, as quebras são sempre significativas de geração para geração até atingirem a idade de 17,2 anos na geração mais nova, ou seja, o grupo de 18 a 24 anos da amostra. Esta idade coincide com a idade de iniciação masculina de há quarenta anos e revela um recuo de quatro anos ao longo do mesmo período. Do lado dos homens, a mudança pautou-se por um ritmo menos acelerado, com poucos ganhos no registo intergeracional e por uma idade média de 16,3 anos na geração mais nova. O «ganho» masculino não chegou a um ano, muito abaixo do feminino, tornado possível uma redução muito sensível da diferença entre ambos os sexos que se situa atualmente um pouco acima de seis meses.

Quadro 1 - Idade média à primeira relação sexual, segundo o sexo e a geração

	1942/1952	1953/1962	1963/1972	1973/1982	1983/1987	1989/1989	Total
Homens	17,3	17,7	17,2	17,0	16,8	15,7	17,2
Mulheres	21,2	19,8	19,3	18,5	17,6	16,3	19,4

Esta evolução reflete o declínio do modelo sexual mediterrânico (Bozon, 2005; Bozon e Kontula, 1998), que consubstanciava, com base no duplo padrão moral, uma iniciação masculina precoce por via da prostituição e o diferimento sexual feminino até ao casamento. Estas duas tendências podem ser observadas nos dados referidos. Reportando um recorte em três gerações (1942-1957, 1958-1972 e 1973-1989), a retração do diferimento feminino está patente na redução da percentagem de

mulheres que sobrepõem o calendário de iniciação sexual ao de entrada na conjugalidade. Esta sobreposição atinge mais de 60% das mulheres da geração mais velha, enquanto na mais nova se situa abaixo de 40%. Uma descida superior a 20%, que traduz a tendência de desvinculação entre a sexualidade e a conjugalidade.

Quadro 2 - Sobreposição entre o calendário de iniciação sexual e o de entrada na conjugalidade segundo a geração

	1942/1957	1958/1972	1973/1989	Total
Homens	17,5	14,6	11,4	15,0
Mulheres	64,9	47,1	39,0	50,1

A iniciação sexual masculina conhece também novos contornos, atendendo à descida da percentagem dos que confessam ter recorrido à prostituição. Mantendo o mesmo recorte geracional, as duas gerações mais velhas concentram a maior parte dos casos (85%), equitativamente distribuídos. A geração mais nova, nascida após a revolução de 1974, regista um recurso mais baixo à prostituição, indiciando o crescente afastamento da iniciação masculina do modelo sexual mediterrânico em virtude da generalização de uma sexualidade pré-conjugal mais igualitária que diminuiu as diferenças entre homens e mulheres.

Quadro 3 - Percentagem de homens cuja iniciação sexual ocorreu com uma prostituta segundo a geração

	1942/1957	1958/1972	1973/1989	Total
Homens	43,1	41,7	15,3	100,0

Diferenças etárias entre parceiros

Esta tendência de convergência observada ao longo do tempo não se estende necessariamente a outros aspectos relacionados com as envolventes da iniciação sexual. Ao lado da mudança, subsistem diferenças e desigualdades que fazem com que as biografias sexuais permaneçam marcadas pelo género. Uma das persistências mais duradouras refere-se à diferença etária entre parceiros. Sob este ângulo, homens e mulheres parecem não ter convergido. Em ambos permanece um diferencial etário a favor do parceiro, embora seja expectável uma redução em virtude do facto de a iniciação sexual ocorrer em idades mais baixas. No entanto, essa redução apenas se manifesta no lado masculino.

Mantendo, por simplificação, o recorte em três gerações, pode verificar-se, na geração mais velha (1942-1952), uma situação muito similar entre homens e mulheres no que respeita à diferença etária em relação ao parceiro. Ambos, em média, tendem a ter um parceiro quase dois anos mais velho. Nas gerações seguintes, o panorama altera-se.

Nos homens, a iniciação faz-se no sentido de uma maior igualdade etária ainda que o parceiro mantenha a ascendência. Entre os extremos do espectro geracional, a quebra é de quase um ano, fazendo com que a diferença etária se situe na geração mais nova (1973-1989), em média, um pouco acima de seis meses (0,8). A mudança observada na iniciação sexual masculina no que respeita ao declínio da prostituição terá certamente contribuído para a diminuição observada na diferença etária entre parceiros.

Nas mulheres, o sentido da mudança não se caracteriza pela diminuição, mas antes pela estabilidade. Nos extremos do espectro geracional as diferenças etárias são iguais, intercetadas por um agravamento observado na geração intermédia (1953-1962). Para o conjunto da população feminina, o parceiro é, em média, dois anos mais velho, uma diferença bastante acima da que se verifica no universo masculino (1,1 anos). Estes números não deixam antever uma eventual inflexão desta estabilidade num futuro mais ou menos próximo.

Quadro 4 - Diferença média de idade entre os parceiros segundo o sexo e a geração

	1942/1957	1958/1972	1973/1989	Total
Homens	1,7	0,9	0,8	1,1
Mulheres	1,8	2,2	1,8	2,0

Primeira relação e entrada na conjugalidade

A desvinculação entre a sexualidade e a conjugalidade, a generalização da sexualidade pré-conjugal e a descida da idade aproximaram as condições de iniciação sexual de homens e mulheres mas não os tornaram iguais. Uma diferença importante radica no número de anos que intercala a primeira relação e a entrada na conjugalidade. Quanto mais extenso o intervalo, maior é o período da sexualidade pré-conjugal, permitindo alargar e aprofundar as possibilidades de experimentação que caracterizam esta fase do curso de vida. Neste aspeto, os homens continuam a beneficiar de uma maior liberdade. Atendendo aos números relativos a cada grupo etário, verifica-se que a duração daquele período é nos homens quase três vezes maior ao das mulheres. Não só se iniciam, como vimos, mais cedo, como entram mais tarde na conjugalidade. Ao longo das gerações esse período quase não mudou: um pouco acima de cinco anos, na geração mais velha, passou a mover-se em torno de seis anos nas gerações seguintes. Nas mulheres observa-se um alargamento do período da sexualidade pré-conjugal, que quase triplica ao longo das gerações: de um pouco acima de um ano passou a ser superior a três anos na geração mais nova (1973-1989). Já não se está, como há quarenta anos, perante a probabilidade elevada de a primeira relação ocorrer na conjugalidade, mesmo que as mulheres continuem a entrar mais cedo nela, limitando

o período da sexualidade pré-conjugal. Mesmo na geração mais nova este período é, nos homens, duas vezes superior ao das mulheres. Estes distintos calendários do período da sexualidade pré-conjugal não podem deixar de condicionar as experiências e o desenvolvimento das biografias sexuais e relacionais.

Quadro 5 - Intervalo médio (em anos) entre a primeira relação sexual e a entrada na conjugalidade, segundo o sexo e a geração

	1942/1957	1958/1972	1973/1989	Total
Homens	5,3	6,0	6,2	5,8
Mulheres	1,4	2,5	3,1	2,3

O calendário da iniciação sexual

A descida da idade média conta apenas parte da história das mudanças observadas nas condições de iniciação da actividade sexual com parceiro. Outra parte tem de ser analisada a partir da respetiva distribuição etária. Ao contrário da média que resume uma tendência, a distribuição permite evidenciar a amplitude etária que ela encobre. Em qualquer geração, há indivíduos que se iniciam mais cedo, e outros mais tarde. Ora a média não nos permite identificá-los. Se o foco de análise for analisar o efeito de uma iniciação mais precoce sobre a vida sexual ulterior é necessário ter uma medida de precocidade. Porém, é preciso ter em conta que os calendários da iniciação sexual variam de acordo com as gerações. A definição do que é precoce ou tardio depende da norma que estabelece a idade socialmente «expectável» para o início das relações sexuais. As iniciações que ocorrem antes dessa idade «modal» são consideradas precoces, acontecendo o inverso com as iniciações tardias. Necessitamos por isso de as referir dentro de cada geração.

Analisando a idade normativa da iniciação em cada geração, ou seja, aquela em que ocorre o maior número de iniciações, verifica-se na distribuição feminina uma grande oscilação etária, enquanto a masculina se caracteriza mais pela estabilidade. Reportando esta última em primeiro lugar, cerca de metade das iniciações ocorrem no intervalo entre 16 e 18 anos. A outra metade reparte-se mais ou menos equitativamente por iniciações precoces, abaixo de 16 anos, e tardias, acima de 18 anos. Estas repartições mantêm-se inalteradas de geração para geração. Por exemplo, as iniciações precoces na geração mais velha e na mais nova representam, respectivamente, 27% e 25%.

Na distribuição feminina, não se observa a mesma estabilidade etária. As idades normativas variam muito de geração para geração. Para que se mantenha uma repartição percentual mais ou menos idêntica à que foi adoptada na distribuição masculina, ou seja, um grupo com cerca de metade dos casos e dois outros com uma

divisão equitativa da outra metade, é necessário manipular os intervalos etários. Assim, por iniciação precoce entende-se, na geração mais velha, as iniciações realizadas abaixo da idade de 19 anos; na geração intermédia, um ano antes; e, na geração mais nova, dois anos a menos, ou seja, abaixo da idade de 17 anos.

Quadro 6 - Distribuição das idades de início das relações sexuais, segundo o sexo e a geração

	< 15	15	16	17	18	19	20	21	22>	Total
Mulheres										
1942-1957	1,8	2,3	4,9	7,5	11,9	7,4	16,6	8,5	39,1	100,0
1958-1972	3,7	4,9	8,3	12,2	18,4	12,7	14,6	5,6	19,5	100,0
1973-1989	4,4	7,0	16,3	17,1	19,8	11,9	9,4	4,6	9,5	100,0
Total	3,4	4,9	10,1	12,6	17,1	11,0	13,4	6,1	21,6	100,0
Homens										
1942-1957	14,6	12,3	15,6	11,8	18,9	5,7	10,9	4,5	5,6	100,0
1958-1972	13,6	8,2	22,1	16,5	15,3	7,0	6,8	2,8	7,6	100,0
1973-1989	12,6	12,5	22,5	19,6	14,7	7,3	5,4	2,0	3,5	100,0
Total	13,5	10,9	20,4	16,3	16,1	6,8	7,4	3,0	5,5	100,0

Se compararmos a iniciação precoce feminina na geração mais nova com a masculina equivalente, verificamos que para se atingir uma percentagem idêntica de iniciações precoces (cerca de 25%) é necessário aumentar o intervalo etário feminino em um ano. Nos homens é definido, qualquer que seja a geração, abaixo da idade de 16 anos, e nas mulheres, apenas na geração mais nova, abaixo da idade de 17 anos. Neste sentido, pode falar-se de uma maior precocidade masculina no início da actividade sexual com parceiro.

Tendo em conta os ajustamentos etários da distribuição feminina, pode apresentar-se uma distribuição mais «normativa» da iniciação sexual em função da sua natureza precoce, modal ou tardia. Atendendo aos critérios adotados, a distribuição percentual é mais ou menos idêntica: um quarto de iniciações precoces, cerca de 50% na classe modal e os restantes 25% de iniciações tardias. A única chamada de atenção é para o facto de os intervalos etários relativos a esta repartição variarem de acordo com o sexo e, no caso das mulheres, também entre as gerações. Estes ajustamentos etários são uma consequência de uma definição «normativa» do *timing* de iniciação sexual a partir do qual é possível aferir as associações entre o início sexual mais precoce ou mais tardio e a vida sexual ulterior.

Quadro 7 - *Timing* de iniciação sexual segundo o sexo e a geração

	Masculino				Feminino			
	Precoces	Nem precoces nem tardios	Tardios	Total	Precoces	Nem precoces nem tardios	Tardios	Total
1942/1957	27	46,3	26,7	100	28,3	32,5	39,1	100
1958/1972	21,8	54	24,2	100	29,1	45,8	25,1	100
1973/1989	25	56,8	18,2	100	27,7	48,8	23,4	100

A existência de calendários distintos permite, desde logo, mostrar diferenças nas condições em que ocorre a sexualidade pré-conjugal. Mostrámos atrás que o período que decorre entre a primeira relação sexual e a entrada na conjugalidade apresenta durações diferenciadas entre homens e mulheres, apesar da tendência de convergência. A maior ou menor precocidade é, naturalmente, uma das causas que contribui para essa duração. A questão que se coloca é determinar a sua importância e de que modo acentua ou, pelo contrário, atenua as diferenças entre homens e mulheres no que respeita à duração do período da sexualidade pré-conjugal.

O *timing* de iniciação tem sem dúvida um impacto relevante em ambos os sexos: nos homens, alarga a duração do período pré-conjugal em mais dois anos (de cerca de seis passa para oito anos); nas mulheres aumenta também, mas o acréscimo absoluto é menor (cerca de um ano). Importa ainda assinalar que as diferenças de duração são muito significativas entre as iniciações mais precoces e as outras, especialmente as mais tardias. Nestas últimas, a duração do período pré-conjugal é cerca de metade das que ocorrem mais cedo. Esta desproporção é observada nas diferentes gerações masculinas e femininas. O *timing* de iniciação tem, portanto, um impacto considerável na duração das biografias sexuais anteriores à conjugalidade.

Do ponto de vista da diferença entre homens e mulheres, a consideração do *timing* do início sexual permite evidenciar algumas diferenças de género no que respeita ao calendário do período pré-conjugal. Com efeito, as iniciações masculinas mais precoces estão associadas a um período mais longo (cerca de 8 anos), seguindo-se as que ocorrem no intervalo modal (um pouco menos de seis anos). Só depois aparecem as iniciações femininas mais precoces das mulheres mais novas, que apenas ultrapassam as iniciações masculinas tardias (4,4 anos, contra 2,8). Todas as restantes mulheres têm períodos pré-conjugais mais curtos do que os homens cuja iniciação sexual ocorreu mais tardiamente. Deste modo, parece evidente que, apesar da precocidade feminina introduzir um factor de correcção, a duração média é mais reduzida nas mulheres. Evidentemente, uma razão reside no facto de elas entrarem mais cedo na conjugalidade, mas a iniciação menos precoce contribui igualmente para encurtar o período da sexualidade pré-conjugal.

Quadro 8 - Intervalo médio (em anos) entre a primeira conjugalidade e a primeira relação sexual, segundo o sexo, a geração e o *timing* da iniciação sexual

	Masculino			Feminino		
	Precoces	Nem precoces nem tardios	Tardios	Precoces	Nem precoces nem tardios	Tardios
1942/1957	7,7	5,3	3,4	1,7	1,2	1,4
1958/1972	8,1	6,2	3,7	3,4	2,5	1,5
1973/1989	8,7	6,1	2,8	4,4	3,1	1,8
Total	8,1	5,8	3,4	3,1	2,37	1,5

Calendários de iniciação e diferenças sociais: classe, instrução e religião

A influência social nos comportamentos sexuais decorre em grande parte por intermédio do controlo que as famílias exercem sobre os filhos. Consoante as orientações culturais prevalecentes, as normas sexuais mudam. Observou-se anteriormente que as normas que prescreviam atitudes e comportamentos distintos em função do sexo tornaram-se mais flexíveis e igualitárias, atenuando as diferenças no que respeita à iniciação sexual. Pode-se perguntar se em relação à classe não aconteceu um processo semelhante. A iniciação tradicionalmente mais precoce nos meios populares era devida não apenas a um controlo menos apertado das famílias sobre a sexualidade dos filhos, mas sobretudo devida a uma transição relativamente precoce para o mercado de trabalho e para a vida adulta. Quem enfileirava cedo na profissão acedia mais depressa a meios de sustentação económica e a uma liberdade de adulto que lhe permitia uma entrada na sexualidade. Evidentemente, que esta possibilidade era mais acessível aos homens, na medida em que a sexualidade das mulheres continuava sujeita a um cerco apertado.

A aferição da influência social no calendário da iniciação sexual é feita através da comparação entre dois grupos socioprofissionais numericamente bem representados na amostra e que possuem localizações bem diferenciadas na sociedade — as profissões intelectuais e científicas e o operariado. Como as influências de classe interagem com as relações de género é necessário considerar de forma autónoma o universo masculino e o feminino. Do lado dos homens, é notória uma diferença na idade média de iniciação sexual entre os dois meios sociais. Nas profissões intelectuais e científicas a idade média é sempre mais elevada do que no operariado. Acompanhando a tendência de descida da idade média ao longo das gerações, as iniciações ocorrem em idades mais baixas, sem que as diferenças etárias entre os dois grupos ocupacionais diminuam. Por exemplo, a diferença etária da iniciação sexual entre os dois grupos socioeconómicos é exactamente a mesma na geração mais velha

e na mais nova (1,3 anos). A norma de diferimento está mais difundida nas profissões intelectuais e científicas do que no operariado.

Como também já foi sublinhado, a norma do diferimento esteve sempre bastante mais presente na socialização feminina do que na masculina. Por isso a idade média das mulheres é sempre mais elevada, apesar da convergência que se tem vindo a notar de geração para geração. A questão que interessa agora aferir é de saber se essa norma de diferimento está indiscriminadamente generalizada ou se conhece alguns ajustamentos em função dos universos profissionais e sociais. À semelhança da distribuição masculina também se observa uma descida da idade média ao longo das gerações, mas a diferença entre os dois grupos socioprofissionais é mínima, nas duas gerações mais velhas, e nula na mais nova. A norma de diferimento atinge o conjunto das mulheres e parece sobrepor-se às divisões sociais que o caracteriza, refletindo ela própria a diferenciação ainda existente entre comportamentos masculinos e femininos, baseada no duplo padrão moral.

Quadro 9 - Idade média de iniciação sexual segundo o sexo, a profissão actual e a geração

	Homens			Mulheres		
	1942/1957	1958/1972	1973/1989	1942/1957	1958/1972	1973/1989
Intelectuais /científicas	18,2	18,5	17,5	21,3	19,7	18,8
Operariado industrial	16,9	17,4	16,2	20,9	20,0	18,8

A entrada mais ou menos rápida no mercado de trabalho associada, pelo menos no lado masculino, a uma iniciação mais precoce, na medida em que indicia carreiras escolares curtas, sugere também uma relação entre a escolaridade e a idade média de iniciação. Com efeito, em quase todas as gerações os níveis mais altos de instrução têm idades de iniciação mais elevadas. A única exceção é o primeiro ciclo da geração intermédia masculina que apresenta a idade média mais elevada dessa geração. Mas a tendência geral, quer nos homens, quer nas mulheres, é para haver um diferimento da idade com o aumento da instrução, que é mais prolongado nas mulheres do que nos homens. Por exemplo, no nível do ensino superior essa diferença é de um ano na geração mais nova (respectivamente, 18,6 e 17,6 anos). Esta tendência de diferimento, ao contrário de outras, não dá sinais de abrandamento de geração para geração. Na geração mais nova, as diferenças tornam-se mais lineares, sugerindo que os investimentos escolares e as carreiras longas adiam a iniciação sexual. Este efeito é mais visível no lado masculino.

Reportando-nos à geração mais nova, a diferença etária entre os menos instruídos e os mais instruídos é mais dilatada nos homens (cerca de um ano e meio) do que nas mulheres (inferior a um ano). Ora atendendo à idade mais elevada da iniciação feminina, a maior amplitude masculina resulta de uma maior precocidade sexual dos

indivíduos menos escolarizados. É, no entanto, difícil isolar a influência da escolaridade de outras, como a da classe. O controlo familiar é crítico quer no que se refere à interiorização de valores e normas relativas à sexualidade, quer no que se refere às aprendizagens e motivações escolares. Neste sentido, a influência familiar tender-se-ia a sobrepôr à da escolaridade. Mas também é possível supor que os investimentos em carreiras escolares longas exigem esforço e tempo, que tornariam os indivíduos menos disponíveis para as aprendizagens e os relacionamentos sexuais, retardando também por essa via o início das relações sexuais.

Quadro 10 - Idade média de iniciação sexual segundo o sexo, o nível de instrução e a geração

	Homens			Mulheres		
	1942/1957	1958/1972	1973/1989	1942/1957	1958/1972	1973/1989
1º Ciclo Ensino Básico	17,3	18,1	(1)	20,9	19,3	(1)
2º/3º Ciclo Ensino Básico	17,1	17,2	16,1	20,9	19,2	17,8
Secundário	17,8	17,2	16,8	21,6	18,7	18,0
Superior	18,2	17,7	17,6	20,9	19,7	18,6
Total	17,4	17,4	16,8	21,0	19,2	18,2

(1) Número muito reduzido de efetivos.

As disposições e as atitudes perante a sexualidade refletem valores e orientações interiorizados ao longo das trajetórias sociais. Os valores condicionam o comportamento e as atitudes, pelo que a religião, enquanto dimensão importante do universo dos valores, representa uma forma privilegiada de aferir o seu impacto no campo da sexualidade. É conhecida a importância do catolicismo na sociedade portuguesa e as posições que assume em matéria sexual. Atendendo a que defende uma moral restritiva no domínio da iniciação sexual, é de antever uma relação negativa entre a adesão à prática religiosa e a precocidade sexual. O uso da prática religiosa, medida pela frequência com que se assiste a cerimónias e ritos religiosos, é intencional na medida em que constitui um indicador mais sólido de adesão às crenças e prescrições do que a mera filiação religiosa, que sendo bastante difundida, não poderia constituir um indicador de intensidade. Deste modo, as idades de iniciação são analisadas em função dos diferentes níveis em que se desdobrou a prática religiosa — *sem prática religiosa, prática ocasional e prática regular*. Seja qual for a geração considerada, independentemente do sexo, observa-se uma relação linear entre a prática religiosa e a idade de iniciação: quanto mais religioso, mais diferido é o início das relações sexuais. Apesar desta influência se manter ao longo das gerações, não deixa de ser interessante notar que mesmo o grupo mais religioso acompanha a descida da idade média de iniciação. A geração mais velha, qualquer que seja a prática religiosa, tem uma idade mais alta do que a geração mais nova. O impacto dos valores religiosos combina-se ou concorre com o de outros valores, fazendo com que a

iniciação sexual se distancie da idade de entrada na conjugalidade. O efeito de diferimento induzido pela religião articula-se com a tendência de início mais precoce da sexualidade com parceiro.

Quadro 11 - Idade média de iniciação sexual segundo o sexo, a prática religiosa e a geração

	Homens			Mulheres		
	1942/1957	1958/1972	1973/1989	1942/1957	1958/1972	1973/1989
Sem prática religiosa	16,7	17,1	16,7	20,5	18,3	17,7
Prática relig. ocasional	17,6	17,4	17,0	21,0	19,0	18,4
Prática religiosa regular	18,0	18,6	17,2	21,3	20,6	19,0
Total	17,4	17,4	16,8	21,0	19,2	18,2

Iniciação e vida sexual ulterior

Qual a relação entre o *timing* da primeira relação e a atividade sexual ulterior? Que correspondências existem entre uma iniciação mais precoce ou mais tardia e os comportamentos atuais nos domínios afetivo e sexual? Para se analisar a relação entre o *timing* da iniciação e ocorrências posteriores, a idade, no entanto, não pode ser encarada em termos absolutos. Conforme antes referido, o *timing* depende do que se entende por idade «normativa» de iniciação sexual. Ter a primeira relação, por exemplo, aos 18 anos, não tem necessariamente o mesmo significado para homens e mulheres, nem para gerações diferentes. Considerar que uma iniciação sexual é precoce ou tardia só faz sentido considerando o intervalo etário em que a maior parte das iniciações de uma dada geração ocorre. Neste sentido, uma iniciação precoce seria aquela que ocorre antes da idade «normativa», sucedendo o inverso com a iniciação tardia. Uma maneira simples de operacionalizar estas diferenças consistiu em fazer corresponder a idade normativa à idade modal, ou seja, ao intervalo etário em que metade das iniciações de uma dada geração ocorre, pelo que a outra metade se reparte equitativamente pelas iniciações precoces e tardias. O *timing* da iniciação é simultaneamente uma questão de idade e normatividade.

Iniciação sexual e número de parceiros ao longo da vida

O que chama a atenção, em primeiro lugar, na relação entre o *timing* de iniciação e o número de parceiros ao longo da vida é o desequilíbrio entre homens e mulheres. Como é verificado em todos os inquéritos sobre sexualidade (Laumann 1994; Johnson, 1994; Haavio-Mannila, 1995; Bajos, 2008), os homens reportam sempre um número mais elevado de parceiros. Mais importante do que isso é observar que o número de parceiros depende grandemente do *timing* da iniciação. Os homens que tiveram uma

entrada mais precoce revelam um número mais elevado de parceiros relativamente aos que tiveram uma iniciação mais tardia, como seria natural, mas também em relação aos que não podem ser considerados tardios nem precoces, que representam cerca de metade do universo masculino. Igualmente interessante é observar que esta diferença no número de parceiros é, pelo menos nos homens, independente da geração. Qualquer que seja a geração, reportam sempre mais parceiros e apesar de o número de parceiros ter vindo a subir o aumento é pouco significativo (três parceiros). Nas iniciações realizadas no intervalo modal ou mais tarde, as variações apontam para uma certa estabilidade. A diferença do número de parceiros entre as iniciações precoces e as outras é, assim, mais ou menos constante ao longo das gerações. Cerca de quatro vezes mais elevadas em relação às iniciações tardias e o dobro em relação às iniciações da classe modal.

Em termos de diferenças entre homens e mulheres importa referir que o número de parceiros reportado é sempre superior nos homens independentemente do calendário da iniciação sexual. Mesmo os homens que registam iniciações tardias reportam um número de parceiros superior, ainda que, em alguns casos, apenas ligeiramente superior, ao das mulheres cujas iniciações ocorreram mais precocemente, qualquer que seja a geração considerada. A precocidade feminina não parece desenvolver-se no mesmo sentido da masculina, na medida em que não contempla a mesma rotatividade de parceiros. Apesar disso, no universo feminino, continua a verificar-se a relação positiva entre uma iniciação mais precoce e o número de parceiros. Se excluirmos a geração mais velha, em que a iniciação estava muito correlacionada com a entrada na conjugalidade, nas outras gerações verifica-se que as iniciações mais precoces estão associadas a um maior número de parceiros do que as iniciações que ocorrem na idade modal ou mais tardiamente. Indiferente ao *timing* da iniciação, o número de parceiros quase não sofre oscilação de uma geração para a outra.

Uma razão que justifica a relação entre a iniciação mais precoce e o número de parceiros reside na duração da vida sexual. Começando mais cedo, ter-se-á em princípio uma vida sexual mais longa, que não pode deixar de se refletir no número de parceiros. Pode, no entanto, objetar-se que a relação entre a duração e o número de parceiros não é automática. Nem sempre a precocidade implica mais parceiros, como comprova a iniciação precoce das mulheres da geração mais velha muito associada à entrada na conjugalidade e à existência de um único parceiro ao longo da vida (o cônjuge). Também não há uma relação de proporcionalidade, sobretudo no caso feminino, entre uma iniciação mais tardia e o número de parceiros. Nas mulheres, as iniciações tardias não divergem das iniciações modais e, nos homens, esta mesma diferença é menos acentuada do que a que se verifica em relação às iniciações precoces. Os dados sugerem que a rotatividade de parceiros está fortemente associada à precocidade masculina, ou seja, um número elevado de parceiros ao longo

da vida é sobretudo uma característica de homens cujo início sexual ocorreu cedo. A precocidade feminina implica também um número mais elevado de parceiros do que as iniciações modais ou tardias, mas consideravelmente mais baixo do que o masculino, sugerindo práticas e significados distintos em relação à sexualidade.

Quadro 12 - Número médio de parceiros ao longo da vida, segundo o sexo, a geração e o *timing* de iniciação sexual

	Masculino			Feminino		
	Precoces	Nem precoces nem tardios	Tardios	Precoces	Nem precoces nem tardios	Tardios
1942/1957	19,1	8,0	5,4	1,8	3,2	1,3
1958/1972	19,7	9,7	4,9	4,9	2,1	1,9
1973/1989	21,9	8,2	4,6	4,5	2,4	2,4
Total	20,4	8,7	5,0	3,9	2,5	1,8

Iniciação, actividade sexual e auto-erotismo

O impacto do início mais precoce na actividade sexual ulterior não se restringe ao número de parceiros nem a uma vida sexual potencialmente mais longa. Outros aspectos, como a frequência sexual, parecem ter uma associação mais estreita à precocidade. Reportando a frequência relativa ao último mês, observam-se, em ambos os sexos, diferenças significativas entre as iniciações mais precoce e as mais tardias. Nos homens, as diferenças são mais expressivas e não oscilam muito de um grupo etário para outro, ainda que seja claro o efeito da idade sobre a frequência sexual. A tendência é no sentido de uma diminuição ao longo da idade em virtude não apenas do processo de envelhecimento mas também de outros factores correlacionados, como a diminuição do número de pessoas que vivem em casal. Apesar desta redução da actividade sexual ao longo da idade, em cada grupo de idade mantêm-se as diferenças na frequência em função do *timing* da iniciação. A combinação deste duplo efeito (diminuição da actividade sexual e diferenciação dos *timings* de iniciação) provoca uma maior aproximação entre a frequência sexual dos homens de mais de 50 anos cujo início sexual foi mais precoce e a dos homens mais novos cuja iniciação foi mais tardia (respectivamente, 6,3 e 8,2), do que entre estes últimos e os da mesma idade mas cuja iniciação ocorreu mais cedo (10,8, contra 8,2). Este duplo efeito não está à primeira vista presente nas mulheres, devido ao facto de a frequência sexual das mulheres mais velhas diminuir consideravelmente devido não tanto ao abrandamento da actividade sexual, mas, sobretudo, pelo facto de o número das que vivem sozinhas ser bastante mais elevado do que o correspondente número masculino, afectando de forma acentuada a frequência média deste grupo etário. Além disso, volta a verificar-se que nas gerações femininas mais velhas a iniciação sexual mais precoce não tem

impacto na frequência sexual. Se excluirmos o grupo etário mais velho e considerarmos apenas os outros dois grupos, é possível observar o mesmo resultado: as mulheres de 35-49 anos cuja iniciação ocorreu mais cedo têm até uma frequência superior à das mulheres mais novas que diferiram o início sexual (7,4, contra 6,4).

Quadro 13 - Frequência de relações sexuais no último mês (média), segundo o sexo, a geração e o *timing* de iniciação sexual

	Masculino			Feminino		
	Precoces	Nem precoces nem tardios	Tardios	Precoces	Nem precoces nem tardios	Tardios
18-34	10,81	8,5	8,2	9,4	9,11	6,39
35-49	11,33	7,7	7,1	7,42	6,96	6,83
50-65	6,31	5,77	5,07	2,9	3,4	2,82
Total	9,57	7,5	6,8	6,8	7,09	5,15

Estas relações entre o *timing* da iniciação e a actividade sexual ulterior encontram-se também presentes, ainda que sob algumas restrições, no campo do repertório das práticas sexuais. O indicador usado é a prevalência de quatro práticas ao longo do último ano — sexo sem penetração, *felatio*, *cunnilingus* e sexo anal. Um indivíduo que tenha reportado todas estas práticas obtém a pontuação mais elevada da escala (5). Exceptuando a geração mais velha, quanto mais cedo tiver ocorrido a iniciação, mais diversificado é o repertório sexual. As diferenças não são muito acentuadas, mas são consistentes. Nos dois grupos etários, quer nos homens quer nas mulheres, as iniciações mais precoces estão associadas à diversificação das práticas sexuais. Também se verifica o mesmo efeito assinalado em relação à frequência sexual. Os indivíduos do grupo mais novo que se iniciaram tardiamente estão mais próximos dos indivíduos do grupo etário de 35-49 anos cujas iniciações ocorreram mais cedo do que dos outros indivíduos da mesma idade. Esta convergência é observada em ambos os sexos.

O motivo pelo qual estas relações não são observadas no grupo etário mais velho tem sobretudo a ver com o facto de o repertório sexual ser bastante mais limitado nos indivíduos que integram esta geração. A mudança sexual que se observou nas últimas décadas diversificou as práticas e alargou o repertório sexual. É por isso possível admitir uma descontinuidade entre o grupo etário mais velho e os outros dois grupos mais novos que se traduz, por um lado, por um número mais baixo das práticas sexuais reportadas, e, por outro, pela insensibilidade da relação entre estas práticas e o *timing* da iniciação. A inexistência desta relação é comum aos homens e às mulheres com idade superior a 50 anos.

Ainda que não se apresente fundamentação numérica, é possível aproximar a diversificação do repertório dos outros indicadores analisados, designadamente o número de parceiros. Com efeito, o número de parceiros surge associado a uma maior diversificação das práticas sexuais, que por seu turno se correlacionam com a entrada mais precoce na sexualidade com parceiro.

Quadro 14 - Prevalência das práticas sexuais ⁽¹⁾ no último ano (média), segundo o sexo, a geração e o *timing* de iniciação sexual

	Masculino			Feminino		
	Precozes	Nem precoces nem tardios	Tardios	Precozes	Nem precoces nem tardios	Tardios
18-34	3,37	3,31	3,05	3,33	2,88	2,57
35-49	3	2,89	2,38	2,52	2,36	2,18
50-65	1,66	1,75	1,53	1,53	1,51	1,27
Total	3,2	3,11	2,67	2,90	2,62	2,37

⁽¹⁾ A escala varia entre 1 (nenhuma) e 5 (quatro práticas sexuais).

Constituindo outra importante dimensão da actividade sexual, a actividade auto-erótica é a última dimensão a ser explorada no sentido de aferir o impacto dos *timings* da iniciação sexual. Em relação a outros indicadores, tem a vantagem de proporcionar uma medida do interesse sexual sem depender dos condicionalismos que a actividade com parceiro implica. Dos indicadores disponíveis, como a prática da masturbação ou o consumo de pornografia, optou-se pela frequência com que se pensa em sexo, apelando assim para um plano mais cognitivo da sexualidade.

Seguindo a tendência dos outros indicadores, a frequência com que se pensa em sexo — *nenhuma, algumas vezes por ano, algumas vezes por mês, algumas vezes por semana, todos os dias, várias vezes por dia* — diminui com a idade. No caso feminino, a este efeito acrescenta-se um efeito geracional, visível na descontinuidade entre a geração mais velha e as gerações mais novas. Por razões que se relacionam com as condições de socialização, na geração mais velha o *timing* da iniciação não tem impacto na actividade auto-erótica, cuja expressão é muito limitada, quer em comparação com as mulheres mais novas, quer em relação ao grupo masculino da mesma idade. Excluindo este grupo feminino, a frequência com que se pensa em sexo apresenta uma associação com o *timing* da iniciação sexual. Quanto mais cedo tiver ocorrido, maior a propensão para pensar em sexo. Observa-se igualmente o duplo efeito assinalado a propósito da frequência e do repertório sexuais. Os indivíduos mais precoces de uma determinada geração têm mesmo um interesse sexual superior ao dos indivíduos da geração seguinte cuja iniciação ocorreu mais tarde. Esta supremacia não surgiu com a mesma evidência nos outros indicadores analisados. O facto de se

tratar de uma actividade que dispensa a presença de um parceiro, pelo menos real, talvez contribua para explicar o impacto mais evidente que o *timing* da iniciação exerce na actividade auto-erótica. Provavelmente também por isso, as diferenças entre homens e mulheres parecem mais contidas do que em outros casos. Mesmo assim, existem algumas relações que parecem constantes: os homens pensam mais em sexo do que as mulheres; os mais jovens, de ambos os sexos, mais do que os mais velhos; e, em qualquer geração, à excepção da feminina mais velha, os precoces mais do que os tardios.

Quadro 15 - Pensar em sexo ⁽¹⁾, segundo o sexo, a geração e o *timing* de iniciação sexual (média)

	Masculino			Feminino		
	Precoces	Nem precoces nem tardios	Tardios	Precoces	Nem precoces nem tardios	Tardios
18-34	3,94	3,78	3,67	3,26	2,94	2,65
35-49	3,76	3,44	3,13	2,78	2,44	2,32
50-65	3,26	3,09	2,9	1,5	1,52	1,55
Total	3,86	3,61	3,37	3,01	2,69	2,47

⁽¹⁾ A escala varia entre 0 (não pensa em sexo) a 5 (várias vezes por dia)

Iniciação sexual, modos de entrada e rupturas conjugais

Tendo explorado várias dimensões da actividade sexual recorrendo a um diversificado conjunto de indicadores que implicaram a referência a temporalidades diferenciadas — o número de parceiros ao longo da vida, a frequência sexual no último mês, a diversificação das práticas no último ano e a actividade auto-erótica —, a evidência encontrada assinalou um impacto consistente do *timing* da iniciação na vida sexual ulterior. Ter tido um início sexual mais precoce ou mais ou tardio não pode deixar de ser relacionado com outras ocorrências que se manifestam mais tarde em vários domínios da sexualidade. Mas há outro domínio importante em que esse *timing* se faz também sentir. Referimo-nos ao campo dos relacionamentos, principalmente no que respeita à conjugalidade.

Do ponto de vista da duração da sexualidade pré-conjugal assinalámos a profunda assimetria com base no género, que torna essa duração mais dilatada nos homens do que nas mulheres em quase todas as gerações. Apesar das mudanças verificadas no sentido do alongamento do período da sexualidade pré-conjugal feminina, a duração desta fase mesmo nas mulheres cuja iniciação ocorreu mais precocemente é menor não só em relação aos homens com o mesmo *timing* de iniciação mas também aos que se situam no intervalo modal. As mulheres entram na conjugalidade precedidas por um período de vivência sexual bastante mais curto do que aquele que os homens beneficiam. Esta diferença persiste no âmbito da actual geração jovem, mas é apesar

de tudo contrabalançada pelo *timing* de iniciação, pois este é determinante da duração do período que precede a entrada na conjugalidade. A duração da sexualidade pré-conjugal é, portanto, um primeiro plano em que esse *timing* interfere com a conjugalidade.

Outro plano que importa evidenciar convoca a dimensão relacional da sexualidade. Pretendemos equacionar o efeito da iniciação sexual nas modalidades e durações conjugais. Os indicadores analisados referem a entrada na primeira conjugalidade (casamento e coabitação) e as relações conjugais anteriores na população que vive actualmente sem parceiro. Se antes o foco de análise privilegiou as correspondências entre o *timing* da iniciação e a vida sexual ulterior, procura agora incidir sobre os relacionamentos e as rupturas conjugais que constituem outra faceta das biografias sexuais.

A entrada na primeira conjugalidade através do casamento é, em primeiro lugar, marcada pela condição geracional. Representava, nas gerações mais velhas, a única entrada legítima na conjugalidade e, em muitos casos, sobretudo femininos, de aceder à actividade sexual com parceiro. Não estranha, portanto, a associação entre o casamento e a idade, embora o efeito que se pretende evidenciar seja o do *timing* de iniciação. De modo quase universal, pode dizer-se que se comporta como uma força centrífuga em relação ao casamento. Os indivíduos cujas iniciações foram tardias casam-se mais frequentemente do que os indivíduos que começaram a actividade sexual mais cedo. Esta preferência pelo casamento é independente da geração e do sexo, ainda que a diferença entre as iniciações mais precoces e as mais tardias seja mais expressiva nas mulheres do que nos homens. Por exemplo, na geração mais nova, a diferença feminina de cerca de 15% contrasta com a masculina que não vai além de 6%. O efeito centrífugo da iniciação mais precoce é, portanto, mais acentuado do lado feminino, indiciando também que, nas mulheres mais novas, a entrada na conjugalidade tem privilegiado outras vias que não o casamento.

Quadro 16 - Primeira conjugalidade através do casamento, segundo o sexo, a geração e o timing de iniciação sexual (%)⁽¹⁾

	Masculino			Feminino		
	Precoces	Nem precoces nem tardios	Tardios	Precoces	Nem precoces nem tardios	Tardios
18-34	16,2	13,6	22,4	17,8	28,3	32,4
35-49	39,9	54,8	54,3	51,1	66,9	65,0
50-65	68,5	71,4	69,7	67,8	73,0	81,7

⁽¹⁾ As percentagens não somam 100% na medida em que é apenas apresentada uma modalidade (casamento) da variável modos de entrada na conjugalidade, composta por quatro modalidades: casamento, coabitação seguida de casamento, só coabitação, nunca viveu em casal. O somatório destas quatro modalidades em cada grau de precocidade perfaz 100%. Além do casamento, que consta deste quadro, os dados relativos à modalidade só coabitação são referidos no próximo quadro.

A coabitação é a via alternativa ao casamento, embora, nos dados usados, este acabe por ocorrer na maior parte das coabitações. Para marcar a diferença desta modalidade conjugal em relação ao casamento, optamos por analisar o impacto do *timing* da iniciação nas coabitações que não se converteram em casamentos. A conjugalidade coabitante é marcada à semelhança do casamento pela geração. Coabitar é hoje uma prática socialmente aceite e mais generalizada do que há algumas décadas atrás. Por isso os contrastes percentuais são fortes entre as gerações, com a vantagem a pertencer, naturalmente, às gerações mais novas. As diferenças numéricas entre o grupo mais velho e o mais novo são sempre muito dilatadas. Nas gerações mais velhas o casamento era de longe a forma privilegiada e legítima de entrada na conjugalidade.

Com uma amplitude mais reduzida, as diferenças em função do *timing* de iniciação sexual são também bastante expressivas, embora haja variações importantes em função do sexo e da geração. Do ponto de vista geracional, as diferenças são mais expressivas nas gerações mais velhas. Tendo sido estigmatizada, ou pelo menos não gozando de uma aceitação social semelhante à atual, a coabitação representava uma escolha um pouco à margem da corrente principal direccionada para o casamento. Por conseguinte, constituía uma via menos convencional de aceder à conjugalidade, do mesmo modo que o início mais precoce das relações sexuais representava uma via menos convencional, porque fora dos intervalos etários modais, de aceder à sexualidade com parceiro. Por outras palavras, a iniciação mais precoce e a coabitação, nas gerações mais velhas, representavam trajectórias menos convencionais no campo dos relacionamentos sexuais e conjugais. Não admira, portanto, encontrar diferenças assinaláveis entre as iniciações mais precoces e as mais tardias, que ascendem ao dobro, em ambos os sexos, no grupo etário mais velho. Nos mais novos essas diferenças esbatem-se em função da generalização e da aceitação que a coabitação beneficia nos nossos dias. Mas, apesar dessa diferença se ter atenuado, continua a observar-se uma relação mais privilegiada entre o *timing* mais precoce de iniciação e a coabitação.

As diferenças entre homens e mulheres são também interessantes, embora nestas últimas, o contraste entre as iniciações mais precoces e mais tardias seja mais acentuado, quer na geração mais nova, quer na mais velha, sugerindo por isso uma associação mais forte entre o *timing* de iniciação e a coabitação. No entanto, esta relação é também válida para os homens, pelo que o início mais precoce privilegia a coabitação como entrada na conjugalidade.

Quadro 17 - Primeira conjugalidade através da coabitação, segundo o sexo, a geração e o *timing* de iniciação sexual (%)⁽¹⁾

	Masculino			Feminino		
	Precoces	Nem precoces nem tardios	Tardios	Precoces	Nem precoces nem tardios	Tardios
18-34	26,5	21,2	24,6	30,1	21,5	16,2
35-49	25,9	11,3	9,2	23,3	8,9	10,0
50-65	12,4	8,2	6,6	11,1	4,9	4,3

⁽¹⁾ Ver nota do quadro anterior.

Além das modalidades de entrada, a incursão na conjugalidade contempla ainda o escrutínio das saídas através da separação conjugal. O indicador usado contempla as pessoas que já viveram em casal e, conseqüentemente, não se encontravam numa relação conjugal na altura do inquérito (12% do total da amostra). De modo semelhante aos dois indicadores conjugais analisados, a distribuição do indicador em causa é muito afectada pelo efeito geracional, que regista um agravamento adicional no caso feminino. A percentagem de pessoas que já viveu em casal sobe ao longo da idade à medida que aumenta o número de divórcios e de separações que não dão origem a novos casamentos. É um processo cumulativo. No caso das mulheres, no entanto, acentua-se devido ao facto de a taxa do recasamento feminino ser inferior à dos homens, aumentando a representação feminina na população que já viveu em casal, sobretudo nas gerações mais velhas.

Este importante efeito geracional não obscurece de todo o efeito do *timing* da iniciação que se encontra bastante bem representado. É claro que a precocidade quer nos homens quer nas mulheres está associada às rupturas conjugais. Em ambos os sexos a coluna relativa às iniciações mais precoces apresenta números mais altos que contrastam com os das colunas relativas aos indivíduos que se iniciaram mais tarde. Estes contrastes não são muito diferentes de um sexo para o outro, embora, como referimos, as percentagens não tenham a mesma grandeza. Seja como for, o resultado que importa reter indica que, do mesmo modo que predispõe para a coabitação, o *timing* mais precoce parece também acentuar as saídas e as rupturas conjugais.

Quadro 18 - Proporção de indivíduos que já viveram em casal, segundo o sexo, a geração e o *timing* de iniciação sexual (%)

	Masculino			Feminino		
	Precoces	Nem precoces nem tardios	Tardios	Precoces	Nem precoces nem tardios	Tardios
18-34	12,8	8,7	8,5	12,2	7,6	8,9
35-49	14,3	10,0	6,1	18,7	13,6	10,4
50-65	18,6	8,9	6,6	30,7	21,3	24,3

Conclusão

Depois desta incursão pelos comportamentos sexuais, parece poder-se dar uma resposta afirmativa à questão de saber se o início mais precoce ou mais tardio na sexualidade com parceiro interfere no desenvolvimento da biografia sexual e conjugal ulterior. De facto, verificou-se a existência de correspondências sistemáticas e consistentes entre o *timing* da iniciação e outros aspectos da vida sexual e relacional. Porém, é importante reproduzir a advertência feita logo de início de que não se retirariam ilações causais de eventuais correspondências. Sem uma fundamentação metodológica adequada é precipitado eleger a primeira relação como «preditor» da vida sexual ulterior, quando pode não passar de um mediador de efeitos latentes que radicam em disposições mais profundas. Seja como for, a incursão realizada mostrou que as manifestações sexuais são muito mais do que uma sequência de actos que ocorrem linearmente ao longo da vida, apresentando-se antes como configurações que beneficiam de alguma coerência interna na forma como combinam a actividade, os relacionamentos e as representações no domínio sexual. Nesta perspectiva, o *timing* de iniciação revela preferência por determinadas manifestações da sexualidade, ao mesmo tempo que limita ou rejeita outras.

A incursão permitiu ainda descrever algumas das mudanças ocorridas no campo sexual desde há algumas décadas. A mais evidente é a descida da idade de iniciação feminina, bastante mais acentuada do que a masculina. Apesar disso, os homens continuam a ser mais precoces na iniciação sexual. Há diferenças entre homens e mulheres que o passar do tempo e das gerações (ainda) não apagaram.

Outras influências parecem perenes. O contexto social acelera ou retarda o calendário da iniciação sexual. Factores como a religião, a classe ou a escolaridade exercem um efeito claro, ainda que seja muito influenciado pelo género. Mas mesmo estes factores acabam por ser atingidos por uma mudança mais profunda que faz com que os comportamentos e as atitudes mudem em todos os grupos, mantendo-se, no entanto, as diferenças relativas.

Em termos da influência do *timing*, identificou-se o perfil dos indivíduos que tiveram uma iniciação mais precoce. Reportam mais parceiros sexuais, um período mais longo de sexualidade pré-conjugal, uma frequência mais elevada, um reportório mais diversificado e uma estimulação auto-erótica mais intensa. Além disso, são menos propensos a casar, privilegiando a coabitação como entrada na conjugalidade, e estão mais sujeitos a rupturas conjugais. De modo inverso, o perfil dos que se iniciam mais tarde tende a ser mais convencional. Têm muito menos parceiros sexuais, tendem a viver com o mesmo cônjuge, que, em muitos casos, é o único parceiro, e as manifestações sexuais são mais contidas. Vale a pena referir que o primeiro perfil está mais representado no universo masculino, pelo que as diferenças entre as iniciações

mais precoces e as mais tardias são mais acentuadas nos comportamentos e nas atitudes masculinos do que nos femininos.

Apesar de ser um aspecto entre outros da vida sexual, o *timing* da primeira relação denuncia uma atitude. Precipitar o início sexual ou diferi-lo exterioriza atitudes que se tenderão a cristalizar ao longo do curso de vida. Uns preferirão sobretudo alargar o campo da experiência sexual, afastando das preocupações imediatas os horizontes conjugais, enquanto outros, que se iniciam mais tarde, inserem desde cedo a conjugalidade no campo sexual. Este encadeamento de atitudes e comportamentos reforçam-se mutuamente e prolongam-se pela sexualidade adulta. Neste sentido, a primeira relação é, sem dúvida, um indicador essencial para se compreender a diversidade contemporânea das biografias sexuais e conjugais.

Bibliografia

- BAJOS, N., M. Bozon, M. Ferrand e A. Giami (1998), *La Sexualité aux Temps du Sida*, Paris, PUF.
- BAJOS, Nathalie e Michel Bozon (2008), *La sexualité en France*, Paris, La Découverte.
- BOZON, Michel (1993), «L'entrée dans la sexualité adulte: le premier rapport et ses suites. Du calendrier aux attitudes » in *Population*, nº 5, pp. 1317-1352.
- BOZON, Michel e Osmo Kontula (1998), «Sexual initiation and gender in Europe: a cross-cultural analysis of trends in the twentieth century», in Michel Hubert (org.), *Sexual Behaviour and HIV/AIDS in Europe: comparisons of National Surveys*, London, UCL Press.
- BOZON, Michel (2005), *Sociologie de la sexualité*, Paris, Armand Colin.
- FERREIRA, P. e CABRAL, M. V. (2010), *Sexualidades em Portugal: comportamentos e riscos*, Lisboa, Editorial Bizâncio.
- GAGNON, John H. e William Simon (2005), *Sexual conduct: the social sources of human sexuality*, New Brunswick, Aldine Transaction.
- LE GALL, Didier e Charlotte Le Van (2007), *La première fois — le passage à la sexualité adulte*, Paris, Payote.
- HAAVIO-MANNILA, E. e O. Kontula (1995), *Sexual Pleasures: Enhancement of sex Life in Finland, 1971-1992*, Aldershot, Dartmouth.
- HUBERT, M., N. Bajos e T. Sanford (org.) (1998), *Sexual Behaviour and HIV/AIDS in Europe. Comparisons of National Surveys*. Londres, UCL Press.
- JASPARD, Maryse (2005), *Sociologie des comportements sexuels*, Paris, La Découverte.
- JOHNSON, A., J. Wadsworth, K. Wellings e J. Field (1994), *Sexual Attitudes and lifestyles, National Survey of Sexual Attitudes and lifestyles (NATSAL)*, Blackwell Scientific Publication, Oxford.

Declínio Demográfico: que mudanças?

LERIDON, H., Van Zessen, G, e Hubert, M. (1998), «The Europeans and their sexual partners», in M. Hubert, N. Bajos e T. Sandfort (org.), *Sexual Behaviour and HIV/AIDS in Europe*, Londres, University College London Press.

LAUMANN, E., J. Gagnon, R. Michael e S. Michaels (1994), *The Social Organization of Sexuality. Sexual Practices in the United States*, Chicago, University of Chicago Press.

SPIRA, A., N. Bajos et al. (1993), *Les Comportements Sexuels en France*, Paris, La Documentation Française.

WELLINGS, K., M. Collumbien, E. Slaymaker, S. Singh, Z. Hodges, D. Patel, N. Bajos (2006), «Sexual behaviour in context: a global perspective», *Lancet*, 368, nº 9548, pp. 1706-1728.

WELLINGS, K., J. Field, A. M. Johnson, J. Wadsworth (1994), *Sexual behaviour in Britain*, Londres, Penguin.

Acerca da Eficácia das (Recentes) Políticas Públicas de Combate ao Envelhecimento em Portugal: Algumas lições do passado

Conceição Rego

Maria Filomena Mendes

António Caleiro

Resumo:

Neste estudo, o objectivo é avaliar até que ponto as medidas com vista à alteração do rendimento das famílias são eficazes na correcção das suas decisões de fecundidade. Assim, a partir da estimação estatística de um modelo relacionando a constituição do agregado familiar, no que diz respeito em particular ao número de filhos, com o seu rendimento, pretende-se verificar até que ponto um acréscimo do rendimento provoca um efeito significativo no número de filhos. Espera-se, assim, analisar a adequação dos resultados alcançados com a aplicação do modelo aos objectivos subjacentes às medidas de política definidas, atendendo aos contributos para a atenuação do processo de envelhecimento da população portuguesa.

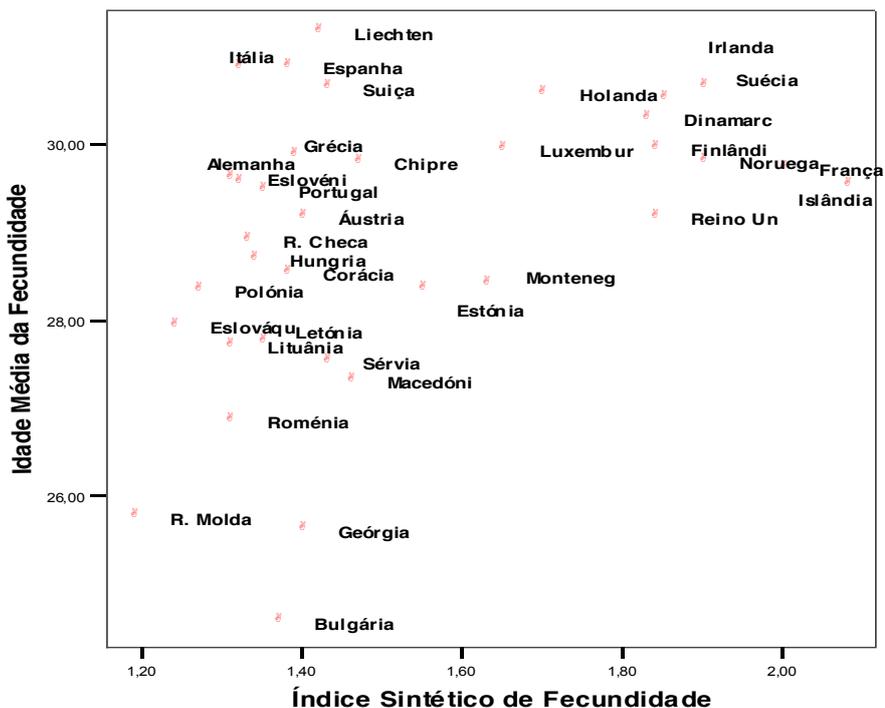
Palavras-chave: Envelhecimento, Natalidade, Política Pública, Portugal

1. Introdução

Os níveis de fecundidade em Portugal, como é do conhecimento geral, têm vindo sistematicamente a diminuir ao longo dos últimos anos. No início do século XXI, Portugal encontra-se entre os países da Europa com as mais baixas taxas de fecundidade, o que, naturalmente, além das óbvias consequências estritamente demográficas, acarreta efeitos em vários domínios socioeconómicos, de que são apenas exemplos o mercado de trabalho, a educação, a saúde, e a sustentabilidade do sistema de segurança social.

A figura 1 permite-nos constatar inequivocamente a integração de Portugal no conjunto de países com um cenário de fecundidade mais gravoso: a par do baixo nível de fecundidade – ilustrado pelo valor do índice sintético de fecundidade – verifica-se que a idade média da fecundidade está próxima dos 30 anos, integrando-se o país no grupo dos que registam valores mais elevados nesta variável.

Figura 1: A fecundidade actual em Portugal e na Europa



Fonte: Eurostat. Elaboração própria.

Ainda assim, os portugueses, quando inquiridos, particularmente através dos instrumentos de recolha de informação oficiais do INE (Inquéritos à Fecundidade e Família de 1980 e de 1997), declaram que gostariam de poder vir a ter um número de filhos superior àquele que de facto têm (APFN, 2008). Desta forma, parece poder vir a revelar-se eficaz a tomada de medidas de política pública que tenham como objectivo o aumento do número de filhos por parte das famílias portuguesas. Dada a dimensão dos problemas associados à baixa natalidade e ao envelhecimento, as medidas de política pública em Portugal já são tomadas quer ao nível do Estado central, quer no âmbito das autarquias locais. A análise das medidas de política que têm vindo a ser desenvolvidas, a estes níveis, constitui um dos objectivos deste trabalho, sendo objecto da sua secção 2.

Para além desta componente de carácter analítico-descritivo, com este estudo procurámos, na medida em que os dados disponíveis nos permitiram, perceber de que forma as recentes medidas de política pública implementadas pelo Governo, designadamente de apoio ao rendimento das famílias, poderão vir a constituir um instrumento eficaz no sentido de promover o aumento da fecundidade em Portugal. Assim, este estudo continua com a apresentação, na secção 3, da metodologia e dos dados usados na análise empírica e, de seguida, nas secções 4 e 5, apresentamos os resultados obtidos com os modelos aplicados.

2. Acerca das mais recentes medidas de política pública de combate ao envelhecimento

A tendência que de forma persistente se tem vindo a verificar no nosso país de redução da natalidade e, conseqüentemente, de envelhecimento populacional, dadas as diversas implicações de âmbito económico e social que daí decorrem, fazem com que os poderes públicos, desde meados dos anos 90 tenham procurado, de forma razoavelmente sistemática, implementar medidas de política pública com o objectivo de, por um lado, promover a melhoria da qualidade de vida das famílias e, por outro, mais especificamente, de incentivar a natalidade e, assim, combater o envelhecimento.

2.1. As políticas do Estado central

A diminuição do número de nascimentos que tem ocorrido nas famílias portuguesas deu origem a que a política pública, particularmente desde meados da década de 90 do século XX, passasse a conferir particular atenção às medidas de apoio à família, em geral, e mais recentemente, no capítulo específico das propostas de incentivo à natalidade. As medidas adoptadas respeitam, fundamentalmente, aos domínios das políticas social, educativa e fiscal. Estas medidas têm vindo a ser implementadas quer por governos tradicionalmente classificados de esquerda, como os socialistas liderados por António Guterres e José Sócrates, mas também pelos executivos considerados mais liberais, como o social-democrata liderado por Durão Barroso.

Deste ponto de vista, os anos 90 podem ser considerados, do nosso ponto de vista, como o período em que se procedeu à definição e alargamento das medidas de protecção à família, em consequência da maternidade, bem como pela definição de medidas de apoio à família por via da regulamentação do mercado de trabalho. Para além destas, foram desenvolvidas algumas iniciativas de tipo mais institucional e normativo, como sejam a instituição do Alto Comissariado para as Questões da Promoção da Igualdade e Família, a criação do Cartão Família, a criação do Conselho Nacional de Família, o Plano Global para a Igualdade de Oportunidades e o Plano para uma Política Global de Família. Além destas tipologias, ainda foram tomadas algumas medidas de apoio ao aumento de rendimento das famílias com (mais) filhos.

Já no início do século XXI, continuaram a ser desenvolvidas iniciativas legislativas nestes domínios, quer na linha do que já havia sido legislado nos anos 90, quer produzindo medidas claramente diferenciadas. Deste ponto de vista, destacam-se, pelo seu carácter diferenciador, os diplomas relativos às medidas de protecção das uniões de facto, bem como as medidas de apoio às mães e aos pais estudantes.

Em termos gerais, importa assinalar que entre os anos de 2002 e 2004 o governo social-democrata de então instituiu um conjunto de medidas no âmbito da família designado por “100 Medidas para uma Política de Família”. Neste período podemos salientar as alterações ao nível da Lei de Bases da Segurança Social (2002), de acordo com as quais se instituiu o subsistema de protecção familiar no âmbito do sistema de segurança social. No domínio do apoio ao rendimento destaca-se a legislação que procede à discriminação positiva do ‘abono de família’ de crianças e jovens, particularmente nos casos em que se trata de famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção. Por seu turno, o Programa de Emprego e Protecção Social (PEPS) preconiza um conjunto de instrumentos no domínio da política educativa e ao nível do rendimento, designadamente, o apoio para a frequência de creches e jardins-de-infância bem como a majoração do subsídio de desemprego para as famílias de menores rendimentos.

Naquele período, as alterações legislativas continuaram a procurar desenvolver instrumentos de regulamentação no domínio do funcionamento do mercado de trabalho, particularmente com o objectivo de promover a conciliação da vida familiar com as actividades profissionais. Ao nível da política de incentivos às empresas, em concreto, foi estimulado o surgimento de empresas de serviços de apoio à família. Por outro lado, foram implementadas medidas facilitadoras da adopção de crianças e medidas de política educativa, particularmente, ao nível dos ensinos básico (por exemplo, concessão de empréstimos de longa duração, de manuais escolares a famílias de baixos recursos) e pré-escolar (desenvolvimento de novas infra-estruturas e consagração da relevância deste grau de ensino). Neste domínio, é de salientar que a política educativa também se debruça sobre as necessidades particulares das crianças com deficiência. Em termos de política fiscal, destacamos a abolição do imposto sucessório no seio da família.

Se durante o período anteriormente descrito as medidas de política desenvolvidas visaram, de um modo geral, a promoção da melhoria da qualidade de vida das famílias, já durante a vigência do actual governo socialista, o ano de 2007 é marcado pela definição do Programa de Incentivo à Natalidade. Neste âmbito, destaca-se o Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES) que apresenta como objectivo atingir uma taxa de cobertura de 33%, em 2009, com este tipo de equipamentos. Por outro lado, pela primeira vez, a definição de novas medidas de política de apoio ao rendimento, procede à distinção dos montantes de abono de família pelo facto de se tratar do primeiro filho ou de já haver filhos no agregado familiar: a legislação publicada procede à majoração do abono de família a crianças e jovens nas famílias com dois ou mais filhos durante o 2.º e o 3.º anos de vida dos titulares e reconhece o direito ao abono de família pré-natal. Já durante o ano de 2008 foi publicada nova legislação que promove o aumento (em cerca de 20%) dos

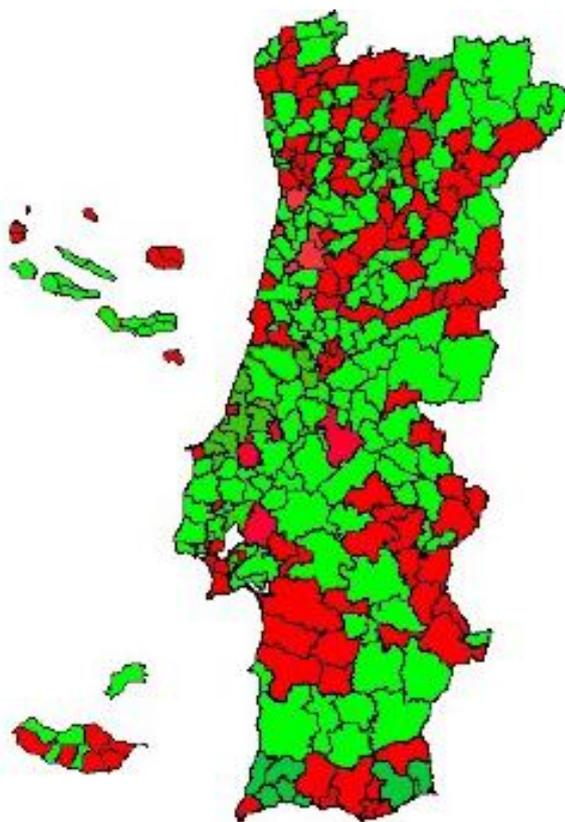
montantes do subsídio pago a título de abono de família no caso das crianças inseridas em famílias monoparentais. Mais recentemente, foi promulgada legislação que institui medidas de reforço da protecção social na maternidade, paternidade e adopção integradas no âmbito do subsistema de solidariedade, e concretizadas pela atribuição de subsídios sociais. Estes apoios concretizam-se através da atribuição de apoio financeiro destinado aos casos em que as famílias são atingidas por situações de desemprego ou de carência económica. Estes apoios sociais consubstanciam-se no subsídio social na maternidade, no subsídio social de paternidade, no subsídio social por adopção e subsídio social por riscos específicos.

2.2. As políticas das autarquias

Ao nível das autarquias verifica-se que a implementação das chamadas ‘políticas amigas da família’ é uma prática generalizada ao longo de todo o país, de norte a sul, bem como do litoral ao interior, deixando perceber que as preocupações com o número de nascimentos e com a qualidade de vida das famílias não se localizam de forma particular numa dada região, sendo antes transversais à totalidade do território. A figura 2 mostra, efectivamente, esta realidade, verificando-se que cerca de 181 municípios (59% do total) consideram ter em funcionamento este tipo de políticas.

Esta expressão de ‘políticas amigas da família’, como são designadas em particular pela Associação Portuguesa de Famílias Numerosas, pode distinguir, do ponto de vista das autarquias locais, as medidas de política desenvolvidas em dois grupos: por um lado as políticas dirigidas aos munícipes e, por outro lado, as políticas dirigidas aos respectivos funcionários. No caso deste estudo, apenas iremos analisar as primeiras. A natureza deste tipo de políticas é bastante diferenciada e vai desde o incentivo financeiro directo às famílias que têm filhos (como são os casos, entre outros, de Mértola, Vila de Rei, Vila Viçosa, Manteigas, Boticas), passando pela criação do ‘Cartão Família Numerosa’ (são exemplos desta prática, entre outros, Vila Real, Coimbra, Tavira) ou simplesmente criando mecanismos mais simbólicos para assinalar os nascimentos, como é o caso de Évora, onde a autarquia planta uma nova árvore por cada criança que nasce no concelho, dando a conhecer à família a respectiva localização. Numa tentativa de síntese, verificamos que as políticas desenvolvidas pelos municípios se concentram fundamentalmente nas seguintes áreas: cultura, desporto e lazer; transportes; apoio ao ensino; prestações financeiras de incentivo directo à natalidade; apoio à habitação; apoio a jovens e idosos e tarifários de água diferenciados.

Figura 2: Concelhos que declararam ter implementado 'políticas amigas da família'



Fonte: APFN, 2008: 7

Legenda: Verde (concelhos com 'políticas amigas da família'); Vermelho (concelhos sem 'políticas amigas da família').

No caso das actividades culturais, desportivas e de lazer as autarquias, por um lado, desenvolvem este tipo de actividades gratuitamente e, por outro, concedem descontos aos membros de famílias numerosas de forma a poderem participar nestas actividades. No âmbito da política de transportes, as autarquias também praticam preços mais baixos nos casos dos membros das famílias numerosas.

As actividades de apoio ao ensino são as mais generalizadas e as que, de uma forma mais sistemática, são postas em prática pelas autarquias. Este facto está também associado, naturalmente, a um outro respeitante ao conjunto das diversas atribuições na área do ensino, em particular do pré-escolar e primeiro ciclo, que estão na alçada das autarquias. Assim, entre as medidas de apoio às famílias no âmbito do ensino incluem-se o transporte escolar, o apoio ao funcionamento de cantinas nas escolas, ao funcionamento de ATL's, mas também a concessão de subsídios de apoio à frequência escolar e a concessão de bolsas para frequência dos ensinos secundário e superior.

A atribuição pelas autarquias de incentivos financeiros à natalidade é uma prática relativamente recente no nosso país e é justificada, pelas autarquias que implementam esta medida, enquanto forma de estimular a fixação de jovens casais e,

em consequência disso, a natalidade, particularmente, de modo a incentivar os casais a terem mais do que um filho. Dado que o problema em Portugal se prende com o facto do número de filhos que as famílias estão a ter já não permitir substituir as gerações, algumas das autarquias que atribuem estes apoios financeiros fazem-no de forma crescente com o número de filhos do casal (são disto exemplo, os concelhos de Penela, Mora, Vila Viçosa e Manteigas). Estes incentivos podem ser apoios mensais ou atribuídos apenas uma única vez, no momento do nascimento.

Ainda na linha da promoção da fixação de jovens nos diversos concelhos, particularmente casais, as autarquias atribuem diversos tipos de apoio à habitação. As medidas nesta matéria também são bastante diferenciadas e vão desde o apoio ao arrendamento, passando pelo apoio à construção própria, a concessão de descontos e isenções nos impostos municipais, o apoio à reconstrução de habitações degradadas, entre outras.

As medidas em matéria de apoio a jovens e idosos são de natureza idêntica e resultam, fundamentalmente, da atribuição de cartões municipais identificando o escalão etário a que os residentes pertencem, os quais permitem a obtenção de descontos e facilidades diversas, particularmente, nos transportes e comércio locais, entre outros.

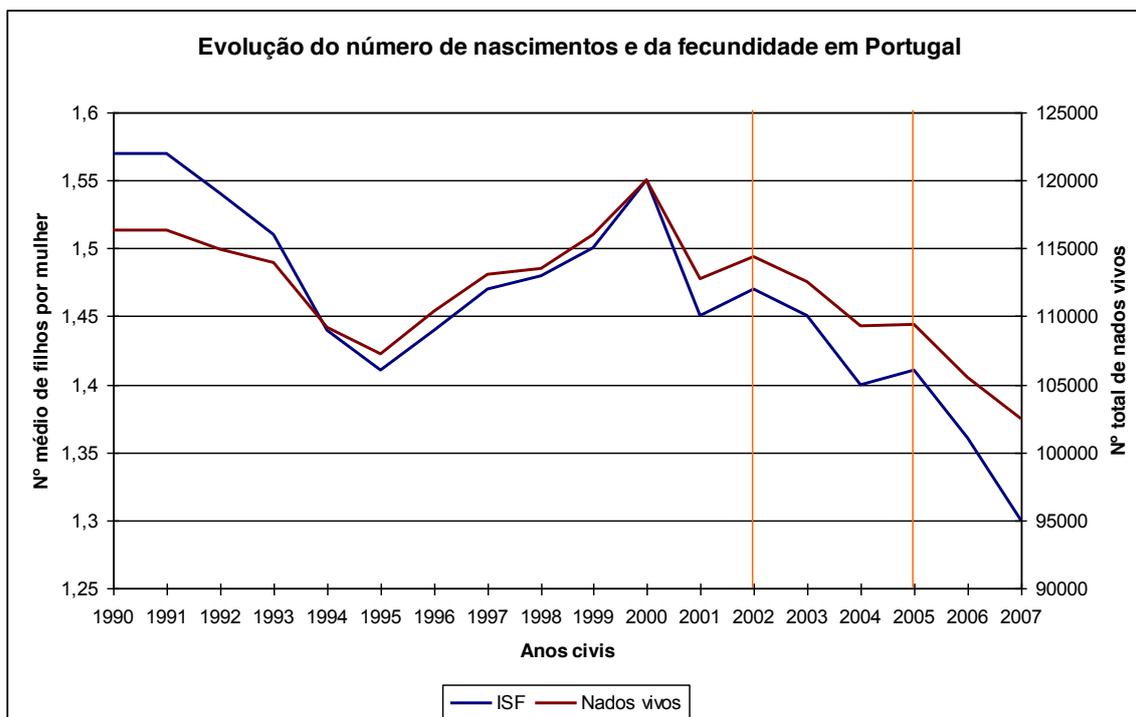
Dado que o consumo doméstico de água é diferenciado dependendo da dimensão dos agregados familiares, diversas autarquias organizaram os respectivos tarifários de forma a calcular o custo destes consumos ponderando-os pelo número de membros que constituem as famílias, evitando desta forma que as famílias com mais elementos vissem os seus consumos tarifados apenas de acordo com os consumos globais. Neste domínio, são diversas as soluções encontradas: enquanto alguns municípios criaram os chamados 'Tarifários equidade' construídos por escalões de consumo, aplicáveis de um modo geral, a famílias com 5 ou mais elementos, noutros concelhos pratica-se uma política de descontos que pode ser aplicada para os consumos de famílias que tenham pelo menos 5 pessoas e noutros ainda optou-se por 'Tarifários sociais', nos quais os preços da água são mais reduzidos para famílias de baixos rendimentos.

De um modo geral, a crescente preocupação com o apoio às famílias que tenham ou pretendam vir a ter filhos num futuro próximo, manifestada quer pelo governo central, quer pelas autarquias, reflectida na legislação mais recente, centra-se em medidas de reforço da protecção social concretizadas pela atribuição, nomeadamente, de apoio financeiro. Aquela preocupação prende-se directamente com a situação de sustentada baixa fecundidade experimentada no nosso país nos últimos anos e a percepção de que determinadas medidas de política poderão resultar num aumento de nascimentos nas famílias. É sobre este enfoque em particular que se concentra a presente investigação.

3. Dados e Metodologia

A Figura 3 mostra-nos a evolução do número de nascimentos registados em Portugal no período compreendido entre 1990 e 2006 e o comportamento da fecundidade no mesmo período, medida através do índice sintético de fecundidade.

Figura 3 – Evolução do número de nascimentos e do índice sintético de fecundidade em Portugal, entre 1990 e 2007.



Fonte: INE, Eurostat; cálculos dos autores

Este último indicador relaciona o número de nados vivos com a distribuição das mulheres em idade em fértil que deram origem a esses mesmos nascimentos e indicamos o número médio de filhos, registado em cada ano civil, no caso de se manter o padrão de fecundidade por idades, das mulheres entre os 15 e os 50 anos, observado nesse mesmo ano.

A tendência das duas curvas era semelhante embora o gráfico evidencie que se pode verificar uma subida do número de nascimentos sem que o indicador de fecundidade aumente na mesma proporção e que o inverso também é verdadeiro. Basta que o número de mulheres em idade fértil registre uma alteração brusca significativa, originada, por exemplo, por movimentos migratórios de entrada ou de saída que afectem mais as mulheres daquelas faixas etárias. No entanto, parece-nos razoável admitir que a análise da tendência de variação no número de nascimentos nos

conduzirá ao entendimento da modificação dos modelos de fecundidade, no caso particular de Portugal no período de tempo em estudo.

O indicador de fecundidade diminuiu até ao ano de 1995, aumentando ligeira e gradualmente até ao ano 2000; a partir deste momento, sofreu algumas oscilações apresentando nos últimos anos uma evidente tendência de descida. Considerámos pertinente, em função do objectivo do nosso estudo, seleccionar um período onde se tivesse observado um declínio seguido por um aumento, de modo a que se pudessem identificar alguns factores explicativos daquele comportamento.

Por esta razão, a nossa análise centrou-se no período entre 2002 e 2005, período para o qual conseguimos obter dados sobre os rendimentos individuais (estimados em função do concelho de residência e segundo o nível de habilitações⁷) variável determinante em termos das conclusões que esperávamos vir a obter: tentar avaliar se um aumento no rendimento dos pais poderia vir a afectar positivamente o número de filhos das famílias portuguesas e, conseqüentemente, o número de nascimentos no nosso país.

3.1. Dados

Os dados utilizados foram os micro-dados relativos a todos os nascimentos ocorridos, entre 2002 e 2005⁸, tendo-lhe sido posteriormente agregadas as estimativas para o rendimento da mãe, do pai e de ambos.

De modo a poder ser incluída a variável rendimento, foram considerados os nados-vivos, dentro ou fora do casamento, com coabitação dos pais e em que, pelo menos um dos pais, estava empregado, logo auferia um rendimento. Os valores do rendimento foram indexados em função do grau de instrução e do concelho de residência, como já foi dito atrás. A base de dados incluiu 408464 casos. A distribuição dos nados vivos, segundo os anos civis e a ordem de nascimento, foi a constante do Quadro 1.

Da análise do Quadro 1 podemos concluir que mais de metade dos nascimentos são 1^{os} filhos e que a grande maioria (mais de 88%) dos casais que tiveram filhos no período em estudo apenas teve 1 ou, no máximo, 2 filhos. Os 3^{os} e 4^{os} filhos, apesar de diminuírem em valor absoluto, mantiveram uma proporção relativamente estável, apesar de diminuta, no total dos nascimentos.

⁷ Dados do MTSS/GEP, relativos à Base de Dados sobre **SISED** - Sistema de Informação sobre Salários, Emprego e Duração do Trabalho, que contém informação que tem por base os Quadros de Pessoal, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em 20/05/2008 ao abrigo do protocolo celebrado entre o INE e o MCES.

⁸ Disponibilizados pelo INE.

Quadro 1 - Distribuição do número de nascimentos em função da ordem

	2002		2003		2004		2005	
	Ordem nascimento - nados vivos							
	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
1	56599	53,4	55255	53,4	52313	52,5	52362	52,7
2	36789	34,7	35990	34,8	35207	35,4	35612	35,8
3	8975	8,5	8777	8,5	8700	8,7	8485	8,5
4	2330	2,2	2279	2,2	2273	2,3	2005	2,0
5	808	0,8	674	0,7	687	0,7	624	0,6
6	309	0,3	242	0,2	230	0,2	209	0,2
7	125	0,1	95	0,1	97	0,1	84	0,1
8	54	0,1	52	0,1	32	0,0	40	0,0
9	31	0,0	23	0,0	21	0,0	12	0,0
10+	19	0,0	16	0,0	17	0,0	12	0,0
Total	106039	100,0	103403	100,0	99577	100,0	99445	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo INE.

Prosseguindo com uma breve caracterização da base de dados, podemos verificar, de acordo com o Quadro 2, que a maioria das mulheres que tiveram filhos tinham idades compreendidas entre os 25-29 e os 30-34 anos (65%); no caso dos homens, as idades mais representadas foram os 25-29, 30-34 (62%), notando-se ainda alguma importância no grupo de idades 35-39 (19%). As mães jovens (com idades inferiores a 25 anos) foram em número superior (representando 19,4% do total) ao que foram pais nas idades mais jovens (apenas (10% do total).

Quadro 2 – Distribuição do número de nascimentos, segundo as idades da mãe e do pai

Idade da Mãe			Idade do Pai		
Idades	V.A.	%	Idades	V.A.	%
<15	537	0,1	<15	11	0
15-19	15345	3,8	15-19	3797	0,9
20-24	63211	15,5	20-24	36995	9,1
25-29	136290	33,4	25-29	113745	27,9
30-34	128791	31,5	30-34	137764	33,7
35-39	53484	13,1	35-39	77348	18,9
40-44	10213	2,5	40-44	27386	6,7
45-49	567	0,1	45-49	7770	1,9
> 50	26	0	> 50	3432	0,8
Total	408464	100	Total	408248	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo INE

A média das idades das mães foi de 29,13 anos, a mediana 29 anos e a moda 30 anos; a média das idades dos pais foi 31,64 anos, a mediana 31 anos e a moda 30 anos. Os homens eram, em média, ligeiramente mais velhos do que as mulheres.

Quadro 3 – Distribuição do número de nados-vivos, de acordo com a instrução dos pais

Graus de Ensino	Instrução da Mãe		Instrução do Pai	
	V.A.	%	V.A.	%
Até ao Ensino básico (1º ciclo)	44933	11,0	56493	13,8
Ensino básico (2º ciclo)	87472	21,4	103739	25,4
Ensino básico (3º ciclo)	77725	19,0	86829	21,3
Ensino Secundário	100472	24,6	91229	22,3
Ensino Superior	97862	24,0	69958	17,1
Total	408464	100	408248	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo INE.

Considerando a instrução dos pais, podemos verificar, de acordo com o Quadro 3, que a maioria dos pais possuía um grau de instrução inferior ao secundário (51,4% no caso das mães e 60,5%, no dos pais). A proporção de mães com habilitação de grau superior mostrava alguma relevância (24%).

Quadro 4 - Distribuição do número de nados-vivos, de acordo com a condição perante o trabalho dos pais

	Condição perante o trabalho da mãe		Condição perante o trabalho do Pai	
	V.A.	%	V.A.	%
Empregado (a)	308950	75,6	399089	97,7
À procura do 1º emprego	2596	0,6	194	0,0
À procura de novo emprego	18065	4,4	4352	1,1
Não activo	78853	19,3	4613	1,1
Ignorado	-	-	54	0,0
Total	408464	100	408302	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo INE.

Relativamente aos pais, segundo o Quadro 4, constata-se que 98% estavam empregados. No caso das mães, embora 76% estivessem empregadas, 5% encontravam-se numa situação de desemprego e 19% eram inactivas.

Quadro 5 - Distribuição do número de nados-vivos, de acordo com a profissão dos pais

Profissões	Profissão da Mãe		Profissão do Pai	
	V.A.	%	V.A.	%
Forças Armadas	415	0,1	3540	0,9
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas	9047	2,2	13119	3,2
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	61295	15,0	50303	12,3
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	27626	6,8	32494	8,0
Pessoal Administrativo e Similares	54830	13,4	33334	8,2
Pessoal dos Serviços e Vendedores	68169	16,7	72684	17,8
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	5351	1,3	12917	3,2
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	77044	18,9	161643	39,6
Operadores de Instalações e Máquinas, e Trabalhadores da Montagem	1988	0,5	12813	3,1
Trabalhadores não qualificados	13790	3,4	7439	1,8
Ignorada	7460	1,8	2509	0,6
Não Determinada	63306	15,5	2395	0,6
Total	390321	96	405190	99

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo INE.

De acordo com o Quadro 5, observa-se que a maior proporção das mães correspondia à categoria “Operários, Artífices e Trabalhadores Similares”, representando 19% do total, seguida pela categoria “Pessoal dos Serviços e Vendedores”, 17%, e “Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas”, 15%. No respeitante aos pais, a sequência das categorias mais representadas era idêntica à das mães, no entanto, a maior proporção pertencia, sem dúvida, à categoria “Operários, Artífices e Trabalhadores Similares”, com 40% do total, seguida por “Pessoal dos Serviços e Vendedores”, 18% e “Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas”, 12%.

Quadro 6 - Distribuição do número de nados-vivos, de acordo com a situação na profissão dos pais

Situação na profissão	Situação na profissão da Mãe		Situação na profissão do Pai	
	V.A.	%	V.A.	%
Patrão	1568	0,4	2505	0,6
Trabalhador por conta própria	28278	6,9	62450	15,3
Trabalhador por conta de outrem	282180	69,1	334632	81,9
Outra situação	14989	3,7	3854	0,9
Ignorada	-	-	161	0,0
Total	327015	80	403602	99

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo INE

A distribuição dos nascimentos em função da situação na profissão dos pais mostra que a grande maioria dos pais eram trabalhadores por conta de outrem, representando os trabalhadores por conta própria somente 15% e 7% do total, no caso dos pais e das mães, respectivamente.

Agrupando os valores dos rendimentos, obtiveram-se os resultados constantes do Quadro 7.

Quadro 7 - Distribuição do número de nados-vivos, segundo os escalões de rendimento indexados à Mãe e ao Pai

Escalões de Rendimento	Escalões de Rendimento da Mãe		Escalões de Rendimento do Pai	
	V.A.	%	V.A.	%
Sem rendimento	99518	24,4	9442	2,3
407,82 a 499,99	6464	1,6	10092	2,5
500 a 999,99	193088	47,3	295414	72,3
1000 a 1999,99	90981	22,3	76921	18,8
2000 a 3999,99	18388	4,5	16577	4,1
> 4000 euros	25	0,0	18	0,0
Total	408464	100	408464	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo INE.

A maior proporção de mães, 47%, auferia um rendimento entre 500 e 999,99 euros, observando-se ainda uma proporção de 24% sem qualquer rendimento; em relação aos homens, verificava-se uma concentração similar naquele escalão de rendimentos, embora mais expressiva, correspondendo a 72% do total.

Quadro 8 - Distribuição do número de nados-vivos, segundo os escalões de indexados a ambos os pais

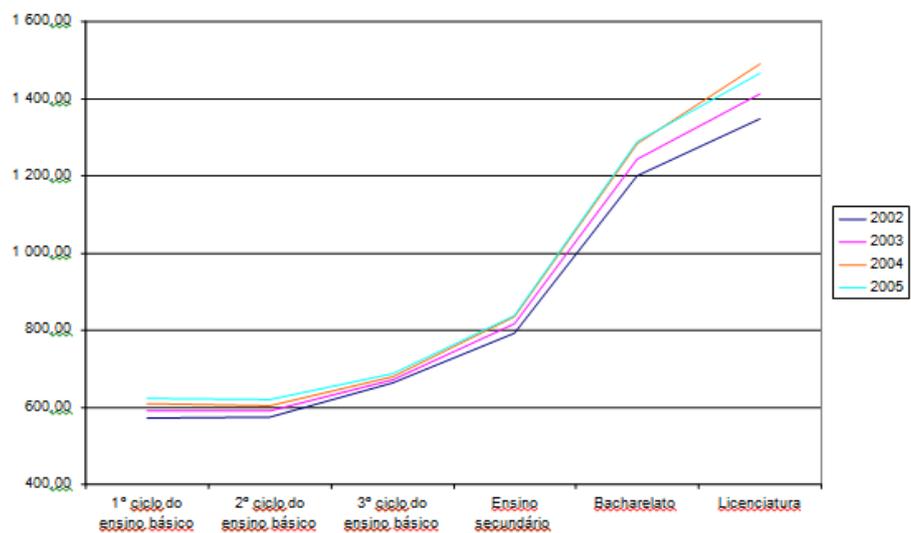
Escalões de Rendimento	Escalões de Rendimento de ambos	
	V.A.	%
< de 500 euros	3329	0,8
500 a 999,99	96931	23,7
1000 a 1999,99	200597	49,1
2000 a 3999,99	94470	23,1
4000 a 7999,99	13119	3,2
> de 8000 euros	18	0,0
Total	408464	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo INE.

A conjugação dos rendimentos de ambos os pais, mostra que, segundo o Quadro 8, quase metade dos agregados obtinha um rendimento entre 1000 e 1999,99 euros; entre 5000 e 999,99, registavam-se ainda 24% dos agregados considerados na análise. A média dos rendimentos auferidos pelas mães rondava os 782 euros e no caso dos pais os 887 euros.

De notar também que a evolução dos rendimentos dos pais, em função do grau de instrução, nem sempre registou um aumento regular ao longo do período em estudo. Segundo a Figura 4, verificou-se, inclusivamente, uma diminuição dos rendimentos auferidos entre 2004 e 2005, respeitantes aos graus de ensino superior, em particular, nos licenciados. Todavia a diferença entre os rendimentos obtidos pelos indivíduos possuidores de ensino superior e os restantes graus de ensino continuou a manter-se sempre muito elevada.

Figura 4: Evolução da média dos ganhos médios (em euros), segundo a instrução, de 2002 a 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo INE.

De acordo com o Quadro 1 em Anexo, verificava-se uma forte correlação positiva entre o grau de instrução da mãe e o grau de instrução do pai (0.706), a profissão do pai (-0.582) com a profissão da mãe (-0.580); a condição perante o trabalho da mãe encontrava-se fortemente correlacionada com a profissão da mãe (0.778) e também com a situação na profissão (0.494); a profissão da mãe achava-se ainda correlacionada com a profissão do pai (0.489) e com a instrução do pai (-0.458); a situação na profissão da mãe encontrava-se também correlacionada com a condição perante o trabalho da mãe (0.494).

A profissão do pai surgia negativamente correlacionada com (-0.680) a instrução do pai; a idade do pai positivamente correlacionada com a idade da mãe (0.672).

O rendimento do pai estava correlacionado com a instrução do pai (0.842), com a profissão do pai (-0.648), com a instrução da mãe (0.603) e com o rendimento da mãe (0.578).

O rendimento da mãe achava-se igualmente fortemente correlacionado com a profissão da mãe (-0.788), com a instrução da mãe (0.735), com a condição perante o trabalho da mãe (-0.694), com o rendimento do pai (0.578), com a instrução do pai (+0.569) e com a profissão do pai (-0.502).

3.2. Metodologia

Como não sabemos qual o número total de mulheres em 'risco', não pudemos utilizar como variável dependente uma medida de fecundidade. Simultaneamente, em termos do estudo do efeito originado por uma medida de política que tenha como objectivo final o incremento da natalidade, logo o nascimento de mais um filho, pareceu-nos adequado que a nossa análise se centrasse na variação, ou no acréscimo, do número de filhos, considerando cada mãe de *per si*; isto é, todas as mães que responderam ter tido o 1º filho, correspondem a uma variação de 0 para 1; todas aquelas que declararam tratar-se do 2º filho, equivalem a uma variação de 1 para 2, e assim sucessivamente.

Consequentemente, a nossa opção foi explicar a variação no número de nascimentos ocorridos a cada mulher que, naquele lapso de tempo, tivesse tido, pelo menos, um nascimento vivo. Assim, considerámos como variável dependente, o número de nascimentos, medido através da ordem do nascimento dentro do total de nados vivos, para cada uma das mães (ORD_NASCV). Deste modo, ficámos a conhecer todos os casos de 1 filho (primeiro filho), todos os de 2 filhos (2º filho) e assim sucessivamente, identificando a variação através dos incrementos registados.

Como variáveis explicativas, além das variáveis rendimento da mãe, do pai e de ambos já referidas, foram seleccionadas as variáveis idade, instrução, condição perante o trabalho, profissão e situação na profissão, quer no caso da mãe, quer no caso do pai. Para as diferentes categorias de todas as variáveis nominais foram criadas variáveis *dummy*.

4. Estimação do modelo

Tendo em conta a natureza da variável de interesse, ou seja o número de filhos, a metodologia econométrica que nos pareceu ser a mais indicada consiste na *regressão de Poisson* por se adequar a modelos de contagem, como era o caso em questão. No que diz respeito às variáveis (eventualmente) explicativas do número de filhos, foram consideradas:⁹

- Idade da mãe e do pai;
- Nível de instrução da mãe e do pai;
- Condição da mãe e do pai perante o trabalho;
- Situação da mãe e do pai na profissão;
- Profissão da mãe e do pai;

⁹ Utilizando uma metodologia econométrica, dita do geral para o específico, foram sendo considerados modelos cada vez mais simples para que o último contivesse somente variáveis cujo efeito se revelou significativo a (pelo menos) 90%.

- Nível de rendimento da mãe e do pai.

Os resultados da estimação do modelo, quer em termos de coeficientes, quer de rácios de incidência, considerando os casos:

- Nível de rendimento conjunto ou desagregado (por mãe e pai);
- Todos os filhos, 1 e 2 filhos e 2 e 3 filhos,

Podem ser consultados em anexo. Procede-se de seguida a uma análise destes resultados.

5. Análise dos resultados

Considerando, em primeiro lugar, o modelo cuja variável de interesse é o número de filhos, qualquer que este seja, pode verificar-se que um aumento no rendimento do 'casal' exerceu um efeito positivo sobre o número de filhos, embora aparentemente não seja a variável cujo efeito seja mais significativo já que o facto de a mãe estar à procura de novo emprego (ctm3) ou determinadas profissões das mães se revelaram como factores mais potenciadores do aumento do número de filhos. De facto, o valor do rácio de incidência associado ao rendimento dos pais, i.e., 1.000021, mostrou que só para aumentos substanciais no nível de rendimento dos pais se pode esperar um efeito significativo no número de filhos (quando, mais uma vez, a variável de interesse considerou qualquer número de filhos). Note-se também que a 'desagregação' do rendimento do 'casal' no rendimento da mãe e do pai mostrou um efeito muito ligeiramente mais significativo no que diz respeito ao rendimento da mãe.

Quando se considerou o caso da passagem de 1 para 2 filhos, os resultados atrás apresentados não foram de todo aplicáveis a este caso particular. Na verdade, o aumento do nível de rendimento do casal pareceu não exercer qualquer efeito sobre o aumento do número de filhos no que diz respeito ao 2.º filho (e mesmo este efeito, a acontecer, pareceu ser negativo). Aliás, quando se consideraram, em separado, os rendimentos da mãe e do pai, estes, em termos isolados, não exerceram efeitos significativos sobre a decisão de ter um 2.º filho.

No caso da passagem do 2.º para o 3.º filho, o nível de rendimento do 'casal' passou a ser relevante, ainda que o valor do rácio de incidência (1.000017) tivesse mostrado, mais uma vez, que só aumentos muito expressivos no rendimento permitiam alcançar um efeito significativo sobre a decisão de ter um 3.º filho. Note-se ainda que, tal como mostraram os resultados do modelo com os níveis de rendimento desagregados, este efeito se deveu essencialmente ao facto de ser o rendimento da mãe a aumentar.

6. Conclusões

Em termos de medidas de política pública que têm vindo a ser implementadas nos últimos anos, podemos afirmar que o Estado Central tem privilegiado as medidas de tipo social, tendo sido significativas as alterações promovidas ao nível da forma de cálculo do subsídio 'abono de família', favorecendo com este instrumento as famílias com níveis de rendimento mais baixos.

Registamos ainda que, apenas em 2007, se procurou com este instrumento diferenciar o apoio em função do número de filhos existente na família, o que nos parece relevante dado que a baixa fecundidade em Portugal está naturalmente associada à existência de um significativo número de famílias que têm apenas um filho. Por outro lado, destacamos ainda as medidas de política educativa, particularmente, as que apresentam como objectivo reforçar o âmbito do ensino pré-escolar, na medida em que para além de constituir um instrumento de apoio às famílias, é também uma forma de aumentar o investimento na educação das gerações vindouras.

Em termos de política 'regulamentar', foram diversas as alterações à legislação no âmbito do mercado de trabalho, em particular, as alterações ao Código do Trabalho, as quais foram sempre anunciadas com o propósito de melhorar os níveis de conciliação entre a vida familiar e a actividade profissional. Neste caso em concreto, importa ainda avaliar devidamente as consequências decorrentes da entrada em vigor do actual Código do Trabalho, dado que os objectivos subjacentes apontam fundamentalmente para a promoção da flexibilização do mercado de trabalho.

Ao nível das políticas prosseguidas pelas autarquias locais, verifica-se que são diversos os domínios em que estas entidades têm promovido políticas de apoio à família, privilegiando, naturalmente, as áreas de competência destes órgãos de poder. Deste ponto de vista, as acções no domínio das actividades socioeducativas e do transporte escolar são as mais generalizadas. Para além destas, referimos a existência, particularmente em concelhos do interior, de medidas de estímulo financeiro à natalidade, o que, de acordo com os resultados do modelo usado, não deverá surtir efeitos significativos e com carácter sustentável nos territórios. Efectivamente, o problema da baixa fecundidade no interior deve-se à rarefacção demográfica conjugada com o envelhecimento populacional e não apenas à alteração no padrão comportamental da família.

Na avaliação dos resultados das diferentes medidas de política deve distinguir-se entre o efeito no (aumento do) número de nascimentos e o efeito (no aumento da) na fecundidade. Trata-se, na verdade, de efeitos diferenciados com distintas consequências no longo prazo. De notar ainda que um apoio financeiro no momento do nascimento de um filho pode vir apenas a actuar sobre o adiamento (antecipando um nascimento previsto para mais tarde) e não sobre o nível de fecundidade (medido

através do número final de filhos). Todavia, nestas circunstâncias, poder-se-á verificar um aumento momentâneo do número de nascimentos, sem que venha a existir um aumento da fecundidade final no conjunto de mulheres em observação. Logo, nestes casos em concreto, a possibilidade de melhorar o comportamento demográfico do interior português depende não apenas de medidas de promoção da natalidade mas, sobretudo, de alterações estruturais que respeitam ao padrão de distribuição espacial da actividade produtiva e da população em idade activa no território nacional.

Em termos gerais, podemos concluir que as medidas de acréscimo à natalidade que se baseiem em aumentos no nível de rendimento (considerando todas as outras variáveis constantes) não parecem exercer efeitos significativos na decisão de ter um 2.º filho, o mesmo não acontecendo em relação à decisão de ter um 3.º filho, embora, neste caso, só aumentos muito expressivos no rendimento permitam alcançar um efeito significativo sobre aquela decisão. Para além disso, os resultados do modelo com os níveis de rendimento desagregados apontam para o facto de os efeitos, a acontecerem, se deverem essencialmente à variável rendimento da mãe.

Assim, importa encontrar mecanismos potencialmente mais eficientes para promover a melhoria dos indicadores de fecundidade em Portugal. Sabendo-se que neste domínio pode existir um potencial *trade-off* entre o interesse público – aumento da fecundidade – e as vontades privadas – famílias de pequena dimensão compatíveis com as crescentes exigências das sociedades contemporâneas, torna-se fundamental procurar estimular alterações ao nível dos padrões de comportamento colectivo. Essas alterações incluem, designadamente, a (re)valorização do papel da família e a criação de melhores condições para que homens e mulheres possam conciliar as respectivas intervenções no mercado de trabalho e na família, bem como possam promover a diminuição da idade média em que as mulheres têm o seu primeiro filho.

7. Bibliografia

- Andersson, G., (2005), "A study on policies and practices in selected countries that encourage childbirth: the case of Sweden", MPDIDR Working Paper WP 2005-005, March.
- Associação Portuguesa de Famílias Numerosas (2008), *Política de Família Municipal*, Caderno APFN, 17, Maio de 2008
- Bandeira, M., (1996), "Demografia e Modernidade, Família e Transição demográfica em Portugal", *Colecção Análise Social*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa.
- Bongaarts, J., (1999), "Fertility decline in the developed world: where will it end?" in the *American Economic Review*, May 1999, 89, 2, pp. 256 – 260.
- De Santis, G. e M. Livi Bacci, (2001), "Reflections on the economics of the fertility decline in Europe", *EURESCO Conference, The second demographic transition in Europe*, Bad Herrenalb.
- Demeny, P., (2003), "Population policy dilemmas in Europe at the dawn of the twenty-first century", in *Population and Development Review*, 29(1), pp. 1-28.
- Demeny, P., (2005), "Policy challenges of Europe's demographic changes: from past perspectives to future prospects", chapter 1 in *The New Demographic Regime Population Challenges and Policy Responses* edited by Macura, M., A. MacDonald and W. Haug, United Nations, Geneva.
- Frejka, T. e J-P. Sardon, (2006), "First birth trends in developed countries: Persisting parenthood postponement" in *Demographic Research*, Volume 15, Article 6, pp. 147-180.
- Hoem, J. M., (2005), "Why does Sweden have such high fertility?", in *Demographic Research*, volume 13, article 22, pp. 559-572.
- Hoem, J. e M. Kreyenfeld, (2006), "Anticipatory analysis and its alternatives in life - course research. Part 1: The role of education in the study of first childbearing" in *Demographic Research*, Volume 15, Article 16, pp. 461-484.
- Hoem, J., G. Neyer e G. Andersson, (2006), "Educational attainment and ultimate fertility among Swedish women born in 1955-59" in *Demographic Research*, Volume 14, Article 16, pp. 381-404.
- Kohler, H.-P., F. Billari e J. A. Ortega, (2002), "The emergence of lowest-low fertility in Europe during the 1990s", in *Population and Development Review*, 28 (4), pp. 641-680.

- Mendes, M. F.; Morais, G.; Pinto, J. (s.d.), Flutuações da natalidade em Portugal e intervenção legislativa do Estado (publicação em preparação)
- Mendes, M. e J. Rebelo, (2007), “Planning to have a child: a socially conditioned decision? – Evidence from the European Social Survey (Round 2) for Spain and Portugal”, in *Proceedings Electrónicos* do VIII Congreso de la Asociación de Demografía Histórica, Menorca.
- Mendes, M., (1992), “Análise sociodemográfica do declínio da fecundidade da população portuguesa na década de 90”, Universidade de Évora, policopiado.
- Mendes, M., (1994), “A Fecundidade Portuguesa na década de 80: uma análise demográfica”, in *Economia e Sociologia*, nº 57, GIAS do ISESE, pp. 121-160.
- Mendes, M., C. Rego e A. Caleiro, (2006), “Educação e Fecundidade em Portugal: As diferenças nos níveis de educação influenciam as taxas de fecundidade?” in *Proceedings Electrónicos do 12º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR)*, Viseu.
- Mendes, M., G. Guerreiro e A. Caleiro, (2005), “Fertility in Portugal, How Persistent is it?”, *Working Paper* nº 2005/12, Universidade de Évora, Departamento de Economia.
- Neyer, G., (2006), “Family Policies and Fertility in Europe”, paper presented at the Annual Meeting of the Population Association of America, March 30-April 1.
- Ortega, J. A. e H.-P. Kohler, (2001), “¿Está cayendo realmente la fecundidad Española? Separación de los efectos intensidad, calendario y varianza en el índice sintético de fecundidad” in *Revista Española de la Investigaciones Sociológicas*, No. 96, pp. 95-122.
- Rønsen, M., (2004), “Fertility and family policy in Norway - A reflection on trends and possible connections” in *Demographic Research*, Volume 10, Article 10, pp. 265-286.
- Sobotka, T., (2003), “Tempo-Quantum and Period-Cohort Interplay in Fertility Changes in Europe. Evidence from the Czech Republic, Italy, the Netherlands and Sweden” in *Demographic Research*, Volume 8, Article 6, pp. 151-214.

Legislação:

D-L nº 150/2000 do Ministério do Trabalho e da Solidariedade

Decreto-Lei n.º 77/2000, de 9 de Maio

Lei nº7/2001 da Assembleia da República

Declínio Demográfico: que mudanças?

Lei nº90/2001 da Assembleia da República

Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto;

Decreto-Lei n.º 84/2003, de 24 de Abril

Portaria n.º 1191/2003, de 10 de Outubro

Portaria n.º 1409/2003, de 23 de Dezembro;

Despacho Conjunto dos Ministros da Educação e da Segurança Social e do Trabalho n.º 342/2003, de 24 de Abril

Despacho n.º 13224/2003, de 7 de Junho

Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2003, de 25 de Novembro

Decreto-Lei n.º 77/2005, de 13 de Abril

Decreto-Lei nº 41/2006

Programa de Incentivo à natalidade (2007)

[Decreto-Lei n.º 308-A/2007, de 5 de Setembro](#)

Decreto-Lei 105/2008 de 25 de Junho

8. Anexos

Quadro 1 – Correlação entre as variáveis seleccionadas

	Instrução mãe	Condição perante trabalho mãe	Profissão mãe	Situação na profissão mãe	Profissão pai	Situação na profissão pai	Idade pai	Instrução pai	Condição perante trabalho pai	Idade mãe
Instrução mãe	1	-0,260**	-0,580**	-0,060**	-0,582**	-0,035**	0,107**	0,706**	-0,031**	0,211**
Condição perante trabalho mãe	-0,260**	1	0,778**	0,494**	0,207**	-0,005**	-0,072**	-0,201**	-0,082**	-0,185**
Profissão mãe	-0,580**	0,778**	1	0,173**	0,489**	0,027**	-0,121**	-0,458**	-0,024**	-0,247**
Situação na profissão mãe	-0,060**	0,494**	0,173**	1	0,083**	0,307**	-0,076**	-0,063**	-0,018**	-0,089**
Profissão pai	-0,582**	0,207**	0,489**	0,083**	1	0,075**	-0,160**	-0,680**	0,183**	-0,231**
Situação na profissão pai	-0,035**	-0,005**	0,027**	0,307**	0,075**	1	-0,101**	-0,003	0,274**	-0,067**
Idade pai	0,107**	-0,072**	-0,121**	-0,076**	-0,160**	-0,101**	1	0,125**	0,014**	0,672**
Instrução pai	0,706**	-0,201**	-0,458**	-0,063**	-0,680**	-0,003	0,125**	1	-0,036**	0,212**
Condição perante trabalho pai	-0,031**	-0,082**	-0,024**	-0,018**	0,183**	0,274**	0,014**	-0,036**	1	0,007**
Idade mãe	0,211**	-0,185**	-0,247**	-0,089**	-0,231**	-0,067**	0,672**	0,212**	0,007**	1

** Correlação significativa ao nível 0.01 (2-tailed).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo INE.

As Dinâmicas Populacionais e os Equipamentos e Serviços Locais

Maria Luís Rocha Pinto

Maria Cristina Sousa Gomes

João Lourenço Marques

Resumo:

Esta reflexão tem como objectivo perceber e avaliar as dinâmicas demográficas da população, numa análise comparada com a cobertura de equipamentos sociais e serviços locais, nas NUTS do Baixo Vouga e de Dão Lafões. Tem como fonte primária de informação os dados do CESAP 2002 e utilizou como metodologia as técnicas de análise multivariada. Os resultados apontam, ainda que com diferenças, para a existência de relação entre as dinâmicas demográficas e a cobertura de equipamentos e serviços locais.

Palavras Chave: Dinâmicas populacionais; Serviços locais; Análise factorial de componentes principais; Análise de clusters.

Ensaio Metodológico sobre as NUTS do Baixo Vouga e Dão-Lafões

Com este estudo pretendemos aferir a possibilidade de percebermos melhor de que forma as variáveis demográficas e a dinâmica populacional se relacionam com a maior ou menor presença de determinados serviços e equipamentos locais. Esta questão revela-se pertinente dado que nas últimas duas décadas a evolução demográfica da população portuguesa é marcada, por um lado, por alterações nos comportamentos, de que tem resultado um duplo processo de envelhecimento populacional. Por outro, por um agravamento das assimetrias espaciais o que tem vindo a provocar uma desertificação no interior, extensiva a alguns pontos próximos do litoral. Associada a estas características a concentração urbana tem sido crescente em Portugal não só ao nível das grandes cidades e cidades de média dimensão, como também se tem verificado o aumento populacional das sedes de concelho.

Já em trabalhos anteriores Maria Luís Rocha Pinto e Teresa Rodrigues, salientavam a tendência de crescimento dos aglomerados de mais de 2000 habitantes concluindo,

então, que “existe um crescimento populacional que claramente privilegia as áreas com um número de residentes superior a 2000, mesmo nas zonas que se encontram numa fase de clara regressão demográfica” (Pinto e Rodrigues:1996,157)

De acordo com o último Recenseamento da População, essa tendência consolidou-se, verificando-se que, em 2001, cerca de 5679872 indivíduos residiam em lugares com 2000 ou mais habitantes, correspondendo a cerca de 55% da população. Em 1991 eram cerca de 4759889 os habitantes em lugares com 2000 ou mais habitantes, ou seja 48% da população. Ainda segundo o INE o ritmo de crescimento da população residente em lugares desta dimensão foi “4 vezes superior ao crescimento global da população, sendo que a população residente em lugares de menor dimensão ou residuais decresce 8%. (INE, Censos resultados definitivos: XLVII). No Continente, cerca de 96% da população reside em aglomerados de 2000 ou mais habitantes.

Num outro trabalho de análise das “Dinâmicas territoriais e trajectórias de desenvolvimento em Portugal 1991-2001”, João Ferrão (2003), acentua as diferenças de trajectórias de desenvolvimento regional e a complexidade emergente do Portugal moderno “urbano organizado em rede, um arquipélago urbano constituído pelas grandes regiões metropolitanas de Lisboa e Porto, o cordão urbano do litoral algarvio e ainda várias aglomerações urbanas de média e até, nalguns casos, pequena dimensão tanto do litoral como do interior” (2003:24)

A diminuição progressiva do saldo natural, desde a década de 80, torna os movimentos migratórios os principais impulsionadores da dinâmica populacional, o que leva a questionar as formas de atracção populacionais e a sua fixação espacial.

Ao propor como tema a análise as dinâmicas populacionais e os equipamentos e serviços locais, o nosso objectivo é verificar se se pode estabelecer uma relação entre a dinâmica populacional e os serviços locais e equipamentos, considerando a sua oferta e diversidade.

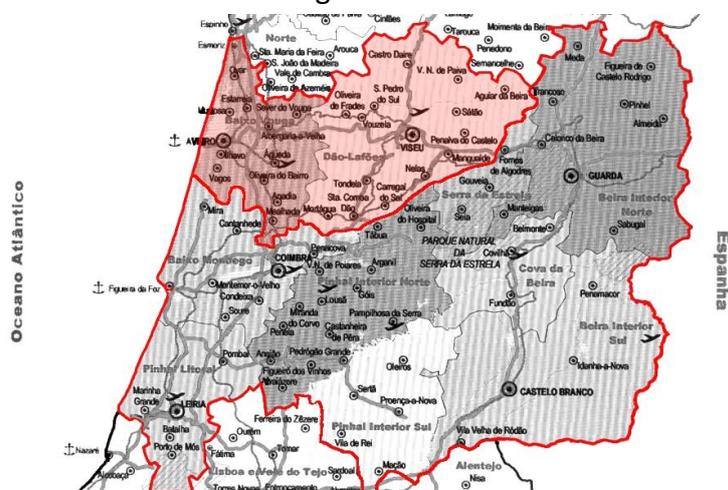
Este estudo de carácter exploratório pretende sobretudo testar uma metodologia de análise que permita, no futuro, aprofundar esta temática ao nível da causalidade das relações e respectivos impactos.

Assim, dado o tipo de relações que pretendemos analisar, optámos por proceder a um estudo regional comparativo, ainda que centrado na NUTS do Baixo Vouga, quer pelo facto de aqui nos localizarmos enquanto Universidade, quer pelos contrastes que o Baixo Vouga reúne e sintetiza. Escolhemos como contraponto a NUTS Dão-Lafões. Esta opção permite-nos equacionar vários problemas e coloca-nos na charneira da clivagem litoral interior e do Portugal tradicional versus o Portugal urbano emergente. Acresce o facto de a nossa análise se desenvolver num espaço contínuo (dado que as duas NUTS

Declínio Demográfico: que mudanças?

são contíguas) e do ponto de vista da rede viária, este espaço ser atravessado por um eixo estruturante como o é o IP5, actual A25.

Mapa nº 1
Região Centro



Fonte: Eurostat, 1998:29

O Baixo Vouga e a NUTS Dão-Lafões inserem-se na Região Centro, região marcada por acentuados desequilíbrios demográficos, “uma marcada clivagem entre o litoral e o interior”. Sendo que o “litoral é mais populoso e urbanizado”. No interior verifica-se um processo contrário, de desertificação e respectivo declínio do número de habitantes, embora se deva frisar o crescimento demográfico urbano do interior (Eurostat, 1998:29).

A NUTS Baixo Vouga corresponde a uma das zonas de maior dinamismo da Região Centro. É uma região com “potencialidades económicas, sobretudo industriais”, de grande diversidade e modernidade. “A agricultura beneficia de solos férteis, situando-se no Baixo Vouga a maior parte de uma das principais regiões vinícolas demarcadas portuguesas: a Bairrada. A pecuária e a pesca têm também alguma expressão de entre o sector primário”. (Eurostat, 1998:36). No entanto, hoje, a actividade agrícola constitui uma actividade secundária.

Esta região (Baixo Vouga) beneficia ainda da proximidade da cidade do Porto. “A região é atravessada pelas principais vias de comunicação terrestres nacionais, é atravessada por uma das principais vias transversais portuguesas que progridem do litoral para o interior, o IP5/A25, que liga o Porto de Aveiro à mais importante fronteira terrestre da Região Centro: Vilar Formoso”(Eurostat, 1998:36)

Por seu lado a NUTS Dão-Lafões comporta alguma heterogeneidade a “região parece dividida em duas sub regiões” (Eurostat, 1998:44). Assim pode distinguir-se uma sub-

região “mais a norte com uma acessibilidade mais frágil, com uma actividade económica demasiado associada às actividades agrícolas”. Do ponto de vista demográfico esta sub-região encontra-se mais envelhecida. A outra sub-região “ocupa a sua faixa centro e sul onde se realçam as ligações rodoviárias e ferroviárias, onde a indústria desempenha um papel mais dinamizador e com terrenos mais férteis” (Eurostat, 1998:44). De referir que a “região incorpora grande parte de uma das mais antigas regiões produtoras de vinhos de qualidade: a região Demarcada de Vinhos do Dão” (Eurostat, 1998:44).

1. Características da evolução demográfica

1.1 Dinâmicas demográficas nas NUTS III Baixo Vouga e Dão-Lafões

Ao longo das últimas duas décadas registou-se um crescimento global da população portuguesa que passou de 9833014 habitantes em 1981 para 10356117 em 2001.

Quadro nº 1

Evolução global da população Residente entre 1981 e 2001

Unidade Territorial	1981	1991	2001
Baixo Vouga	336637	350424	385724
Dão-Lafões	295094	282462	283313
Região Centro	1763119	1721650	2348397
Portugal	9833014	9867147	10356117

Fonte: INE Recenseamentos da População

Quadro nº 2

Evolução da População Residente na NUTS Baixo Vouga entre 1981 e 2001

Concelhos	1981	1991	2001
Águeda	43216	44045	49041
Albergaria	21326	21995	24638
Anadia	29820	28899	31545
Aveiro	60284	66444	73335
Estarreja	26261	26742	28182
Ílhavo	31383	33235	37209
Mealhada	19305	18272	20751
Murtosa	9816	9579	9458
Oliveira do Bairro	17517	18660	21164
Ovar	45378	49659	55198
Sever do Vouga	13783	13826	13186
Vagos	18548	19068	22017

Fonte: INE Recenseamentos da População

Quadro nº 3
Evolução da População Residente na NUTS Dão-Lafões entre 1981 e 2001

Concelhos	1981	1991	2001
Aguiar da Beira	7285	6725	6247
Carregal do Sal	11137	10992	10411
Castro Daire	20411	18156	16990
Mangualde	21438	21808	20990
Mortágua	11291	10662	10379
Nelas	15069	14618	14283
Oliveira de Frades	10391	10584	10584
Penalva do Castelo	10172	9166	9019
Santa Comba Dão	14099	12209	12473
São Pedro do Sul	21220	19985	19083
Sátão	13587	13342	13144
Tondela	35906	32049	31152
Vila Nova de Paiva	6420	6088	6141
Viseu	83216	83601	93501
Vouzela	13407	12477	11916

Fonte: INE Recenseamentos da População

Enquanto no País o crescimento foi contínuo, em 1991 registou-se um decréscimo no total da população residente na Região Centro, o que não aconteceu no Baixo Vouga que viu a sua população aumentar dos 336637 indivíduos, em 1981, para os 350424 em 1991 e para os 385724 em 2001.

Na NUTS Dão-Lafões a população diminui de 1981 para 2001 ainda que o total de residentes, no último Censo, apresente um ligeiro aumento relativamente a 1991.

Na NUTS do Baixo Vouga os concelhos apresentam, globalmente, um aumento do volume populacional, com excepção do concelho de Murtosa que perde população entre 1981 e 2001, bem como Anadia em 1991, Mealhada em 1991 e Sever do Vouga de 1991 para 2001. Já na NUTS de Dão-Lafões quase todos os concelhos perdem população entre os vários momentos censitários. Só em Viseu se verifica um aumento contínuo de população, Oliveira de Frades apresenta um acréscimo populacional de 1981 para 1991 mantendo o volume populacional em 2001, Santa Comba Dão e Vila Nova de Paiva apresentam um crescimento populacional relativamente ao volume registado em 1991 que, no entanto, é inferior ao registado em 1981. Apesar do acréscimo registado de 1981 para 1991 também em Mangualde, em 2001, se assiste a uma perda de volume populacional.

Quando se observam os ritmos de crescimento podemos verificar a maior intensidade e dinamismo da NUTS Baixo Vouga comparativamente aos registados quer no País quer na Região Centro ou na NUTS Dão-Lafões.

Quadro nº 4

Taxa de crescimento anual médio 1981/1991 e 1991/2001

NUTS	1981/1991 (%)	1991/2001(%)
Portugal	0,03	0,49
Centro	-0,24	0,35
Baixo Vouga	0,40	0,96
Dão-Lafões	-0,44	0,14

Fonte: INE Recenseamentos da População

Quadro nº 5

Taxa de crescimento anual médio nos concelhos da NUTS Baixo Vouga em 1981/1991 e 1991/2001

Concelhos	1981/1991 (%)	1991/2001 (%)
Águeda	0,19	1,08
Albergaria	0,31	1,14
Anadia	-0,31	0,88
Aveiro	0,98	0,99
Estarreja	0,18	0,53
Ílhavo	0,58	1,14
Mealhada	-0,55	1,28
Murtosa	-0,24	-0,13
Oliveira do Bairro	0,63	1,27
Ovar	0,91	1,06
Sever do Vouga	0,03	-0,47
Vagos	0,28	1,45

Fonte: INE Recenseamentos da População

Quadro nº 6

Taxa de crescimento anual médio nos concelhos da
NUTS Dão-Lafões em 1981/1991 e 1991/2001

Concelhos	1981/1991 (%)	1991/2001 (%)
Aguiar da Beira	-0,80	-0,73
Carregal do Sal	-0,13	-0,54
Castro Daire	-1,16	-0,66
Mangualde	0,17	-0,38
Mortágua	-0,57	-0,27
Nelas	-0,30	-0,23
Oliveira de Frades	0,18	0,00
Penalva do Castelo	-1,04	-0,16
Santa Comba Dão	-1,43	0,21
São Pedro do Sul	-0,60	-0,46
Sátão	-0,18	-0,15
Tondela	-1,13	-0,28
Vila Nova de Paiva	-0,53	0,09
Viseu	0,05	1,13
Vouzela	-0,71	-0,72

Fonte: INE Recenseamentos da População

Comparando a taxa de crescimento anual médio nos concelhos das duas NUTS III verifica-se de 1981/1991 para 1991/2001 um acentuar significativo do ritmo de crescimento populacional dos concelhos do Baixo Vouga. Apenas dois, Sever do Vouga e Murtosa, não registam essa capacidade, tendo-se, no entanto, verificado na Murtosa um decréscimo mais ténue entre 1991 e 2001 relativamente à década anterior.

Nos concelhos da NUTS Dão-Lafões persiste, nas duas décadas, uma tendência global de diminuição dos ritmos de crescimento, apenas travada pelo concelho de Viseu. Este decréscimo do ritmo de crescimento é mais acentuado em 1991/2001 em Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire e Vouzela. Apenas em 4 concelhos desta NUTS se encontra uma taxa de crescimento igual ou superior a 0. Com exceção de Viseu, com um ritmo de crescimento muito significativo, e Santa Comba Dão, nos outros dois concelhos, Vila Nova de Paiva e Oliveira de Frades, o crescimento tende ou iguala-se a 0.

Cartograma 1
Taxa de crescimento anual médio nos concelhos da NUTS Baixo Vouga e Dão-Lafões em 1981/1991



Cartograma 2
Taxa de crescimento anual médio nos concelhos da NUTS Baixo Vouga e Dão-Lafões em 1991/2001



Enquanto no Baixo Vouga 7 dos 12 concelhos da NUTS apresentam um crescimento superior à unidade, pressupondo um aumento de mais de uma pessoa por cada 100 ao

ano, entre 1991 e 2000, em Dão-Lafões o mesmo só acontece em Viseu. Por outro lado, 10 concelhos dos 15 da NUTS manifestam uma taxa de crescimento anual média negativa entre 1991 e 2001 expressando a continuidade de percas populacionais.

Ressalta, assim, inequivocamente da análise concelhia o maior dinamismo demográfico do Baixo Vouga em relação a Dão-Lafões.

Verifica-se, que no Baixo Vouga, de alguma forma, o crescimento segue o eixo dos principais centros urbanos: Aveiro, Ílhavo, Albergaria-a-Velha, Águeda, Estarreja e Ovar, apenas diferindo Vagos que nos aparece na continuidade do adensamento urbano que parte de Aveiro. Em Dão-Lafões é evidente o declínio da dinâmica demográfica, sendo perceptível o efeito aglutinador da cidade/concelho de Viseu.

Conjugando o crescimento com a redistribuição espacial não podemos deixar de, logo à partida, referir a atracção que o Baixo Vouga exerce, bem como a pressão populacional que na região se tem intensificado.

Ainda que com menor intensidade, comparativamente com os valores registados no Baixo Vouga, a densidade média da NUTS Dão-Lafões, quer em 1991 quer em 2001, é superior à registada na Região Centro, mas menor que a do país.

Quadro nº 7
Densidade Média em 1991, 2001 (hab/km²)

Unidade Territorial	1991	2001
Portugal	107,1	112,4
Centro	80,1	75,3
Baixo Vouga	194,5	214,0
Dão-Lafões	81,0	82,1

Fonte: INE –Bases de dados

Quadro nº 8
Densidade média nos concelhos do Baixo Vouga (hab/km²)

Concelhos do Baixo Vouga	1991	2001
Águeda	131,4	146,3
Albergaria	141,5	158,5
Anadia	133,4	145,6
Aveiro	332,4	366,9
Estarreja	246,8	260,1
Ílhavo	452,4	506,5
Mealhada	165,1	187,5
Murtosa	130,6	129,0
Oliveira do Bairro	213,7	242,4
Ovar	336,8	374,4
Sever do Vouga	106,7	101,7
Vagos	115,8	133,7

Quadro nº 9

Densidade média nos concelhos de Dão–Lafões (hab/km²)

Concelhos de Dão – Lafões	1991	2001
Aguiar da Beira	32,5	30,2
Carregal do Sal	94,0	89,1
Castro Daire	47,9	44,8
Mangualde	99,5	95,7
Mortágua	42,5	41,3
Nelas	116,3	113,6
Oliveira de Frades	72,8	72,8
Penalva do Castelo	68,3	67,2
Santa Comba Dão	109,1	111,4
São Pedro do Sul	57,3	54,1
Sátão	66,1	65,1
Tondela	86,3	83,9
Vila Nova de Paiva	34,8	35,1
Viseu	164,9	184,4
Vouzela	64,4	61,5

Fonte: INE –Bases de dados

Quando comparados os valores da densidade dos concelhos das duas NUTS III é óbvia a diferença quanto à concentração populacional. O valor mais baixo registado em 1991 no Baixo Vouga é de 106,7 habitantes por Km² em Sever do Vouga, valor que só é ultrapassado pelos três concelhos mais densamente povoados em Dão–Lafões: Santa Comba Dão, Nelas e Viseu. Ou seja os 164,9 habitantes por Km² registados em Viseu, em 1991, que correspondem ao valor mais elevado da NUTS Dão-Lafões estão longe dos 452,4 habitantes por Km² de Ílhavo em 1991.

Em 2001 continua a ser em Sever do Vouga que se regista a menor das densidades no Baixo Vouga com 101,7 habitantes por Km², valor que em Dão-Lafões é ultrapassado apenas pelos três concelhos já referidos: Santa Comba Dão, Nelas e Viseu. A densidade do concelho de Viseu, 184,4 habitantes por Km², a mais elevada em Dão-Lafões, é, no entanto, inferior à dos 6 concelhos mais densamente povoados do Baixo Vouga.

A evolução da dinâmica demográfica da população portuguesa tem apresentado como principal característica a diminuição do saldo natural, como se pode ilustrar a partir do quadro considerando a evolução da Taxa de Crescimento Natural

Quadro nº 10

Evolução da Taxa de Crescimento Natural (em percentagem) 1981, 1991 e 2001

Anos	Portugal	Centro	Baixo Vouga	Dão-Lafões
1981	0,57%	0,35%	0,63%	0,55%
1991	0,13%	-0,15%	0,21%	-0,13%
2001	0,07%	-0,20%	0,12%	-0,17%

Fonte: INE Séries Cronológicas

Declínio Demográfico: que mudanças?

Dos dados apresentados ressalta, uma vez mais, o maior dinamismo demográfico do Baixo Vouga, quando comparado com a evolução do crescimento natural do Centro, enquanto que é manifesta a perda de dinâmica natural em Dão-Lafões.

Quadro nº 11
Evolução da Taxa Bruta de Natalidade (em permilagem) 1981,1991 e 2001

Anos	Portugal	Região Centro	Baixo Vouga	Dão-Lafões
1981	15,4	14,8	16,1	16,6
1991	11,8	10,5	12,1	11,0
2001	10,9	9,4	10,6	9,7

Fonte: Séries Cronológicas e Anuários Estatísticos

De acordo com a tendência de diminuição do crescimento natural em Portugal, de 1981 para 2001, a taxa bruta de natalidade apresenta também uma tendência de decréscimo. Ao nível das NUTS III em análise, é no Baixo Vouga que se regista o valor mais elevado da taxa de natalidade, inclusivamente superior à média da NUTS II Centro, mas inferior, em 2001, à de Portugal.

Quadro nº 12
Taxa Bruta de mortalidade (em permilagem) em 1981,1991 e 2001

Anos	Portugal	Região Centro	Baixo Vouga	Dão-Lafões
1981	9,7	11,3	9,8	11,1
1991	10,5	12,0	10,0	12,3
2001	10,2	11,4	9,4	11,4

Fonte: Séries Cronológicas e Anuários Estatísticos

Quanto à evolução da mortalidade a tendência é de declínio, apesar das oscilações. Os valores mais elevados são os da Região Centro e os menos intensos os do Baixo Vouga. A NUTS Dão-Lafões apresenta valores muito próximos dos da Região Centro.

Quadro nº 13
Taxa de crescimento efectivo (em %)

Anos	Portugal	Região Centro	Baixo Vouga	Dão-Lafões
1981	0,66	0,47	0,78	0,66
1991	-0,12	-0,44	0,20	-0,70
2001	0,71	0,62	1,08	0,61

Fonte: Séries Cronológicas

Da análise do crescimento efectivo ressalta a reafirmação das tendências de maior dinamismo do Baixo Vouga quando comparado com o que se verifica em Portugal ou na Região Centro. De salientar a taxa positiva em 1991 no Baixo Vouga quando em Portugal e na Região Centro apresenta valores negativos.

Quadro nº 14
Taxa crescimento efectivo, Taxa de crescimento natural e
Taxa de Crescimento migratório no Baixo Vouga em 2001 (em %)

	Tx. Crescimento efectivo	Tx. Crescimento natural	Tx. Crescimento migratório
Baixo Vouga	1,08	0,12	1,00
Águeda	1,08	0,21	0,90
Albergaria-a-Velha	1,32	0,11	1,20
Anadia	0,83	-0,19	1,00
Aveiro	0,77	0,26	0,50
Estarreja	0,57	-0,10	0,70
Ílhavo	1,51	0,19	1,30
Mealhada	1,49	0,00	1,50
Murtosa	0,63	-0,16	0,80
Oliveira do Bairro	1,79	-0,03	1,80
Ovar	1,06	0,28	0,80
Sever do Vouga	-0,27	-0,17	-0,10
Vagos	2,09	0,21	1,90

Fonte: INE –Bases de dados

Quadro nº 15
Taxa crescimento efectivo Taxa de crescimento
natural e Taxa de crescimento migratório na NUTS Dão-Lafões em 2001 (em %)

	Tx. Crescimento efectivo	Tx. Crescimento natural	Tx. Crescimento migratório
Dão-Lafões	0,61	-0,17	0,80
Aguiar da Beira	0,31	-0,57	0,90
Carregal do Sal	-0,06	-0,65	0,60
Castro Daire	-0,21	-0,61	0,40
Mangualde	0,30	-0,18	0,50
Mortágua	0,24	-0,44	0,70
Nelas	0,31	-0,31	0,60
Oliveira de Frades	0,48	0,10	0,40
Penalva do Castelo	-0,39	-0,84	0,40
Santa Comba Dão	0,27	-0,47	0,70
São Pedro do Sul	0,23	-0,54	0,80
Sátão	0,58	-0,15	0,70
Tondela	0,11	-0,54	0,60
Vila Nova de Paiva	1,27	-0,08	1,30
Viseu	1,45	0,34	1,10
Vouzela	0,02	-0,32	0,30

Fonte: INE –Bases de dados

Declínio Demográfico: que mudanças?

Relativamente a 2001 é de destacar o efeito impulsionador na dinâmica demográfica da taxa de crescimento migratório nas duas NUTS III, contudo mais intenso no Baixo Vouga.

Nota-se o impulso dos eixos: Vagos, Ílhavo, Ovar e Albergaria, Oliveira do Bairro, Mealhada e Águeda. Na NUTS Dão-Lafões a dinâmica populacional é mais ténue notando-se, ainda de forma mais evidente, o efeito do crescimento migratório. De salientar a atracção que exerce o concelho de Viseu.

No Baixo Vouga só o concelho de Sever de Vouga assumiu um valor negativo quanto à taxa de crescimento migratório. Nos restantes concelhos, das duas NUTS, o valor é positivo. Ainda no Baixo Vouga, só Sever do Vouga regista um crescimento efectivo negativo (-0,27%), porém 5 concelhos, dos 12 desta NUTS III, registaram uma taxa de crescimento natural negativa (Anadia, Sever do Vouga, Murtosa, Estarreja e Oliveira do Bairro) que foi compensada pela taxa de crescimento migratório positivo.

Na NUTS Dão-Lafões 3 concelhos (Penalva do Castelo, Castro Daire, Carregal do Sal) registaram uma taxa de crescimento efectivo negativa e 13 dos 15 concelhos que integram a NUTS, uma taxa de crescimento natural negativa.

O Baixo Vouga apresenta-se em 1991 e 2001 menos envelhecido na base, que o País ou a Região Centro. Pode ressaltar-se que a percentagem de jovens no Baixo Vouga em 2001 é superior à registada no país, na Região Centro e em Dão -Lafões. Porém deve acentuar-se que Dão-Lafões em 1991 dispunha de uma percentagem de jovens superior às restantes unidades territoriais.

Quadro nº 16
Percentagem de Jovens (0-14 anos) em 1991 e 2001

	1991	2001
Portugal	20,0	16,0
Centro	18,9	15,0
Baixo Vouga	20,6	16,5
Dão-Lafões	21,1	15,7

Fonte: INE – Recenseamentos da população

De 1991 para 2001 assiste-se a uma diminuição generalizada da percentagem de jovens. No Baixo Vouga os decréscimos mais intensos são os registados em Sever do Vouga, Anadia, Águeda e Estarreja. Em Dão-Lafões os maiores declínios registaram-se em Mortágua, Nelas, Santa Comba Dão e Penalva do Castelo. Em contrapartida as menores perdas registaram-se em Oliveira do Bairro, Murtosa e Ovar no Baixo Vouga e em Oliveira de Frades e Viseu em Dão-Lafões.

Quadro nº 17
 Percentagem de Jovens (0-14 anos) em 1991 e 2001
 nos concelhos do Baixo Vouga

Concelhos do Baixo Vouga	1991	2001
Águeda	20,7	15,9
Albergaria-a-Velha	20,8	16,9
Anadia	19,1	14,6
Aveiro	20,3	16,2
Estarreja	21,0	16,6
Ílhavo	21,5	17,4
Mealhada	18,9	15,2
Murtosa	21,2	17,5
Oliveira do Bairro	18,6	15,8
Ovar	22,0	18,1
Sever do Vouga	20,9	15,6
Vagos	21,6	17,5

Fonte: INE – Recenseamentos da população

Quadro nº 18
 Percentagem de Jovens (0-14 anos) em 1991 e 2001
 nos concelhos da NUTS Dão-Lafões

Concelhos de Dão-Lafões	199	2001
Aguiar da Beira	21,2	15,2
Carregal do Sal	21,1	15,9
Castro Daire	21,1	16,0
Mangualde	20,7	15,6
Mortágua	19,7	12,0
Nelas	20,9	14,3
Oliveira de Frades	22,2	17,3
Penalva do Castelo	21,7	15,2
Santa Comba Dão	20,5	14,3
São Pedro do Sul	20,0	15,1
Sátão	22,7	16,8
Tondela	18,9	14,3
Vila Nova de Paiva	22,9	17,0
Viseu	22,2	16,9
Vouzela	19,7	14,8

Fonte: INE – Recenseamentos da população

Relativamente aos idosos verificou-se a tendência oposta de aumento, representando o duplo processo de envelhecimento populacional. Mesmo assim a NUTS do Baixo Vouga mantém, à semelhança de 1991, uma menor percentagem de idosos

comparativamente à Região Centro, Dão-Lafões e país. Dão-Lafões regista, tal como em 1991, uma maior percentagem de idosos.

Quadro nº 19
Percentagem de idosos em 1991 e 2001

	1991	2001
Portugal	13,6	16,5
Região Centro	16,5	19,4
Baixo Vouga	12,9	15,6
Dão-Lafões	16,7	19,7

Fonte: INE – Recenseamentos da população

Quadro nº 20
Percentagem de idosos em 1991 e 2001
nos concelhos da NUTS Baixo Vouga

Concelhos do Baixo Vouga	1991	2001
Águeda	12,3	15,5
Albergaria-a-Velha	13,4	15,1
Anadia	15,6	19,2
Aveiro	11,4	14,4
Estarreja	14,2	16,7
Ílhavo	10,7	13,2
Mealhada	14,7	18,1
Murtosa	18,5	20,1
Oliveira do Bairro	16,0	18,7
Ovar	10,7	12,4
Sever do Vouga	15,4	18,9
Vagos	14,1	15,8

Fonte: INE – Recenseamentos da população

Entre 1991 e 2001 verificou-se um aumento da percentagem de idosos, sendo mais acentuada nos concelhos de Aveiro e Águeda, no Baixo Vouga e em Santa Comba Dão, Mortágua e Vila Nova de Paiva, em Dão-Lafões. Pode ainda referir-se que os concelhos com um menor aumento deste indicador foram Murtosa, Vagos e Albergaria-a-Velha e Vouzela e Oliveira de Frades.

Quadro nº 21

Percentagem de idosos em 1991 e 2001
nos concelhos da NUTS Dão-Lafões

Concelhos de Dão-Lafões	1991	2001
Aguiar da Beira	20,8	24,7
Carregal do Sal	17,4	20,8
Castro Daire	20,1	23,2
Mangualde	16,8	21,0
Mortágua	16,6	21,2
Nelas	16,4	20,4
Oliveira de Frades	17,3	19,5
Penalva do Castelo	19,9	23,6
Santa Comba Dão	16,1	21,0
São Pedro do Sul	20,0	23,0
Sátão	16,5	20,5
Tondela	18,5	22,8
Vila Nova de Paiva	17,7	22,5
Viseu	12,9	15,1
Vouzela	20,2	22,1

Fonte: INE – Recenseamentos da população

Completando a análise das estruturas populacionais através do Índice de Envelhecimento torna-se ainda mais clara a percepção do duplo envelhecimento, com este indicador a revelar um aumento significativo em todos os espaços considerados, embora, como se pode verificar, com variações muito significativas quando descemos ao nível de concelho. Apesar do aumento deste rácio nota-se que é menos acentuado, em 2001, no Baixo Vouga registando cerca de 94 idosos por cada 100 jovens, contra os 125 de Dão-Lafões, e os cerca de 130 na Região Centro ou os 104 do País.

Quadro nº 22

Índice de Envelhecimento em 1991 e 2001

	1991	2001
Portugal	68,4	103,6
Região Centro	87,0	129,6
Baixo Vouga	62,7	94,3
Dão-Lafões	79,0	125,1

Fonte: INE – Recenseamentos da população

Quadro nº 23
Índice de Envelhecimento em 1991 e 2001
nos concelhos da NUTS Baixo Vouga

Concelhos do Baixo Vouga	1991	2001
Águeda	59,3	97,3
Albergaria-a-Velha	64,7	89,6
Anadia	82,0	131,9
Aveiro	55,9	88,9
Estarreja	67,8	100,6
Ílhavo	49,6	76,1
Mealhada	77,8	119,1
Murtosa	87,2	114,9
Oliveira do Bairro	85,9	118,1
Ovar	48,6	68,4
Sever do Vouga	73,9	121,1
Vagos	64,9	90,3

Fonte: INE – Recenseamentos da população

Quadro nº 24
Índice de Envelhecimento em 1991 e 2001
nos concelhos da NUTS Dão-Lafões

Concelhos de Dão-Lafões	1991	2001
Aguiar da Beira	97,8	162,9
Carregal do Sal	82,6	131,0
Castro Daire	95,5	144,9
Mangualde	81,3	134,3
Mortágua	84,4	176,2
Nelas	78,3	142,9
Oliveira de Frades	77,9	112,8
Penalva do Castelo	91,5	154,9
Santa Comba Dão	84,1	146,7
São Pedro do Sul	100,0	153,1
Sátão	72,6	122,0
Tondela	97,6	159,5
Vila Nova de Paiva	77,5	132,3
Viseu	58,2	89,5
Vouzela	102,4	149,4

Fonte: INE – Recenseamentos da população

Em termos de comparação pode notar-se que este rácio é mais acentuado nos concelhos de Dão-Lafões. Enquanto que no Baixo Vouga o valor mais elevado se regista no concelho de Anadia (existindo cerca de 132 idosos por cada 100 jovens), 11 concelhos de Dão-Lafões ultrapassam este rácio (Vila Nova de Paiva, Mangualde,

Nelas, Castro Daire, Santa Comba Dão, Vouzela, S. Pedro do Sul, Penalva do Castelo, Tondela, Aguiar da Beira e Mortágua).

Cartograma 3
Índice de Envelhecimento nos concelhos da
NUTS Baixo Vouga e Dão-Lafões 2001



1.2. Indicador agregado de dinamismo demográfico

De modo a perceber-se o nível de associação entre as variáveis apresentadas relativamente à dinâmica demográfica e, conseqüentemente, possibilitar a construção de um índice agregado que represente aquele dinamismo, foi utilizado a Análise Factorial de Componentes Principais (AFCP), que sistematiza a informação analisada.

A AFCP permite reduzir significativamente o número de variáveis iniciais, através da combinação de duas ou mais variáveis correlacionadas num novo factor (componente principal). Com o recurso ao *SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)* pretende-se obter informação mais arrumada e interpretável de modo a sistematizar o conjunto de dados iniciais numa estrutura hierarquizada e não correlacionada de novas variáveis.

A construção do índice agregado de demografia tem uma capacidade explicativa de aproximadamente 70% dos dados iniciais. O quadro 25 sintetiza as correlações entre as variáveis iniciais e o novo índice, isto é, quando maior o valor do coeficiente (loading) maior a influência da variável no indicador sintético.

Quadro nº 25
Associações entre as variáveis demográficas e o índice agregado de demografia

	Componente
Idosos	-,981
Activos	,891
Crescimento populacional 1991/2001	,869
Crescimento populacional 1981/1991	,854
População total	,770
Jovens	,564

*Extraction Method: Principal Component Analysis.
a 1 components extracted.*

Do quadro ressalta que:

- *População total (padronizada)* – forte correlação positiva
- *Crescimento populacional 81/91* – forte correlação positiva
- *Crescimento populacional 91/01* – forte correlação positiva
- *População Jovem* – correlação positiva
- *População Activa* – forte correlação positiva
- *População Idosa*) – forte correlação negativa

O indicador agregado é apresentado no seguinte cartograma:



Assim, com base neste índice agregado podem diferenciar-se/associar-se, quanto ao dinamismo demográfico, os concelhos em análise, sendo claro que a região do Baixo Vouga dispõe de um dinamismo demográfico mais intenso.

Numa análise mais detalhada pode constatar-se que é na NUTS do Baixo Vouga que se encontra um maior número de concelhos com dinamismo acentuado, compreendendo 8 dos 12 concelhos que a NUTS integra, nomeadamente: Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Oliveira do Bairro, Ovar, Vagos. Na NUTS Dão-Lafões, apenas no concelho de Viseu se verifica um dinamismo que o aproxima do conjunto dos concelhos referidos na NUTS do Baixo Vouga.

Pode ainda ressaltar-se, na NUTS do Baixo Vouga, que os quatro concelhos com menor dinamismo demográfico se encontram numa situação intermédia. Anadia e Mealhada apresentam um dinamismo superior à média e Murto e Sever do Vouga um dinamismo inferior à média num nível equiparável aquele que se encontra em 4 concelhos da NUTS de Dão-Lafões: Mangualde, Nelas, Oliveira de Frade e Sátão. Nos restantes 10 concelhos da NUTS Dão-Lafões verificam-se os níveis mais baixos de dinamismo demográfico, das duas NUTS em análise, ultrapassam -0,5 desvios-padrão.

2. Indicadores de nível de cobertura de equipamento e serviços

- uma interpretação a partir da análise factorial de componentes principais

A recolha de informação útil para dar resposta aos objectivos desta reflexão baseou-se nos dados reunidos na Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População (CESAP) de 2002. As variáveis permitem analisar de modo comparado os níveis de cobertura de variados serviços e equipamentos, dos diversos concelhos das NUTS III do Baixo Vouga e de Dão-Lafões. Esta informação é apresentada concelho a concelho indicando, para cada um deles, o número de freguesias cobertas por equipamentos e serviços

No entanto, deve realçar-se que se procedeu a uma selecção de variáveis pelo que não foram utilizadas todas as apresentadas na publicação do INE. Esta selecção deveu-se a várias razões. Logo à partida, porque se procurou analisar e comparar a informação disponível com dados de publicações anteriores. Ou seja, apesar de apenas nos debruçarmos, nesta análise, nos dados de 2002, pretendemos testar melhor esta metodologia fazendo um exercício de mais longa duração. Assim, recolhemos já a informação contida nos dados publicados nos Inventários Municipais de 1994 e 1998 pelo que houve a precaução de ultrapassar a falta de uniformização das várias publicações, optando por trabalhar um conjunto de variáveis relativamente constantes. Contudo, nesta selecção, foram ponderadas várias áreas temáticas de forma a reunir um conjunto alargado de informação caracterizadora de aspectos que fizessem ressaltar as dinâmicas sociais e económicas locais.

Declínio Demográfico: que mudanças?

Todos os indicadores trabalhados foram apurados a partir de variáveis primárias retiradas directamente do CESAP 2002 e o quadro seguinte sistematiza as variáveis recolhidas e que foram agregadas em 6 dimensões:

Quadro nº 26
Variáveis recolhidas para análise

Áreas temáticas	Variáveis de equipamentos e serviços
Serviços e Comércio	Posto Policial (PSP e GNR) Corporação de Bombeiros Agência Bancária Caixa Multibanco /Serviço Multibanco Agência de Seguros Agência Imobiliária Escola de Condução Escritório de Advocacia Gabinete de contabilidade/consultoria gestão Gabinete de Projectos de Construção Civil Agência Funerária Posto de abastecimento de combustível Supermercado
Transportes e Comunicações	Praça de táxis Carreira Transportes Públicos Regular Diária Estação ou apeadeiro Estação ou posto de correio Locais de acesso à Internet
Ensino	Educação pré-escolar público Educação pré-escolar privada Ensino básico público 1º Ciclo 1-4 anos escolaridade 2º Ciclo 5-6 anos escolaridade 3º Ciclo 7,8 e 9 anos escolaridade Ensino secundário público 10 e 11º anos 12º anos escolaridade Ensino Profissional
Saúde e Segurança	Hospital geral (público) Centro de saúde ou extensão Farmácia ou posto de medicamentos Consultório Médico Creche Lar de idosos Centro de dia
Desporto, Cultura e Lazer	Piscina Pavilhão desportivo ou Ginásio
	Sala espectáculos/Conferências/Congressos Biblioteca aberta ao Público

O resultado da recolha de dados é uma matriz de 27 concelhos (15 da NUTS III de Dão-Lafões e 12 da NUTS III do Baixo Vouga) por 39 variáveis.

O objectivo é construir indicadores agregados do nível de cobertura de serviços e equipamentos em cada uma das freguesias dos concelhos do Baixo Vouga e Dão-Lafões, aplicando, aqui também a técnica de Análise Factorial de Componentes Principais (AFCP).

O número de observações não é suficientemente grande para que se considerem na análise, simultaneamente, todas as variáveis, isto é, não existem graus de liberdade para que seja realizada uma análise multivariada. Assim, optou-se por efectuar a AFCP para cada uma das seguintes dimensões, separadamente: Serviços e comércio; Transporte e telecomunicações; Ensino; Saúde e Segurança Social; Desporto, cultura e lazer.

Utilizando os critérios de validação da matriz de atributos associados ao método das componentes principais (*KMO; matriz anti-imagem, matriz de correlações, quadro das comunalidades*) não foram consideradas algumas variáveis. As razões da eliminação destas variáveis são devidas, por um lado, à falta de dados na maioria dos concelhos e, por outro lado, pela pouca correlação que algumas destas variáveis apresentavam com o conjunto das outras variáveis, o que obrigava à retenção de factores isolados para as explicarem.

Na aplicação desta técnica de análise multivariada, procedeu-se a três tipos de interpretação dos novos factores ou componentes principais, em cada uma das dimensões analisadas: i) percentagem da variância explicada dos factores, ii) a análise dos *loadings* (coeficientes de correlação entre cada variável inicial e cada novo factor) e iii) a análise de *scores* que traduzem o valor de cada nova componente em cada unidade de análise – os concelhos de cada uma das NUTS III.

O quadro 27 sintetiza os resultados da Análise Factorial de Componentes Principais.

Quadro nº 27
Síntese dos resultados da AFCP

Área temática	Variáveis	Factores			Variância explicada
		1	2	3	
Serviços e Comércio (cartograma 5)	Escritório de Advocacia	0,93			74%
	A. Bancária	0,92			
	C. Multibanco	0,92			
	Gabinete de contabili./consultoria gestão	0,91			
	Supermercado	0,91			
	Agência Funerária	0,90			
	Gabinete de Projectos de Construção Civil	0,87			
	Agência Imobiliária	0,86			
	Posto de abastecimento de combustível	0,85			
	Posto Policial (PSP e GNR)	0,80			
	A. Seguros	0,80			
	E. Condução	0,79			
	Bombeiros	0,69			
Transportes e Comunicações	Locais de acesso à Internet	0,86			45%
	Estação ou apeadeiro	0,85			
	Estação ou posto de correio	0,59			
	Praça de táxis		0,97		18%
	Carreira Transpor. Públicos Regular Diária			0,98	15%
Ensino (cartograma 6)	3º Ciclo 7,8 e 9 anos escolaridade	0,95			52%
	2º Ciclo 5-6 anos escolaridade	0,93			
	Ensino secundário público	0,78			
	Educação pré-escolar privada	0,76			17%
	1º Ciclo 1-4 anos escolaridade		0,94		
	Educação pré-escolar público		0,81		16%
Ensino Profissional			0,97		
Saúde e Segurança Social (cartograma 7)	Creche	0,96			73%
	Lar de idosos	0,94			
	Farmácia ou posto de medicamentos	0,92			
	Consultório Médico	0,92			
	Centro de saúde ou extensão	0,87			
	Centro de dia	0,77			
	Hospital		0,85		11%
Desporto, Cultura e Lazer (cartograma 8)	Biblioteca aberta ao Público	0,87			58%
	Pavilhão desportivo	0,83			
	Sala espectác./Conferências/Congressos	0,73			21%
	Piscina		0,75		

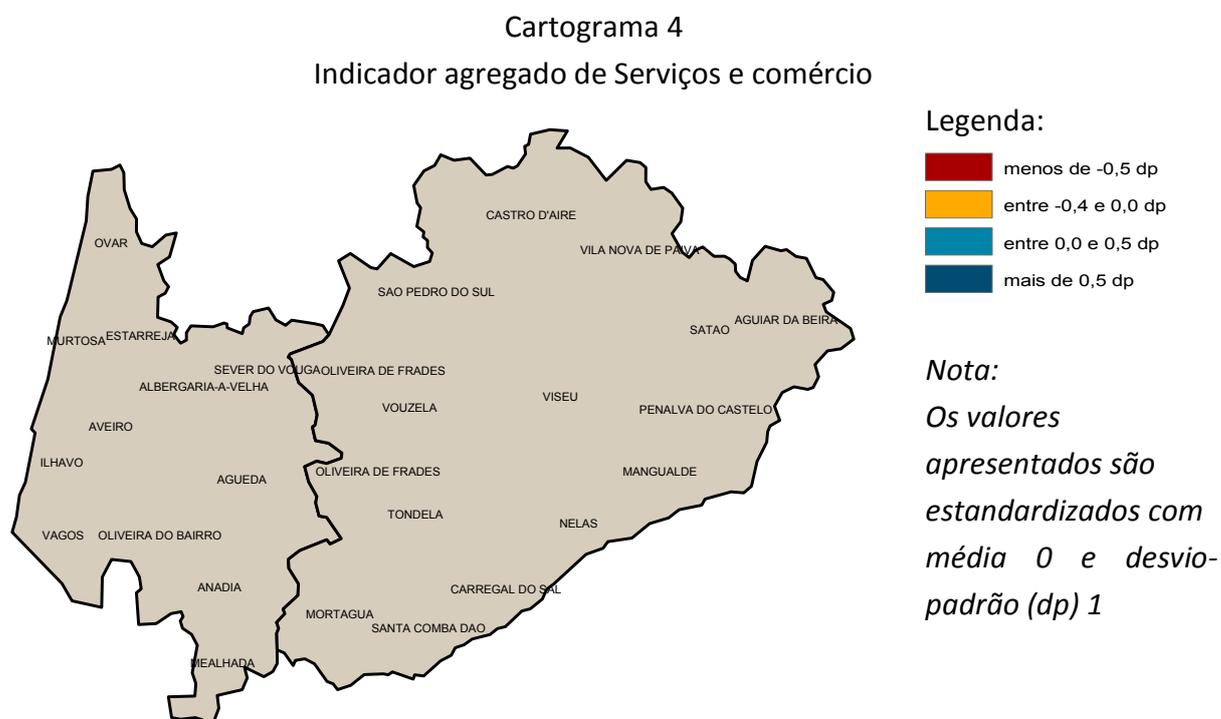
Nota: Não é apresentado o cartograma relativo à área temática dos transportes e comunicações em virtude de a lógica desta tipologia de serviços abranger áreas variáveis em cada município ou conjunto de municípios, sem, no entanto, revelarem escalas regionais. O resultado da análise multivariada foi assim inconclusivo

Na análise de componentes principais, as variáveis a que correspondem os *loadings* mais elevados, normalmente estão correlacionados entre si, e é com base nesta combinação que se classificam os factores.

Os resultados apontam para a existência de diferenças significativas nos mais variados serviços e equipamentos pelas freguesias das NUTS em estudo. Os indicadores recolhidos não conduziram à construção de um único indicador agregado e como resultado relacionam-se de modo diferenciado com o indicador de dinamismo demográfico. Apenas alguns dos indicadores analisados estão associados à dinâmica de crescimento da população, são eles:

- Indicador de serviços e comércio;
- Indicador de ensino (excluindo 1º ciclo, Educação pré-escolar público e ensino profissional);
- Indicador de saúde (excluindo hospitais);
- Indicador de desporto, cultura e lazer (excluindo piscinas).

Os cartogramas seguintes ilustram os resultados de cada um destes indicadores.



Como é possível verificar pelo quadro 25, este indicador resulta da combinação de todas as variáveis agregadas de serviços e comércio. A sua distribuição espacial permite, e à semelhança com o indicador agregado de demografia, evidenciar uma

Declínio Demográfico: que mudanças?

forte dicotomia interior-litoral, verificando-se um maior nível de freguesias cobertas na NUTS do Baixo Vouga.

Numa análise comparada deste indicador com o indicador agregado de demografia verifica-se um grau de associação elevado ($r=0,714$), isto é, o número de freguesias cobertas por serviços e comércio é tanto maior quanto maior o dinamismo demográfico.

Cartograma 5

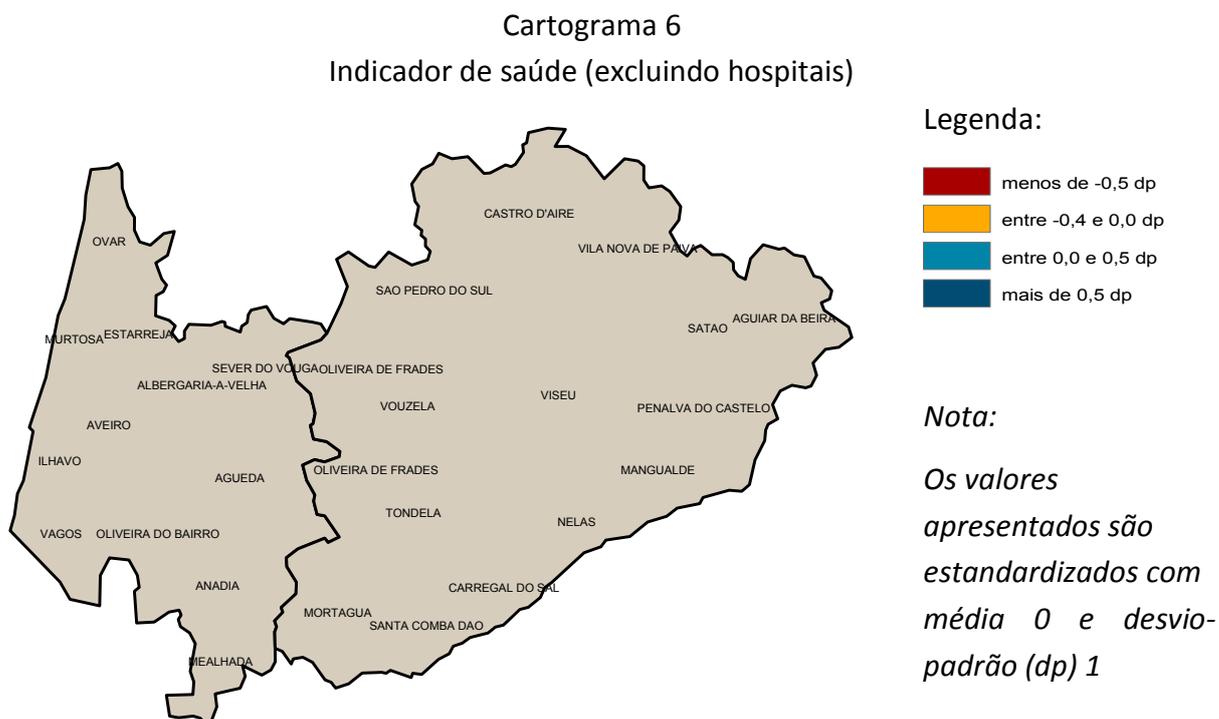
Indicador de ensino (excluindo 1º ciclo, Educação pré-escolar público e ensino profissional)



O resultado deste indicador não é o resultado da combinação de todas as variáveis da área ensino e como tal foram constituídos 3 factores diferenciados, como se pode verificar pelo quadro 25. Assim, as variáveis 1º ciclo e Educação pré-escolar público estão associadas a um segundo factor e o ensino *profissional* a um terceiro. Como resultado, este indicador, agrega apenas a Educação pré-escolar privada, 2º, 3º Ciclos e secundário público, com capacidade explicativa superior a 50%. Esta separação espelha as diferenças quanto ao nível e tipologias de ensino.

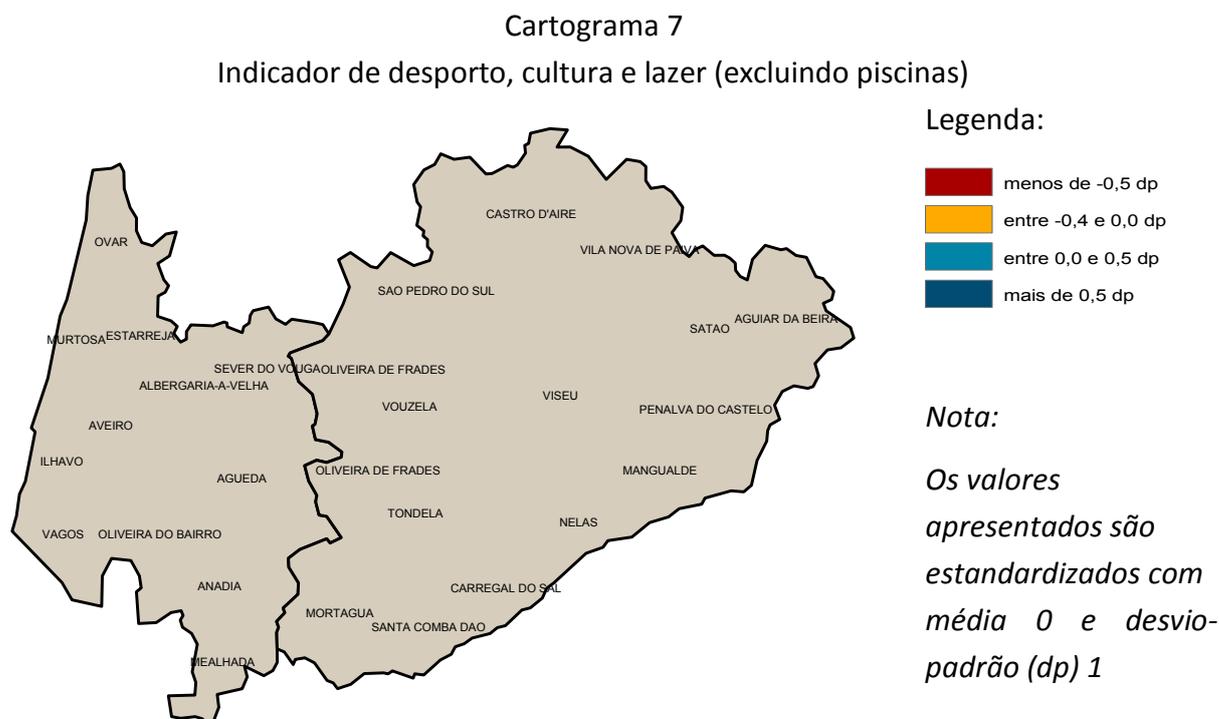
No que respeita à análise do cartograma, verifica-se que este indicador agregado de ensino não apresenta uma dicotomia tão nítida como o indicador anterior. Contudo, distingue-se globalmente uma maior cobertura nas freguesias dos concelhos do Baixo

Vouga. Este padrão de cobertura permite estabelecer uma relação forte com a dinâmica demográfica, com um coeficiente de correlação de 0,716.



Este indicador de saúde resulta da agregação de todas as variáveis da área temática da saúde, com excepção dos hospitais. De facto, os hospitais por serem equipamentos de cobertura mais alargada não apresentam uma proximidade com os restantes serviços e equipamentos considerados.

A análise deste cartograma permite evidenciar, à semelhança do cartograma 5, fortes contrastes entre as regiões do Baixo Vouga e do Dão-Lafões. Assim, a correlação existente entre o indicador saúde e o indicador agregado de demografia apresenta um elevado valor ($r=0,747$).



Este indicador resulta da agregação de 3 das 4 variáveis de desporto, cultura e lazer, com uma capacidade explicação de aproximadamente 60%.

Na análise do cartograma verifica-se mais uma vez o contraste entre as duas NUTS, sendo clara a maior cobertura das freguesias dos concelhos do litoral. Nos concelhos do interior destaca-se o efeito positivo dos pólos urbanos (cidades de Viseu, Mangualde, Tondela e Santa Comba Dão) numa região de fraco nível de cobertura de desporto, cultura e lazer, como é a região de Dão-Lafões. O indicador agregado de demografia não é alheio às lógicas de dinâmica urbana pelo que a sua correlação com este indicador de desporto, cultura e lazer é também bastante elevado ($r=0,713$).

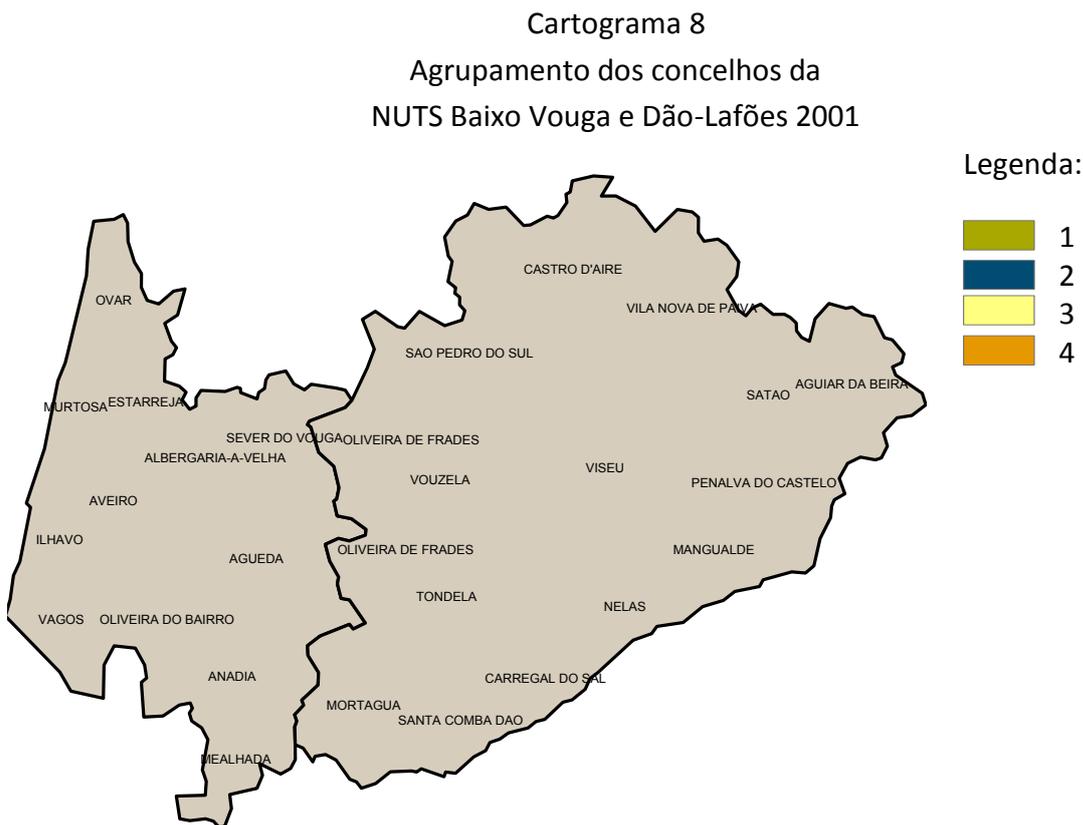
3. Padrões de cobertura de serviços e equipamentos e dinâmicas demográficas

– uma interpretação a partir da análise de clusters

A utilização da análise de *clusters* tem como objectivo a identificação de agrupamentos homogéneos nos concelhos objecto de estudo, tendo em consideração os desempenhos que resultaram dos dados da Análise Factorial de Componentes Principais.

É possível a aplicação de vários critérios de agregação (*nearest neighbour, furthest neighbour, between groups, within groups, centroid groups* e *wards*). Após alguns testes verificou-se que o método que melhor agrupa as regiões analisadas foi o *Ward*.

Usando uma distância euclidiana, como medida de aproximação, consideram-se 4 agrupamentos. O cartograma seguinte mostra o resultado da análise.



Uma breve análise dos resultados permite distinguir quatro clusters considerando contrastes e continuidades.

Assim, o **primeiro cluster** é constituído pelos concelhos de Ovar, Estarreja, Aveiro, Ílhavo e Oliveira do Bairro. Trata-se um grupo que engloba apenas concelhos da NUTS Baixo Vouga reunindo concelhos com elevada cobertura de comércio e serviços, níveis elevados de comunicação e transportes ferroviários; elevada cobertura quanto aos níveis de ensino, níveis elevados de equipamentos sociais e de saúde; níveis elevados de equipamentos de cultura e lazer; elevado dinamismo demográfico. Porém se se distinguísse, ou pretendesse pormenorizar a análise, poder-se-ia destacar, deste cluster, os concelhos de Ílhavo e Oliveira do Bairro devido a uma menor cobertura relativamente aos equipamentos incluídos no segundo factor dos serviços de saúde, isto é, hospitais (ver quadro 25).

Um **segundo cluster**, contrastante nas suas características, compreende os concelhos de Castro Daire, Vila Nova de Paiva, São Pedro do Sul, Aguiar da Beira, Sátão, Oliveira de Frades, Vouzela, Penalva do Castelo, Mangualde, Tondela, Mortágua e Santa Comba Dão, concelhos na sua totalidade pertencentes à NUTS Dão-Lafões, localizado numa

coroa envolvente ao concelho de Viseu. Este cluster caracteriza-se por, globalmente, reunir baixa cobertura de comércio e serviços; baixos níveis de comunicação e transportes ferroviários, baixa cobertura quanto aos níveis de ensino, baixos níveis de equipamentos sociais e de saúde; e baixo dinamismo demográfico. É o cluster com os piores resultados ao nível da cobertura de serviços, equipamentos e dinamismo demográfico.

Contrapondo à contiguidade e contraste dos clusters anteriores pode mencionar-se a existência de padrões difusos nas formas ou possibilidade de associação. Dos restantes concelhos, mesmo assim, podem referir-se outros dois clusters.

O **terceiro cluster** que compreende Viseu, Nelas, Carregal do Sal, Sever do Vouga, Águeda e Anadia que de acordo com a análise desenvolvida é o único cluster que agrega concelhos das duas NUTS. A razão da existência deste cluster deve-se essencialmente ao elevado nível de cobertura de transportes públicos.

Finalmente o **quarto cluster** que engloba Murtosa, Albergaria-a-Velha, Vagos e Mealhada, caracteriza-se também pela predominância de um padrão difuso, sendo no entanto mais claro que, relativamente ao cluster anterior, se pode encontrar um maior nível de comércio e serviços, um nível mais elevado de cobertura quanto aos equipamentos sociais e de saúde e equipamentos de cultura e lazer.

4. Síntese e desafios

Este estudo permitiu-nos confirmar, de forma sustentada, embora esperada, a relação existente entre as dinâmicas demográficas e a intensidade da presença ou ausência de equipamentos sociais e serviços locais. Face a esta relação importa, na sequência deste trabalho, aprofundar quer a abordagem metodológica quer as dimensões em análise, no sentido de perceber até que ponto a dinâmica demográfica condiciona a instalação de serviços e equipamentos sociais ou se, pelo contrário, é a dinâmica demográfica influenciada pelas redes implantadas.

Assim, quanto ao primeiro destes aspectos, o aprofundamento da abordagem metodológica, na estruturação de uma análise com base na dinâmica demográfica permite equacionar e avaliar os impactos das redes de equipamentos e serviços de uma forma mais integrada. No entanto, é importante neste desenvolvimento, para além da percepção das lógicas de atracção e fixação da população, a sua contextualização na dinâmica da população portuguesa, dado que partimos no nosso estudo da análise de apenas duas NUTS III.

Quanto ao segundo aspecto, as dimensões em análise, importa proceder a um estudo comparativo introduzindo outras dimensões além do registo concelhio de freguesias equipadas, que nos faculta o CESAP 2002. Ou seja, importa comparar além dos concelhos com freguesias equipadas, a população servida bem como as distâncias aos equipamentos mais próximos. Finalmente e não menos importante será também a introdução de uma dimensão diacrónica de forma a completar e integrar quer as dinâmicas populacionais quer a dimensão demográfica da análise.

Fontes

Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População. (2002)

INE – Recenseamentos da População

Outras Estatísticas INE

Bibliografia

EUROSTAT, (1998), *Retrato das Regiões Portugal*,

FERRÃO, João (2003), “Dinâmicas Territoriais e trajectórias de desenvolvimento Portugal 1991-2001”, *Revista de Estudos Demográficos*, nº34, pp 18 - 25

PESTANA, H. e P; GAGEIRO, J. (2003); *Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS*, Lisboa, Sílabo

INE (2001), *Censos 2001 – Resultados definitivos Portugal*

PINTO, Maria Luís e RODRIGUES, Teresa (1996), “As tendências recentes da distribuição populacional portuguesa: uma evolução que privilegia os aglomerados de maior dimensão”. *Revista População e Sociedade* nº 2 CEPES

A escala das unidades de povoamento fora da órbita urbana: o fenómeno da descontinuidade geracional

Paulo Machado

Resumo:

Um dos traços mais salientes da mudança social ocorrida na sociedade portuguesa nas últimas décadas respeita ao agravamento do despovoamento do Interior, em proveito do Litoral, fragmentando a estrutura populacional dos lugarejos, das aldeias e das vilas, expondo grande parte do território nacional a índices de envelhecimento (IE) inéditos na história demográfica portuguesa - por falta de crianças e jovens em idade activa, e pelo número absoluto e peso relativo dos mais velhos que foram ficando -, que se projectam indelevelmente no curto, médio e longo prazos.

Quando recorremos a uma microscopia do território, utilizando os dados desagregados ao nível das secções estatísticas¹⁰ apercebemo-nos que essa fragmentação da estrutura populacional atinge valores tão elevados que poderão corresponder a um estado de descontinuidade geracional, definido acima do terceiro patamar ($IE \geq 530$), e que se entende corresponder a contextos físicos e sociais nos quais a interacção entre velhos e novos será muito pouco frequente ou mesmo inexistente. Esta descontinuidade geracional instalou-se em grandes manchas do território nacional, como se demonstrará.

Nota: O presente texto é uma adaptação do Capítulo 5 do trabalho publicado pelo LNEC em 2007 (cfr. bibliografia citada)

1. Transformação demográfica e mudança social em Portugal

As transformações ocorridas na demografia portuguesa são indissociáveis de um complexo processo de mudança social, explicam-no parcialmente e são explicadas por ele. Esta é a proposição de Girard (1986), para quem os factos demográficos não podem ser interpretados independentemente da realidade social que os determina, abrindo-se caminho a uma interdisciplinaridade entre a demografia e a sociologia, que

¹⁰ Por **secção estatística** entende-se “a área contínua de uma única freguesia contendo cerca de 300 alojamentos destinados à habitação humana” (INE, 1999). Esta micro-unidade territorial parece-nos mais apropriada para os territórios não urbanos do que a **subsecção estatística** (“a mais pequena área homogénea, de construção ou não, existente dentro da Secção Estatística, correspondendo ao quarteirão nas zonas urbanas e ao lugar ou parte de um lugar nas zonas rurais” (INE, 1999), porque impede a excessiva fragmentação do território, prejudicando a apreciação dos resultados.

corresponde à passagem da análise demográfica à sociologia da população (ou demografia social). Nós acrescentaríamos que a abertura interdisciplinar se poderá fazer, com ganho, a um conjunto mais dilatado de ciências, não exclusivamente recrutadas de entre a gama de saberes que se convencionou designar por ciências sociais (Machado, 2007).

Foi em busca de um quadro teórico que situasse a questão das mudanças demográficas num âmbito mais global da modernidade social, que Leston Bandeira (1996) investiu, sublinhando a especificidade da matriz demográfica portuguesa:

- Longo desfasamento temporal entre o recuo da mortalidade e o início da queda da natalidade;
- Baixo nível de partida da natalidade antes do seu declínio;
- Fortes restrições no acesso ao casamento;
- Persistência de um dualismo sócio-demográfico – o Norte e as Regiões Autónomas versus o Sul (Leston Bandeira, 1996: página 411).

Esta inter-relação de elementos da estrutura social e factos demográficos é de tal modo forte, que os atributos da teoria universalista da transição demográfica, sobretudo fomentados pelo evolucionismo das teorias sócio-económicas da modernização, não resistiram ao exercício da demonstração empírica, e soçobraram diante dos estudos monográficos sobre comunidades rurais e urbanas, evidenciando a matriz sócio-ecológica dos valores e dos comportamentos do grupo e dos sujeitos, e a importância do pólo histórico na compreensão da mudança e das persistências.

Outra questão que sempre se coloca ao cientista social consiste em determinar coerentemente o marco temporal relativamente ao qual aprecia as transformações ocorridas e sinaliza o sentido da mudança observada.

De algum modo, tratando-se de analisar as transformações demográficas na sociedade portuguesa, a questão aludida fica facilitada – mas não necessariamente resolvida – se acolhermos as teses da modernização demográfica ou da dinâmica demográfica transformativa portuguesa que situam a intensidade, a natureza e o significado dessa modernização na década de 60 do século passado (Ferrão, 1996). Este marco não deve ser confundido com a génese das transformações, que se encontram a montante (com diferentes temporalidades; tratando-se, por exemplo, da baixa da mortalidade ou da natalidade).

Pensamos que a assunção do período histórico iniciado em 1960 como aquele que corresponde *“à última fase do período demográfico «moderno», que se consolida em Portugal com algum atraso relativamente a outros países europeus mais desenvolvidos”* (Ferrão, 1996: página 165) acaba por reflectir um consenso alargado

(Nazareth, 1979; Valente Rosa, 1992; Leston Bandeira, 1996; Fernandes, 1997; Cónim, 1999, entre outros), e nesse sentido pode ser também por nós assumida, prevalecendo-nos da ampla demonstração sobre o ímpeto de viragem atribuído a essa década.

Em reforço desta assunção, Barreto (2002) refere que *“nas últimas quatro décadas, as mudanças na sociedade portuguesa foram dramáticas. Em profundidade e, sobretudo, muito rápidas. Em menos de quarenta anos, sendo embora o mesmo país, passou a viver-se numa sociedade muito diferente. É este um dos “mistérios” da nacionalidade e da identidade cultural: apesar das rupturas e das diferenças, a continuidade e a memória fazem com que os cidadãos se sintam pertencer ao mesmo país”* (página 1). Ou seja, transparece dos factos e da interpretação histórico-sociológica que o País mudou lentamente ao longo da primeira metade do século XX, e se transformou aceleradamente na segunda metade.

2. Territórios de envelhecimento

Os elementos estatísticos disponíveis não nos permitem concluir que a população idosa portuguesa possa ser definida enquanto grupo social homogéneo e estático. Longe disso. Aliás, as mudanças a que aludimos na Secção anterior poderão ter contribuído, sob vários pontos de vista, para a sua heterogeneização.

Esta população forma um grupo heterogéneo e em constante transformação (Casanova *et al.*, 2001), e a sinalização das grandes tendências (as regularidades sociais) sugere que se procurem as diferenças, num exercício sociológico que, no nosso caso, se procura subordinado à perspectiva sócio-ecológica (Machado, 2007). O território é accionado como uma variável discriminante e explicativa da pluralidade social.

2.1. A escala regional: os grandes mosaicos da heterogeneidade nacional

Se trabalharmos as anteriores dimensões de análise, ventilando os dados por Regiões (para grande parte das variáveis, as NUTS II são o limite possível face à desagregação territorial disponível), podemos concluir pela existência de:

(a) Um País diferentemente envelhecido, com ritmos e intensidades distintos¹¹,

¹¹ Presentemente, o envelhecimento da população pode ser caracterizado pelo acréscimo dos índices de longevidade da população (de ambos os sexos, com particular ênfase nas mulheres) e pela diminuição dos níveis de fecundidade, os quais se associam aos movimentos migratórios (repulsivos), gerando um processo de despovoamento e o aumento relativo da população com mais de 65 anos de idade. Esta situação (verificada ao longo das últimas décadas) que caracteriza a esmagadora maioria dos municípios do Interior, e encontra tradução na correlação estatisticamente significativa ($r = -0,531$; $p \leq .01$) entre o índice de envelhecimento (% idosos no conjunto da população) e a taxa de variação populacional observada na última década. Ou seja, o índice de envelhecimento observado em 2001 está

cujo pólo histórico já foi amplamente demonstrado por outros (Nazareth, 1979, 1988; Valente Rosa, 1992; Cónim, 1999). À escala regional, o Litoral (do Norte até à Grande Lisboa) apresenta-se bastante menos envelhecido, existindo uma transição marcada pela Península de Setúbal, para um Litoral Sul (até Sagres), que se apresenta mais próximo dos níveis de envelhecimento do Interior Sul, incluindo partes significativas do Algarve. Mais a Norte, todo o Interior (do Alentejo Norte a Trás-os-Montes) está marcadamente envelhecido, com particular incidência e intensidade nas zonas raianas (e que de resto tem continuidade para lá da fronteira política). Às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira pertencem os menores níveis de envelhecimento do País. Há uma forte associação (de sinal contrário) entre as regiões mais envelhecidas e a densidade populacional, facto que expõe o fenómeno do envelhecimento de um modo particularmente agudo – matizado pelas aldeias serranas despovoadas e pelos montes alentejanos com idosos pobres e sós.

- (b) Necessidades de apoio social desigualmente distribuídas.** Aqui, a associação é igualmente forte (mas de sinal positivo), tratando-se da percentagem de beneficiários de prestações sociais. Predominando a função velhice em todo o território (no conjunto das prestações sociais dirigidas aos mais idosos), é no Algarve (66%), Alentejo (65,6%) e Centro (64,3%) que encontramos valores acima da média nacional (62,3%), enquanto as Regiões Autónomas detêm a menor proporção de pensionistas por velhice, 51,6% e 58,7%, respectivamente [estes valores referem-se sempre aos Censos de 2001];
- (c) Uma longevidade diferenciada pelo território,** fruto de composições etárias distintas e histórias demográficas próprias, e cuja evolução projectada se fará igualmente com ritmos diferentes, recompondo, em patamares mais elevados, as gerações idosas futuras. Todas as restantes Regiões se “reencontrarão” em 2050, com índices de longevidade superiores a 51%, diminuindo as diferenças que neste início de século se revelam através deste indicador, com excepção da Região Autónoma dos Açores, cujo índice de longevidade se situará nos 48%;
- (d) Um tecido familiar que vai perdendo densidade intergeracional,** mas mais acentuadamente na Região de Lisboa e Vale do Tejo e na Região Norte, nas quais o aumento das famílias só de idosos foi, na última década, respectivamente de 42,6% e 41% (tendo sido a variação média nacional de 35,3%). A coabitação geracional (medida pela proporção de famílias clássicas com idosos e outros membros não idosos no conjunto das famílias residentes) é, todavia, ainda muito expressiva (com percentagens superiores a 20%) no Minho-Lima e em toda a

inversamente correlacionado com a perda de população entre 1991 e 2001, constituindo um factor de desequilíbrio demográfico.

região transmontana, estendendo-se pelo Douro, diminuindo (para um patamar entre os 14% e os 17%), que caracteriza todo o Alentejo, Algarve e parte da Região Centro; e um patamar com percentagens inferiores a 14% na Região de Lisboa e Vale do Tejo, no Pinhal Interior Sul e na Beira Interior Sul;

- (e) Uma inequidade social e geográfica da pobreza**, que penaliza – acima da média nacional, cujo índice de pobreza dos agregados com idosos segundo o rendimento se situa nos 31%, contra 12,8% para os agregados sem idosos – a Região Autónoma dos Açores (quase 50%), o Algarve (41%) e o Centro (39%), e em que só as Regiões do Norte e Lisboa e Vale do Tejo registam valores inferiores a 30% (Gonçalves e Silva, 2004). Do ponto de vista dos índices de pobreza segundo as condições de vida, o desequilíbrio regional pende desfavoravelmente para as Regiões Centro, Autónoma da Madeira e Alentejo (todas elas com valores muito acima da média nacional, situada nos 33,9%). Afinal, o que esta geografia evidencia, com clareza, é que Lisboa e Vale do Tejo é a Região que concentra a maior proporção de unidades domésticas com idosos (vivendo sós ou acompanhados) mas a única em que a incidência da pobreza material e das condições de vida se situa abaixo dessa proporção. Como referem Gonçalves e Silva (2004), *“em todas as outras, a importância relativa dos agregados com idosos a viver em situações de pobreza é mais elevada do que o peso relativo do total dos agregados aí residentes, evidenciando a forte incidência da pobreza. Destacam-se, neste sentido, o Centro e o Alentejo”* (página 155);
- (f) Uma transfiguração demográfica que se perspectiva no longo prazo**, consequência de um expectável fortíssimo crescimento da população idosa (cfr. Figura 1), em contraponto com a diminuição da população residente total, atingindo valores mais expressivos nas Regiões Autónomas (que registarão igualmente os maiores ganhos em termos de esperança de vida à nascença, recuperando parcialmente da desvantagem que presentemente existe), logo perseguidas pelo Norte, e uma quase estabilização do número de idosos no Alentejo, que conhecerá a maior diminuição de população residente. A implosão demográfica só não afectará a Região Algarvia.

Assim, em 2050, quase 3 milhões de idosos, numa população que não excederá 9,3 milhões, já maioritariamente nascidos em democracia, testemunhas de um período de fortes transformações sociais, diferentemente distribuídos pelo território nacional – a residirem em número crescente e ainda maior proporção em meios urbanos –, desafiarão a capacidade da sociedade portuguesa garantir um modelo de coesão social e geracional, num quadro de crescentes incertezas nacionais e globais.

2.2. A escala municipal: uma sociedade de muitos contrastes

Em busca da validação substantiva e estatística da relação que importa estabelecer entre a estrutura demográfica e a estrutura social e económica, tal como a equacionámos (Machado, 2007), e levando em consideração os resultados agora apresentados, procurámos explorar as correlações existentes entre um dos indicadores de estrutura demográfica (o Índice de Envelhecimento, que designaremos por IE)¹² e um conjunto de variáveis de caracterização social e económica dos municípios portugueses, extraídas de duas bases de dados, concatenadas num só ficheiro¹³.

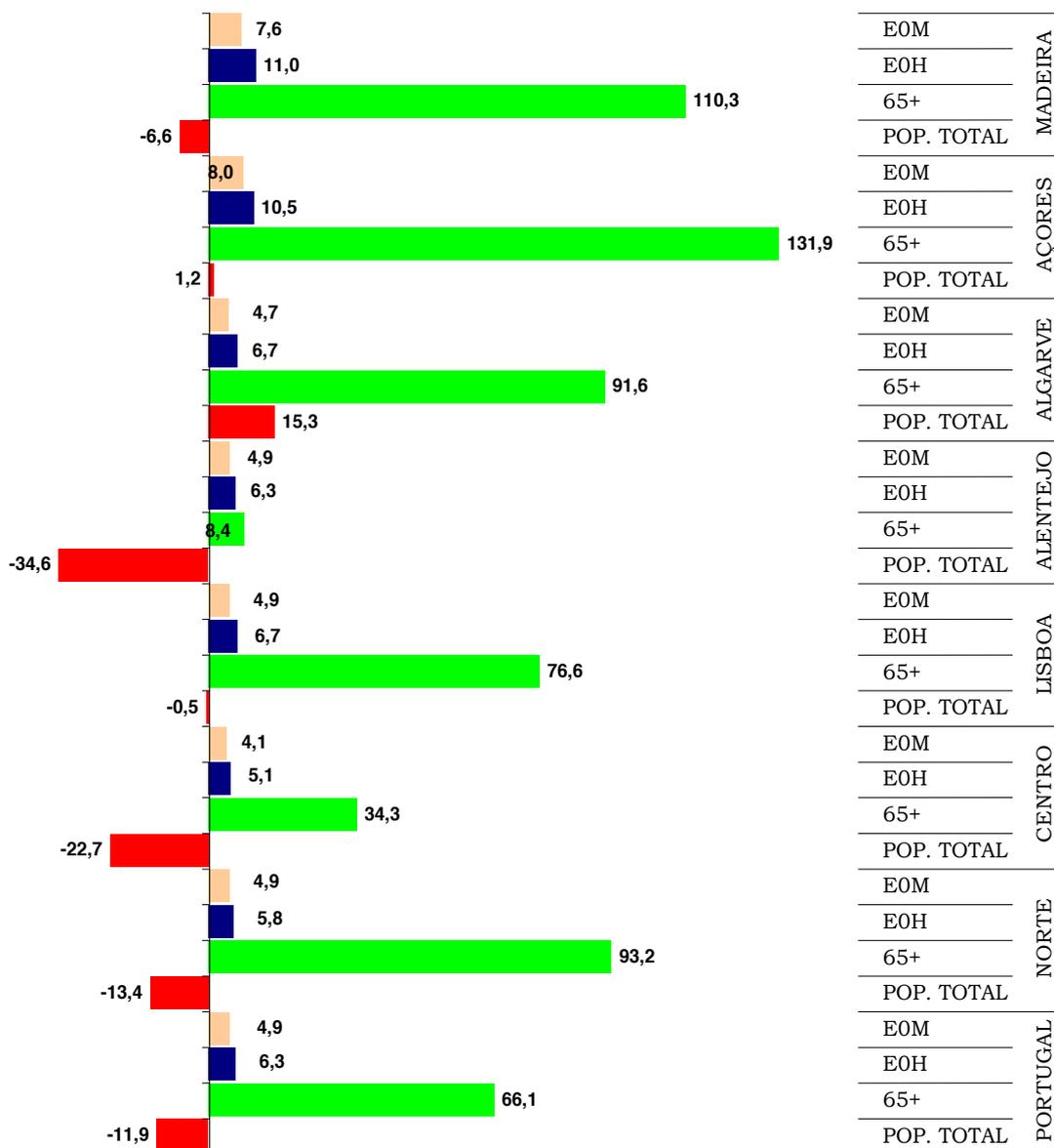
Os resultados estatisticamente significativos obtidos nas correlações efectuadas entre o IE e as variáveis de caracterização social, demográfica e económica foram sintetizados e apresentam-se nos Quadros 1 a 4, em função da intensidade da correlação¹⁴. Foram excluídas destes quadros-resumo as correlações redundantes (que relacionam variáveis que, sob ângulos de análise diferentes, expressam o mesmo tipo de fenómeno).

¹²Recordando que o Índice de Envelhecimento corresponde à relação entre o número de idosos (população com 65 e mais anos) e o de jovens (população com menos de 15 anos), por cada 100 indivíduos residentes.

¹³A primeira base de dados (base de dados de referência) foi adquirida ao INE, e continha variáveis de natureza demográfica à escala municipal (Continente), referentes a 2001. Dela constam ainda dados referentes à projecção da população (até 2025), por município, adquiridos ao INE. Esta base de dados foi concatenada com uma outra, adquirida à Marktest (2003), contendo dados sócio-económicos igualmente à escala municipal (exceptuando os municípios das Regiões Autónomas) reportados ao mesmo ano de 2001, provenientes do sistema de informação regional denominado Sales Index. Este procedimento de concatenação viabilizou a nossa construção de alguns indicadores sócio-demográficos e sócio-económicos.

¹⁴A intensidade das correlações apresentadas nestes quadros não impedem que os respectivos resultados não possam ser generalizados – considerando os níveis de significado estatístico adoptados. A diferença entre fortes, médias e fracas correlações quer apenas dizer que nestes dois últimos tipos o resultado “acontece” em menos casos. O racional deste tipo de teste estatístico é o de que quanto mais forte o resultado, maior o número de casos em que ocorre. Obviamente, acima de valores com um $p > .05$ (limite teórico), não se pode falar de correlações significativas.

Figura 1 - Taxas de variação de alguns indicadores demográficos para Portugal e NUTS II (2001-2050), cenário base



Legenda:

- taxa de variação da população residente total
- taxa de variação da população residente idosa
- taxa de variação da esperança de vida à nascença (homens)
- taxa de variação da esperança de vida à nascença (mulheres)

Fonte: dados retirados de INE (2004a) - Projecções de População Residente: 2000-2050 - Portugal e NUTS II, Lisboa, INE. Gráfico por nós elaborado.

Quadro 1 - Correlações de forte intensidade entre o índice de envelhecimento e as variáveis de caracterização social, demográfica e económica

	Índice de envelhecimento	
Percentagem de população potencialmente activa, em 2001	r de Pearson	-0,500
	sig	0,000
	N	278
Percentagem de população idosa (c/ idade igual ou superior a 65 anos) em 2015	r de Pearson	0,591
	sig	0,000
	N	278

Como se pode observar no Quadro 1, o IE correlaciona-se positivamente e com forte intensidade com a percentagem de população idosa (c/ idade igual ou superior a 65 anos) em 2015. Assim, quanto mais elevado é o IE actual (em 2001) mais elevado é o percentual de população idosa a longo prazo (2015), indicando, como havíamos sublinhado para o País e para as Regiões, que o envelhecimento demográfico é um dado estrutural no presente e estruturante do futuro da sociedade portuguesa, reflectido aqui a uma escala municipal. Ainda no grupo das correlações de forte intensidade, mas de sentido negativo, encontramos a percentagem de população potencialmente activa (que compreende o total de efectivos entre os 15 e os 64 anos de idade), revelando uma relação inversamente proporcional entre o IE e o potencial produtivo humano, esclarecendo-nos que a transformação observada na estrutura populacional se estende a todos os grupos-funcionais, não existindo condições demográficas endógenas (na esmagadora maioria dos municípios) para alterar a tendência para o envelhecimento dessa estrutura – salvo se se verificassem no futuro próximos fortes movimentos de fixação de população em idade activa e procriadora, não previstos nos modelos de projecção.

No grupo de variáveis que estabelecem correlações de média intensidade (cfr. Quadro 2), esta conclusão é reforçada pela correlação negativa entre o IE e a taxa de renovação da população activa em 2001¹⁵. Os municípios com um IE mais elevado apresentam uma capacidade de renovação da população activa residente mais baixa.

¹⁵Esta taxa de renovação corresponde ao quociente (expresso em percentagem) da relação entre população com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e a população com idades compreendidas entre os 50 e os 59 anos. Valores inferiores a 100 indicam que a renovação da população activa é crítica.

Quadro 2 - Correlações de média intensidade entre o índice de envelhecimento e as variáveis de caracterização social, demográfica e económica

	Índice de envelhecimento	
Taxa de renovação da população activa, em 2001	r de Pearson	-0,460
	sig	0,000
	N	278
Classe social - Alta e Média Alta	r de Pearson	-0,207
	sig	0,001
	N	278
Classe social - Média	r de Pearson	-0,287
	sig	0,000
	N	278
Concentração populacional urbana – percentagem de população residente em aglomerados com pelo menos 10.000 hab., em 2001	r de Pearson	-0,209
	sig	0,000
	N	277
Variação População Residente, entre 1991 e 2001 (%)	r de Pearson	-0,439
	sig	0,000
	N	278
Índice de poder de compra	r de Pearson	-0,246
	sig	0,000
	N	278
Índice de desenvolvimento concelhio	r de Pearson	-0,266
	sig	0,000
	N	278
Classe Social - Baixa	r de Pearson	0,359
	sig	0,000
	N	278
N.º de empresas de sector primário	r de Pearson	0,333
	sig	0,000
	N	278
Baixa concentração populacional – percentagem de população residente em aglomerados com menos de 5.000 hab., em 2001	r de Pearson	0,235
	sig	0,000
	N	277
Área do município	r de Pearson	0,248
	sig	0,000
	N	278

A relação entre a estrutura social e a estrutura demográfica aparece claramente reflectida nos valores das correlações entre o IE e as classes sociais¹⁶. As correlações

¹⁶Trata-se de um indicador de estratificação social utilizado pela Markttest que observa quatro estratos (Classe Alta e Média Alta; Classe Média; Classe Média Baixa e Classe Baixa), calculados por referência à

obtidas permitem afirmar que quanto maior é o IE menor é a proporção de indivíduos residentes integrados nos estratos sociais “classe social - Alta e Média Alta”, mas a correlação é positiva, tratando-se da classe social Baixa. Ou seja, o quadro de desfavorecimento social que havíamos referido como caracterizador da situação nacional, aparece plasmado nas correlações estatísticas a nível municipal. Em abono desta conclusão revelam-se, igualmente, as correlações entre o IE e dois outros indicadores sócio-económicos (o poder de compra *per capita* e o índice de desenvolvimento concelhio)¹⁷.

O peso do sector primário e a baixa concentração populacional associam-se positivamente ao envelhecimento, deslocando, em termos estatísticos e substantivos, o fenómeno demográfico do envelhecimento para as zonas do País com povoamento menos concentrado, mais dependentes da agricultura e menos desenvolvidas. Esta verificação exige-nos algum esforço adicional de análise, que desenvolveremos adiante.

As correlações de fraca intensidade que se encontraram com o índice de envelhecimento (cfr. Quadro 3) são todas de sentido negativo, reforçando o nosso argumento sobre a dissociação entre elevadas densidades populacionais, desenvolvimento social e económico e o envelhecimento da população. Assim, quanto maior é o IE menor a incidência da classe social Média/Baixa, menor é o número de empresas do sector terciário, menor a população residente e menor a densidade populacional em 2001.

profissão, nível de rendimento e instrução. O cálculo das classes sociais ao nível do município foi realizado com recurso a uma extensa base de dados proveniente de entrevistas realizadas nos anos de 1999 e 2000 pela Marktest, nos seus diversos estudos regulares. O universo estudado é constituído pelos residentes no Continente com 15 e mais anos, do qual a Marktest extraiu uma amostra probabilística de indivíduos (n= 13.026).

¹⁷Trata-se de um índice que mede o nível de desenvolvimento económico e social, contemplando os níveis de saúde, assistência social, educação, cultura, rendimento, emprego e actividade económica, atingidos em cada município.

Quadro 3 - Correlações de fraca intensidade entre o índice de envelhecimento e as variáveis de caracterização social, demográfica e económica

	Índice de envelhecimento	
Classe social - Média Baixa	r de Pearson	-0,166
	sig	0,005
	N	278
N.º de empresas do sector terciário	r de Pearson	-0,193
	sig	0,001
	N	278
População residente (HM) em 2001	r de Pearson	-0,185
	sig	0,002
	N	278
Densidade populacional em 2001 (hab./Km ²)	r de Pearson	-0,153
	sig	0,011
	N	278

Procurámos ainda entender se o sistema de correlações obtido, quando recorremos aos municípios do Continente enquanto unidades de análise, independentemente da sua pertença regional, se manteria estável numa análise equivalente, mas efectuada por Regiões (agregando os diferentes municípios que as constituem). Justificamos este interesse com o argumento de que os dados por nós trabalhados sobre as condições sociais dos idosos portugueses terem evidenciado situações diferentes, em função da Região considerada (Machado, 2007).

O Quadro 4 apresenta os resultados obtidos para as cinco Regiões do Continente. Os resultados mantêm o sentido das correlações gerais já encontradas, mas alterando a intensidade, facto que se deve à diminuição do número de casos (universos menores em cada Região). Percebe-se agora melhor que o padrão geral do País havia sido conseguido à custa do que acontece nas regiões Centro e Algarve, dado que são estas as Regiões que mais correlações significativas mantêm no interior da sua matriz. As Regiões Norte e de Lisboa e Vale do Tejo perdem protagonismo, na medida em que apresentam menos correlações significativas. Tais resultados podem ser explicados pelo peso específico dos municípios de Lisboa e Porto e de outros das respectivas Áreas Metropolitanas, cujas características os isolam deste quadro geral de interrelação entre a estrutura demográfica e a estrutura económica e social.

Quadro 4 - Correlações entre o índice de envelhecimento e as variáveis de caracterização social, demográfica e económica dos municípios: nível regional

		ESCALA DE ANÁLISE					
		MUNICIPAL	REGIONAL				
Correlações com IE		Municípios	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Taxa de renovação da população activa, em 2001	r	-0,460	-0,606	-0,374	n.s.	-0,573	-0,700
	sig	0,000	0,000	0,001		0,000	0,003
	N	278	85	79		47	16
Variação População Residente, entre 1991 e 2001 (%)	r	-0,439	-0,441	-0,453	-0,419	-0,515	-0,660
	sig	0,000	0,000	0,000	0,002	0,000	0,005
	N	278	85	79	51	47	16
Classe social: Alta e Média/alta	r	-0,207	n.s.	-0,289	n.s.	-0,338	n.s.
	sig	0,001		0,010		0,020	
	N	278		79		47	
Classe social: Média	r	-0,287	n.s.	-0,372	n.s.	n.s.	-0,709
	sig	0,000		0,001			0,002
	N	278		79			16
Índice de poder de compra <i>per capita</i>	r	-0,246	n.s.	-0,360	n.s.	-0,418	-0,685
	sig	0,000		0,001		0,003	0,003
	N	278		79		47	16
Índice de desenvolvimento concelhio	r	-0,266	n.s.	-0,410	n.s.	-0,523	-0,502
	sig	0,000		0,000		0,000	0,047
	N	278		79		47	16
Classe social: Baixa	r	0,359	0,325	0,459	n.s.	n.s.	0,760
	sig	0,000	0,002	0,000			0,001
	N	278	85	79			16
N.º de empresas: sector primário	r	0,333	0,227	0,406	0,383	n.s.	0,843
	sig	0,000	0,037	0,000	0,006		0,000
	N	278	85	79	51		16
Área do município	r	0,248	0,244	0,267	0,356	n.s.	0,537
	sig	0,000	0,025	0,017	0,010		0,032
	N	278	85	79	51		16
Baixa concentração populacional – % pop residente em aglomerados com menos de 5.000 hab (2001)	r	0,235	n.s.	n.s.	n.s.	0,514	n.s.
	sig	0,000				0,000	
	N	277				47	
Concentração populacional urbana – % pop res em aglomerados com pelo menos 10.000 hab. (2001)	r	-0,209	n.s.	n.s.	n.s.	-0,398	n.s.
	sig	0,000				0,006	
	N	277				47	

2.3. O envelhecimento fora da órbita urbana: o fenómeno da descontinuidade geracional

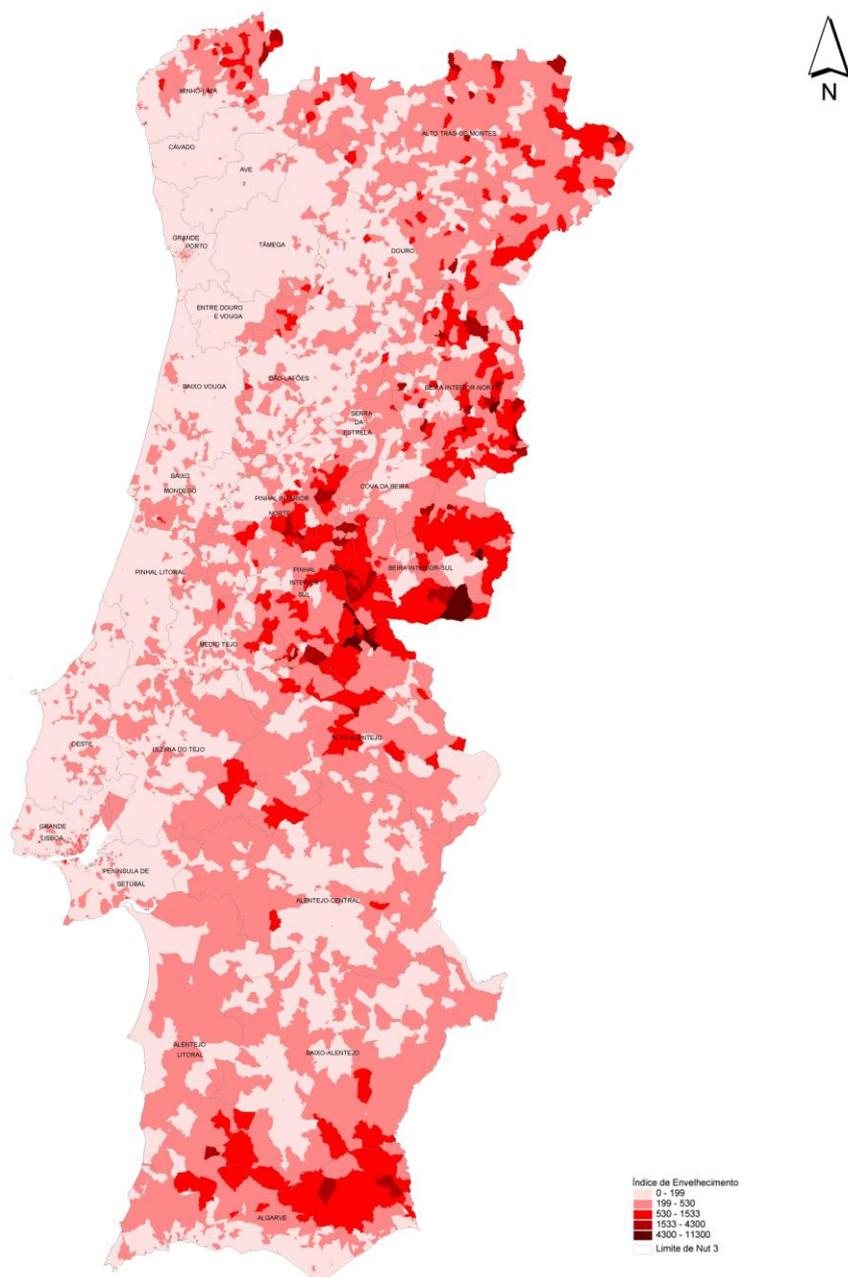
Os dados cotejados e que vimos trabalhando indicam-nos que um dos traços mais salientes da mudança social ocorrida na sociedade portuguesa nas últimas décadas respeita ao despovoamento do Interior, em proveito do Litoral, fragmentando a estrutura populacional dos lugarejos, das aldeias e das vilas, expondo grande parte do território nacional a índices de envelhecimento (IE) inéditos - por falta de crianças e jovens em idade activa, e pelo número absoluto e peso relativo dos mais velhos que foram ficando -, que se projectam indelevelmente no curto e no longo prazos.

Quando recorremos a uma microscopia do território, utilizando os dados desagregados ao nível das secções estatísticas (ver Mapa 1), apercebemo-nos que essa fragmentação da estrutura populacional atinge valores tão elevados que poderão corresponder a um estado de descontinuidade geracional, definido acima do terceiro patamar ($IE \geq 530$)¹⁸, e que corresponde a contextos físicos e sociais nos quais a interacção entre velhos e novos será muito pouco frequente ou mesmo inexistente.

Esta descontinuidade geracional instalou-se em grandes manchas do território nacional, sendo relativamente extensas nas serranias algarvias (com extensão parcial ao Baixo Alentejo) e na Beira Interior Sul. Mas, para além destas grandes manchas, cujo perímetro não reconhece divisões administrativas regionais, municipais e mesmo de freguesia – revelando-se deste modo o potencial da análise que recorre à unidade territorial “secção estatística” - a descontinuidade geracional apresenta-se em bolsas na faixa raiana que se estende ao longo da Beira Interior Norte até ao Alto Trás-os-Montes, também na zona raiana do Minho-Lima e, já no Interior do País, na sub-região do Pinhal Norte e Sul.

¹⁸ A nossa opção pelo patamar ≥ 530 deste índice de envelhecimento para definir a descontinuidade geracional baseou-se na seguinte verificação: esta relação corresponde, grosso modo, à quinta parte da descendência média interpolada da geração idosa, se se tomar em consideração o valor médio do índice sintético de fecundidade da década de 60 (ISF= 3,1) – em que a maioria das mulheres idosas, com idades compreendidas entre os 65 e os 75 anos procriou – e o valor médio do índice sintético de fecundidade da década de 85/95 em que a maioria das filhas procriaram (ISF= 1,6). Ou seja, na ausência de movimentos migratórios e de mortalidade (hipótese teórica), cada casal de avós esperaria ter na sua proximidade aproximadamente 5,3 netos, quando na realidade o que se verifica é a relação inversa: 1 criança para cada 5 idosos. Tal significa que muitos idosos (casais ou avós vivendo sós) não terão qualquer descendência junto de si, e nas suas unidades de vizinhança as crianças serão raras (ou inexistentes).

Mapa 1 - Índices de envelhecimento da população portuguesa, por secção estatística



Fonte: INE

Estes problemas sociais são, de facto, desafios sociais, na medida em que interpelam os poderes e as instituições sobre a capacidade de garantir, no limite, a sustentabilidade da vida humana (nas suas dimensões pessoal, económica, cultural) nestas zonas do território nacional, e antes disso garantir que os direitos constitucionais (de protecção social e segurança individual e patrimonial) são observados em condições de igualdade com os idosos integrados em aglomerados com uma densidade populacional mínima.

Sublinhe-se que os programas sociais que procuram mitigar os efeitos do isolamento da população idosa (que recordamos poderá representar cerca de 3% do total de idosos residentes em Portugal), quando se organizam por uma estrita lógica territorial administrativa, podem gerar efeitos indesejados que agudizam as diferenças e geram perplexidades de toda a sorte.

No pontilhado do Mapa 1 não se descortinam os zonamentos urbanos, mas não se infira que estejam arredados do envelhecimento populacional. Pelo contrário, sabemos que no seu todo, mas sobretudo nalgumas das suas partes, esse fenómeno se exprime com idêntica ou próxima intensidade.

Bibliografia citada:

- BARRETO, A. (2002) – Mudança social em Portugal, 1960/2000, Working Papers WP 6-02, Lisboa, ICS
- CASANOVA, L., ALVARENGA, F., MATOS, G., & LUCAS, J. (2001) – **Quadros Sociais de Envelhecimento**, CIES/SCML, Lisboa, SCML
- CÓNIM, C. (1999) – **Geografia do Envelhecimento da População Portuguesa - Aspectos Sociodemográficos 1970-2021**, Lisboa, DPP/Ministério das Finanças
- FERNANDES, A. (1997) – **Velhice e Sociedade**, Oeiras, Celta
- FERRÃO, J. (1996) – Três décadas de consolidação do Portugal demográfico «moderno», in BARRETO, A. (org.) – **A Situação Social em Portugal, 1960-1995**, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais: 165-190
- GIRARD, A. (1986) – **El Hombre y la Masa: consecuencias de la revolución demográfica**, Madrid, Espasa-Calpe
- GONÇALVES, C., SILVA, C. (2004) – Pobreza e Exclusão Social nas Famílias com Idosos em Portugal, in **Revista de Estudos Demográficos**, 35, Lisboa, INE : 143-169
- LESTON BANDEIRA, M. (1996) – **Demografia e Modernidade – família e transição demográfica em Portugal**, Lisboa, INCM
- MACHADO, Paulo (2007) – **As Malhas que a (C)idade Tece: envelhecimento e velhice em meio urbano**. TPI 44. Lisboa: LNEC
- NAZARETH, J. (1979) - **O Envelhecimento da População Portuguesa**, Lisboa, Presença/GIS
- _____ (1988) - **Unidade e Diversidade da Demografia Portuguesa no Final do Século XX**, col. *Portugal - Os Próximos 20 Anos* , tomo III, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- _____ (1996) – **Introdução à Demografia**, Lisboa, Presença
- VALENTE ROSA, M^a J. (1992) – O Envelhecimento Demográfico da População do Continente Português e a Protecção Social dos Idosos, Dissertação de doutoramento apresentado na FCSH/UNL, Lisboa (mimeo)

A Influência das Migrações Internas na Nupcialidade e na Fecundidade

Rui Leandro Maia

Resumo:

Pela análise do casamento e da reprodução, de famílias constituídas entre os anos de 1940 e de 1969, o artigo apresenta as diferenças de comportamentos relativamente a mulheres que residem na cidade do Porto por grupos de observação: as que aí nasceram e as que para aí migraram.

São evidenciados comportamentos específicos decorrentes da condição de origem geográfica das mulheres residentes neste espaço urbano que permitem compreender a influência das migrações internas na tardia Transição Demográfica, o que é relevante, nomeadamente por corresponder a um tempo em que a redução da fecundidade esteve mais associada a factores económicos e sociais do que à adopção de mecanismos artificiais dissuasores da capacidade reprodutiva das populações.

Palavras-chave: Fecundidade. Migrações internas. Nupcialidade. Transição Demográfica.

1. Introdução

Os dados que este artigo apresenta e discute podem bem traduzir o *dualismo da sociedade portuguesa* dos anos sessenta descrito por Nunes (1964), porque, numa mesma porção de um espaço portuense, a paróquia do Bonfim, deixam perceber a coexistência de comportamentos diferenciados por essas duas realidades: a urbana e a rural.

O Bonfim foi, desde meados do século XIX e até aos anos sessenta do século passado, o espaço de maior expressão demográfica da cidade do Porto e, acolheu, pela sua localização periférica, homens e mulheres que, vindos do interior do país, sobretudo do Norte, aí se fixaram por razões de trabalho ou, tão só, por fuga às difíceis condições de vida em que se encontravam nas suas terras de origem.

Milhares de pessoas que aí se mantiveram e constituíram família, casando com outros migrantes ou com pessoas daí naturais, configurando o quadro típico dos espaços

urbanos que, não se bastando a si mesmos sob o ponto de vista demográfico, se caracterizam por uma certa indefinição de identidade, porque composta de conjuntos culturalmente diferenciados, com incidências em visões do mundo e em práticas que, no limite, com o tempo, acabam por gerar uma verdadeira identidade mesclada.

Como determinar a eventual influência das migrações internas na nupcialidade e na fecundidade? Não existindo possibilidade de o conseguir pelas fontes disponibilizadas pelo INE – Instituto Nacional de Estatística, duas vias se impõem: o recorrer a fontes produzidas para outros fins, como os registos paroquiais, ou construir, de raiz, um instrumento de recolha de informações que verta as questões de investigação pretendidas.

A opção seguida neste contexto foi a primeira. Os registos de casamento da paróquia do Bonfim foram a base da observação de famílias aí residentes segundo as composições por origem geográfica das mulheres e dos homens que as compõem: naturais do espaço urbano e migrantes.

É dessa forma viável introduzir-se os movimentos migratórios na análise micro que não têm qualquer visibilidade na análise macro, o que não quer dizer, pelo contrário, que não tenham a sua influência nos comportamentos demográficos globais.

As migrações internas influíram no processo de Transição Demográfica¹⁹, o que implica, por análise comparativa entre naturais e migrantes, saber-se com que acuidade.

Na modernização demográfica do país, o ciclo aqui observado corresponde *grosso modo* a uma fase de expansão da natalidade, entre o início da década de 1940 e o início de década de 1960. Daí em diante, em decréscimo continuado, só dez anos após, no início da década de 1970, se chegariam aos valores de natalidade de 1940 (cf. Bandeira 1996: 209).

Procura-se aqui descortinar, em alguns aspectos, o papel assumido, nesta evolução, pelas migrações internas.

2. Procedimento metodológico

O estudo das migrações internas encontra algumas dificuldades pela inexistência, ao tempo observado, de fontes oficiais que as contabilizem directamente.

Como ponto de partida à sua percepção a opção foi a da exploração e do cruzamento dos registos paroquiais de casamento e de baptismo. O que representa a exploração

¹⁹Como sustenta Ferrão (2005: 67-68): “A introdução dos movimentos migratórios internos que uma análise a nível nacional necessariamente oculta, contribui, assim, para enriquecer a compreensão dos processos de modernização demográfica do país.”

desta fonte para o estudo do impacto das migrações internas sobre a nupcialidade e sobre a fecundidade?

Com base no levantamento dos registos de casamento e de baptismo efectuados na paróquia do Bonfim, foi possível caracterizar, por comparação entre mulheres migrantes e mulheres naturais, comportamentos em espaço urbano.

Foram consideradas famílias residirem na cidade já antes do casamento segundo quatro combinações: as famílias Tipo 1 (homem e mulher naturais do Porto), as famílias Tipo 2 (homem e mulher migrantes), as famílias Tipo 3 (mulher natural do Porto e homem migrante) e as famílias Tipo 4 (homem natural do Porto e mulher migrante).

Em cada livro de registos de casamento foi levantado um acto por cada três. Este tipo de amostragem consiste em retirar directamente da fonte com que o investigador trabalha os elementos representativos do universo segundo uma dada ordem que se mantém em cada recolha.

Os resultados alcançados estiveram centrados na observação dos comportamentos de mulheres casadas, pelas condições de naturais e de migrantes, em relação aos seguintes indicadores tratados por análise estatística em SPSS²⁰:

- Idade média ao primeiro casamento de mulheres: naturais e migrantes.
- Intervalo protogenésico, considerando os primeiros casamentos de mulheres: naturais e migrantes.
- Número médio de filhos de mulheres para os primeiros casamentos: naturais e migrantes.
- Idade da mulher ao nascimento dos filhos.
- Fecundidade legítima e *ratio* de fecundidade legítima total.

3. Apresentação e discussão de resultados

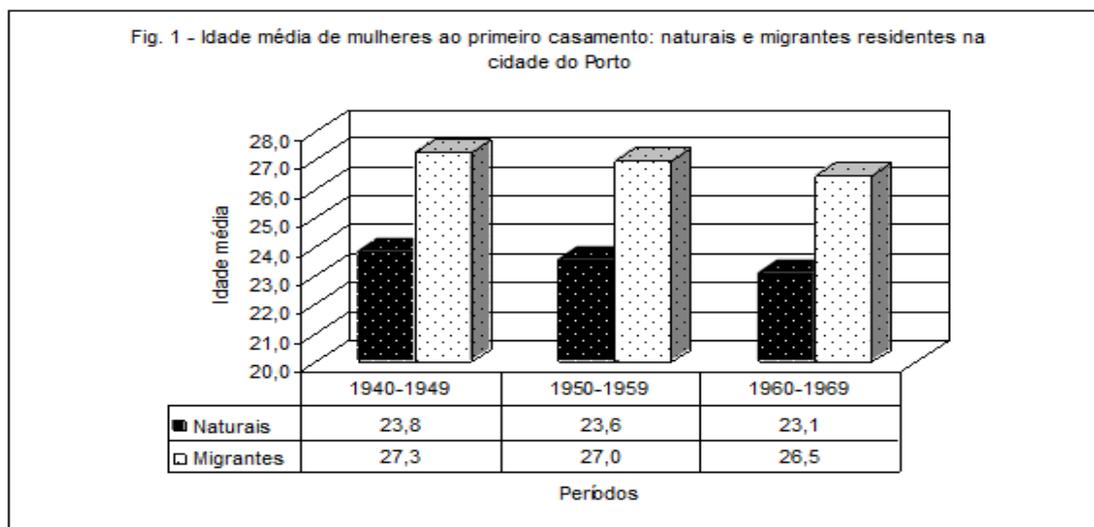
Idade média ao primeiro casamento de mulheres: naturais e migrantes

Para os trinta anos de observação a diferença de médias na idade ao primeiro casamento das mulheres é de aproximadamente três anos e meio: 23,5 para as naturais da cidade e 26,9 para as migrantes ($p = 0,000$; $t = -11,425$).

²⁰SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*, versão 15, com utilização dos seguintes testes de associação: t teste, anova com um e com mais do que um factor. O intervalo de confiança associado foi de 95 por cento. A base de dados que sustenta este trabalho é composta por 2512 famílias, acompanhadas a partir da sua constituição pelo casamento até ao fim do ciclo reprodutivo, e por 1497 filhos, 962 filhos de mulheres naturais da cidade e 535 filhos de mulheres naturais de fora da cidade.

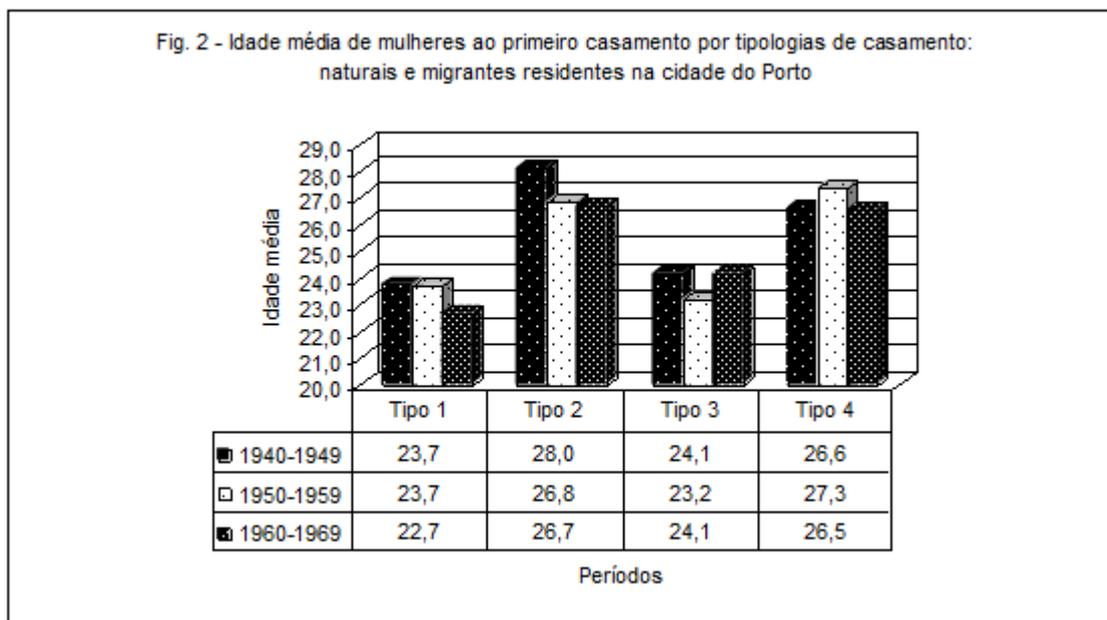
As diferenças globais estão presentes ao longo das três décadas, variando apenas ligeiramente a idade média com que as mulheres se casam ($p = 0,000$; $t = 6,429$; $p = 0,000$; $6,715$; $p = 0,000$; $6,823$ para os períodos respectivos).

Verifica-se também que é ligeira a tendência para o abaixamento da idade média ao primeiro casamento para os dois grupos em longo das três décadas.



Uma análise por tipologias de família põe em evidência o que, também já noutro estudo (Maia 2003), se afirmou: as idades com que as pessoas se casam pela primeira vez estão bastante associadas às suas origens geográficas ($p = 0,000$; $F = 47,663$). Desta feita com maior reforço quando os respectivos cônjuges também são tidos em consideração. Vejamos:

- Casam-se mais cedo as mulheres naturais da cidade que o fazem com homens também daí naturais, 23,4 anos, seguidas das que, sendo da cidade, o fazem com homens de fora, 23,8 anos.
- Casam-se bem mais tarde as mulheres de fora que o fazem com homens na mesma condição, 27,2 anos, seguidas das que, sendo também de fora, casam com homens naturais da cidade, 26,8 anos.



São relevantes as diferenças entre os casamentos tipo 1 e tipo 2, 3,8 anos ($p = 0,000$), e entre os casamentos tipo 1 e tipo 4 ($p = 0,000$) e ainda entre os casamentos tipo 2 e tipo 3 ($p = 0,000$), em ambas as situações são de 3,4 anos.

Isto quer dizer que os valores andam próximos quando, em baixa, as mulheres da cidade casam com homens da cidade e quando as mulheres da cidade casam com homens de fora, provavelmente em correspondência com a tendência ao tempo de as filhas ficarem a viver em casa dos pais e de, por isso, terem maior facilidade em contraírem casamento mais cedo.

Isto quer dizer ainda que os valores andam próximos, em alta, quando as mulheres migrantes casam com homens migrantes e quando as mulheres migrantes casam com homens da cidade, em correspondência com uma série de factores, que incluem o do mercado de arrendamento, mas também uma menor capacidade de autonomização das raparigas, uma maior vigilância em relação das casas onde trabalhavam ou os menores rendimentos médios.

Não são relevantes, por sua vez, as diferenças de médias entre os casamentos tipo 1 e tipo 3 ($p > 0,05$) e tipo 2 e tipo 4 ($p > 0,05$).

Por décadas a tendência mantém-se. Casam mais tarde as mulheres de fora e com maior evidência quando os homens também são fora. A excepção acontece nos anos 50 quando as mulheres de fora casam com homens da cidade, embora a diferença para as situações em que ambos são de fora seja quase imperceptível.

Os testes de pormenor reforçam a tendência geral descrita ($p = 0,000$; $F = 16,405$; $17,827$; $16,843$ para os períodos respectivos).

Intervalo protogenésico, considerando os primeiros casamentos de mulheres: naturais e migrantes

Em toda a observação, após o casamento, as mulheres naturais da cidade têm os filhos aos 27,7 meses e as mulheres migrantes têm os filhos aos 29,1. A diferença registrada não é significativa ($p > 0,05$).

Verifica-se que a extensão dos intervalos protogenésicos foi diminuindo gradualmente entre décadas, situando-se na década de quarenta, em valores a oscilar entre os 32,6 meses e os 35,6 meses, respectivamente, para as naturais e para as migrantes. Nas décadas seguintes os mesmos valores descem para 27,0 meses e 29,2 meses, nos anos cinquenta, e para 24,0 meses e 24,8 meses, nos anos sessenta. É interessante verificar-se a aproximação de valores na última década: as naturais têm, após o casamento, os filhos praticamente ao mesmo tempo que as migrantes.

Os intervalos protogenésicos, quando analisados por tipologias de famílias, relevam valores médios superiores para as famílias em que as mulheres são de fora e os homens são da cidade, 30,6 meses. Seguem-se-lhes as famílias em que ambos os pais são da cidade, 28,3 meses. A relativa proximidade destes valores médios mais elevados pode ter diferentes origens.

O intervalo protogenésico das famílias cujo homem é originário de fora do Porto e a mulher é natural da mesma cidade é de 25,3 meses, valor superior ao verificado quando a situação se inverte, ou seja, o homem é do Porto e a mulher é migrante, registrando-se, nesta condição, 23,9 meses. Estes valores podem ser justificados pelo maior acesso à informação sobre métodos contraceptivos, por parte das mulheres da cidade, que retardam a altura de ter o primeiro filho.

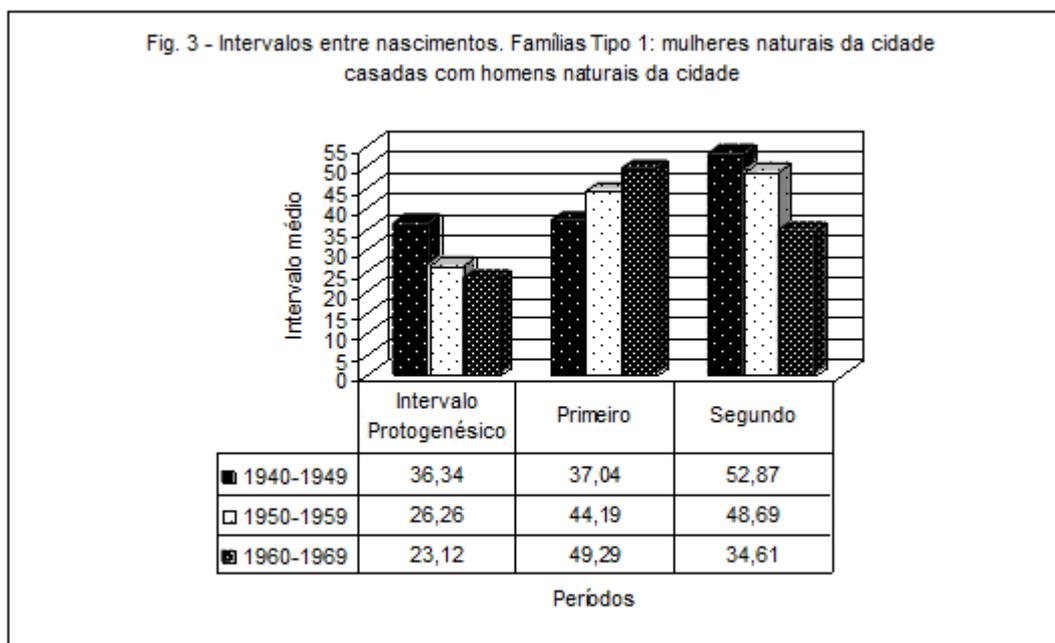
Os intervalos protogenésicos médios registados nas décadas observadas foram-se modificando de acordo com as tendências e as dinâmicas sócio-culturais que o país atravessou. De uma forma geral houve uma tendência para a diminuição do intervalo protogenésico nas várias décadas analisadas, tendência mais visível em determinadas tipologias de casal, enquanto que noutros houve flutuações muito ligeiras deste indicador. Uma das alterações mais visíveis deu-se nos casais com tipologia 1, verificando-se que da década de quarenta para a de cinquenta os valores médios diminuíram em cerca de 10 meses (de 36,5 meses na década de quarenta para 26,2 meses na década de cinquenta), situação que prolongou na década de sessenta, mas de forma menos acentuada (dos 26,2 meses registados na década de cinquenta, houve um decréscimo de 2 meses na década de sessenta – 23,1 meses).

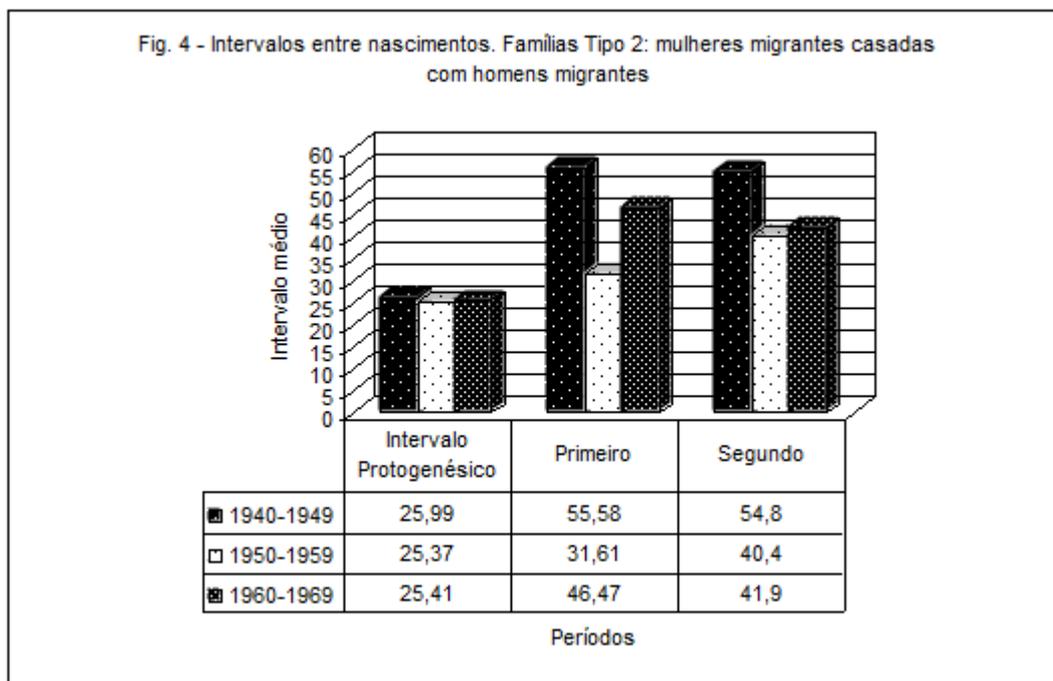
Os casais de tipologia 2, ao longo das três décadas, não sofreram grandes alterações, mantendo-se nos 25 meses. Esse comportamento não foi verificado nos casais com tipologias 3 e 4, que nas duas primeiras décadas mantiveram os seus valores

relativamente constantes, mas sofrendo diminuições abruptas na década de sessenta (na tipologia 3 houve um decréscimo de 8 meses – de 26,2 meses na década de cinquenta para 18,7 meses na década de sessenta; na tipologia 4 houve um decréscimo de 14 meses – de 35,1 meses na década de cinquenta para 21,3 meses na década de sessenta).

Quando se comparam os intervalos protogenésicos segundo as diferentes tipologias de família nos três períodos de observação considerados percebe-se que, na década de quarenta, as maiores diferenças são entre as tipologias 1 e 4 e as 2 e 3 verificando-se que os primeiros têm filhos 11 meses mais tarde que as outras duas tipologias consideradas. Nos anos cinquenta, a diferença mais relevante entre as tipologias está relacionada com as famílias Tipo 4, cujos filhos nascem 9 meses mais tarde (no caso das tipologias 1 e 3) e 10 meses mais tarde (no caso da tipologia 2).

Nos anos sessenta, as diferenças esbatem-se havendo uma maior uniformização dos intervalos protogenésicos. De qualquer forma, as diferenças mais evidentes relacionam-se com a tipologia 3 (18,7 meses), quando comparada com as restantes, registando-se diferenças de 2 meses (tipologia 4), 4 meses (tipologia 1) e 6 meses (tipologia 3).





A análise dos intervalos protogenésicos médios em famílias de diferentes topologias foi alargada aos intervalos intergenésicos, aferindo-se que o intervalo médio entre o primeiro e o segundo filhos é geralmente bastante mais alargado que os protogenésicos que apresentam uma média total de 27,4 meses, contra os 42,5 meses dos primeiros.

Considerando o primeiro intervalo intergenésico, verificam-se algumas diferenças entre os tipos de família. As famílias do tipo 3 registam os valores médios mais baixos (39,7 meses), contrastando com as famílias do tipo 1 e 2 que demoram mais tempo a ter o segundo filho (49 meses em média).

No segundo intervalo intergenésico a tendência de aumento mantém-se, atingindo-se valores médios de 46,5 meses. As tipologias 2 e 3 são as que mais contribuem para essa situação, com aumentos de 6 e 9 meses, respectivamente. Estes valores podem ser explicados pela preocupação dos casais em controlarem os nascimentos à medida que o número de filhos vai aumentando.

Número médio de filhos de mulheres para os primeiros casamentos: naturais e migrantes

Para toda a observação, o número de filhos difere entre as mulheres naturais da cidade e as mulheres migrantes: as primeiras com uma média de 2,1 filhos e as segundas com uma média de 1,8 filhos ($p = 0,000$; $t = 4,376$).

As diferenças estão presentes em todos os períodos observados embora se vão progressivamente esbatendo. Na década de quarenta, o número médio de filhos é

respectivamente de 2,34 e de 1,71 (diferença de 0,63, $p = 0,000$; 4,679), na década de cinquenta, o número médio de filhos é respectivamente de 2,04 e de 1,97 (diferença de 0,07, $p > 0,05$) e na década de sessenta, o número médio de filhos é respectivamente 1,88 e de 1,67 (diferença de 0,21, $p > 0,05$).

As mulheres da cidade casadas com homens da cidade apresentam uma maior propensão reprodutiva por comparação às mulheres migrantes casadas com homens migrantes.

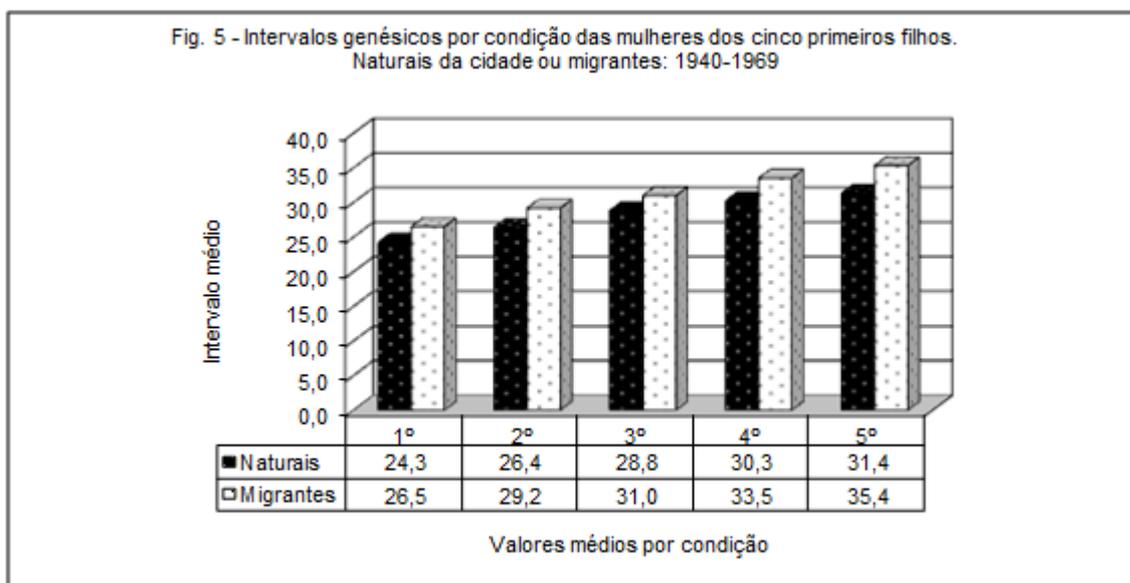
É assim na década de quarenta com valores, respectivamente, de 2,41 e de 1,61 ($p = 0,001$; $F = 5,313$), na década de cinquenta, com valores, respectivamente, de 2,17 e de 1,80 ($p > 0,05$), e na década de sessenta, com valores, respectivamente, de 1,95 e de 1,64 ($p > 0,05$).

Em relação às situações mistas, ou seja, mulheres da cidade casadas com homens migrantes, correspondentes a famílias tipo 3, ou mulheres migrantes casadas com homens da cidade, correspondentes a famílias tipo 4, nem sempre isso se verifica, com a tendência destas últimas para equipararem as naturais da cidade que casam com homens naturais da cidade em número médio de filhos. O que pode ter diversas explicações, nomeadamente a da maior capacidade de autonomização face às outras uma vez que na cidade são sobretudo os homens que trabalham e, sendo daí naturais, em empregos mais bem remunerados para além de, estamos em crer, disporem de um conjunto de estruturas de base, como, por exemplo, a habitação ou o apoio dos familiares que lhes são facilitadoras no acompanhamento dos filhos.

As diferenças de valores médios estatisticamente significativas reportam-se à década de quarenta e incidem entre as famílias tipo 1 e tipo 2, em 0,797 ($p = 0,004$) e as famílias tipo 1 e tipo 4, em 0,620 ($p = 0,030$).

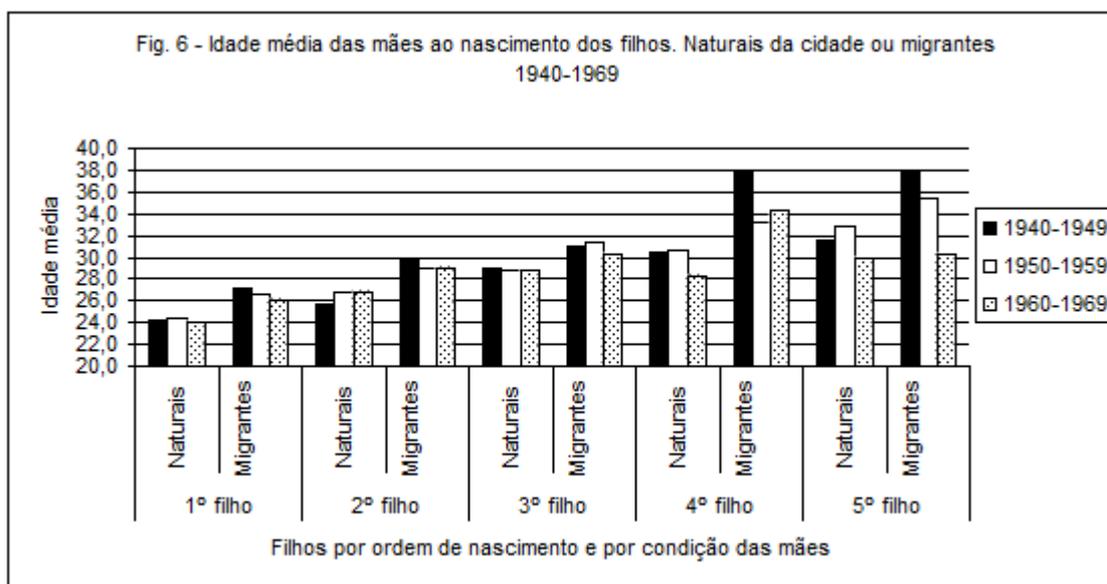
Idade da mulher ao nascimento dos filhos

A idade média das mulheres ao nascimento de cada um dos filhos, entre o primeiro e o quinto, para todo o período de observação, é sempre superior para aquelas que migram para a cidade, com variações entre os 2,2 anos e os 3,9 anos ($p = 0,000$).



A idade média das mulheres, segundo a origem geográfica, ao nascimento dos filhos é de diferenciação constante por décadas.

As mulheres migrantes têm sempre os filhos mais tarde e as diferenças de médias observadas são, sem exceção, estatisticamente significativas para os primeiros dois filhos, embora se verifique, também, uma quebra gradativa da intensidade dessas diferenças ao longo do tempo²¹.



As diferenças descritas permanecem quando as indexamos à relação entre a idade das mulheres ao nascimento dos filhos por tipologias de famílias ($p > 0,05$). São evidentes, em qualquer década, para os dois primeiros filhos, entre as famílias tipo 1 e as famílias

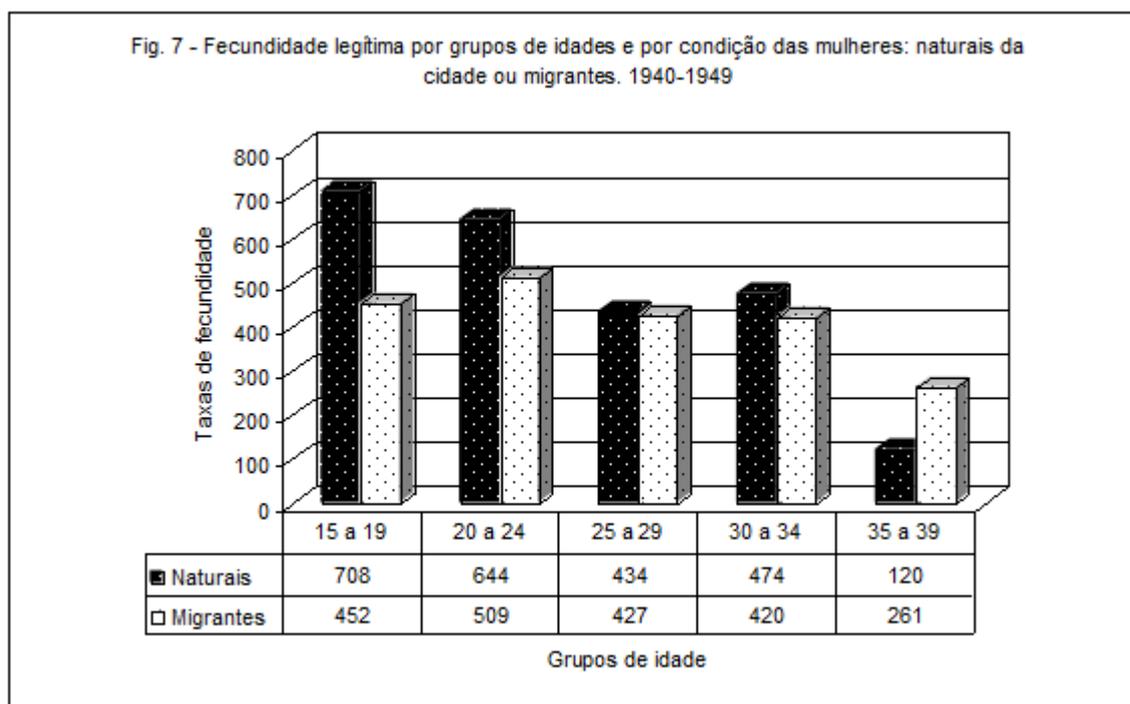
²¹ No caso do primeiro filho, para a década de 1940-1949, $p = 0,000$; $t = -5,070$; para a década de 1950-1959, $p = 0,000$; $t = -4,853$; para a década de 1960-1969, $p = 0,000$; $t = -4,540$. No caso do segundo filho, para a década de 1940-1949, $p = 0,000$; $t = -5,321$; para a década de 1950-1959, $p = 0,001$; $t = -3,235$; para a década de 1960-1969, $p = 0,001$; $t = -3,272$.

tipo 2 ou as famílias tipo 1 e as famílias tipo 4 e próximas entre as famílias tipo 1 e as famílias tipo 3 ou as famílias tipo 2 e as famílias tipo 4.

Fecundidade legítima e *ratio* de fecundidade legítima total

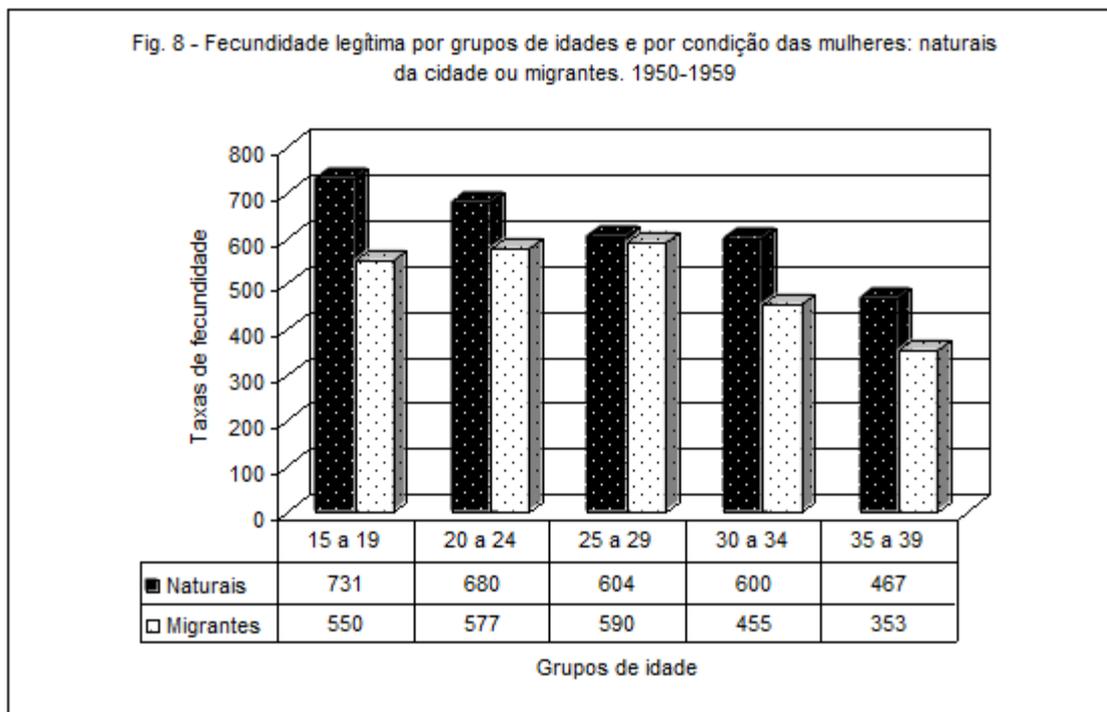
A comparação das taxas de fecundidade legítima por grupos de idades demonstra a existência de uma distribuição diferenciada entre as mulheres naturais da cidade e as mulheres migrantes.

Para a década de 1940-1949, a distribuição dos valores das mulheres da cidade é mais inconstante: apresentam maior concentração nos grupos de idades mais precoces e torna-se irregular, quebrando a tendência de decréscimo do grupo de idades entre os 25 e os 29 anos e o grupo de idades entre os 30 e os 34 anos, com equiparação mais acentuada, para valores residuais, no último grupo de idades considerado, entre os 35 e os 39 anos; a distribuição dos valores para as mulheres migrantes é mais regular: evolui em crescimento entre o primeiro e o segundo grupos de idades, entre os 15 e os 19 anos e os 20 e os 24 anos, e decresce, embora quase imperceptivelmente, nos dois grupos de idades seguintes, entre os 25 e os 29 anos e os 30 e os 34 anos, sendo mais acentuada, embora com expressão acima da verificada para as mulheres naturais, no último grupo de idades, entre os 35 e os 39 anos.

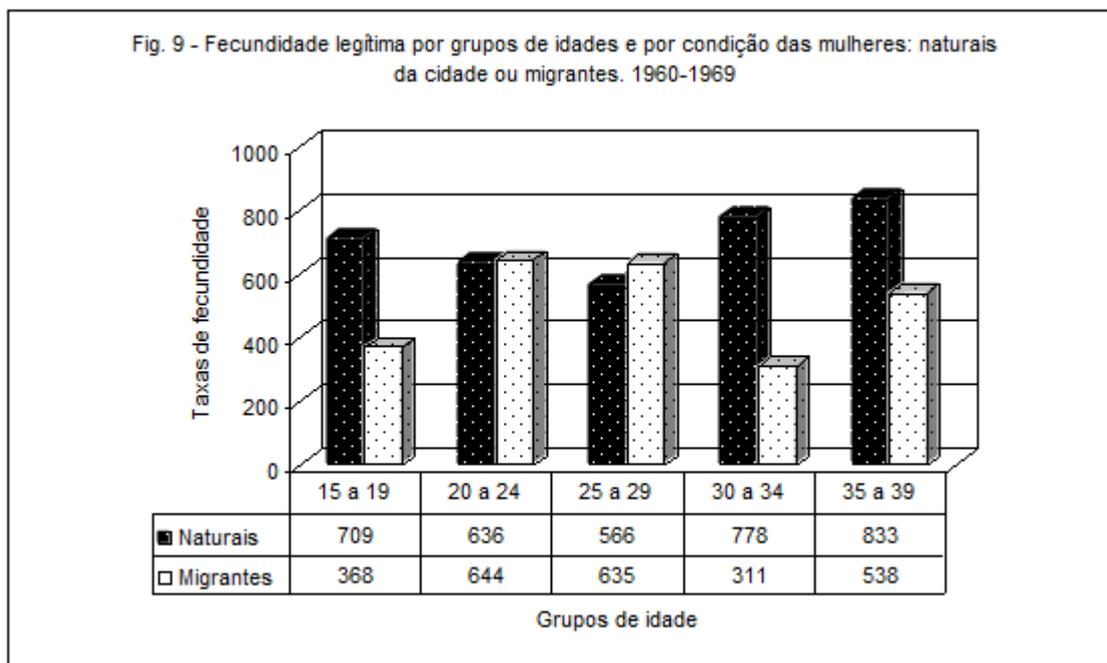


Para a década de 1950-1959, a distribuição dos valores das mulheres da cidade é mais constante do que na década anterior: as taxas de fecundidade decrescem continuamente entre o primeiro e o último grupos de idades, embora com valores quase iguais entre os grupos dos 25 a 29 anos e dos 30 a 34 anos. Esta década proporciona às mulheres naturais da cidade, como na anterior, mas de forma ligeiramente mais notória, a concentração dos filhos nos primeiro e segundo grupos de

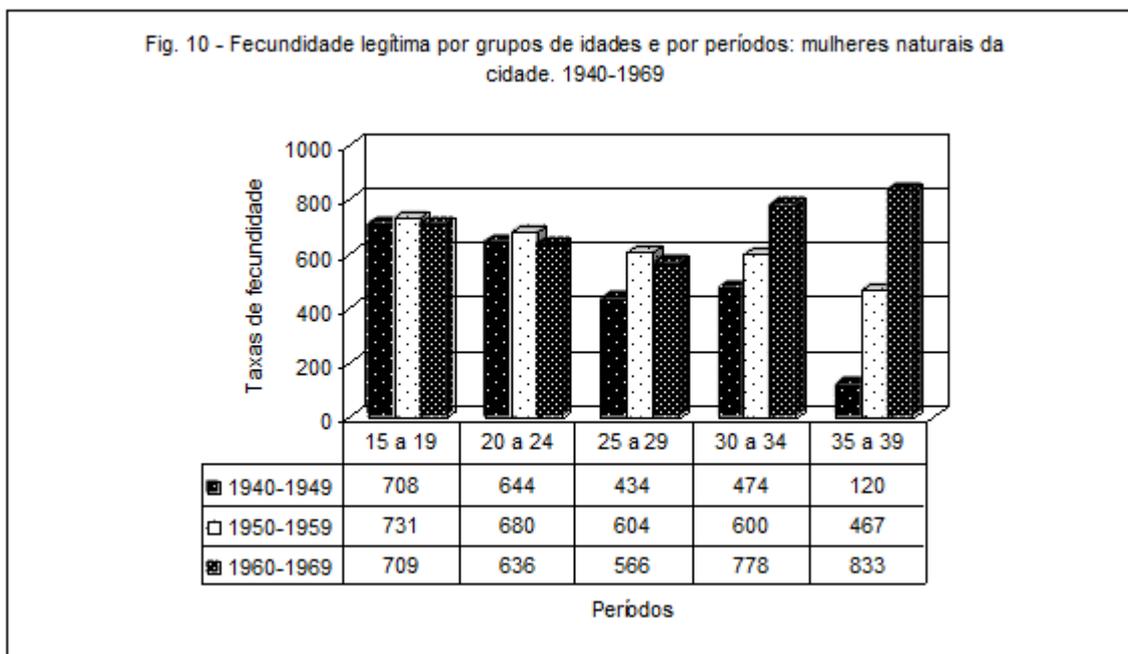
idades e a afirmação, depois, dos dois grupos de idades seguintes e ainda o crescimento notado da capacidade reprodutiva no último grupo de idades considerado, bastante expressivo em relação ao período anterior. Verifica-se que estas mulheres têm filhos cedo e que também, por diversas condições, têm filhos tarde; a distribuição dos valores para as mulheres migrantes continua, nesta década, a ser mais regular, embora agora a concentração máxima da fecundidade coincida com o grupo de idades acima, ou seja, entre os 25 e os 29 anos, para decrescer gradativamente nos dois grupos seguintes.



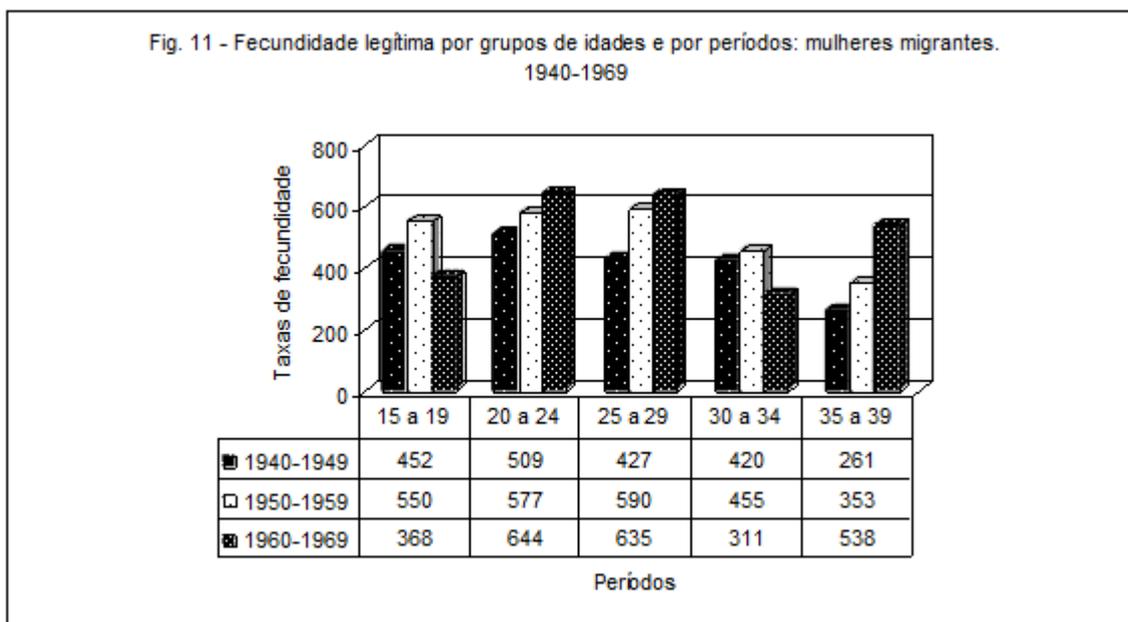
Para a década de 1960-1969, a distribuição dos valores das mulheres da cidade, de certa forma, inverte-se em relação à década anterior: as taxas de fecundidade decrescem continuamente entre o primeiro e o terceiro grupos de idades e crescem continuamente e expressivamente nos dois últimos grupos de idades. O último grupo de idades corresponde agora, aliás, ao de maior expressão. Esta década acentua a tendência de as mulheres naturais da cidade concentrarem a capacidade reprodutiva nas idades mais avançadas. A distribuição dos valores para as mulheres migrantes continua, nesta década, a ser mais regular, agora de novo com a concentração máxima da fecundidade a coincidir com o grupo de idades entre os 20 e os 24 anos, para decrescer gradativamente nos dois grupos seguintes e, aspecto singular, com aumento significativo entre o penúltimo e o último grupo de idades. Estas mulheres continuam a ter uma distribuição da fecundidade regular ao longo dos grupos de idades mas, agora, ampliam a capacidade reprodutiva no final do ciclo.



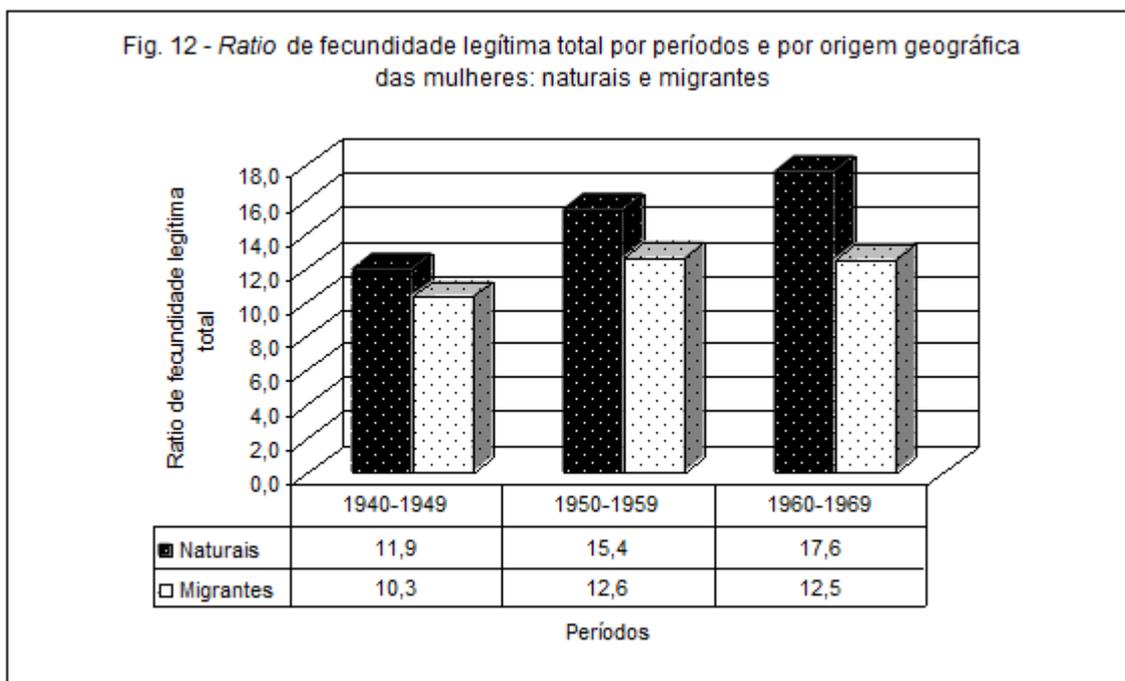
Em tendência genérica, verifica-se que as mulheres naturais da cidade, nos anos quarenta, concentram as maiores taxas de fecundidade no primeiro grupo de idades, seguido do segundo, e que a sua capacidade reprodutiva decresce e cresce de seguida não tendo qualquer significado no grupo de idades mais velho; verifica-se que, nos anos cinquenta, continua a concentração das maiores taxas de fecundidade no primeiro grupo de idades, seguido do segundo, e que a sua capacidade reprodutiva decresce progressivamente mas agora com o último grupo de idades a assumir representação expressiva; e verifica-se que, nos anos sessenta, permanece a evolução da fecundidade irregular ao longo dos grupos de idades e um crescimento acentuado da importância relativa do último grupo de idades considerado, entre os 35 e os 39 anos.



Em tendência genérica, verifica-se que, na década de quarenta, as mulheres migrantes apresentam a maior taxa de fecundidade no segundo grupo de idades e que, embora sem grandes alterações, os valores decrescem continuamente até ao último grupo de idades; verifica-se que, na década de cinquenta, a maior taxa de fecundidade corresponde agora ao terceiro grupo de idades e que os valores decrescem continuamente até ao último grupo de idades; e verifica-se que, na década de sessenta, se assiste a uma crescimento acentuado da importância do último grupo de idades considerado, entre os 35 e os 39 anos.



A capacidade reprodutiva, expressa no cálculo do *ratio* de fecundidade legítima total, ao longo de toda a observação é superior para as mulheres naturais da cidade face às mulheres migrantes.



Mas vai progressivamente aumentando entre décadas: a diferença entre naturais e migrantes, com vantagem para as primeiras, é, entre 1940-1949, de 1,6 filhos, entre 1950-1959, de 2,8 filhos, e, entre 1960-1969, de 5,1 filhos. A capacidade reprodutiva das mulheres da cidade tende a aumentar entre as décadas consideradas. Já no caso das mulheres migrantes que, como vimos, apresentam comportamentos de distribuição da fecundidade por grupos de idades bem mais regulares, essa capacidade reprodutiva, apesar da recuperação entre a primeira década e a segunda década, tende a diminuir. O que podem significar tais tendências?

A urbanização e a litoralização da população não têm só efeitos nos espaços de onde os migrantes são originários. Aí é essencialmente a força de trabalho e a população em idade de se reproduzir que sai, constituindo as migrações um factor indirecto de diminuição do número de nascimentos.

Mas a integração dos migrantes no espaço urbano constitui um factor quase espontâneo de redução do número médio de nascimentos, não apenas com repercussões nesse espaço de integração, mas por todo o território. O efeito das migrações sobre a reprodução é assim duplo: em relação aos espaços de origem por diminuição de população em idade de se reproduzir, e em relação ao espaço urbano, que, ao promover a integração dos migrantes, implica condicionantes a vários níveis, incluindo o número de filhos. Aqueles que migram para a cidade têm, nesta perspectiva, uma intervenção importante nas alterações de comportamento, em

relação a todo o espaço nacional. A diminuição do número de nascimentos no território nacional em muito se pode explicar pela acção das migrações internas.

Os migrantes não trouxeram à cidade qualquer rejuvenescimento demográfico por via dos nascimentos. Os valores apresentados reiteram a tese clássica de que a industrialização e os processos de desenvolvimento económico e social que lhe estão associados têm como consequência a diminuição do número de nascimentos (Michel 1983: 181-182; Almeida 1984).

A questão da diminuição do número de filhos parece, contudo, ser mais complexa. Resulta de um envolvimento quase absoluto no mercado de trabalho daqueles que migraram, ainda que este seja subterrâneo, sem distinções entre homens e mulheres. Resulta da necessidade de os que migraram ajudarem os familiares que permaneceram nos espaços de origem. Resulta do facto de a habitação na cidade ser mais dispendiosa e de a maior parte dos que aí se instalam viver em casas pequenas, pelo menos de início. Resulta de uma maior capacidade em aceder a contraceptivos e da existência, a propósito, de uma maior liberdade que os meios pequenos não permitem. Resulta também de o nascimento dos filhos obrigar ao pagamento de uma ama ou à permanência da mulher em casa, o que para muitos casais, migrantes ou não, parece ser pouco viável, pelo menos a partir de um determinado limite. Resulta ainda de um conjunto de projectos futuros que se quer concretizar e das vivências do presente em função dos mesmos. Resulta também do novo estatuto dos idosos e das alterações nas relações de dependência entre as gerações, nomeadamente por um maior número de filhos deixar de representar, no quadro das sociedades industriais e urbanas, um garante para o acompanhamento dos progenitores quando estes não tiverem capacidade para trabalhar, a despeito do que acontecia nas comunidades essencialmente rurais.

Reflexões Finais

As mulheres migrantes que casam em primeiras núpcias na cidade fazem-nos mais tarde, em média, do que as daí naturais, com reflexos na capacidade reprodutiva diferenciada que aqui se apresenta.

Se o quadro global de viragem demográfica se foi consolidando no sentido de as mulheres terem menos filhos e mais cedo, no espaço urbano, quando se analisam comportamentos entre grupos de mulheres residentes por espaços de origem, o mesmo não aconteceu: casam tendencialmente mais cedo com o decorrer dos anos, têm menos filhos, mas, ao invés, mais tarde. E isso é mais verdade em relação às mulheres migrantes.

Indirectamente, as migrações internas foram da máxima importância em relação à idade média ao primeiro casamento e esta, por sua vez, influenciou na diminuição do ciclo reprodutivo das mulheres, sem que se negue, contudo, a intervenção gradativa do factor contraceção que se vai percebendo entre décadas, sobretudo se localizarmos a discussão ao nível da comparação entre espaços com características económicas e sociais diferenciadas.

Estaremos perante um outro olhar, de pormenor, sobre a transição para a baixa fecundidade em resultado de factores relacionados com o efeito retardador das migrações na idade média ao primeiro casamento e, por sua vez, desta em relação à menor capacidade reprodutiva, evidentemente com outras repercussões não consideradas neste âmbito, como as que se relacionam com o celibato definitivo acentuado e com as altas taxas de fecundidade fora do casamento.

Um modelo típico de Antigo Regime demográfico que o mundo dualista que a cidade congrega trouxe até bem perto do nosso tempo. Se o casamento foi e é, na tradição interpretativa da demografia histórica, considerado um mecanismo regulador da dinâmica demográfica, temos que lhe acrescentar, como factor prévio nas sociedades urbanas, o efeito das migrações internas, sobretudo em espaços nacionais, como o nosso, marcados por fortes assimetrias entre litoral e interior e entre cidade e campo.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Ana Nunes de, 1984 *Do campo à cidade. O impacto do processo de migração na organização interna da família*. Lisboa: Comissão da Condição Feminina.
- BANDEIRA, Mário Leston, 1996 *Demografia e modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*. Lisboa: INCM.
- FERRÃO, João, 2005 “Dinâmicas demográficas: uma visão panorâmica” in *Geografia de Portugal. Sociedade, paisagens e cidades* (Carlos Alberto Medeiros dir.). Lisboa. Círculo de Leitores: 50-71
- MAIA., Rui Leandro, 2003 *O sentido das diferenças. Migrantes e naturais: observação de percursos de vida no Bonfim*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- MICHEL, Andrée, 1983 *Sociologia da família e do casamento*. Porto: Rés-Editora.
- NAZARETH, Manuel, 1988 *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença.
- NUNES, A. Sedas, 1964 “Portugal, sociedade dualista em evolução”, in *Análise Social*. Vol. II (7-8). Lisboa: 407-462.

População escrava e condições de vida no Brasil rural oitocentista

Rômulo Garcia de Andrade

Resumo:

Nos limites de uma pesquisa em andamento, o texto estabelece um diálogo entre a dinâmica populacional de freguesias da Zona da Mata mineira e da Província do Rio de Janeiro. Utilizamos os Relatórios de Presidentes de Província, o Almanaque Laemmert, os Recenseamentos e os Registros Paroquiais de Óbitos. O objetivo mais amplo é procurar na documentação uma janela que permita visualizar as diferenças e semelhanças na história do universo escravista das localidades envolvidas, acrescentando elementos para o debate da escravidão no Brasil Sudeste.

Palavras-chave: Escravidão; Rio de Janeiro e Zona da Mata de Minas Gerais; História Demográfica

Introdução

Apesar da enorme utilidade dos contrastes em larga escala (...) o que se necessita é da pesquisa histórica criteriosa e específica de determinados casos, em determinados períodos.

MINTZ, Sidney W. e Richard Price (2003), Trad. Vera Ribeiro, *O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro, Pallas/UCAM.

Este artigo é fruto de uma pesquisa em andamento e como tal apresenta limites, sendo suas considerações preliminares. Nele abordaremos a dinâmica populacional da Freguesia de N. Sra. da Conceição do Bananal (adiante Bananal) - contextualizando-a no município de Itaguaí, pertencente ao sul da Província do Rio de Janeiro - e de Freguesias selecionadas de Minas Gerais, lançando mão, para tanto, dos Relatórios de Presidentes de Província, do Almanaque Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro (conhecido como Almanaque Laemmert)²², dos recenseamentos, dos Registros Paroquiais de Óbitos e das Constituições Primeiras do

²²“Editado pela primeira vez em 1843, o *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro* conhecido pelo nome de Almanaque Laemmert, posto que impresso por esta editora, procurava arrolar as principais personalidades de cada município, a partir de listas contendo o nome dos vereadores, negociantes, donos de comércio e fazendeiros. Financiado pelos seus assinantes, a presença do nome na sua lista de fazendeiros, tornou-se um símbolo de prestígio e testemunho de poder”. MOTTA, 1998, p.58-59.

Arcebispo da Bahia²³ (adiante *Constituições*). Algumas perguntas orientaram a feitura do texto: qual foi a dinâmica das populações escrava e livre ao longo do período? Como se distribuíam percentualmente pelas zonas rural e urbana? Quanto à naturalidade africana ou crioula, qual era a correlação local? Qual era a taxa de filhos naturais? Que condição de vida tinha a população escrava, vista a partir do exame dos registros de óbitos? Dito de outra forma, o objetivo mais amplo do texto é procurar na documentação uma janela que permita visualizar, além da estatística, parte da história social do universo escravista do sul da Província do Rio de Janeiro, assim como suas diferenças e semelhanças com Freguesias de Minas Gerais, contribuindo, dessa forma, com novos elementos para o debate sobre a escravidão no Sudeste do Brasil.

População e Estrutura Sócio-Profissional da Freguesia de Nossa Sra. da Conceição do Bananal e seu Entorno, Itaguaí, no Sul da Província do Rio de Janeiro

*Primeiro, perdemos a lembrança de termos sido do rio.
A seguir, esquecemos a terra que nos pertencera.
Depois da nossa memória ter perdido a geografia,
acabou perdendo a sua própria história.
Agora, não temos sequer a idéia de termos perdido alguma coisa.*

COUTO, Mia (2006), *O outro pé da sereia* (romance), São Paulo, Companhia das Letras.

Vindos dos mais diversos lugares do continente africano (Quadro 1) ou nascidos no Brasil, os escravos eram peças fundamentais no cotidiano de Bananal e do município de Itaguaí. Enquanto o Atlântico Sul separava os africanos de seu lar, também uma enorme distância separava muitas vezes do local de origem o escravo nascido no Brasil que, freqüentemente atravessava grande parte do território em caravanas terrestres ou navegação costeira até chegar ao seu destino. Não havia, para a maioria, família e amigos que aliviassem o fardo da solidão. Eram, pois obrigados a

²³Estas normas foram elaboradas durante o 1º Sínodo Diocesano reunido no Brasil em 1707, determinado pelo arcebispo da Vide. A princípio, objetivavam orientar com as leis canônicas o governo da arquidiocese de São Salvador da Bahia. Entretanto, diz Thales de Azevedo, “tanto pela inexistência de outro que atendesse às características étnicas e culturais do país de missão e de população extremamente dispersa, bem como à sua estrutura social em classes de livres e de escravos, em reinóis e nativos, em senhores de engenhos, fazendeiros, comissários da exportação e grupos derivados e subordinados, quanto por seu valor intrínseco”, as *Constituições* foram adotadas pelas dioceses subordinadas à Bahia, com alterações que as particularidades regionais determinavam, e em seguida pelas dioceses que se estabeleceram em terras brasileiras, de tal forma que, com tais adequações, teve vigência nacional até 1899, época em que o Concílio Plenário Latino-Americano, reunido em Roma, introduziu nessa esfera maiores modificações. Assim, a Igreja no Brasil teve esse código como referência durante os séculos XVII e XIX. AZEVEDO, Thales de, 1978, p. 77-79.

forjar novos laços, redefinindo muitas vezes a abrangência semântica da palavra “parente”, inventando o conceito de “parente de nação”²⁴.

Quadro 1-Origem étnica dos escravos da freguesia de Nossa Sra. da Conceição do Bananal, 1849-1880

Regiões da África	Local
África Ocidental	Mina
Centro-Oeste Africano	
• Congo Norte.....	Cabinda, Congo, Monjolo
• Norte de Angola.....	Angola, Cassange, Rebolo
• Sul de Angola.....	Benguela, Gangela
• Incerto.....	Moçange
África Oriental.....	Moçambique

FONTE: Livro 02 de Óbitos, Arquivo da Cúria de Itaguaí.

A importância da população local, escrava e livre, coaduna-se com o dinamismo das atividades econômicas desenvolvidas em Bananal²⁵. Em 1850, os escravos correspondiam a mais da metade da população do município. Se atentarmos para as freguesias individualmente e comparativamente ao total de escravos, teremos São Francisco Xavier (distrito-sede) com a maior concentração, em segundo, São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages e em terceiro, Nossa Senhora da Conceição do Bananal, onde predominavam os escravos, seguindo a tendência municipal. Dos pardos e pretos, 26% eram livres; os demais tinham a condição de cativos.

Tanto no Município quanto na Freguesia, havia certo equilíbrio entre os gêneros, embora sempre com a predominância masculina, tanto na população livre adulta, quanto na escrava. Em Bananal, no ano de 1850, a Razão de Masculinidade (RM) da população livre era exatamente 100: havia 1718 pessoas livres, sendo 859 homens e 859 mulheres. Na mesma ocasião, a RM entre os cativos era 118, índice bastante razoável se pensarmos na nítida preferência do sistema escravista pela mão-de-obra masculina (Quad.2). Para ficar no exemplo, estudos sobre a escravidão no município

²⁴Para os africanos, na Bahia, a expressão “parente” incluía todos da mesma etnia: O nagô se dizia parente de outro nagô, jeje de jeje, etc. REIS, 1991,p. 55.

²⁵Dados colhidos acerca da história de Nossa Senhora da Conceição do Bananal Oitocentista revelam um sistema agrário diversificado, produtor de café, cana-de-açúcar, milho, arroz, mandioca, frutas, etc., havendo indicações de que boa parte dessa produção destinava-se ao mercado regional. O informe do Presidente da Província do Rio de Janeiro do ano de 1871 sobre o canal de Itaguaí ajuda a compreender as dificuldades econômicas que seriam enfrentadas pelo município na segunda metade do século. De acordo com o relatório, o porto de Itaguaí prestava valioso auxílio ao comércio e à lavoura de diversos pontos da província como escoadouro para a Corte de toda a produção dos municípios de Resende, Barra Mansa, Piraí, Itaguaí e parte de São João do Príncipe. Depois da construção da ferrovia D. Pedro II - inaugurada em 1858 - que proporcionou àqueles municípios um meio de transporte mais rápido e econômico, o canal se prestou unicamente aos estabelecimentos agrícolas da freguesia da vila e a alguns de São João do Príncipe, alterando a dinâmica econômica do município (Ver Anexo).

de Magé, situado no Recôncavo da Baía de Guanabara, indicam para o biênio 1850-1851, RM = 147, no intervalo de 14 a 40 anos e RM=190 na faixa etária acima de 40 anos²⁶.

No município, em meia década apenas, houve um crescimento de 21% da população livre, obtendo maior destaque, entre as freguesias, com 39%, a de Bananal, confirmando a intensidade de sua economia de base agrária. Era uma população constituída basicamente de brasileiros, com expressiva participação de pardos e pretos - dos quais aproximadamente 8% eram libertos - e ainda bastante jovem, pois 70% das pessoas tinham menos de 30 anos e 20% se incluíam na faixa dos 30 aos 50 anos. Mantinha-se, em 1856, justa proporção entre homens e mulheres (RM=108) e era expressivo o número de casamentos entre os habitantes em idade adulta (Quad.3).

Quadro 2 - População livre e escrava do município de Itaguaí, 1850

Freguesias e Curatos	Livres									
	Brancos		Indígenas		Pardos		Pretos		Soma	
	H	M	H	M	H	M	H	M	Freg..	Municip.
N.Sra.da Conceição do Bananal	458	438	7	8	280	294	114	119	1718	7331
S. Francisco Xavier	1338	1098	84	95	539	580	184	253	4171	(46%)
S.Pedro e S.Paulo do Ribeirão das Lages	438	344	6	6	276	264	50	58	1442	
Freguesias e Curatos	Escravos									
	Pardos		Pretos		Soma					
	H	M	H	M	Freg.	Municip.				
N.Sra.da Conceição do Bananal	61	58	963	810	1892	8672				
S. Francisco Xavier	165	161	2357	1608	4291	(54%)				
S.Pedro e S.Paulo do Ribeirão das Lages	96	72	1287	1034	2489					

FONTE: Relatório de Presidente da Província do Rio de Janeiro (arquivo estatístico da província do Rio de Janeiro, 15 de Abril de 1851).

²⁶SAMPAIO, 1998, p.131.

Quadro 3 - Quadro geral da população livre do município de Itaguaí, 1856

Freguesias e Curatos	Sexo e Cor						
	Homens	Mulheres	Branços	Índigenas	Pardos	Pretos	Total
S.Francisco Xavier	2291	2161	2613	58	1334	447	4452
S.Pedro e S.Paulo do Ribeirão das Lages	1067	946	1165	9	638	201	2013
N.Sra. da Conceição do Bananal	1250	1145	1327	18	776	274	2395
Total	4608	4252	5105	85	2748	922	8860
Freguesias e Curatos	Estado Civil e Nacionalidade						
	Solteiros	Casados	Viúvos	Brasileiros	Estrangeiros	Total	
S.Francisco Xavier	3074	1096	282	4120	332	4452	
S.Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages	1406	512	95	1845	168	2013	
N.Sra. da Conceição do Bananal	1667	596	132	2260	135	2395	
Total	6147	2204	509	8225	635	8860	
Freguesias e Curatos	Faixa Etária						
	Até 1 ano	1-7	7-11	11-21	21-30	30-40	40-50
S.Francisco Xavier	119	812	856	712	585	507	393
S.Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages	49	396	388	292	300	226	175
N.Sra. da Conceição do Bananal	69	435	465	364	352	283	192
	50-60	60-70	70-80	80-90	+ de 90	Ignorada	Total
S.Francisco Xavier	265	123	42	22	11	5	4452
S.Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages	102	50	22	9	-	4	2013
N.Sra. da Conceição do Bananal	121	67	21	12	5	9	2395
Freguesias e Curatos	Ingênuos e Libertos						
	Ingênuos		Libertos		Total		
S.Francisco Xavier	4063		389		4452		
S.Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages	1863		150		2013		
N.Sra. da Conceição do Bananal	2214		181		2395		
Total	8140 (92%)		720(8%)		8860 (100%)		

FONTE: Relatório de Presidente da Província do Rio de Janeiro (arquivo estatístico da província do Rio de Janeiro, 25 de Julho de 1858).

Os escravos de Bananal e do município de Itaguaí trabalhavam nas companhias de navegação, na fábrica de seda²⁷, mas sobretudo nas lavouras, que ocupavam 97%

²⁷Na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal (cujo nome atual é Seropédica), instalou-se o primeiro estabelecimento voltado para a criação do bicho-da-seda em escala industrial e para o aproveitamento de sua fibra sérica, visando à fabricação da seda. Estima-se que esse estabelecimento foi fundado entre os anos de 1838 e 1839. Diante das dificuldades financeiras do estabelecimento, seu

deles, restando 3% para a área urbana²⁸. O Censo de 1872 e o Almanaque Laemmert - que revela um pequeno incremento no número de escravos dois anos depois - mostram a mudança na estrutura demográfica com o gradativo ascenso e finalmente a hegemonia da população livre. Em 32 anos, o número de pessoas livres cresceu cerca de 26%, enquanto o de escravos diminuiu 53% aproximadamente (Quad.4).

Quadro 4 - População do município de Itaguaí, 1840, 1850, 1872, 1874

ANO	POPULAÇÃO		
	Livre	Escrava	Total
1840	7.226	10.113	17.339
1850	7.331	8.672	16.003
1872	9.072	4.803	13.875
1874 (*)	...	5430	...

FONTE: Estimativas provinciais de 1840 e 1850 e Censo Geral do Império-1872. Apud RUIZ, Ricardo Muniz de (1997), *Sistema agrário, demografia da escravidão e família escrava em Itaguaí (1820-1872)*, Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, p.17

(*) Almanaque Laemmert (1875), "Quadro estatístico do nº de escravos matriculados nas estações fiscais da província do Rio de Janeiro", p.56.

Como o município reflete as freguesias, a vila de São Francisco Xavier de Itaguaí, distrito-sede, confirma essa tendência. Dos seus habitantes em 1872, 63% eram livres e 37%, escravos. A população livre era majoritariamente brasileira, católica e analfabeta. Os negros e mestiços compunham esse painel com certa representatividade, perfazendo 40% do conjunto. Provavelmente eram os livres de melhor condição financeira os que freqüentavam a escola, pois menos de um terço da população escolar - 6 a 15 anos - estava efetivamente matriculada. Os escravos, quase todos crioulos, não tinham acesso à educação e a dificuldade de contraírem uniões formais era reforçada pelo baixíssimo percentual de casados e viúvos: apenas 2% contra 47% na população livre²⁹. A soma dos vetores analfabetismo e população de cor

proprietário solicitou ajuda governamental que foi concedida em 1844. Na década seguinte, no ano de 1855, findos os recursos, a província do Rio informava ao Ministro do Império dos Negócios da Agricultura que "pelos bem fundadas esperanças que plantará entre nós a indústria da seda", autorizava "a promover a incorporação de uma companhia para sustentá-la e desenvolvê-la, cedendo em favor dessa empresa a dívida de 99:900\$000 a que o mesmo estabelecimento estava sujeito", constituindo-se, então a Imperial Companhia Seropédica Fluminense. Logo após a Exposição Nacional de 1861, agravou-se a crise que levaria à liquidação da Imperial Seropédica, tendo ido à praça em 1868, ocasião em que foram arrematados todos os direitos sobre o seu patrimônio. Em 1888, os novos proprietários da companhia pediram financiamento à Assembléia Provincial e não foram atendidos (FRÓES, 2000, p.38,47,48,51,72,82,83,86). Carlos Gomes Filho relata que em 1890, por motivos ignorados, a empresa foi transferida para uma companhia interessada na continuação da mesma atividade industrial, mas essa também foi mais uma tentativa fracassada, ficando a fazenda, alguns anos depois em completo abandono e parte do antigo casarão em ruínas. GOMES FILHO, 1942. Apud FRÓES, 2000, p. 89-90.

²⁸ Almanaque Laemmert, 1875, "Quadro estatístico do nº de escravos matriculados nas estações fiscais da província do Rio de Janeiro", p.56.

²⁹ Dados retirados do Recenseamento Geral do Brasil de 1872 referente à Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí.

numerosa resultou numa gama de profissões braçais desempenhadas pelos trabalhadores urbanos: excetuando-se os negociantes e o mestre de música, os demais exerciam ofícios de carpinteiros, marceneiros, alfaiates, ferradores, seleiros, pintores, serralheiros, sapateiros, charuteiros, pedreiros, barbeiros e tanoeiros, entre outros.

Quanto à população escrava, várias são as causas sugeridas para sua decadência: a chegada do transporte ferroviário à região; a provável migração de cativos para as áreas cafeeiras do Vale do Paraíba fluminense, após a cessação do tráfico, em 1850; as epidemias que assolaram a província do Rio de Janeiro no período de 1850-1860, quais sejam, febre amarela, em 1850, cólera, nos anos de 1855 e 1856 e novamente a febre amarela, em 1860³⁰:

“Entre os anos 1855 e 1856, [a cólera] provocou uma alta mortalidade na população escrava, tanto na Corte como no interior da província fluminense. Nesse período, na cidade do Rio de Janeiro, das 4.899 vítimas da cólera, 2.523 eram escravos. Nas áreas rurais, os cativos foram ainda mais atingidos. Em meados de 1856, em apenas oito dias a cólera matou mais de trinta escravos na fazenda do Rio Seco, no município do Rio Bonito. Em Barra Mansa, das 372 pessoas mortas, 311 eram escravos. Já na vila de São João do Príncipe, em apenas um mês e meio, no final do ano de 1855 e início de 1856, cerca de 498 pessoas foram infectadas, 164 livres e 334 cativos. Dos 160 mortos, 108 eram escravos”³¹.

A mortalidade elevou-se novamente em 1868, graças a uma epidemia de varíola e outras doenças decorrentes da aglomeração das tropas que se dirigiam ao Paraguai. Até 1869, a tendência decresceu gradualmente, apesar de a *cólera-morbo* haver grassado novamente em 1867 e 1868³². Adiante, veremos a expectativa de vida da população escrava, utilizando, nessa abordagem, os Registros Paroquiais de Óbitos.

³⁰RODRIGUES, 2000, p.217.

³¹GOMES, 1995, p.48-49. O autor, às páginas 157-158 do mesmo livro, refere-se ao estudo de Keneth Kiple a respeito das epidemias e dos índices elevados de mortalidade de cativos nas sociedades escravistas do Caribe. Kiple destacou que em Cuba, por exemplo, 3/4 da população que tinha morrido em virtude da epidemia de cólera era negra (cerca de 75% destes mortos eram escravos) e concluiu que o impacto desta epidemia sobre a massa negra se deveu, em grande parte, às péssimas condições sanitárias em que vivia esta população, tanto nas cidades – onde a comunidade negra predominava sobre a população livre pobre – como nas áreas rurais, onde o predomínio populacional era dos escravos. Ver KIPLE, 1985, p.157-177.

³² LOBO, 1978, p.257.

Mortalidade de Escravos em Paróquias da Zona da Mata de Minas Gerais e em N.Sra. da Conceição do Bananal, com ênfase nos óbitos de “ingênuos”

O padre Antonio Caetano da Fonseca, vigário da freguesia de São Paulo do Muriaé – situada na Zona da Mata de Minas Gerais - proprietário de terras e escravos, redigiu, em 1863, um manual de orientação agrícola onde se preocupava, entre outros assuntos, com o tratamento dado ao escravo e à sua constituição familiar, identificando corretamente vários elementos do que Maria Luiza Marcílio denominaria demografia do escravo brasileiro³³:

“É indubitável que a raça africana tem a mesma propriedade para a reprodução como a raça branca e que nas fazendas em que ela não se aumenta deve a sua diminuição a causas especiais: como são os lugares insalubres das suas habitações, o mau tratamento diário, pouca atenção e abandono mesmo nas suas enfermidades, o trabalho excessivo (...)”³⁴

Mary Karasch resumiu a idéia central do texto do padre Antonio Caetano da Fonseca, ao atribuir as causas da morte precoce dos cativos à “correlação complexa entre descaso físico, maus tratos, dieta inadequada e doença”³⁵, permitindo-nos tecer algumas considerações. Os escravos se submetiam a condições que não eram comuns aos livres: maus tratos físicos, más condições de moradia e alimentação, atendimento médico incipiente, tornava-os mais vulneráveis às doenças endêmicas e epidêmicas; o fato de andarem descalços possibilitava pisar em objetos cortantes e contrair tétano; a inadequação da roupa nas estações chuvosas e/ou frias gerava muitas vezes, o tripé gripe ou bronquite/pneumonia/morte; as feridas abertas pelos açoitamentos serviam de porta de entrada para bactérias e parasitas, podendo resultar em gangrenas, úlceras tropicais, boubá e ancilostomose. De se lembrar também dos suicídios e assassinatos que faziam crescer essa estatística³⁶.

Em 1852, um relatório do Presidente da Província de Minas Gerais apresentava a relação entre óbitos e nascimentos na maior parte das paróquias: 44 óbitos para 100 nascimentos entre os livres e 70 para 100 entre os cativos. Anos mais tarde, em 1877, outro relatório informava sobre nascimentos e óbitos de crianças ingênuas³⁷ em

³³MARCÍLIO, 1984, p.201-202.

³⁴FONSECA, 1863, p.101-102.

³⁵KARASCH, 2000, p.207.

³⁶Id.ibid., p.168-206.

³⁷Lei nº 2040, de 28.09.1871 dispunha sobre os registros de óbitos no seu art. 8º, § 5:

“ Os párocos serão obrigados a ter livros especiais para o registro dos nascimentos e óbitos dos filhos de escravos, nascidos desde a data desta lei. Cada omissão sujeitará os párocos à multa de 100\$000”. Com relação ao cumprimento das normas religiosas, parece que a norma legal não acompanhava necessariamente a realidade histórica, pois os bispados ou os próprios párocos se permitiam certa flexibilização. Já em relação à lei nº 2040, havia mais rigor na sua execução.

Declínio Demográfico: que mudanças?

diversas paróquias da Zona da Mata mineira. A proporção de 21 mortes para 100 nascimentos é mais amena do que o resultado anterior envolvendo toda a população escrava da Província, mas ainda reflete um índice de mortalidade muito alto das crianças escravas e guarda outra informação: a de que o estigma da morte prematura iria acompanhar os escravos também na adolescência e no início da idade adulta³⁸ (Quad.5).

Quadro 5 - Nascimentos e óbitos de ingênuos – zona da Mata de Minas Gerais 171-1876

PARÓQUIAS	NASCIMENTOS	ÓBITOS	PROPORÇÃO
Santo Antonio de Juiz de Fora (Juiz de Fora)	481	46	9,6 / 100
São Paulo do Muriaé (Muriaé)	162	23	14,2 / 100
São João Nepomuceno	244	67	27,4 / 100
São Francisco do Glória	101	12	11,9 / 100
Santo Antonio do Glória	64	15	23,4 / 100
Espírito Santo do Piau (Piau)	200	40	20,0 / 100
Mercês do Pomba	149	32	21,5 / 100
Mar de Espanha	415	76	18,3 / 100
Esp. Santo do Mar de Espanha (Guarará)	333	91	27,3 / 100
São Francisco de Paula (Torreões)	292	42	14,4 / 100
Santa Rita da Meia Pataca (Cataguases)	209	27	12,9 / 100
N.Sra. da Piedade	260	29	11,2 / 100
N. Sra. da Madre de Deus do Angu (Angustura)	743	269	36,2 / 100
Senhor Bom Jesus do Rio Pardo (Argirita)	291	56	19,2 / 100
Total	3.944	825	20,9 / 100

FONTE: Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais. Ouro Preto, 17.08.1877, p.99.

OBSERVAÇÃO: entre parênteses, as denominações atuais.

A canção *Pedaço de mim*, de Chico Buarque de Hollanda, traz a definição perfeita e universal da dor - “a saudade é o revés do parto, a saudade é arrumar o quarto do filho que já morreu (...)” -, certamente sentida por duas jovens mães naquele longínquo mês de agosto de 1884. Camila acabara de enterrar, no dia 08, sua filha Teóphila, de 4

³⁸ Levantamento efetuado no 1º Livro de Óbitos da Freguesia de São Francisco de Paula, que registra 139 óbitos de livres e escravos entre 28 de abril de 1879 e 02 de março de 1882, respalda nossas ponderações, ao revelar as principais causas das mortes de cativos, aí incluídos os adultos e as crianças: ataque de lombrigas, diarreia, reumatismo, febre tifo, congestão, indigestão, ataque do coração, trabalho de parto, varíola, catarros insistentes, anemia, umbigo mal curado, sarnas recolhidas, pneumonia aguda, ataque de gota, tísica, catarro agudo, chagas sórdidas, além de afogamento e assassinato com punhal ou com porretadas.. Apud AZEVEDO, H.O.F.,1978, p.117.

meses. No dia seguinte, sepultou o filho Jerônimo, de 1 ano e 3 meses. No dia 29 do mesmo mês, Maria perdeu sua filha Leonor, de 5 meses. Todas as crianças morreram de coqueluche. As mães eram escravas de Joaquim Correia, proprietário rural em São João Nepomuceno³⁹. Na mesma localidade ocorrera meses antes fato semelhante em outra propriedade: Venância, de 18 meses; Mathildes, de 3 anos e 3 meses e Virgínia, também de 18 meses, faleceram nos dias 06, 07 e 18 de março de 1884, respectivamente, todas vitimadas pelo sarampo. Nas datas de 10 e 11 de outubro de 1886, morreram Pio, de 90 dias e Magdalena, de 68 dias. Suas mães, Benedita e Raymunda eram escravas do mesmo senhor. Motivo das mortes: “catarro sufocante”. Certamente muitas outras mães e pais tiveram ceifadas prematuramente a vida de suas crianças por falta de infraestrutura da senzala, que fazia repercutir mais facilmente as doenças contagiosas e agudizava os problemas gastrointestinais. Embora a obtenção da *causa mortis* tenha sido bastante dificultada pela anotação genérica “morreu de enfermidade”, conseguimos compor um quadro geral das doenças que vitimavam os ingênuos: diarreia, “bixas”(lombrigas), “bixas e febre”, queimadura, sarampo, convulsões, coqueluche, caxumba, poliometite, varíola, difteria, vermes, “catarro sufocante” (broncoaspiração), “idropesia”(hidropisia ou inchaço) e tétano⁴⁰. Embora não relacionadas nos registros, podemos acrescentar ao conjunto acima as lesões provocadas no parto, realizado em geral por parteiras ou curiosas com algum conhecimento prático.

Quase todos os ingênuos anotados no Livro de Óbitos de São João Nepomuceno morreram antes de dois anos de idade, tendo sido enterrados, em sua maioria, no “cemitério dessa matriz”, segundo a denominação do vigário. Embora em menor quantidade, há referência aos cemitérios do Descoberto, de Santa Bárbara e da Fumaça, além de outros três particulares. Um registro interessante, de 03 de janeiro de 1876, trata do falecimento por enfermidade, de Silvério, cor parda, nascido a 20 de junho de 1874, “filho-escravo do Major Manoel Gomes de Oliveira”⁴¹, remetendo-nos ao § 1º da lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871 (lei do Ventre Livre) que obrigava os senhores a criar e a tratar até a idade de 8 anos, os filhos de mulheres escravas nascidos depois da lei, dispondo que, findo esse período, o senhor da mãe teria a opção de receber do Estado a indenização de 600\$ ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. Assim, o liberto permanecia na propriedade obrigado pela lei, vivendo ao lado dos escravos, tendo ligações íntimas com eles e

³⁹Paróquia localizada na Zona da Mata mineira, São João Nepomuceno que, em 1876, contava com 3.231 escravos, teve esse número acrescido para 4.125, em 1886 (Apud MACHADO, Cláudio Heleno, 1998, p.45 - quadro 2). Ou seja, enquanto declinava em Bananal, a população escrava crescia, em média, 2,47% ao ano naquela freguesia voltada principalmente para a cafeicultura:

$\{[(4125/3231)^{1/10} - 1] \times 100 = 2,4728\%$.

⁴⁰Livro de Óbitos de Ingênuos de São João Nepomuceno, que registra 230 óbitos no período de 07.09.1872 a 03.03.1887.

⁴¹Idem.

vendo diariamente sua família no cativeiro. Na prática, o ingênuo se tornava um liberto-escravo, e mesmo quando nascido das ligações dos senhores com suas cativas e tendo a paternidade assumida por eles, permanecia na situação de escravo-filho ou filho-escravo.

As paróquias de Santa Rita da Meia Pataca, N. Sra. da Piedade, N. Sra. da Madre de Deus do Angu e Senhor Bom Jesus do Rio Pardo presentes na tabela 4, integravam o município de Leopoldina, área de grandes lavouras de café onde, segundo o Censo de 1872, para uma população livre de 26.633 pessoas, havia 15.253 escravos, dos quais 1296 eram africanos. Uma possível explicação para a pequena presença africana seria a de que o deslanche da economia cafeeira ali se iniciou por volta de 1860, portanto, uma década após o fim do tráfico internacional.⁴² Refletindo essa distribuição demográfica, os crioulos falecidos eram numericamente superiores e bem mais jovens. Outros dados de Leopoldina guardam relação com os resultados obtidos em Bananal: a faixa etária dos 30 aos 40 constituía a curva assíntota da vida escrava, o instituto da escravidão dificultava as uniões formais e a população africana estava envelhecida, detendo os três únicos casos de óbitos após os 75 anos: Eulália (80 anos), Maria (85 anos) e Docelina (100 anos)⁴³ (Quad.6).

⁴² ANDRADE, 2002, volume 2, p.118-119.

⁴³ Em Leopoldina, as anotações eram estritamente formais: nome, sexo, idade, estado civil, nome do proprietário, data do falecimento, nº da sepultura e cor do escravo, sem referência às encomendações religiosas e à causa da morte.

Quadro 6 -Óbitos de escravos da cidade de Leopoldina, 1880-1888 ⁽¹⁾

ANO	ESCRAVOS ENTERRADOS - IDADE (EM ANOS)						
	0-14	15-29	30-44	45-59	60-74	75 ou +	TOTAL
1880	4	4	10	4	2	-	24
1881	3	7	12	5	3	1	31
1882	-	7	18	3	7	1	36
1883	-	7	11	7	6	-	31
1884	-	10	9	-	7	-	26
1885	-	7	8	4	-	1	20
1886	-	6	10	5	8	-	29
1887	-	5	7	4	1	-	17
1888	-	2	2	1	-	-	5
TOTAL	7	55	87	33	34	3	219

SEXO		ORIGEM			ESTADO CIVIL							
Masculino (60%)	Feminino (40%)	Não declarada (54%)	África (15%)	Brasil (31%)	Solteiro (65%)		Casado (20%)		Viúvo (12%)		Não consta (3%)	
					H	M	H	M	H	M	H	M
131	88	118	33	68	88	54	28	16	10	16	5	2

FAIXA ETÁRIA	CRIOULOS	AFRICANOS
0 - 14	-	-
15 - 29	24 (36%)	-
30 - 44	30 (44%)	5 (15%)
45 - 59	11 (16%)	7 (21%)
60 - 74	3 (4%)	18 (55%)
75 ou +	-	3 (9%)
Total	68 (100%)	33 (100%)

FONTE: Arquivo da Prefeitura Municipal de Leopoldina (MG). Livro de óbitos de escravos enterrados no cemitério da cidade de Leopoldina

NOTA: (1) - 20 de agosto de 1880 a 24 de abril de 1888.

Os assentamentos de óbitos de ingênuos de Bananal não relacionam a *causa mortis*⁴⁴. Trazem, entretanto, dados que respaldam convicções firmadas a partir de outras fontes. Uma delas é sobre a morte precoce dos escravos: mais da metade dos ingênuos tinha menos de 1 ano, o que parece indicar alto índice de mortalidade infantil. Também fornecem um dado interessante para a análise demográfica: as anotações das crianças mortas antes de terem sido batizadas e das que receberam batismo de emergência. Aos não batizados – pagãos - recusava-se o direito a um nome próprio e, conforme os registros, eram-lhes destinados os fundos do cemitério, o que estava de acordo com as *Constituições*, pois não poderiam receber sepultamento

⁴⁴O Livro nº 6 de óbitos da freguesia de N. Sra. da Conceição do Bananal, Arquivo da Cúria de Itaguaí, destina-se exclusivamente à matrícula de óbitos dos filhos de mulheres escravas nascidos depois da lei nº 2040, de 28.09.1871 e abarca o período de 1872 a 1887. Trabalhamos uma amostra de 130 registros para os anos de 1872 a 1876.

Declínio Demográfico: que mudanças?

cristão, “os meninos que não [tinham] uso da razão”⁴⁵, uma clara discriminação com esses seres cujas almas, segundo a crença católica, iriam vagar pelo purgatório. Os que receberam o batismo *in periculo mortis* eram quase todos de tenra idade, com até 15 dias de nascidos, excetuando-se duas crianças, uma com idade presumível de 1 mês e outra de 3 meses, demonstrando o descaso ou as dificuldades no cumprimento do intervalo de oito dias entre nascimento e batismo estabelecido pelas normas religiosas⁴⁶.

Os lançamentos ainda confirmam, para os anos 70 e 80, a manutenção do alto índice de filhos ilegítimos encontrado nas anotações de batismos de Bananal relativas ao período de 1847 a 1858 (Quad.7).

Quadro 7 - Batismos de escravos na freguesia de n. Sra da Conceição do Bananal, 1847-1858

ANOS/ CONDIÇÃO	ILEGÍTIMOS	LEGÍTIMOS	SUBTOTAL	N/C	TOTAL
1847	23 (88%)	3 (12%)	26	15	41
1848	25 (76%)	8 (24%)	33	-	33
1849	49 (92%)	4 (8%)	53	1	54
1850	33 (94%)	2 (6%)	35	6	41
1851	74 (94%)	5 (6%)	79	7	86
1852	79 (93%)	6 (7%)	85	1	86
1853	62 (86%)	10 (14%)	72	20	92
1854	103 (93%)	8 (7%)	111	-	111
1855	78 (85%)	14 (15%)	92	2	94
1856	98 (92%)	9 (8%)	107	-	107
1857	85 (96%)	4 (4%)	89	1	90
1858	88 (94%)	5 (6%)	93	1	94
TOTAL	797 (91%)	78 (9%)	875 (100%)	54	929

FONTE: Livro 03 de Batizado de Escravos, Arquivo da Cúria de Itaguaí

Os registros trazem uma seqüência cronológica correta, exceto para um caso que importa por um detalhe: assim como a escrava-mãe do pagão a que nos reportamos acima, outra cativa, também mãe de ingênuo falecido, prestava serviços em outro local, informando-nos de que havia o costume de se alugar escravos na freguesia:

“Aos 9/3/1873 transcrevo aqui o teor do óbito seguinte que por esquecimento deixei de abrir no dia, mês e ano competente: Felicidade, preta, fluminense, 3 meses e 18 dias, filha natural de Elisiária, crioula, escrava dos herdeiros da finada Michaela Pereira de Andrade, livre segundo a lei de 28/09/1871, sepultada em 17/12/1872 no cemitério da Fábrica. A escrava se acha na casa de Manoel Francisco de Araújo”.

Adiante, à guisa de conclusão, faremos algumas considerações.

⁴⁵VIDE, 1853, livro 1º, título XLVII. Apud PEREIRA, 2007, p.48-49, nota 69.

⁴⁶VIDE, 1853, livro 1º, título X; ANDRADE, R., 2005, p.11.

Considerações Finais

Os cativos tinham grande importância na demografia local e regional, constituindo a principal mão-de-obra das unidades produtivas, o que não impedia o recurso de alugar escravos. Mais numerosa que a livre na década de 1850, a população escrava sofreu gradativo declínio nos anos 60 e 70 por razões basicamente conjunturais: cessação do tráfico internacional, chegada do transporte ferroviário à região, surtos epidêmicos e provável migração para as áreas cafeeiras do Vale do Paraíba fluminense. A população livre era majoritariamente brasileira, católica e analfabeta; os que freqüentavam a escola eram provavelmente os livres melhor situados financeiramente, pois menos de um terço da população em idade escolar - 6 a 15 anos - estava matriculada. No início dos anos 70, 80% dos escravos eram crioulos sem acesso à educação e somente 2% deles eram casados ou viúvos⁴⁷. Os lançamentos dos livros de batismos e óbitos da freguesia corroboram os resultados do Censo, revelando uma taxa de filhos naturais em torno de 90% durante todo o período pesquisado. Ratificando a adversidade da escravidão ao convívio familiar do cativo, mesmo nos municípios mineiros de Juiz de Fora - área de grandes lavouras de café e grandes plantéis de escravos - e de Muriaé - de configuração demográfica diferenciada, com hegemonia de médios e pequenos plantéis - basicamente dois terços da população escrava não se casava formalmente⁴⁸.

Com relação aos óbitos, a população escrava morria mais que a livre, sobretudo devido às más condições de vida, trabalho, habitação, alimentação e mesmo de vestuário: quase todos os ingênuos de São João Nepomuceno faleceram antes de 2 anos e mais da metade dos de Bananal foram enterrados antes de 1 ano de idade. À semelhança de Bananal, em Leopoldina a omissão dos registros não permitiu traçar a nosologia das mortes. Todavia, mesmo diante da impossibilidade de detecção do tipo de morbidez que vitimava os cativos, não foi difícil inferir que, no regaço do próprio sistema vigente, repousava a causa primeira da imbricação constante entre escravidão e doença.

Esboçar o quadro de moléstias que determinaram os altos índices de mortalidade dos cativos é tarefa bastante complicada, tanto pela lacuna dos documentos paroquiais quanto pela falta de nomenclatura própria para as doenças da época, já que a ciência ainda não dispunha de meios para classificar e tratar de todos os males, sendo, por essa razão, o diagnóstico precário, gerando registros genéricos como “*enfermidade*” ou “*moléstia interior*”. As pesquisas de Mary Karasch sobre *causa mortis* na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro informam que, entre o final do século XVII e os anos trinta do século XIX, apenas 18% dos 22.747 escravos enterrados naquela instituição

⁴⁷Dados retirados do Recenseamento de 1872 ref. à Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí.

⁴⁸ANDRADE, 1998, p.199.

receberam anotação sobre a causa da morte⁴⁹. Embora os assentamentos coligidos não mencionem o recebimento da eucaristia e da extrema-unção recomendadas pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, pode-se deduzir que todos os que receberam sepultura cristã tinham sido ungidos pelo batismo, que era o sacramento primeiro e indispensável da Igreja católica, aquele que tornava a pessoa um “filho de Deus e feito herdeiro da Glória e do Reino do céu”⁵⁰. Os que não eram batizados deixavam de ter direito ao rito de passagem católico, aí incluída a inumação *ad Sanctus*⁵¹.

Os registros de óbitos, além de atestar os empecilhos enfrentados pelos escravos em sua reprodução vegetativa evidenciada nos altos índices de mortalidade de crianças e de adultos jovens, indicam a necessidade de se atentar para a influência das conjunturas epidêmicas em suas oscilações. A negligência dos párocos em registrar todas as informações relacionadas ao cerimonial funerário implica restrições às possibilidades desses documentos, tornando-os um tipo de parâmetro demográfico limitado que requer a necessidade de cruzamento com outras fontes.

⁴⁹ KARASCH, 2000, p.212, tabela 6.3.

⁵⁰ VIDE, 1853, livro 1º, título X. Apud PEREIRA, 2007, p.39.

⁵¹ Os primeiros cristãos, para fugirem da perseguição vigente, reuniam-se em lugares chamados *coemiterium* (do grego *koimèterium*, derivada de *koimão*, que significa “eu faço dormir”), para celebrar o culto a seus mortos, com rituais próprios. Mais tarde, a construção de igrejas se deu ao lado das criptas e catacumbas. A partir do século IV, inicialmente os reis e depois as pessoas comuns passaram a ser sepultados dentro da igreja. Assim a morte passou, mesmo de forma simbólica, a pertencer aos cuidados da igreja, tornando-se jurisdição sacerdotal. Era o enterro *ad Sanctus*. As *Constituições* reforçam e justificam esse hábito: “porque como lugares a que todos os fiéis concorrem para ouvir e assistir às missas e ofícios divinos, orações, tendo à vista as sepulturas se lembrarão de encomendar a Deus nosso Senhor as almas dos ditos defuntos, especialmente dos seus”. VIDE, 1853, livro 4º. Apud PEREIRA, 2007, p.32 e p.49.

Bibliografia

- ANDRADE, Rômulo (1998), “Família escrava e estrutura agrária na Minas Gerais Oitocentista”, *População e Família*, volume 1, 181-209.
- ANDRADE, Rômulo (2002), “Notas prévias sobre a escravidão na Zona da Mata de Minas Gerais (um estudo sobre as fazendas de café de Juiz de Fora, 1850-88)”, Douglas Libby e Clotilde Andrade Paiva (org.), *20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira: história econômica e demografia histórica*, Belo Horizonte, CEDEPLAR, volume 2, 91-124.
- ANDRADE, Rômulo (2005), “Revisitando a história da família: compadrio e escravidão na Zona da Mata de Minas Gerais”, *Anais do I Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira* (cd-rom), volume único.
- AZEVEDO, Henrique Oswaldo Fraga de (1978), *Uma freguesia nas montanhas (subsídios para a história da paróquia de São Francisco de Paula e do distrito de Torreões – Juiz de Fora, MG)*, Juiz de Fora, sem editora.
- AZEVEDO, Thales de (1978), *Igreja e Estado em Tensão e Crise (A Conquista Espiritual e o Padroado na Bahia)*, São Paulo, Ática.
- FONSECA, Antonio Caetano da (1863). *Manual do agricultor dos generos alimenticios ou methodo da cultura mixta desses generos nas terras cansadas pelo sistema vegeto-animal; modo de criar e tratar o gado, e um pequeno tratado de medicina domestica para fazendeiros*, Rio de Janeiro, Eduardo & Henrique Laemmert.
- FROÉS, José Nazareth de Souza (2000), *O Brasil na rota da seda: uma contribuição para a recuperação, o enriquecimento e a divulgação da memória de Seropédica, Itaguaí, e do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Editora Universidade Rural.
- GOMES, Flávio dos Santos (1995), *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.
- GOMES FILHO, Carlos (1942), *A Seropédica de Itaguaí*, Rio de Janeiro, SAI/MA.
- KARASCH, Mary C. (2000), *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Tradução de Pedro Maia Soares, São Paulo, Companhia das Letras.
- KIPLE, Kenneth F. (1985). “Cholera and race in the Caribbean”, *Journal of Latin America Studies*, volume 17, 157-177.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer (1978), *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*, volume 1, Rio de Janeiro, IBMEC.

Declínio Demográfico: que mudanças?

MACHADO, Cláudio Heleno (1998), "Tráfico interno de escravos estabelecido na direção de um município da região cafeeira de Minas Gerais: Juiz de Fora, na Zona da Mata (segunda metade do século XIX)", *UFJF- Monografia de Especialização em História do Brasil*.

MARCÍLIO, Maria Luiza (1984), "Sistemas demográficos no Brasil do Século XIX", em Maria Luiza Marcílio (org.), *População e Sociedade (Evolução das Sociedades Pré-Industriais)*. Petrópolis, Vozes, 120-148.

MOTTA, Márcia (1998), *Nas Fronteiras do Poder (Conflito e Direito à terra no Brasil do Século XIX)*, Rio de Janeiro, Vício de Leitura.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva (2007), *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Garamond /IPHAN.

REIS, João José (1991), *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, São Paulo, Companhia das Letras.

RODRIGUES, Cláudia (2000), "População, costumes fúnebres e epidemias: o papel desestruturador dos surtos epidêmicos sobre a administração dos últimos sacramentos aos moribundos (Rio de Janeiro, século XIX)", *População e Família*. nº 3, 207-226.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (1998), "A família escrava e a agricultura mercantil de alimentos: Magé, 1850-1872", *População e Família*, volume 1, nº 1, 119-141.

VIDE, Sebastião Monteiro da (1853), *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia, feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo senhor Sebastião Monteiro de Vide, arcebispo do dito arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade, propostas e aceitas no sínodo diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho de 1707*, Typ. 2 de dezembro de Antônio Louzada Antunes.

ANEXO

ATIVIDADES AGRÍCOLAS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DO BANANAL
MENCIONADAS NO ALMANAQUE LAEMMERT, 1845-1881

Classificação	Período													
	1845	1849	1851	1852	1853	1854	1855	1856	1857	1858	1859	1860	1861	1862
Fazendeiros e principais lavradores de café	6	6	21	21	57	68	69	69	74	94	91	90	90	72
Cultura de cana	2	...	4	4	3	6	5	5	9	10	10	6	5	7
Fazendeiros de criação de gado
Principais fazendeiros de lavradores de café e mantimentos
Fazendeiros de engenho de fabricar aguardente
	1863	1864	1865	1866	1867	1868	1869	1870	1875	1876	1877	1879	1880	1881
Fazendeiros e principais lavradores de café	86	78	78
Cultura de cana	8	6	6	5	5	6	7	7
Fazendeiros de criação de gado	2	2	2	2	2	4
Principais fazendeiros de lavradores de café e mantimentos	118	119	118	114	94	54	54	54	70	68	62
Fazendeiros de engenho de fabricar aguardente	15	16	16	13	12	12

FONTE: Almanaque Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro (Almanaque Laemmert).

OBSERVAÇÃO: (...) não constam dados.

Ganhos potenciais em expectativa de vida, no Rio Grande do Sul, em 2005, relativos aos óbitos por causas externas: tábuas de vida de múltiplo decremento

Marilene Dias Bandeira

Palavras-chave: mortalidade; tábuas de vida; causas externas; expectativa de vida; Rio Grande do Sul

1. Introdução

A expectativa de vida dos gaúchos em 2005 foi estimada pelo IBGE em 74,50 anos, sendo de 70,85 para os homens e 78,33 para as mulheres. Esse diferencial por sexo de 7,5 anos pode ser explicado pela análise da mortalidade por causas. Um número expressivo de homens jovens e adultos morre precocemente, devido a causas externas, grupo que inclui óbitos violentos, como acidentes de trânsito, homicídios, afogamentos e suicídios. De acordo com dados da Secretaria Estadual da Saúde, em 2005, ocorreram, no Estado, 39.618 óbitos de pessoas do sexo masculino, sendo 5.586 destes devido a causas externas (14,1%), representando a terceira causa de morte entre os homens, sendo superada apenas por doenças do aparelho circulatório (DAC) (26,5%) e neoplasias (20,9%). Dentre as mulheres, de um total de 31.196 óbitos ocorridos em 2005, 1.197 (3,8%) são devidos a causas externas, representando a sétima principal causa de morte. Em primeiro e segundo lugares estão, respectivamente, doenças do aparelho circulatório (34,8%) e neoplasias (20,6%), destacando-se em terceiro lugar para as mulheres a mortalidade por doenças do aparelho respiratório, representando 11,7% (Tabela 1). De fato, a mortalidade masculina devido a causas externas é cerca de cinco vezes a feminina, isto é, em torno de 80% dos óbitos por esse grupo de causas foram de pessoas do sexo masculino. O risco de morrer devido a causas externas para os homens é de 106,1 por 100.000, enquanto, para as mulheres, é de 21,8 por 100.000. Outro ponto a ressaltar é a presença de causas mal-definidas dentre as primeiras posições como causa de morte, fato que revela a necessidade de melhora de qualidade no sistema de mortalidade.

Tabela 1

Mortalidade, segundo grupos de causas, posição relativa e sexo, no Rio Grande do Sul — 2005

GRUPOS DE CAUSAS DO ÓBITO	AMBOS SEXOS		MASCULINO		FEMININO	
	%	Posição	%	Posição	%	Posição
Doenças do aparelho circulatório	30,2	1 ^a	26,5	1	34,8	1 ^a
Neoplasias	20,8	2 ^a	20,9	2	20,6	2 ^a
Doenças do aparelho respiratório	11,9	3 ^a	12,1	4	11,7	3 ^a
Causas externas	9,6	4 ^a	14,1	3	3,8	7 ^a
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	5,4	5 ^a	4,2	8	7,0	4 ^a
Causas mal definidas	5,3	6 ^a	5,3	5	5,4	5 ^a
Doenças do aparelho digestivo	4,7	7 ^a	5,1	6	4,2	6 ^a
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	4,1	8 ^a	4,4	7	3,6	8 ^a
Demais causas	8,0	-	7,4	-	8,9	-
TOTAL	100,0	-	100,0	-	100,0	-

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Secretaria Estadual da Saúde. Departamento de Ações em Saúde. Núcleo de Informações em Saúde.

A análise das causas de morte para ambos os sexos revela que as causas externas ocupam a quarta posição, sendo responsáveis por cerca de 10% dos óbitos dos gaúchos (Quadro 1 e Gráfico 1). A desagregação por faixa etária indica que a mortalidade por causas externas é o principal grupo de causas de morte dentre os gaúchos para as idades de um a menos de 45 anos, representando mais de 70% dos óbitos que ocorreram entre os jovens de 15 a 24 anos. Para a população de 45 a 54 anos, essa modalidade passa para o terceiro lugar, sendo que, na faixa etária seguinte, aparece em quinta colocação, seguindo em sétimo lugar até a faixa etária de 70 a 74 anos e ocupando a nona colocação entre a população de 75 anos ou mais, idade em que ocorreram 500 óbitos por causas externas.

Tendo em vista a grande ocorrência de mortes precoces entre os gaúchos, este trabalho tem como objetivo avaliar o impacto da mortalidade por causas externas na expectativa de vida, nas probabilidades de morte e de sobrevivência, usando tábuas de vida de múltiplo decremento. Essa metodologia utiliza princípios de riscos competitivos, uma vez que a morte pode ser atribuída a vários fatores de risco, porém supondo independência entre eles. Conti (1999) sugere que a correlação entre as causas de morte apresenta um efeito muito pequeno nas variações da expectativa de vida. Chiang, citado por Gotlieb (1981), aponta que existem inúmeros riscos de morte atuando em cada pessoa, existindo, para cada risco, uma força de mortalidade, sendo a soma dessas forças a mortalidade total. O autor indica também que há uma razão constante entre a força de mortalidade por uma determinada causa e a total para cada faixa etária. Eliminando-se uma causa de mortalidade, a força resultante da nova mortalidade é dada por:

Declínio Demográfico: que mudanças?

$$u_{x.y}(t) = u_x(t) \times \frac{D_x - D_{x.y}}{D_x}$$

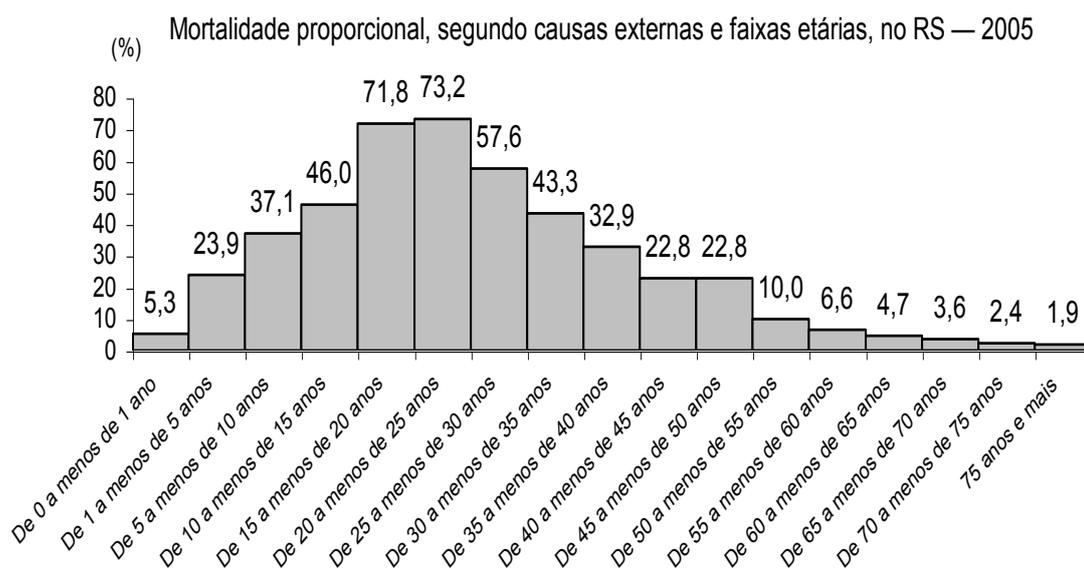
sendo:

$u_{x.y}(t)$ = força da mortalidade na idade x , excluída a causa de óbito y , no período t ;

$u_x(t)$ = força da mortalidade total na idade x , no período t ;

D_x = óbitos totais na idade x ; e

Gráfico 1



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Secretaria Estadual da Saúde. Departamento de Ações em Saúde.

$D_{x.y}$ = óbitos totais na idade x excluindo-se os óbitos pela causa y .

Quadro 1 - Mortalidade proporcional, por faixa etária e por principais grupos de causa, no Rio Grande do Sul – 2005

FAIXAS ETÁRIAS	1ª POSIÇÃO	2ª POSIÇÃO	3ª POSIÇÃO	4ª POSIÇÃO
De 0 a menos de 1 ano	Perinatal 55,9%	Anomalias congênicas 23,1%	Causas externas 5,3%	Aparelho respiratório 4,8%
De 1 a menos de 5 anos	Causas externas 23,9%	Anomalias congênicas 15,0%	Aparelho respiratório 13,5%	Neoplasias 11,0%
De 5 a menos de 10 anos	Causas externas 37,1%	Neoplasias 17,1%	Sistema nervoso 11,7%	Doenças infecciosas e parasitárias 6,3%
De 10 a menos de 15 anos	Causas externas 46,0%	Neoplasias 15,8%	Sistema nervoso 7,6%	Doenças infecciosas e parasitárias 5,8%
De 15 a menos de 20 anos	Causas externas 71,8%	Neoplasias 6,7%	Sistema nervoso 4,4%	Aparelho respiratório 3,3%
De 20 a menos de 25 anos	Causas externas 73,2%	Doenças infecciosas e parasitárias 6,6%	Neoplasias 5,0%	Aparelho circulatório 3,2%
De 25 a menos de 30 anos	Causas externas 57,6%	Doenças infecciosas e parasitárias 16,5%	Neoplasias 6,0%	Aparelho circulatório 4,0%
De 30 a menos de 35 anos	Causas externas 43,3%	Doenças infecciosas e parasitárias 21,2%	Neoplasias 10,6%	Aparelho circulatório 6,4%
De 35 a menos de 40 anos	Causas externas 32,9%	Doenças infecciosas e parasitárias 16,5%	Neoplasias 13,7%	Aparelho circulatório 12,4%
De 40 a menos de 45 anos	Causas externas 22,8%	Neoplasias 20,0%	Aparelho circulatório 16,6%	Doenças infecciosas e parasitárias 12,0%
De 45 a menos de 50 anos	Neoplasias 24,3%	Aparelho circulatório 22,4%	Causas externas 15,4%	Aparelho digestivo 9,3%
De 50 a menos de 55 anos	Neoplasias 28,7%	Aparelho circulatório 25,7%	Causas externas 10,0%	Aparelho digestivo 7,4%
De 55 a menos de 60 anos	Neoplasias 30,7%	Aparelho circulatório 27,2%	Aparelho respiratório 8,7%	Aparelho digestivo 6,8%
De 60 a menos de 65 anos	Neoplasias 30,6%	Aparelho circulatório 30,0%	Aparelho respiratório 10,2%	Doenças endócrinas e metabólicas 6,6%
De 65 a menos de 70 anos	Aparelho circulatório 32,8%	Neoplasias 28,2%	Aparelho respiratório 12,6%	Doenças endócrinas e metabólicas 7,0%
De 70 a menos de 75 anos	Aparelho circulatório 35,7%	Neoplasias 25,3%	Aparelho respiratório 14,0%	Doenças endócrinas e metabólicas 6,7%
75 anos e mais	Aparelho circulatório 40,2%	Aparelho respiratório 17,0%	Neoplasias 16,5%	Doenças endócrinas e metabólicas 6,3%
Todas as idades	Aparelho circulatório 30,2%	Neoplasias 20,8%	Aparelho respiratório 11,9%	Causas externas 9,6%

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Secretaria Estadual da Saúde. Departamento de Ações em Saúde. Núcleo de Informações em Saúde

2. Material e métodos

2.1 Dados de população e óbitos

A população do Estado do Rio Grande do Sul para o ano de 2005 é derivada das estimativas populacionais por faixa etária e sexo realizadas pela Fundação de Economia e Estatística. As estimativas são feitas através do método dos componentes, que faz suposições sobre o futuro comportamento dos componentes demográficos: mortalidade, fecundidade e migração. Maiores detalhes da metodologia podem se obtidos em Jardim (2003).

Os dados de óbitos por grupos de causa, idade e sexo para o ano de 2005 foram obtidos no Núcleo de Informações em Saúde (NIS) da Secretaria Estadual da Saúde (SES-RS). Os óbitos estão classificados segundo os capítulos da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à saúde/CID-10 e foram utilizados sem nenhuma correção, uma vez que se acredita que a qualidade dos dados é aceitável (Botega, 2006). O principal foco deste trabalho é a avaliação do impacto na expectativa de vida dos gaúchos, eliminando-se totalmente os óbitos devido ao Capítulo XX - Causas Externas de Morbidade e Mortalidade e também simulando uma redução de 50% nesses óbitos. Também será feita uma análise das principais categorias de óbitos pertencentes a esse grupo, que serão denominadas simplesmente acidentes de trânsito, quedas, afogamentos, suicídios e homicídios.

Devido a dificuldades de obtenção de dados atualizados desagregados por idade, a análise limitou-se apenas ao ano de 2005, não sendo possível o cálculo da média do triênio, como seria o mais indicado para elaborar as tábuas de vida.

2.2 Tábuas de vida

A tábua de vida é um modelo matemático que retrata as condições de mortalidade de uma população num determinado período, fornecendo uma medida de longevidade; é o histórico de um grupo hipotético (coorte) de pessoas que vai diminuindo, gradualmente, pelas mortes ocorridas. O cálculo inicia ao nascimento de cada membro e continua até que todos tenham morrido. Uma tábua de vida apresenta as colunas que seguem.

${}_nq_x$ é a probabilidade de morrer entre a idade exata x e $x + n$, e pode ser calculada por

$${}_nq_x = \frac{n \cdot M_x}{1 + n \cdot a_x}$$

onde ${}_nM_x$ é a taxa de mortalidade específica por idade, e ${}_na_x$ é o fator de separação.

${}_np_x$ é a probabilidade de sobreviver entre idade exata x e $x + n$.

l_x é o número de pessoas sobreviventes à idade exata x . A partir de um l_0 arbitrário, chamado de raiz, calcula-se o número dos que permanecem vivos na idade x desse l_0 original, através da fórmula

$$l_x = l_{x-n} \cdot {}_np_{x-n}$$

${}_nd_x$ é o número de pessoas que morrem entre a idade exata x e $x + n$; é a diferença entre dois l_x , isto é:

$${}_nd_x = l_x - l_{x+n}$$

${}_na_x$ é o fator de separação, definido como a proporção média de tempo vivida no intervalo x até $x + n$ por aqueles que morreram durante o intervalo; é calculado dos dados brutos e, mais freqüentemente, é feita uma suposição. No presente trabalho, foram utilizados 0,1 para a_0 e 0,4 para a_1 e 0,5 para as demais idades, exceto para o último intervalo de idade.

${}_nL_x$ é o número de anos-pessoa vividos entre a idade exata x e $x + n$. Cada pessoa que sobrevive durante o intervalo contribui n anos-pessoa, enquanto aqueles que morrem durante o intervalo contribuirão apenas ${}_na_x$ anos. O cálculo de ${}_nL_x$, então, envolve também suposição sobre ${}_na_x$. A fórmula é:

$${}_nL_x = n(l_{x+n} + {}_na_x \cdot {}_nd_x)$$

Para o último grupo etário, utilizou-se

$$L_{75+} = \frac{l_{75+}}{M_{75+}}$$

T_x é o número total de anos-pessoa vividos após a idade exata x ; é simplesmente a coluna ${}_nL_x$ acumulada de baixo para cima, isto é

$$T_x = T_{x+n} + {}_nL_x$$

e_x é a expectativa de vida na idade x , ou o número médio de anos que uma pessoa com idade x espera viver. Como o número total de anos que restam ser vividos por l_x pessoas é T_x , a expectativa de vida é apenas a divisão de um pelo outro. Então,

$$e_x = \frac{T_x}{l_x} \quad \text{sendo} \quad e_0 = \frac{T_0}{l_0} \quad \text{a expectativa de vida ao nascer.}$$

2.3 Tábuas de vida de múltiplo decremento

A tábua de vida de múltiplo decremento segue a metodologia indicada por Chiang, utilizada por Gotlieb (1981), Conti (1999), Silva (2001) e Sehn (2006), e difere da tábua de vida apenas pelo cálculo de ${}_nq_x$, que representará a probabilidade líquida de morte, isto é, a probabilidade calculada após a exclusão (total ou parcial) de uma causa ou de um grupo de causas, e sendo calculada assim:

$${}_nq_{xy} = 1 - {}_n p_x \left[\frac{(D_x - D_{xy})}{D_x} \right]$$

onde

$x = 0, 1, 2, \dots$ (idade);

$y = 1, 2, \dots$ (causas);

D_{xy} = número de óbitos ocorridos na idade x pelo grupo de causa y ; e

D_x = número de óbitos ocorridos na idade x ;

Para o cálculo de ${}_n p_x$, o estimador da probabilidade de um indivíduo sobreviver de x a $x + n$, utiliza-se a seguinte fórmula:

$${}_n p_x = \frac{1 - {}_n a_x \cdot n \cdot {}_n M_x}{1 + (1 - {}_n a_x) \cdot n \cdot {}_n M_x}$$

onde

${}_n a_x$ = fator de separação no intervalo de idade;

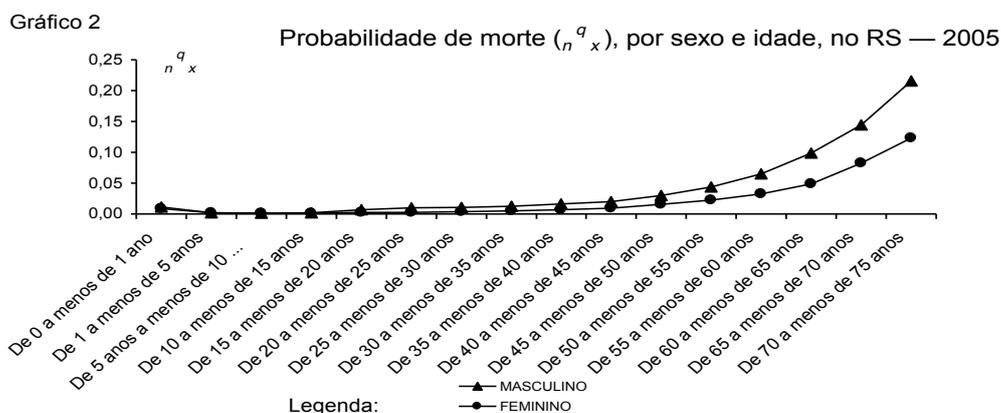
n = intervalo de classe para os grupos etários; e

${}_n M_x$ = coeficiente de mortalidade no intervalo de idade

3. Resultados

A expectativa de vida ao nascer dos gaúchos para 2005 está estimada em 74,5 anos, sendo de 70,5 para os homens e de 78,6 para as mulheres (Tabela 2), com uma diferença entre os sexos de mais de oito anos.⁵²

A análise das probabilidades reais de morte (Tabela 2 e Gráfico 2) indica que o risco de morte é alto nas idades iniciais, nível este só sendo superado a partir da faixa etária de 35 a 40 anos, independentemente de sexo, quando os valores de ${}_nq_x$ vão progressivamente crescendo, até atingirem o patamar de 1 no último grupo etário. Nota-se que as probabilidades de morte dos homens são sempre superiores às das mulheres, sendo, porém, nas idades a partir de 15 anos, que o diferencial se torna mais marcante, atingindo o ponto máximo na idade de 20 a menos de 25 anos, quando a probabilidade de morrer dos homens é quatro vezes a das mulheres. No entanto, entre 15 e 44 anos, a probabilidade de morte dos homens é, no mínimo, duas vezes superior à feminina. É na faixa etária de um a menos de cinco anos que a diferença é mínima: 0,00184 para os homens e 0,00178 para as mulheres.



FORNTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Secretaria Estadual da Saúde. Departamento de Ações em Saúde. Núcleo de Informações em Saúde. FEE.

Eliminando-se totalmente a mortalidade por causas externas, verifica-se que a probabilidade de morrer para os homens atinge seu maior diferencial entre as idades de 15 a 25 anos incompletos, sendo a diferença superior a 80%. Dentre as mulheres, a

⁵² Verifica-se que essa estimativa, feita com base nos dados de óbitos da Secretaria Estadual da Saúde e da população estimada pela Fundação de Economia e Estatística, não difere daquela projeção feita pelo IBGE para ambos os sexos. No entanto, a diferença na expectativa de vida para os homens foi de -0,5%, e para as mulheres, de 0,3%.

maior diferença entre as probabilidades reais e líquidas de morte também está nessas faixas etárias, porém, em patamares bem mais baixos, variando em torno de 40% (Tabela 3). Nota-se que os ganhos na expectativa de vida para os homens, em todas as faixas etárias, são superiores aos das mulheres.

Tabela 2

Probabilidade de morte e expectativa de vida, por sexo e idade, no Rio Grande do Sul — 2005

FAIXAS ETÁRIAS	AMBOS SEXOS		SEXO MASCULINO		SEXO FEMININO	
	Probabilidade de Morte Entre as Idades x e $x+n$ (${}_nq_x$)	Expectativa de Vida (e_x)	Probabilidade de Morte Entre as Idades x e $x+n$ (${}_nq_x$)	Expectativa de Vida (e_x)	Probabilidade de Morte Entre as Idades x e $x+n$ (${}_nq_x$)	Expectativa de Vida (e_x)
De 0 a menos de 1 ano	0,01001	74,5	0,01140	70,5	0,00860	78,6
De 1 a menos de 5 anos	0,00181	74,2	0,00184	70,3	0,00178	78,2
De 5 a menos de 10 anos ...	0,00120	70,4	0,00131	66,4	0,00109	74,4
De 10 a menos de 15 anos .	0,00164	65,5	0,00185	61,5	0,00142	69,4
De 15 a menos de 20 anos .	0,00459	60,6	0,00681	56,6	0,00229	64,5
De 20 a menos de 25 anos .	0,00638	55,8	0,01025	52,0	0,00240	59,7
De 25 a menos de 30 anos .	0,00722	51,2	0,01086	47,5	0,00355	54,8
De 30 a menos de 35 anos .	0,00871	46,5	0,01276	43,0	0,00470	50,0
De 35 a menos de 40 anos .	0,01134	41,9	0,01595	38,5	0,00690	45,2
De 40 a menos de 45 anos .	0,01476	37,4	0,02028	34,1	0,00951	40,5
De 45 a menos de 50 anos .	0,02259	32,9	0,02973	29,8	0,01580	35,9
De 50 a menos de 55 anos .	0,03297	28,6	0,04394	25,6	0,02271	31,4
De 55 a menos de 60 anos .	0,04799	24,5	0,06479	21,7	0,03248	27,1
De 60 a menos de 65 anos .	0,07190	20,6	0,09847	18,0	0,04850	22,9
De 65 a menos de 70 anos .	0,11081	17,0	0,14458	14,7	0,08280	19,0
De 70 a menos de 75 anos .	0,16304	13,8	0,21565	11,8	0,12307	15,5
75 anos e mais	1,00000	11,0	1,00000	9,3	1,00000	12,3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Secretaria Estadual da Saúde. Departamento de Ações em Saúde. Núcleo de Informações em Saúde FEE.

Tabela 3

Probabilidade real (${}_nq_x$) e líquida (q_{xy}) de morte e variação percentual, excluindo as mortes por causas externas, por sexo e idade, no Rio Grande do Sul — 2005

FAIXAS ETÁRIAS	SEXO MASCULINO			SEXO FEMININO		
	Probabilidade de Morte Entre as Idades x e x+n (${}_nq_x$)	q_{xy}	Variação percentual (%)	Probabilidade de Morte Entre as Idades x e x+n (${}_nq_x$)	q_{xy}	Variação percentual (%)
De 0 a menos de 1 ano	0,01140	0,01076	-5,54	0,00860	0,00819	-4,80
De 1 a menos de 5 anos	0,00184	0,00133	-27,36	0,00178	0,00142	-20,11
De 5 a menos de 10 anos	0,00131	0,00082	-37,70	0,00109	0,00069	-36,25
De 10 a menos de 15 anos ...	0,00185	0,00083	-55,07	0,00142	0,00094	-33,86
De 15 a menos de 20 anos ...	0,00681	0,00128	-81,28	0,00229	0,00132	-42,41
De 20 a menos de 25 anos ...	0,01025	0,00190	-81,50	0,00240	0,00152	-36,38
De 25 a menos de 30 anos ...	0,01086	0,00339	-68,80	0,00355	0,00275	-22,49
De 30 a menos de 35 anos ...	0,01276	0,00613	-51,95	0,00470	0,00378	-19,58
De 35 a menos de 40 anos ...	0,01595	0,00941	-41,00	0,00690	0,00591	-14,30
De 40 a menos de 45 anos ...	0,02028	0,01422	-29,88	0,00951	0,00876	-7,92
De 45 a menos de 50 anos ...	0,02973	0,02366	-20,44	0,01580	0,01487	-5,87
De 50 a menos de 55 anos ...	0,04394	0,03823	-12,99	0,02271	0,02177	-4,13
De 55 a menos de 60 anos ...	0,06479	0,05960	-8,01	0,03248	0,03135	-3,50
De 60 a menos de 65 anos ...	0,09847	0,09263	-5,93	0,04850	0,04753	-1,99
De 65 a menos de 70 anos ...	0,14458	0,13854	-4,17	0,08280	0,08095	-2,24
De 70 a menos de 75 anos ...	0,21565	0,21007	-2,59	0,12307	0,12106	-1,63
75 anos e mais	1,00000	1,00000	-	1,00000	1,00000	-

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Secretaria Estadual da Saúde. Departamento de Ações em Saúde. Núcleo de Informações em Saúde
FEE.

O impacto na expectativa de vida ao nascer, eliminando-se totalmente a mortalidade por causas externas de acordo com o sexo, é marcante: enquanto os homens perdem 2,5 anos de expectativa de vida, as mulheres perdem apenas 0,5 ano. Como esse tipo de óbito ocorre principalmente entre os jovens, o ganho potencial na expectativa de vida, aos 15 anos (2,3 para homens e 0,4 para as mulheres), é bastante próximo ao daquela ao nascer. Para os homens, o ganho potencial na expectativa de vida é superior a dois anos até a faixa etária de 20 a menos de 25 anos (Tabela 4). Assim sendo, a diferença na expectativa de vida ao nascer entre os sexos, que era de 8,1 anos, passaria a ser de 6,1 anos, se todos os óbitos por causas externas fossem eliminados.

Tabela 4

Expectativa de vida real e hipotética, e ganhos potenciais na expectativa de vida eliminando-se as mortes por causas externas, por sexo e idade, Rio Grande do Sul — 2005

FAIXAS ETÁRIAS	SEXO MASCULINO			SEXO FEMININO		
	Expectativa de Vida (e _x) Real	Expectativa de Vida Hipotética	Ganhos Potenciais (anos)	Expectativa de Vida (e _x) Real	Expectativa de Vida Hipotética	Ganhos Potenciais (anos)
De 0 a menos de 1 ano	70,5	73,0	2,5	78,6	79,1	0,5
De 1 a menos de 5 anos	70,3	72,8	2,5	78,2	78,7	0,5
De 5 a menos de 10 anos ...	66,4	68,9	2,4	74,4	74,8	0,5
De 10 a menos de 15 anos .	61,5	63,9	2,4	69,4	69,9	0,5
De 15 a menos de 20 anos .	56,6	59,0	2,3	64,5	65,0	0,4
De 20 a menos de 25 anos .	52,0	54,1	2,0	59,7	60,0	0,4
De 25 a menos de 30 anos .	47,5	49,2	1,6	54,8	55,1	0,3
De 30 a menos de 35 anos .	43,0	44,3	1,3	50,0	50,3	0,3
De 35 a menos de 40 anos .	38,5	39,6	1,0	45,2	45,5	0,2
De 40 a menos de 45 anos .	34,1	34,9	0,8	40,5	40,7	0,2
De 45 a menos de 50 anos .	29,8	30,4	0,6	35,9	36,1	0,2
De 50 a menos de 55 anos .	25,6	26,1	0,4	31,4	31,6	0,1
De 55 a menos de 60 anos .	21,7	22,0	0,3	27,1	27,2	0,1
De 60 a menos de 65 anos .	18,0	18,2	0,2	22,9	23,0	0,1
De 65 a menos de 70 anos .	14,7	14,8	0,1	19,0	19,0	0,1
De 70 a menos de 75 anos .	11,8	11,8	0,1	15,5	15,5	0,0
75 anos e mais	9,3	9,3	0,0	12,3	12,3	0,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Secretaria Estadual da Saúde. Departamento de Ações em Saúde. Núcleo de Informações em Saúde.

FEE.

Com a redução pela metade da mortalidade por causas externas, a expectativa de vida dos gaúchos passaria a ser de 75,3 anos, sendo de 71,7 para os homens e de 78,8 para as mulheres, representando um ganho potencial de 1,22 ano e 0,27 ano respectivamente. Dessa forma, verifica-se uma tendência semelhante nos ganhos de expectativa de vida por idade observados com a eliminação de todos os óbitos, isto é, permanecem próximos aos da expectativa de vida ao nascer até a faixa etária 15 anos ou mais (ganhos de 1,16 ano e 0,21 ano para homens e mulheres respectivamente) — Tabela 5.

Tabela 5

Expectativa de vida real e hipotética, ganhos potenciais na expectativa de vida, eliminando-se a metade das mortes por causas externas, por sexo e idade, no Rio Grande do Sul — 2005

FAIXAS ETÁRIAS	SEXO MASCULINO			SEXO FEMININO		
	Expectativa de Vida (e _x)	Expectativa de Vida	Ganhos Potenciais	Expectativa de Vida (e _x)	Expectativa de Vida	Ganhos Potenciais
	Real	Hipotética	(anos)	Real	Hipotética	(anos)
De 0 a menos de 1 ano	70,5	71,7	1,22	78,5	78,8	0,27
De 1 a menos de 5 anos	70,3	71,5	1,22	78,2	78,5	0,25
De 5 a menos de 10 anos	66,4	67,6	1,20	74,4	74,6	0,24
De 10 a menos de 15 anos ...	61,5	62,7	1,18	69,4	69,7	0,23
De 15 a menos de 20 anos ...	56,6	57,8	1,16	64,5	64,8	0,21
De 20 a menos de 25 anos ...	52,0	53,0	1,01	59,7	59,9	0,18
De 25 a menos de 30 anos ...	47,5	48,3	0,81	54,8	55,0	0,16
De 30 a menos de 35 anos ...	43,0	43,7	0,64	50,0	50,1	0,14
De 35 a menos de 40 anos ...	38,5	39,1	0,51	45,2	45,3	0,11
De 40 a menos de 45 anos ...	34,1	34,5	0,39	40,5	40,6	0,09
De 45 a menos de 50 anos ...	29,8	30,1	0,30	35,9	36,0	0,08
De 50 a menos de 55 anos ...	25,6	25,8	0,22	31,4	31,5	0,07
De 55 a menos de 60 anos ...	21,7	21,8	0,16	27,1	27,2	0,05
De 60 a menos de 65 anos ...	18,0	18,1	0,11	22,9	23,0	0,04
De 65 a menos de 70 anos ...	14,7	14,8	0,07	19,0	19,0	0,03
De 70 a menos de 75 anos ...	11,8	11,8	0,03	15,5	15,5	0,01
75 anos e mais	9,3	9,3	0,00	12,3	12,3	0,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Secretaria Estadual da Saúde. Departamento de Ações em Saúde. Núcleo de Informações em Saúde. FEE.

4. Discussão

A evolução das causas de mortalidade no Estado indica que as doenças do aparelho circulatório, a principal causa de morte, têm apresentado uma tendência de queda na sua participação, passando de 34,9% dos óbitos em 1990 para 30,2% em 2005, comportamento semelhante ao dos por causas externas (quarta colocada), que caíram de 11,1% para 9,6%. Causas mal-definidas (sexta colocada em 2005) também reduziu a sua participação relativa, caindo de 8,0% em 1990 para 5,3%, o que representa um avanço na qualidade das estatísticas. Neoplasias (segunda colocação na mortalidade) e doenças endócrinas (quinta colocada) têm aumentado a sua participação (de 16,2% para 20,8% e de 3,1% para 5,1%, respectivamente, nos anos considerados). Já a terceira colocada, doenças do aparelho respiratório, tem mantido um comportamento mais estável, passando de 12,1% em 1990 para 11,9% em 2005.

A expectativa de vida dos gaúchos está estimada em 74,5 anos em 2005, sendo de 70,5 para homens e de 78,6 para mulheres, uma diferença de oito anos entre os sexos. A principal causa de morte é doenças do aparelho circulatório, para ambos os sexos, sendo que causas externas, grupo que inclui óbitos violentos, como homicídios,

acidentes de trânsito, suicídios e afogamentos, está na terceira colocação para os homens e na sétima para as mulheres.

Os resultados deste estudo demonstram a importância do uso de ferramentas que ajudem a compreender o aumento potencial na expectativa de vida, com a eliminação ou a redução de algumas causas de mortalidade, oferecendo subsídios para o processo de tomada de decisão na área da saúde e para a alocação de recursos. O uso das tábuas de vida de múltiplo decremento, mesmo com a hipótese irreal de eliminar todos os óbitos devido a causas violentas, permite avaliar o impacto dessa causa de morte, que representa uma perda de 2,5 anos de expectativa de vida ao nascer para os homens e de 0,5 ano para as mulheres. As mortes por causas externas representam a terceira causa de morte dos homens, respondendo por 14% dos óbitos, cerca da metade dos óbitos devido a doenças do aparelho circulatório, que ocupam a primeira posição como causa de óbito. No entanto, de acordo com estudo de Sehn (2006), eliminando-se totalmente as doenças do aparelho circulatório — a principal causa de morte entre os gaúchos —, a expectativa de vida masculina aumentaria apenas 2,38 anos, o que demonstra a precocidade dos óbitos violentos entre os homens. Para as mulheres, a eliminação total das DAC acrescentaria 2,0 anos na expectativa de vida. De fato, enquanto as doenças do aparelho circulatório ocorrem entre a população mais velha, principalmente aquela acima de 50 anos, as causas externas têm predominância entre os jovens, principalmente na faixa etária compreendida entre 15 e 29 anos. E essa causa vitima principalmente os homens, pois 82% dos óbitos devido a esse grupo são de pessoas do sexo masculino. De acordo com a Secretaria Estadual da Saúde, em 2005, a média de anos perdidos por óbito devido a causas externas foi de 34,2 anos para os homens e de 43,1 anos para as mulheres, sendo a média mais alta dentre todas causas de mortalidade. Já as doenças do aparelho circulatório apresentam valores de 12,2 anos e 20,1 anos respectivamente, sendo a causa que acarretou a menor média dentre os oito primeiros grupos de causas de óbito dos gaúchos, independentemente do sexo (Tabela 6).

Tabela 6

Posição das principais causas de óbito e média de anos perdidos, por óbito, no Rio Grande do Sul — 2005

GRUPO DE CAUSAS	AMBOS OS SEXOS		MASCULINO		FEMININO	
	Posição Como	Média de Anos Perdidos por Óbito	Posição Como	Média de Anos Perdidos por Óbito	Posição Como	Média de Anos Perdidos por Óbito
	Causa de Óbito		Causa de Óbito		Causa de Óbito	
Causas externas	4	38,4	3	34,2	7	43,1
Doenças Infecciosas e parasitárias	8	32,1	7	27,9	8	36,5
Mal definidas	6	22,9	5	18,6	5	27,6
Aparelho digestivo	7	20,0	6	15,9	6	24,2
Aparelho respiratório	3	19,3	4	14,8	3	24,2
Neoplasias	2	17,9	2	12,9	2	23,4
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	5	16,9	8	13,0	4	20,9
Aparelho circulatório	1	16,1	1	12,2	1	20,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Secretaria Estadual da Saúde. Departamento de Ações em Saúde. Núcleo de Informações em Saúde

Como o grupo corresponde a causas externas inclui várias categorias de óbitos, para uma análise mais detalhada do problema, é necessária a desagregação.

Segundo dados da Secretaria Estadual da Saúde, em 2005, acidentes de trânsito e homicídios estão empatados na primeira colocação desse grupo, respondendo, cada categoria, por 29,5% dos óbitos, tendo suicídios a terceira colocação, com 15,8%.

Para os adolescentes de 15 a 19 anos, verifica-se que 46,1% dos óbitos desse grupo foram devidos a homicídios; 29,8%, a acidentes de trânsito; 8,5%, a suicídios; e 8,0%, a afogamentos. Nesse ano, em termos gerais, 71,8% dos óbitos ocorridos nessa faixa etária pertenciam ao grupo relativo a causas externas.

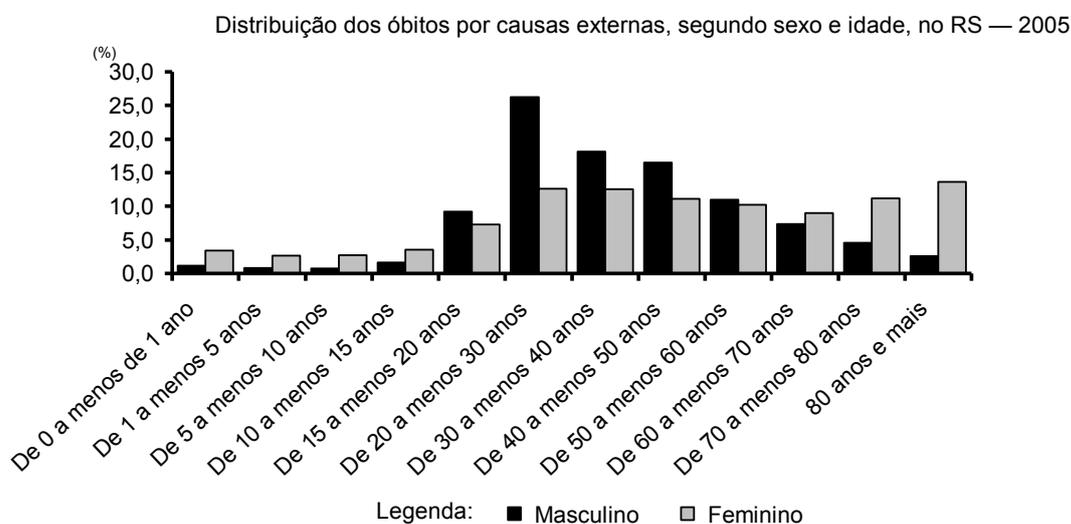
Na faixa etária compreendida entre 20 e 29 anos, onde mais de 65% dos óbitos ocorreram por causas não naturais, também os homicídios e os acidentes de trânsito estão nas primeiras colocações, com 46,4% e 29,9% das causas externas, sendo que os suicídios figuram como a terceira principal categoria, com 12,9%.

Em termos gerais, para as pessoas menores de 15 anos, os acidentes de trânsito figuram como a principal categoria de óbito desse grupo. Para aqueles de 15 a 39 anos, os homicídios estão na primeira posição; entre a população de 40 anos a menos de 80 anos, novamente os acidentes de trânsito são a principal categoria, sendo que, para a população com 80 anos ou mais, as quedas representam a principal causa.

A distribuição dos óbitos por causas externas, sexo e idade indica que, para os homens, as mortes violentas estão concentradas na população jovem, onde predominam os homicídios, enquanto, para as mulheres, há uma menor concentração, tendo a maioria

das mortes por causas violentas ocorrido nas idades mais avançadas, principalmente devido a quedas (Gráficos 3 e 4). Os acidentes de trânsito ocupam posição destacada para ambos os sexos, sendo a segunda causa de morte desse grupo entre os homens e a primeira entre as mulheres. Deve-se ressaltar, novamente, que a magnitude dos óbitos por causas violentas entre os sexos é bastante distinta.

Gráfico 3

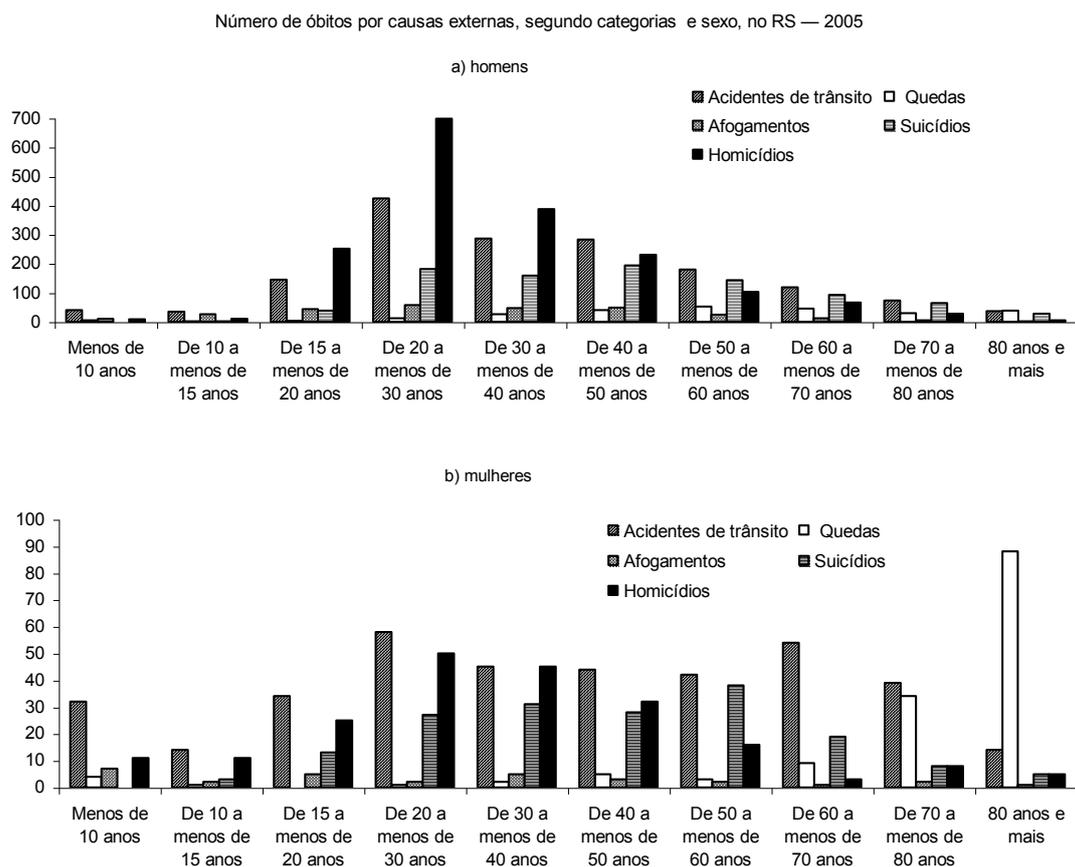


FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Secretaria Estadual da Saúde. Departamento de Ações em Saúde. Núcleo de Informações em Saúde.

Se se verificarem as categorias de causas por sexo, nota-se que, para as mulheres, os acidentes de trânsito estão em primeiro lugar em todas as faixas etárias, exceto na de 80 anos e mais, onde as quedas têm uma proporção maior, e na dos menores de um ano. Já para os homens, entre as idades de 15 a 40 anos incompletos, homicídios estão em primeiro lugar, sendo essa categoria responsável pela quase metade dos óbitos por causas externas para aqueles que morreram na faixa etária entre 15 e 30 anos. Nas demais idades, seguem a tendência geral, isto é, os acidentes de trânsito predominam entre as crianças e os mais velhos, com exceção daqueles com 80 anos e mais, onde as quedas são a principal categoria de morte desse grupo.

Analisando-se ainda cada categoria de causa de óbito segundo a idade, verifica-se que 57,1% dos acidentes de trânsito que vitimaram os gaúchos em 2005 ocorreram entre a população de 20 a 49 anos, 60,6% das quedas ocorreram entre a população de 60 anos e mais; 61,2% dos afogamentos ocorreram entre aqueles com 10 a 39 anos; 57,6% dos suicídios ocorreram entre aqueles com 20 a 49 anos; e 51,3% dos homicídios ocorreram entre os jovens de 15 a 29 anos.

Gráfico 4



FORNTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Secretaria Estadual da Saúde. Departamento de Ações em Saúde. Núcleo de Informações em Saúde.

Dessa forma, pode-se notar que muito pode ser feito para reduzir esse tipo de morte violenta que ceifa a vida dos gaúchos, principalmente a do jovem do sexo masculino. Com a eliminação de metade das mortes por essas causas não-naturais, a expectativa de vida ao nascer dos homens seria aumentada em 1,2 ano, passando de 70,5 anos para 71,7 anos, o que representa um ganho significativo, pois o aumento na expectativa de vida tende a apresentar crescimentos decrescentes ao longo do tempo; esse nível de redução na expectativa de vida masculina, no Estado, levaria cerca de cinco anos para ocorrer, isto é, em torno do ano de 2010, segundo estimativas do IBGE.

Assim, um estudo que calculasse os ganhos potenciais na expectativa de vida dos homens e os riscos de morte, eliminando-se ou reduzindo-se os óbitos por acidentes de trânsito e homicídios, seria bastante útil para quantificar o impacto dessas causas na mortalidade dos gaúchos.

Referências

- BANDEIRA, Marilene Dias. **Estatística demográfica I**. Porto Alegre: UFRGS: Instituto de Matemática, Departamento de Estatística, 2007. (Polígrafo da Disciplina MAT02262).
- BOTEGA, Laura de Almeida; RIBEIRO, Mirian Martins; MACHADO, Carla Jorge. A evolução das causas de morte em Santa Catarina e São Paulo e o seu impacto na esperança de vida: 1990-1999. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2004.
- BOTEGA, Laura de Almeida; RIBEIRO, Mirian Martins; MACHADO, Carla Jorge. O impacto de variações na mortalidade por idade e causas sobre os ganhos na esperança de vida ao nascer em Santa Catarina, Brasil, nos anos 90. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro: [s. n.], v. 22, n. 5, p. 1079-88, 2006.
- CARVALHO, J. A. M. et al. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em Demografia**. Belo Horizonte: ABEP, 1994. Disponível em:
<<http://www.abep.org.br>>.
- CONTI, Susanna et al. The impact of the major causes of death of life expectancy in Italy, **International Journal of Epidemiology**, [S. l.: s. n.], n. 28, p. 905-910, 1999.
- GOTLIEB, Sabrina Lea Davidson. Mortalidade diferencial por causas, São Paulo, Brasil: tábuas de vida de múltiplo decremento. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, [s. n.], n. 15, p. 401-17, 1981.
- IBGE/DPE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. **População e desenvolvimento: sistematização das medidas e indicadores sócio--demográficos oriundos da projeção (preliminar) da população por sexo e idade, por método demográfico, das Grandes Regiões e Unidades da Federação para o período 1991/2030**. (Projeto UNFPA/Brasil (BRA/02//PO2). Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br>>.
- JARDIM, Maria de Lourdes Teixeira. **Metodologias de estimativas e projeções populacionais para o RS e seus municípios**. Porto Alegre: FEE, 2003. (Documentos FEE, n. 51). Disponível em:
<<http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/documentos>>.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. Núcleo de Informações em Saúde. **Estatísticas de saúde e mortalidade 2004**, 2005.
- SEHN, Luciana. **Doenças do aparelho circulatório e longevidade no Rio Grande do Sul: um estudo através de tábuas de vida**. Porto Alegre: UFRGS, Escola de Educação Física, 2006. (Monografia — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, 2006).
- SILVA, Marcelo Gurgel Carlos da. Ganhos potenciais em esperança de vida com a exclusão das mortes por neoplasias malignas em Fortaleza, 1993-95. **Revista Brasileira de Cancerologia**, [S. l.: s. n.], v. 47, n. 4, p. 413-424, 2001.

Apêndice

Quadro A.1
Tábua de vida de ambos os sexos no Rio Grande do Sul — 2005

FAIXAS ETÁRIAS (x)	n	${}_nM_x$	${}_na_x$	${}_nq_x$	l_x	${}_nd_x$	${}_nL_x$	T_x	e_x
De 0 a menos de 1 ano	1	0,01010	0,1	0,01001	100 000	1 001	99 099	7 449 179	74,49
De 1 a menos de 5 anos	4	0,00045	0,4	0,00181	98 999	179	395 565	7 350 080	74,24
De 5 a menos de 10 anos	5	0,00024	0,5	0,00120	98 820	119	493 801	6 954 515	70,38
De 10 a menos de 15 anos	5	0,00033	0,5	0,00164	98 701	162	493 099	6 460 715	65,46
De 15 a menos de 20 anos	5	0,00092	0,5	0,00459	98 539	452	491 563	5 967 616	60,56
De 20 a menos de 25 anos	5	0,00128	0,5	0,00638	98 086	626	488 867	5 476 053	55,83
De 25 a menos de 30 anos	5	0,00145	0,5	0,00722	97 461	704	485 543	4 987 186	51,17
De 30 a menos de 35 anos	5	0,00175	0,5	0,00871	96 757	842	481 677	4 501 643	46,53
De 35 a menos de 40 anos	5	0,00228	0,5	0,01134	95 914	1 088	476 852	4 019 966	41,91
De 40 a menos de 45 anos	5	0,00297	0,5	0,01476	94 827	1 400	470 634	3 543 114	37,36
De 45 a menos de 50 anos	5	0,00457	0,5	0,02259	93 427	2 110	461 858	3 072 481	32,89
De 50 a menos de 55 anos	5	0,00671	0,5	0,03297	91 317	3 011	449 055	2 610 622	28,59
De 55 a menos de 60 anos	5	0,00983	0,5	0,04799	88 306	4 237	430 934	2 161 567	24,48
De 60 a menos de 65 anos	5	0,01492	0,5	0,07190	84 068	6 045	405 229	1 730 633	20,59
De 65 a menos de 70 anos	5	0,02346	0,5	0,11081	78 024	8 646	368 504	1 325 403	16,99
De 70 a menos de 75 anos	5	0,03550	0,5	0,16304	69 378	11 311	318 612	956 899	13,79
75 anos e mais	-	0,09097	-	1,00000	58 067	58 067	638 287	638 287	10,99

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Secretaria Estadual da Saúde. Núcleo de Informações em Saúde.

Quadro A.2
Tábua de vida do sexo masculino no Rio Grande do Sul — 2005

FAIXAS ETÁRIAS (x)	n	${}_nM_x$	${}_nq_x$	${}_nq_x$	l_x	${}_nd_x$	${}_nL_x$	T_x	e_x
De 0 a menos de 1 ano	1	0,01151	0,1	0,01140	100 000	1 140	98 974	7 051 120	70,51
De 1 a menos de 5 anos	4	0,00046	0,4	0,00184	98 860	181	395 006	6 952 146	70,32
De 5 a menos de 10 anos	5	0,00026	0,5	0,00131	98 679	130	493 071	6 557 139	66,45
De 10 a menos de 15 anos	5	0,00037	0,5	0,00185	98 549	183	492 290	6 064 068	61,53
De 15 a menos de 20 anos	5	0,00137	0,5	0,00681	98 367	670	490 159	5 571 778	56,64
De 20 a menos de 25 anos	5	0,00206	0,5	0,01025	97 697	1 002	485 980	5 081 619	52,01
De 25 a menos de 30 anos	5	0,00218	0,5	0,01086	96 695	1 050	480 850	4 595 639	47,53
De 30 a menos de 35 anos	5	0,00257	0,5	0,01276	95 645	1 220	475 174	4 114 789	43,02
De 35 a menos de 40 anos	5	0,00322	0,5	0,01595	94 425	1 506	468 357	3 639 615	38,55
De 40 a menos de 45 anos	5	0,00410	0,5	0,02028	92 918	1 885	459 880	3 171 258	34,13
De 45 a menos de 50 anos	5	0,00604	0,5	0,02973	91 034	2 707	448 402	2 711 378	29,78
De 50 a menos de 55 anos	5	0,00899	0,5	0,04394	88 327	3 881	431 932	2 262 976	25,62
De 55 a menos de 60 anos	5	0,01339	0,5	0,06479	84 446	5 471	408 551	1 831 044	21,68
De 60 a menos de 65 anos	5	0,02071	0,5	0,09847	78 975	7 777	375 431	1 422 493	18,01
De 65 a menos de 70 anos	5	0,03117	0,5	0,14458	71 198	10 294	330 255	1 047 062	14,71
De 70 a menos de 75 anos	5	0,04834	0,5	0,21565	60 904	13 134	271 686	716 807	11,77
75 anos e mais	-	0,10732	-	1,00000	47 770	47 770	445 121	445 121	9,32

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Secretaria Estadual da Saúde. Núcleo de Informações em Saúde.

Quadro A.3

Tábua de vida do sexo feminino no Rio Grande do Sul — 2005

FAIXAS ETÁRIAS (x)	n	${}_nM_x$	${}_na_x$	${}_nq_x$	l_x	${}_nd_x$	${}_nL_x$	T_x	e_x
De 0 a menos de 1 ano	1	0,00867	0,1	0,00860	100 000	860	99 226	7 855 002	78,55
De 1 a menos de 5 anos	4	0,00045	0,4	0,00178	99 140	177	396 134	7 755 777	78,23
De 5 a menos de 10 anos	5	0,00022	0,5	0,00109	98 963	107	494 545	7 359 643	74,37
De 10 a menos de 15 anos	5	0,00028	0,5	0,00142	98 855	141	493 925	6 865 097	69,45
De 15 a menos de 20 anos	5	0,00046	0,5	0,00229	98 715	226	493 008	6 371 173	64,54
De 20 a menos de 25 anos	5	0,00048	0,5	0,00240	98 489	236	491 853	5 878 165	59,68
De 25 a menos de 30 anos	5	0,00071	0,5	0,00355	98 253	349	490 391	5 386 312	54,82
De 30 a menos de 35 anos	5	0,00094	0,5	0,00470	97 904	460	488 370	4 895 920	50,01
De 35 a menos de 40 anos	5	0,00138	0,5	0,00690	97 444	672	485 540	4 407 550	45,23
De 40 a menos de 45 anos	5	0,00191	0,5	0,00951	96 772	921	481 557	3 922 011	40,53
De 45 a menos de 50 anos	5	0,00318	0,5	0,01580	95 851	1 514	475 470	3 440 454	35,89
De 50 a menos de 55 anos	5	0,00459	0,5	0,02271	94 337	2 142	466 328	2 964 984	31,43
De 55 a menos de 60 anos	5	0,00660	0,5	0,03248	92 194	2 995	453 484	2 498 657	27,10
De 60 a menos de 65 anos	5	0,00994	0,5	0,04850	89 199	4 326	435 181	2 045 172	22,93
De 65 a menos de 70 anos	5	0,01727	0,5	0,08280	84 873	7 027	406 797	1 609 991	18,97
De 70 a menos de 75 anos	5	0,02623	0,5	0,12307	77 846	9 580	365 279	1 203 193	15,46
75 anos e mais	-	0,08147	-	1,00000	68 266	68 266	837 915	837 915	12,27

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Secretaria Estadual da Saúde. Núcleo de Informações em Saúde.